

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

MATHEUS VILLANI CORDEIRO

**A HILEIA AMAZÔNICA EM PERSPECTIVA: AS IMPRESSÕES E LEITURAS DE
GASTÃO CRULS SOBRE A AMAZÔNIA, A NATUREZA E AS SOCIEDADES
INDÍGENAS (1925-1945)**

Rio de Janeiro
2021

MATHEUS VILLANI CORDEIRO

**A HILEIA AMAZÔNICA EM PERSPECTIVA: AS IMPRESSÕES E LEITURAS DE
GASTÃO CRULS SOBRE A AMAZÔNIA, A NATUREZA E AS SOCIEDADES
INDÍGENAS (1925-1945)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo de Paula Andrade

Rio de Janeiro
2021

MATHEUS VILLANI CORDEIRO

**A HILEIA AMAZÔNICA EM PERSPECTIVA: AS IMPRESSÕES E LEITURAS DE
GASTÃO CRULS SOBRE A AMAZÔNIA, A NATUREZA E AS SOCIEDADES
INDÍGENAS (1925-1945)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rômulo de Paula Andrade (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz) – Orientador

Prof.^a Dr.^a Dominichi Miranda de Sá (Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza (Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro)

Suplentes

Prof.^a Dr.^a Tamara Rangel Vieira (Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Rio de Janeiro

2021

Ficha Catalográfica

C794h Cordeiro, Matheus Villani.

A hileia amazônica em perspectiva : as impressões e leituras de Gastão Cruls sobre a Amazônia, a natureza e as sociedades indígenas (1925-1945) / Matheus Villani Cordeiro ; orientado por Rômulo de Paula Andrade. – Rio de Janeiro : s.n., 2021.

181 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.

Bibliografia: 171-181f.

1. Etnobotânica. 2. Ecossistema Amazônico. 3. Índios Sul-Americanos. 4. História do Século XX. 5. Brasil.

CDD 362.1

Catálogo na fonte – Marise Terra Lachini – CRB6-351

AGRADECIMENTOS

Se o processo da escrita se preenche de momentos solitários, neste caso, tornou-se ainda mais por conta do isolamento necessário. Porém, não nos faltou o afeto de tantas pessoas, que mesmo distantes fizeram parte desta jornada, de certa forma, trilhada coletivamente. Deixo aqui registrado meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram com puros incentivos e inspirações.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC) pelo compromisso com o ensino e a pesquisa científica. Aos funcionários e aos docentes da COC, especialmente, Simone Kropf, André Felipe Cândido da Silva, Lorelai Kury, Rômulo de Paula Andrade e Tamara Rangel Vieira, pelas disciplinas ofertadas e também às enriquecedoras experiências.

Ao meu orientador, Rômulo de Paula Andrade por receber sempre com entusiasmo as minhas ideias, agradeço pelas conversas, por todas as indicações de leitura, pelo incentivo e o exímio acompanhamento durante o progresso da pesquisa.

Ao professor Vanderlei Sebastião de Souza por conduzir meus primeiros passos na pesquisa científica e pela confiança em meu trabalho desde o primeiro ano da graduação, os meus mais sinceros agradecimentos.

À Dominichi Miranda de Sá e Vanderlei Sebastião de Souza por aceitarem o convite de participação na banca de defesa e pelas ótimas ponderações, sem as quais jamais chegaria à conclusão deste trabalho, todas foram extremamente importantes e necessárias.

Aos colegas de mestrado e outros amigos da COC, Bruno, César, Paulo, Sandro, Jorge & Rebeca e especialmente, Gabriel, paulistano radicado na cidade do Rio de Janeiro e cheio de histórias inusitadas sobre esta cidade que agora também faz parte da minha jornada.

Aos amigos da graduação para a vida, Rafael, Ketlin, Daniel, Maxton, Jadson e Pedro, pessoas de enorme camaradagem, pelas partidas de Truco, rodas de bar e conversas diárias. Saudades das “reuniões extraordinárias” convocadas pelo Daniel para tratar de assuntos sérios, as vezes nem tanto...

Ao grande historiador Lucas Mores (*in memoriam*) pelas conversas e conselhos sobre a pós-graduação.

Aos meus professores efetivos e colaboradores do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro): Beatriz Anselmo Olinto, Caroline Tecchio, Cerize Nascimento Gomes, Daniela Vallandro de Carvalho, Diná Schmidt, Elenita Malta, Fábio Ruela de Oliveira, Kety Carla de Marchi, Jó Klanovicz, Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, Liliane Freitag, Márcia Tembil, Marion Stremel, Michele Tupich Barbosa, Rosemeri Moreira, Silvia Gomes Bento de Mello e Terezinha Saldanha.

Aos colegas e amigos do Programa de Educação Tutorial (PET/História-Unicentro) (2015-2019).

Um agradecimento especial ao Vitor Vivolo pelo auxílio com o acesso à algumas fontes.

À Fundação Biblioteca Nacional pela excelente ideia da criação da Hemeroteca Digital, que em tempos de pandemia auxiliou enormemente este trabalho.

À minha família, meu irmão, Lucas, meus pais, Serli e Lauri pelo carinho, pelos ensinamentos e pelo apoio em vários momentos da minha vida. As despedidas decorrentes das idas e vindas para Santa Catarina sempre deixam um grande aperto.

À Ketlin Maria, a quem divido a vida e o amor pela História, pela amizade imprescindível, pela afeição imensurável, pela paixão inesquecível.

O ardente desejo de visitar uma região tropical, para contemplar e exuberância de vida, tanto animal como vegetal, que dizem existir ali, e ver, com os meus próprios olhos, todas as maravilhas que tanto me deliciavam, quando eu lia as descrições feitas pelos viajantes que as contemplaram, foram os motivos que me induziram a romper a trama de meus negócios, os vínculos que me prendiam ao lar, e partir para “alguma terra bem distante, onde reina um sertão constante”.

Alfred Russel Wallace

Quando eu decidi esta viagem, não foram poucas as vozes que me clamaram: – “Mas que loucura! O que é que você vai fazer no Norte? Você não tem medo das febres?” Era-me difícil responder, mesmo porque muita gente ignora a existência de certas criaturas que já nasceram roídas pelo tédio e em cuja alma se pode ler o Quosque eadem? de Sêneca.

Gastão Cruls

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em compreender as impressões e leituras do médico, escritor e intelectual brasileiro Gastão Cruls (1888-1959) sobre a natureza e as sociedades indígenas presentes em três obras sobre a Amazônia. O recorte temporal abrange o período de 1925 a 1945, pois se relaciona ao contexto de produção, publicação e recepção das produções do escritor. Almeja-se através da análise textual e da trajetória social e intelectual de Gastão Cruls entender as bases discursivas que permeiam suas obras, mapeando as influências presentes no pensamento do escritor e a recepção de suas interpretações e construções representativas sobre a Amazônia no cenário intelectual da época. As principais fontes desta pesquisa consistem do romance *A Amazônia Misteriosa* (1925); do diário de viagem *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque* (1930); e do compêndio *Hiléia Amazônica* (1944), que reúne aspectos do conhecimento científico da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígena.

Palavras-chaves: Amazônia; Gastão Cruls; Natureza; Etnografia Indígena.

ABSTRACT

The aim of this work is to understand the impressions and readings of the Brazilian doctor, writer and intellectual Gastão Cruls (1888-1959) about the nature and the indigenous societies present in three works about Amazon. The time frame covers the period from 1925 to 1945, as it relates to the context of production, publication and reception of the writer's productions. Through textual analysis and the social and intellectual trajectory of Gastão Cruls, the aim is to understand the discursive basis that permeate his works, mapping the influences present in the thought of the writer and the reception of his interpretations and representative constructions about the Amazon in the intellectual scenario of the epoch. The main sources of this research consist of the novel *A Amazônia Misteriosa* (1925); from the travel diary *A Amazônia que eu vi: Óbidos - Tumucumaque* (1930); and the compilation *Hiléia Amazônica* (1944), which brings together aspects of the scientific knowledge of flora, fauna, archeology and indigenous ethnography.

Keywords: Amazon; Gastão Cruls; Nature; Indigenous Ethnography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Fachada do Bar Nacional. Rio de Janeiro..... | 24 |
| Figura 2: Capa da primeira edição de A Amazônia Misteriosa (1925) com o muiraquitã estampado; ao lado, exemplar do Acervo de Arqueologia Brasileira do Museu Nacional, coletado em Óbidos (PA). | 38 |
| Figura 3: Levantamento topográfico do Vale Amazônico por Paul Le Cointe..... | 63 |
| Figura 4: Levantamento cartográfico do Rio Cuminá realizado pela exploradora Octavie Coudreau..... | 65 |
| Figura 5: Cachoeiras do Cuminá (entre a cachoeira do Jandiá e do Cajual)..... | 67 |
| Figura 6: 1) “Meu guia Guilherme”. 2) “Joaninha anda pela floresta”. Translado da embarcação através da floresta durante contorno de cachoeira. 3) Henri Coudreau e Octavie Coudreau ao centro, ao redor deles, os demais membros da expedição ao Trombetas. | 74 |
| Figura 7: Levantamento topográfico do curso do rio Cuminá por Benjamin Rondon..... | 83 |
| Figura 8: Castanheiros em serviço no Tronco. Rio Cuminá. | 85 |
| Figura 9: Galgando o maior degrau da cachoeira Zoada. Rio Cuminá. | 89 |
| Figura 10: A marcha pelos Campos Gerais do Cuminá até a Serra Tumucumaque. | 90 |
| Figura 11: General Cândido Rondon, Benjamin Rondon e os demais membros do Serviço de Inspeção de Fronteiras, acompanhado por indígenas, no marco de fronteira entre Brasil e a Guiana Holandesa..... | 92 |
| Figura 12: À esquerda petróglifo encontrado na cachoeira Zoada, à direita petróglifo encontrado na cachoeira do Jacaré. Rio Cuminá..... | 100 |
| Figura 13: Representações reproduzidas por Everard im Thurn..... | 101 |
| Figura 14: Os mesmos petróglifos dos paredões da Resplendor. Rio Cuminá. À esquerda registrados por Octavie Coudreau e à direita pelo Serviço de Inspeção de Fronteiras, na qual pode-se ler o Venit 1877 e Diniz – Avelino 1925. | 101 |
| Figura 15: Índio Pianocotó. Rio Cuminá..... | 104 |
| Figura 16: General Rondon entre os Tiriyo. Rio Cuminá, 1928..... | 112 |
| Figura 17: General Rondon em inspeção dos objetos pianocotós recebidos e destinados ao Museu Nacional..... | 114 |
| Figura 18: Localização das duas áreas da Companhia Ford Industrial do Brasil, ambas à margem direita do rio Tapajós..... | 147 |

| | |
|--|-----|
| Figura 19: Cartão postal de Gastão Cruls endereçado a Rodolfo Garcia, informando que estava percorrendo o Baixo-Amazonas em direção a Maués. | 152 |
| Figura 20: Da esquerda para direita: Gilberto Freyre, Odilon Nestor, Gastão Cruls e o redator do Diário da Manhã. Recife, 1939..... | 155 |
| Figura 21: Os amigos, José Olympio, à esquerda, Gastão Cruls e Gilberto Freyre. | 156 |
| Figura 22: Aquarelas da <i>Hiléia Amazônica</i> . À esquerda superior, a palmeira miriti. À direita superior, aves do gênero Pipra, Cyanerpes, Calospiza e Chiroxhiphia. À esquerda inferior, urna antropomórfica amazônica. À direita inferior, coleção de ferramentas indígena..... | 158 |

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Análise comparativa entre o dialeto ragu e tiryó realizada por Gastão Cruls..... 99

LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

ACL – Academia das Ciências de Lisboa

BCB – Banco de Crédito da Borracha

CAETA – Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

CFIB – Companhia Ford Industrial do Brasil

CSPR – Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

IAN – Instituto Agrônômica do Norte

IIHA – Instituto Internacional da Hiléia Amazônica

INL – Instituto Nacional do Livro

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPEN – Instituto de Patologia Experimental do Norte

MN – Museu Nacional

PQVEA - Plano de Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia

RDC – Rubber Development Corporation

RN – Radio Nacional

RRC – Rubber Reserve Company

SAVA – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SEGE – Serviço de Estudo das Grandes Endemias

SENTA – Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SNAAPP – Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

UDF – Universidade do Distrito Federal

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 1 |
| Capítulo 1 – A construção de um horizonte: Gastão Cruls e a ideação da Amazônia | 12 |
| 1.1 O período de formação e a inserção de Gastão Cruls no debate científico nacional. | 13 |
| 1.2 Uma <i>Belle Époque amazônica</i> ? Os contextos amazônicos no alvorecer do século XX. | 27 |
| 1.3 Sob os devaneios amazônicos: <i>A Amazônia Misteriosa</i> de Gastão Cruls..... | 32 |
| Capítulo 2 – Do imaginário à observação: Gastão Cruls viaja à Amazônia | 50 |
| 2.1 A Amazônia à luz da ciência: as viagens científicas e exploratórias ao interior da Primeira República do Brasil..... | 51 |
| 2.2 Viagens ao Cuminá (1849-1929)..... | 61 |
| 2.3 “ <i>A Amazônia que eu vi</i> ”: Gastão Cruls e o Serviço de Inspeção de Fronteiras..... | 76 |
| 2.4 Em meio aos Pianocotós: a construção de um retrato indígena dos limites do Brasil... | 96 |
| 2.5 A recepção da obra <i>A Amazônia que eu vi</i> e o legado da expedição do Serviço de Inspeção de Fronteiras. | 113 |
| Capítulo 3 – O intérprete da Amazônia: experiências, observações e itinerário de Gastão Cruls | 119 |
| 3.1 Os intelectuais, Gastão Cruls e a Era Vargas (1930-1945)..... | 120 |
| 3.2 Uma breve abordagem sobre o Estado e Amazônia | 136 |
| 3.3 O regresso do amazônico: a <i>Hiléia Amazônica</i> e as impressões da Companhia Ford Industrial do Brasil..... | 144 |
| Considerações finais | 165 |
| Referências | 169 |



Gastão Cruls

Introdução

Quase às dezenove horas, já em águas do Amazonas, bate-me forte o coração, quando vejo, a certa distância, um pontilhado de luzes, que nascem à beira d'água e sobem tremulando pela encosta. É Óbidos, a cidade que ainda há quatro meses me parecia tão humilde e pequenina e agora avulta aos meus olhos como um grande centro da civilização (CRULS, 1973b: 160)¹.

Em 1953, Rubem Braga publicou, nas páginas da *Revista Manchete*, uma crônica com o título de “Gastão Cruls, o Amazônico”². O jornalista apresentava aos leitores da revista, em síntese, uma narrativa biográfica sobre a vida e obra do médico e escritor carioca Gastão Cruls, na época, sexagenário, autor de diversos livros e consagrado romancista brasileiro. Estranharíamos o título da matéria – um tanto curioso, pois, o prosônimo (amazônico) era atribuído a um escritor carioca – caso não fosse o enorme interesse que Gastão Cruls, desde o prelúdio de sua trajetória literária, demonstrou pela região amazônica. Em suas primeiras publicações, tímido em se declarar escritor, o jovem Cruls tornou a Amazônia o cenário para um ou outro de seus contos, porém, seu interesse pela região tornara-se mais evidente ao público com o romance *A Amazônia Misteriosa*, publicado em 1925, obra que lhe rendeu destaque no círculo literário brasileiro.

Contudo, Gastão Cruls, quando decidira escrever seu romance, desconhecia a região amazônica, a qual somente conheceu em 1928, durante sua participação na expedição do Serviço de Inspeção de Fronteiras. Enquanto médico e na função de climatologista, Gastão Cruls acompanhou, por cerca de quatro meses, o contingente chefiado por Cândido Rondon em direção aos limites de fronteira com a Guiana Holandesa. Das experiências obtidas na expedição, publicou, em 1930, seu relato de viagem intitulado de *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*.

Anos mais tarde, Gastão Cruls regressou à Amazônia, dessa vez comissionado pelo governo estadonovista para estudá-la em todos seus aspectos, no objetivo de escrever um livro encomendado pela editora Payot, de Paris. Em setembro de 1938, Cruls embarcou no cais do Rio de Janeiro com destino ao Norte do país, retornando, no início do ano seguinte, com

¹ Último trecho presente nas páginas da *A Amazônia que eu vi* (1930), diário de viagem do médico e escritor Gastão Cruls sobre a expedição, na qual acompanhou o Serviço de Inspeção de Fronteiras, em 1928, ao território de divisa entre Brasil e a Guiana Holandesa, traçando rota de Óbidos, no Pará, até a cordilheira Tumucumaque nas zonas limítrofes. Na ocasião da citação, Gastão Cruls retornava à Óbidos após quatro meses de marcha em meio a selva amazônica.

² BRAGA, Rubem. Gastão Cruls, O Amazônico. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n.78, p.34-35, out.1953

significativa quantidade de anotações e material obtido durante viagem. Com o conturbado conflito mundial em desenvolvimento na Europa, o projeto inicial do livro seria adiado. No entanto, em 1944, Gastão Cruls publicou a obra *Hiléia Amazônica*, compêndio sobre a flora, fauna, arqueologia e etnografia indígena, em que reuniu tanto os resultados de suas viagens, quanto as intensas leituras da produção de cronistas, naturalistas, botânicos, antropólogos, geógrafos, arqueólogos e outros, que também viajaram pela Amazônia e esforçaram-se para reproduzir suas observações e interpretações acerca do panorama amazônico.

Neste trabalho pretende-se efetuar a análise textual das publicações sobre a Amazônia produzidas pelo médico e escritor Gastão Cruls, com ênfase em compreender as redes intelectuais discursivas que permeiam a construção dos discursos e representações acerca das sociedades indígenas e da floresta equatorial amazônica. Desta forma, temos como principal foco de análise Gastão Cruls (autor) e o seu pensamento (ideias), assim, almeja-se mapear as relações de influência de ideias no pensamento do escritor e a recepção de suas próprias ideias no cenário intelectual da época. Pretende-se nortear a pesquisa através de referenciais teórico-metodológicos da história cultural e história intelectual, apresentados mais adiante. No entanto, dialoga com outros domínios da história, tais como a história dos intelectuais, história da literatura e história da saúde.

Por escolha, delimitamos o recorte temporal entre 1925 e 1945, priorizando as datas de publicação originais de *A Amazônia Misteriosa* (1925) e *Hiléia Amazônica* (1944). Aliás, em relação à Amazônia, o contexto deste trabalho perpassa a decadência econômica após o fim do primeiro ciclo da borracha (1879-1912); as intenções e criações de políticas públicas direcionadas à região durante a Era Vargas (1930-1945) e a experiência do segundo ciclo da borracha (1942-1945), por consequência da Segunda Guerra Mundial. Além disso, as pretensões de abordagem temporal permitem-nos, essencialmente, trabalhar com a trajetória social e intelectual de Gastão Cruls.

Formado em medicina durante as primeiras décadas do século XX, Gastão Cruls integrou a comunidade intelectual brasileira, assim sendo, o médico e escritor esteve em meio à efervescência das vigentes ideias que se projetavam no cenário nacional, voltadas às discussões sobre modernidade, civilização e progresso, amparadas pela literatura, pela ciência e pela técnica. Além disso, ocorreu, durante esse contexto, as demarcações dos campos das ciências e das letras, os próprios cientistas delimitavam sua área com especializações, distanciando-se do conhecimento enciclopédico (SÁ, 2006). Destaca-se que Gastão Cruls, assim como outros escritores, tais como Afrânio Peixoto e João Peregrino Júnior, transitou entre

as letras e as ciências, campos que tornar-se-iam mais distantes e com fronteiras mais claramente delimitadas ao longo do século XX.

Como demonstra Sérgio Miceli, durante as cinco primeiras décadas do século XX, os intelectuais brasileiros, enquanto grupo social, se adaptaram e ascenderam às posições nos principais setores de mercado de trabalho em expansão, tanto públicos, quanto privados, que englobavam, desde a participação em organizações partidárias e instituições culturais, às carreiras no mercado do livro e no serviço público (MICELI, 1979). Segundo Pécaut (1990), os intelectuais das décadas de 1920-1940, preocupavam-se, principalmente, com o problema da identidade nacional e das instituições. Por mais que na concepção da intelectualidade existisse uma identidade nacional latente, embasada no feitiço, solidariedade e no folclore, era ainda insuficiente para que se pudesse considerar, em essência, a ideia de povo brasileiro constituído. Nessa perspectiva, apenas as instituições devidamente adaptadas à “realidade” forneceriam os requisitos necessários para a construção de unidade nacional. Além disso, essa geração de intelectuais não solicitou a proteção do Estado e, sim, o oposto, almejando auxiliar na construção da sociedade. Desempenhando funções públicas ou não, os intelectuais, embasados em uma linguagem de poder, proclamavam a sua vocação para elite dirigente (PÉCAUT, 1990: 14-22).

É importante destacar que quando rotulamos Gastão Cruls como parte da intelectualidade, partimos da compreensão mais ampla de intelectual, neste caso, como um produtor cultural, um sujeito social envolvido na construção de ideias, participante da vida política, um interventor em assuntos públicos. Nesta perspectiva, pode-se englobar jornalistas, escritores, médicos, professores, entre outras profissões, de forma geral, criadores e mediadores culturais. Outro fato que deve ser frisado é que a trajetória de Gastão Cruls não se enquadra em uma trajetória dos ditos “grandes” intelectuais, entretanto, não é menos importante. De acordo com Jean-François Sirinelli, além dos estudos dedicados às trajetórias de maior renome, pode-se ainda abordar, buscando a compreensão do engajamento intelectual no itinerário político:

o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos “despertadores” que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com seu papel real, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política. A descrição desses três níveis e dos mecanismos de capilaridade em seu interior facilitaria sobretudo a localização de cruzamentos, onde se encontrariam *maitres à penser* e “despertadores”, e o esclarecimento de genealogias de influências,

pois um “despertador” pode ocultar dentro de si um outro, que o marcou uma geração antes –, tornando mais inteligíveis os percursos intelectuais (SIRINELLI, 2003: 246).

Entende-se que as narrativas produzidas por Gastão Cruls são permeadas de escolhas do próprio autor e atravessadas por fatores relativos ao seu contexto, sua formação, experiências, leituras, influências, inspirações, lugar social, meio intelectual, viagens, entre outras questões que envolvem a produção textual, ou seja, na forma em como o escritor construiu suas obras – tanto as de cunho exclusivamente literário, quanto as atreladas à divulgação do conhecimento científico – e suas impressões sobre a Amazônia, a natureza e as sociedades indígenas durante sua trajetória.

O uso do romance como objeto de estudo para o historiador tem cada vez mais ganhado espaço, principalmente nos domínios da história cultural e história das ideias. O historiador estadunidense Dominick Lacapra aponta algumas possibilidades para os usos da narrativa literária na escrita da história, não somente como recurso auxiliar, mas também empregada enquanto fonte histórica. As obras literárias, sob critério de rigorosa operação historiográfica, expressam particularidades sobre o passado. “Numa palavra, o romance é relevante à pesquisa histórica na medida em que pode ser convertido em informação ou conhecimento útil” (LACAPRA, 1991: 116).

Ao nos debruçarmos na análise de algumas obras do escritor carioca, conseqüentemente perpassamos por sua trajetória. Contudo, por mais que a pesquisa apresente ao leitor a trajetória de Gastão Cruls cronologicamente, nos distanciamos em construí-la como expressão unitária, linear e nutrida de imutabilidade. Em cada capítulo, a representação de imagem do sujeito perpassa a construção dos espaços sociais ocupados nos referentes contextos de produção, publicação e recepção das obras abordadas. Afasta-se, assim, do que Pierre Bourdieu, denominou como “ilusão biográfica”, a qual se ampara na falsa impressão de que a vida constitui, em geral, “um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva” (BOURDIEU, 2006: 184). Desta forma, para Bourdieu:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação do “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 2006: 189-190).

No que tange à trajetória social de Gastão Cruels, recorreremos à documentação disponível sobre o escritor, presente em periódicos da época, arquivos e em suas próprias publicações, neste caso, lugares de memória. Cabe frisar que a memória construída acerca de Gastão Cruels deve, no entanto, ser problematizada na operação historiográfica. Compreende-se, diante disso, que a memória consiste da vida, carregada de vivacidade, aberta às possibilidades de lembranças e esquecimentos, vulnerável aos usos e manipulações, enquanto a história consiste da reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais. Desta forma, a memória constitui de fenômeno atual, um elo atrelado ao eterno presente; e a história, de uma representação do passado (NORA, 1993: 9).

Para Jacques Le Goff (2000), o fazer historiográfico enquanto construção científica de uma memória coletiva, ocorre a partir da utilização de documentos selecionados pelo historiador, que atribuí um valor de testemunho na intenção de extrair vestígios de dados do passado, que também carregam consigo o imaginário de uma sociedade de sua época. Contudo, o documento não é inócuo. Para Le Goff, todo documento é também um monumento, pois:

o documento não é uma mercadoria não vendida do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que nela detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2000: 112).

Por conta da crise sanitária, não conseguimos ter acesso a alguns documentos, tais como os presentes no Arquivo Histórico do Exército e no próprio acervo de Gastão Cruels, em posse de familiares. Contudo, buscamos alternativas através da análise de jornais da época, selecionados qualitativamente e disponíveis para acesso online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, justamente para suprir a falta de alguns documentos. Por exemplo, o caso do jornal *O Paiz*, que publicou o relatório do general Cândido Rondon sobre a expedição do Serviço de Inspeção de Fronteiras, realizada em 1928, da qual Gastão Cruels fez parte. Descobrimos, também, neste e em outros periódicos, a existência de colunas de telegramas, cartas e entrevistas concedidas pelo médico e escritor, e que muito nos auxiliaram na pesquisa.

Como destacamos, durante sua trajetória, Gastão Cruels escreveu e estudou sobre a Amazônia, pode-se dizer, nesse caso, que o médico e escritor consiste de um intérprete da região em determinada época, permeada pela grande influência das ideias concebidas durante o final do século XIX e início do XX. Como demonstra Renan Freitas Pinto, o processo de formação do imaginário social que estabeleceu a Amazônia, enquanto espaço natural e cultural, ao longo dos últimos cinco séculos, foi produzido e reinventado a partir de um conjunto limitado de

concepções, as quais configuravam com predominância e persistência em estrutura mais ampla e diversificada nas representações geográficas do Novo Mundo (PINTO, 2005: 97).

Segundo Neide Gondim, a Amazônia não foi descoberta ou conquistada, mas sim inventada. A região amazônica tornar-se-ia um elemento de entusiasmo aos olhares de viajantes, pensadores, naturalistas e escritores. A construção de concepções a respeito do espaço amazônico, decorrente do contato do europeu com os territórios da América do Sul, basear-se-ia em imagens já presentes na esfera do imaginário ocidental, devido à difusão dos relatos do contato com outros climas, povos e culturas, especialmente das excursões à Índia (GONDIM, 1994).

Para David Arnold, a construção literária atribuída aos trópicos, englobando as regiões do Novo Mundo, se alternava em interpretações, ora reproduzindo aspectos positivos, ora negativos, ou seja, conformavam tanto a ideia de um paraíso terrestre quanto a de um espaço infernal. Inicialmente, as chamadas regiões tropicais condiziam com um refúgio para a vida extremamente populosa dos ambientes europeus, a concepção renascentista avivaria a ideia de harmonia entre a natureza e o homem. Entretanto, a partir da metade do século XVIII, essa perspectiva, gradualmente, foi sendo convertida em representações negativas através das publicações de literatura científica, relatos de viagem e demais produções literárias (ARNOLD, 2000).

A preconcepção de um ideário, amplamente enraizado, ajustou a forma como os viajantes enxergaram e assimilaram os elementos encontrados no Novo Mundo, fato que também influenciou as produções interpretativas acerca dos aspectos da Amazônia. Portanto, as ideias e conhecimentos contidos nas produções textuais dos que se aventuraram a adentrar à Amazônia, foram reproduzidas, adaptadas, reinventadas e incorporadas, ao longo dos séculos, na forma de observar e reproduzir a natureza e a cultura. Essas representações ecoaram em produções que viriam a se tornar as bases do imaginário sobre região no pensamento social brasileiro e referências importantes no desenvolvimento da história das ideias da Amazônia.

Segundo Roger Chartier, a “representação” consiste de um instrumento de conhecimento mediato que concebe a um objeto ausente, “uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é” (CHARTIER, 1991: 184). Pode-se dizer que a representação, torna-se a forma pela qual os sujeitos, individual ou coletivamente, constroem significados sobre aspectos da realidade. Em síntese:

o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as

diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um *status*, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. A noção de representação, assim, modificou profundamente a compreensão do mundo social. (CHARTIER, 2011: 20).

Pode-se dividir a construção representativa da Amazônia, de acordo com Luiz Fernando Souza Santos (2007), a partir de quatro quadros de ideias formadoras de diversas imagens sobre a região, sendo os seguintes: a visão edênica, decorrente das primeiras viagens ao Novo Mundo, reproduziu a natureza excessiva como reflexo de paraíso terrestre, observações atreladas à crise da explosão demográfica ocorrida nos centros urbanos europeus, denota-se que os cronistas oscilaram entre o edenismo e o infernal; a visão dos naturalistas perpassa o século XVIII, época das explorações científicas e um maior detalhamento dos aspectos da fauna, flora e cultura indígena; a visão administrativa percorre o contexto dos séculos XVIII e XIX, em que o Estado, com medidas político-administrativas, promoveu a ocupação e manutenção na posse territorial de regiões do Norte do país, esforço legado à República no século XX; e, por fim, a visão ambientalizada, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, com propostas, tais como a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, em que a região configurava como primordial para o equilíbrio ecológico do planeta (SANTOS, 2007).

Para o historiador Keith Thomas, no início do período moderno, houve predominância na visão de domínio do homem sobre o mundo da natureza e sem dúvidas consistia do objetivo do esforço humano. Contudo, por volta de 1800, mesmo que ainda fosse a meta de grande parte das pessoas, tal pretensão não se isentou de controvérsias. Dessa forma, surgiram dúvidas e hesitações sobre o papel e o lugar do homem na natureza e o seu relacionamento com outras espécies. Através de estudos de história natural, as percepções antropocêntricas dos tempos anteriores caíram em descrédito, ocasionando em novas questões e formas de se pensar o homem e a natureza (THOMAS, 2010: 344). No caso da Amazônia, pode-se afirmar que o desmatamento da floresta para utilização do solo, até o período moderno, era prática inquestionável no desenvolvimento do progresso humano.

É importante destacar que durante a virada do século XIX para o XX, surgiram diversas narrativas ficcionais sobre a Amazônia, grande parte dessas literaturas se atrelavam às produções com a predominância estética do realismo-naturalista ou nos emergentes gêneros da

literatura fantástica e ficção científica. Destaca-se que, para a construção literária, vários escritores se basearam na leitura de registros produzidos durante os tempos coloniais, por cronistas, ainda mergulhados na concepção do “real-maravilhoso”, mas que desde o século XVI, acompanharam campanhas de exploração pelo interior da América do Sul (FOOT HARDMAN, 2009: 26-29). Nesse período, foram publicados clássicos do pensamento social sobre a Amazônia, tais como *Inferno Verde* (1908), de Alberto Rangel e *À margem da história* (1909), de Euclides da Cunha.

Diversos exploradores, cronistas, naturalistas, médicos, botânicos e etnógrafos percorreram a região amazônica, com diferentes interesses e objetivos, cronistas como Gaspar de Carvajal (1500-1584), Cristóbal de Acuña (1597-1675); naturalistas como Charles-Marie de La Condamine (1701-1774), Alexander von Humboldt (1769-1859), Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), Johann Baptist von Spix (1781-1826), Jean Louis Agassiz (1807-1873), Richard Spruce (1817–1893), Henry Walter Bates (1825–1892); os cientistas ligados ao Museu Nacional e Museu Paraense, como Emílio Goeldi (1859-1917), Domingos Ferreira Penna (1818-1888), João Barbosa Rodrigues (1842-1909) Charles Frederick Hartt (1840-1878); as viagens médico-científicas de Harold Wolferstan Thomas (1875-1931), Oswaldo Cruz (1872-1917), Belisário Penna (1868-1939), Carlos Chagas (1879-1934); escritores como Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Rangel (1871-1945), Raymundo Moraes (1872-1941); as expedições chefiadas por Cândido Rondon (1865-1958), sempre acompanhado por profissionais das ciências em seu contingente; enfim, encerramos por aqui, pois seria uma lista enorme, caso fossemos citar todos aqueles que gastaram o bico de sua pena ou o solado da bota na intenção de observar, interpretar e descrever a Amazônia.

Semelhantemente, Gastão Cruls produziu compreensões com o objetivo de assimilar ao seu entendimento a diversidade de elementos que compõem o espaço amazônico, para isso, o escritor não somente viajou para a região, mas também realizou intensa e meticulosa leitura de obras que tornaram-se referências sobre os aspectos da natureza e cultura da Amazônia e que viriam a estruturar as bases discursivas de suas interpretações. Cabe frisar que a composição de imagens e representações sobre a Amazônia, as quais são utilizadas por Gastão Cruls em suas obras, perpassam o conhecimento produzido em áreas como a da história natural, da antropologia e da geografia.

Pretende-se utilizar, como fonte documental, três principais obras sobre a Amazônia produzidas por Gastão Cruls: a primeira obra consiste do romance, *A Amazônia Misteriosa*, publicada em 1925, época em que o escritor ainda não conhecia a região; a segunda obra

consiste do diário de viagem, *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*, de 1930; e a terceira obra trata-se da *Hiléia Amazônia: aspectos da flora, fauna*, de 1944, arqueologia e etnografia indígena, compêndio de fôlego sobre os elementos da Amazônia.

Cabe elucidar que suas obras sobre a Amazônia foram produzidas e publicadas em diferentes épocas, em que perspectivas inéditas se afluíam e, principalmente, distintos processos econômicos, políticos e sociais se desenvolviam na Amazônia. Se no contexto de publicação de seu romance e diário de viagem a Amazônia passava por período de decadência após o fim do ciclo da borracha, seu compêndio sobre a região viria à luz no auge do segundo ciclo da borracha. Desta forma, suas próprias interpretações sobre a região diferem, condizentes com as intenções do autor e com o contexto de produção da obra.

Utilizamos, além das obras mencionadas, artigos publicados pelo médico e escritor em revistas especializadas, periódicos e correspondência pessoal presente, especialmente, nos acervos da Biblioteca Nacional e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Destaca-se que Gastão Cruls legou aos familiares um arquivo pessoal, entretanto, por conta da crise sanitária, não conseguimos ter acesso à documentação que, sem dúvidas, nos seria tão proveitosa.

Gastão Cruls foi um personagem versátil, médico, escritor, cronista, *conteur*, romancista, entre outros termos utilizados para classificá-lo durante a vida, possibilitando, de certa forma, análises diversas e produções interdisciplinares a respeito de aspectos biográficos e de suas obras. Atualmente, não existe grande quantidade de trabalhos relacionados com foco na figura de Gastão Cruls e obras, porém, não nos faltaram artigos, monografias, dissertações e teses, com as quais pudéssemos dialogar durante a pesquisa. Desta forma, apontaremos algumas contribuições que tivemos oportunidade de travar leitura.

Susane Patrícia Melo de Lima e Waldemir Rodrigues Costa Júnior (2011), analisam as representações do espaço geográfico amazônica e sua relação espacial e social no romance *A Amazônia Misteriosa*. Marco Aurélio Coelho Paiva (2019), em análise das primeiras obras literárias de Gastão Cruls, interpretando-as enquanto mescla de uma tradição literária sobre os sertões e a representação de natureza no Brasil, e a narrativa de dramas de caráter psicológico no desenvolvimento dos personagens, fatores relacionados com o contexto de expansão do meio urbano e as transformações políticas e sociais, vividas na década de 1920.

Sobre alguns estudos biográficos sobre Gastão Cruls, destaca-se a dissertação de Vítor da Matta Vivolo (2017), que, além de realizar extensa pesquisa biográfica, também elaborou interessante análise sobre as obras ficcionais do autor, apontando os diálogos do escritor com a

prática médica, assim como a influência exercida por temas em amplo debate no contexto nacional da época. Conforme aponta, por mais que Gastão Cruls abandonou a carreira médica profissionalmente e optou pelo caminho literário, as experiências na área da saúde permaneceram como parte do processo criativo do escritor (VIVOLO, 2017).

Outros estudos permeiam vida e obra de Gastão Cruls, tais como os realizados por Julio França (2013; 2018), Andreza Marzani (2014) Márcia Naxara (2012) e Claudio Silveira Maia (2009), este último realiza a releitura da literatura de Gastão Cruls a partir da crítica pós-colonial. Acreditamos que esta pesquisa contribui em evidenciar uma outra face de Gastão Cruls, ainda pouco explorada, a de um intelectual entusiasmado por assuntos sobre a Amazônia e um forte colaborador na divulgação do conhecimento científico sobre a região.

A ideia deste trabalho surgiu durante a época de graduação, na qual ainda estudante do curso de História na Universidade Estadual do Centro-Oeste, encontrei a obra *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*, de 1930, do até então desconhecido, para mim, Gastão Cruls. A leitura do relato de viagem de Gastão Cruls sobre sua expedição à Amazônia despertou meu interesse. Como já havia trabalhado com a análise dos estudos de etnografia indígena na obra *Rondônia* (1917), do antropólogo Edgard Roquette-Pinto, tornei a obra de Gastão Cruls uma fonte documental, analisando sua produção etnográfica, visto que ele travou, durante expedição, contato com o povo Pianocotós do Alto Cuminá. Durante a pesquisa, ao analisar o itinerário intelectual e outras produções do escritor, surgiram novos questionamentos em relação às impressões e leituras sobre a Amazônia, a natureza e as sociedades indígenas presentes em seu pensamento.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o contexto de formação e inserção do jovem Gastão Cruls no debate científico nacional, sua participação no programa de saneamento na Paraíba, as funções desempenhadas na Assistência Pública após formado, o gradual interesse pelo campo literário e pela Amazônia. Em seguida, abordaremos as interpretações acerca da Amazônia e a composição de um imaginário social sobre a região durante as primeiras décadas do século XX, contexto de produção e publicação do romance de Gastão Cruls. Por fim, a análise da obra *A Amazônia Misteriosa*, com enfoque nas apropriações de ideias feitas pelo autor para construir seu cenário amazônico, imaginado, mas não distante das concepções científicas da época.

No segundo capítulo abordaremos o propósito das viagens ao interior do Brasil durante a Primeira República (1889-1930), com foco em compreender como essas expedições estiveram associadas aos projetos nacionais intervencionistas, que visavam a integração dos

sertões brasileiros. Consequente, trataremos do diário de viagem de Gastão Cruls, *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*, de 1930, decorrente de sua participação no Serviço de Inspeção de Fronteiras, chefiado pelo general Cândido Rondon. Por objetivo, pretendemos entender as formas narrativas empregadas pelo escritor na construção de representações da natureza e sociedades indígenas e constatar se na perspectiva de Cruls o “visto” distanciou-se do “imaginado”. Aproveitamos, também, para perceber as intenções e viabilidades do Serviço de Inspeção de Fronteiras. Por último, trabalharemos com a produção etnográfica realizada por Gastão Cruls acerca do contato com os indígenas durante a viagem e a repercussão e recepção de seu relato de viagem no cenário nacional.

No terceiro capítulo, apresentaremos o itinerário intelectual de Gastão Cruls durante as décadas de 1930 e 1940, sua relação com a Academia Brasileira de Letras, o papel intelectual desempenhado pelo escritor na vida política da época, o envolvimento com o mercado editorial à frente da Editora Ariel e seu novo projeto sobre a região amazônica. Em seguida, abordaremos as políticas públicas direcionadas à Amazônia promovidas pelo poder central. Por fim, trataremos da segunda viagem de Gastão Cruls ao Vale Amazônico, ocorrida em 1938, na qual o escritor foi comissionado pelo regime estadonovista para estudar a região em todos seus aspectos e, por fim, trabalharemos as produções sobre a Amazônia produzidas pelo escritor e publicadas no final da década de 1930 e início de 1940.

Em suma, aqui encontra-se o esforço em responder tais questionamentos, os quais permeiam as produções textuais, as influências, as recepções de ideias e a trajetória intelectual e social de Gastão Cruls. Caso o leitor julgue insatisfatórias estas contribuições, o autor ficará sempre e inteiramente grato pelas críticas feitas a estas páginas.

Capítulo 1 – A construção de um horizonte: Gastão Cruls e a ideação da Amazônia

Durante as primeiras décadas do século XX, o jovem Gastão Cruls concluiu seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Após formado, ingressou no quadro de funcionários da Assistência Pública do Distrito Federal. Entre 1921 e 1923, exerceu a função de médico sanitaria e subchefe na Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba. O interesse pela literatura surgiu gradualmente na vida de Gastão Cruls, somente depois de formado que viria a publicar seus primeiros contos na *Revista do Brasil*, seguidos de suas primeiras coleções de contos *Coivara* (1920) e *Ao embalo da rede* (1923). No final de década de 1910 e início de 1920, o nome de Gastão Cruls começou a aparecer no círculo literário brasileiro, a partir daí o jovem médico, agora também escritor, passou a frequentar as “rodas de bar” entre o seleto grupo de amigos do escritor Antônio Torres.

Contudo, foi somente em 1925, com a publicação de seu primeiro romance *A Amazônia Misteriosa*, ambientado na floresta amazônica, que Gastão Cruls tornar-se-ia reconhecido nacionalmente como escritor e romancista brasileiro, além disso, seu romance é considerado uma das obras precursoras do gênero da ficção científica no Brasil. Na época, Gastão Cruls não conhecia, fisicamente, a Amazônia, necessitando, para a composição dos elementos da obra, o uso recorrente e de diversificada leitura sobre a região. Nessa tarefa, o autor mobilizou um amplo conhecimento científico e concepções presentes no pensamento social sobre a Amazônia, na intenção de tornar a construção de um cenário, nunca antes visto por ele, no mais autêntico possível, no que tange as representações literárias da realidade.

Neste capítulo, temos por objetivo analisar o período de formação, o interesse pela literatura, as leituras, influências e a relação entre as impressões de Gastão Cruls e como o escritor se apropriou de ideias e perspectivas sobre a Amazônia nas páginas de seu primeiro romance *A Amazônia Misteriosa* (1925). É importante destacar que pretendemos compreender tanto as influências no pensamento do médico e escritor, quanto a recepção de suas próprias ideias no cenário intelectual da época.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira, trataremos da análise do contexto de formação e inserção de Gastão Cruls no debate científico nacional, sua participação no programa de saneamento direcionado ao interior do Brasil, os trabalhos na Assistência Pública, o gradual interesse pela literatura, as funções desempenhadas no funcionalismo público e a publicação de suas primeiras obras literárias, em especial *A Amazônia Misteriosa* (1925). Na segunda parte, abordaremos algumas interpretações presentes no imaginário social sobre a

região amazônica na década de 1920, contexto de produção e publicação do romance de Gastão Cruls. Na terceira parte, dedicaremos exclusivamente para análise do conteúdo da obra *A Amazônia Misteriosa*, com a perspectiva de apontar as leituras realizadas por Cruls, as apropriações de ideias na construção de seu cenário amazônico, que mesmo imaginado, como veremos, não se distanciou das concepções científicas da época.

1.1 O período de formação e a inserção de Gastão Cruls no debate científico nacional.

Gastão Luiz de Oliveira Cruls (1888-1959), foi um médico, escritor, crítico literário e intelectual brasileiro, dedicou parte de sua trajetória à literatura, ciência e à atividade editorial. Sendo o segundo filho entre sete irmãos, fruto da relação do casal, Maria D'Oliveira Cruls e do cientista belga Louis Cruls³, Gastão Cruls nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1888, nas instalações do Imperial Observatório do Rio de Janeiro⁴, na época localizado no morro do Castelo⁵. A família Cruls residia nas dependências do próprio observatório, em moradia reservada ao diretor Louis Cruls, pai de Gastão.

Durante a juventude, o garoto Gastão Cruls realizou seus estudos em diversas instituições. Em sua formação primária frequentou o Colégio Rush, entretanto, com a mudança da família para Petrópolis, passou a estudar no Colégio Kopke e, em seguida, no Ginásio Fluminense, fundado pelo político e jornalista Alberto Torres (1865-1917), instituição que permaneceu de 1899 a 1902. Na adolescência, ingressou no Colégio São Vicente de Paulo, sendo transferido para a tradicional instituição carioca, o Colégio Pedro II, onde concluiu seus estudos, optando por seguir a carreira médica (VIVOLO, 2017: 25).

Destarte, o jovem Cruls prestou exame de admissão na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁶, ingressando no ano de 1905. A faculdade localizada no Distrito Federal, constituía-

³ Louis Ferdinand Cruls (1848 – 1908) foi um astrônomo e geógrafo belga que atuou no Brasil, sendo reconhecido por sua função como diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro (1881-1908) e como chefe da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (1892).

⁴ Após a Proclamação da República (1889) passou a se chamar Observatório do Rio de Janeiro. Com o desmantelamento do morro do Castelo, em 1922, o observatório foi transferido para o morro de São Januário, em São Cristóvão, atual localização do Observatório Nacional.

⁵ O morro do Castelo foi um dos primeiros núcleos urbanos da cidade do Rio de Janeiro, localizado no centro da cidade, atual Esplanada do Castelo, sua ocupação é datada do século XVI. O local abrigou diversos monumentos e prédios importantes, como a Igreja de Santo Inácio, Igreja de São Sebastião, Convento dos Capuchinhos, Colégio dos Jesuítas, Escola de Medicina Imperial, Hospital São Zacarias. O morro do Castelo foi desmantelado na gestão de Carlos César de Oliveira Sampaio, prefeito do Distrito Federal (1920-1922). Ver Paixão (2008).

⁶ A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi fundada, em 1808, com o nome de Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. A instituição foi responsável, em conjunto com a Faculdade de Medicina da Bahia, por grande parte da pesquisa médico-científica e pela formação da elite médica brasileira (SOUZA, 2017: 45-46).

se de uma das principais instituições de ensino superior e pesquisa médica do país. Durante sua formação, Gastão Cruls foi marcado pela tradição clínica e pela forte influência da medicina francesa presente na instituição fluminense (Ibidem). No contexto das primeiras décadas do século XX, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro se destacava principalmente pelas pesquisas na área das doenças tropicais e nos estudos sobre a medicina higienista, enquanto no Norte do país, a Faculdade de Medicina da Bahia promovia estudos de medicina legal, cujas influências procediam de países como a Alemanha e Itália (SOUZA, 2017: 21).

No início do século XX, às margens da Baía de Guanabara, a cidade do Rio de Janeiro, na época parte do Distrito Federal e capital do Brasil, se tornava, para a elite governante, um possível semblante do espírito de progresso e busca pela modernidade, caso conseguisse lidar com seus principais problemas sociais, sanitários e urbanos. Além de centro político-administrativo da ainda jovem República brasileira, o cais portuário da cidade consistia da principal porta de entrada de comércio, cultura e notícias vindas da Europa, Estados Unidos e de outras partes do mundo. Desta forma, o Rio de Janeiro constituía-se da fachada do Brasil para o resto do mundo, a ambição pela estética europeia, no caso, civilizada e moderna, culminou em reformas estruturais no quadro social e urbano e em rupturas com tradições populares, arquitetura e a própria memória colonial. As reformas promulgadas na gestão de Francisco Franco Pereira Passos – prefeito do Distrito Federal entre 1902 e 1906 – tais como, a expansão da Avenida Central, a ampliação de espaços públicos, a demolição dos cortiços, o controle das pragas e a vacinação obrigatória, surgiram como possíveis respostas para a eliminação da imagem destoante da capital da nação em relação à estética moderna (SEVCENKO, 1983: 24-41).

Cabe frisar o papel desempenhado por agentes de saúde pública no processo de modernização da capital federal. Em 1903, durante a primeira gestão do presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), o médico brasileiro Oswaldo Cruz (1872-1917), na época diretor-geral de Saúde de Pública, apresentou o plano de campanha contra o vetor da febre amarela, o *Stegomyia fasciata*. Com base em táticas de coerção e persuasão, caberia à Saúde Pública, na campanha de combate à febre amarela, tomar medidas contundentes para o êxito profilático de controle da doença. Quanto à varíola, pretendia-se a aplicação em massa da vacina, enquanto que para o controle da peste bubônica, buscava-se a eliminação de ratos, paralelamente a outras medidas sanitárias (BENCHIMOL, 2008: 270-272).

A polícia sanitária, que havia sido ampliada por Pereira Passos, intensificou sua atuação, e de forma recorrente realizava vistorias em habitações do centro e zona portuária do Distrito

Federal, essas tarefas foram incorporadas à Diretoria Geral de Saúde Pública, surgindo assim o Serviço de Profilaxia Específica da Febre Amarela. É importante destacar que por via jurídica houve a ampliação do poder das autoridades sanitárias. Além disso, pelo destaque atribuído ao plano de imunização, foi instaurada lei, em 31 de outubro de 1904, que tornava obrigatória a vacinação. A aprovação da medida culminou em consecutivas ondas de protestos populares, nas quais os revoltosos entraram em confronto com a polícia. O episódio ainda ocasionou em revolta militar, no intuito de depor o presidente da República, Rodrigues Alves, contudo, rapidamente contida. (Ibidem: 271-275).⁷

Foi diante desse cenário que Gastão Cruls ingressou, em 1905, no curso de medicina. Enquanto estudante, o jovem Cruls se envolveu com a prática clínica, trabalhando como interno em algumas enfermarias, entre elas a enfermaria dirigida pelo médico Augusto Brant Paes Leme, frequentada durante a época de seu terceiro ano de formação. No quarto ano, Cruls prestou serviço na Santa Casa de Misericórdia, conhecida como sétima enfermaria, dirigida pelo médico Miguel de Oliveira Couto, onde teve por companheiro de clínica, o também estudante de medicina Miguel Osório de Almeida, com o qual preservou grande amizade. Além disso, Gastão Cruls, em seu último ano de curso, trabalhou como auxiliar acadêmico na Assistência Pública do Distrito Federal⁸.

Na conclusão de curso, Gastão Cruls defendeu sua tese de doutoramento, em abril de 1911, na terceira mesa, ao lado dos colegas Joaquim Moreira da Fonseca, Leandro Cavalcanti da Silva Guimarães e Cicero Tristão, versando sobre o *subsídio ao estudo da meningite cerebrospinal epidêmica*, a partir de casos clínicos observados, sendo aprovado com distinção. Sobre outros trabalhos científicos da área médica realizados por Gastão Cruls, destaca-se seu ensaio sobre *viscosidade sanguínea e sopros anêmicos*, apresentado no 5º Congresso Médico Latino-Americano, realizado em Lima, em 1913⁹.

Após e até o fim da década de 1910, Gastão Cruls permaneceu no quadro de funcionários da Assistência Pública do Distrito Federal, exercendo o ofício de subcomissário até 1920, quando foi nomeado comissário médico pelo prefeito do Distrito Federal, Milcíades

⁷ Dentre as retaliações decorrentes da revolta popular de 1904, diversas pessoas, a maioria de estrato social subalterno, foram desterradas do Rio de Janeiro para o território do Acre, recém anexado pelo Tratado de Petrópolis, em 1903. Processo similar ocorreu anos mais tarde, em 1910, após motim naval, episódio conhecido como “Revolta da Chibata”. Ver Silva (2013).

⁸ PEREZ, Renard. Vida de Escritores: Gastão Cruls. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1955, p. 8.

⁹ V Congresso Medico Latino-Americano. *O Brazil-Medico: revista semanal de medicina e cirurgia*. Rio de Janeiro. n.38, p. 413, out.1913.

Mário de Sá Freire¹⁰. Contudo, no ano seguinte, Gastão Cruis entrou com um pedido de exoneração do cargo, pois havia sido nomeado como inspetor sanitário no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), agência criada em 1920, durante o mandato do presidente da República, Epitácio Pessoa (1919-1922).

Durante a década de 1920, ocorreu a expansão do poder público e do papel do Estado no que tange o campo da saúde pública, sendo a questão do combate de algumas doenças gradualmente alçada a novos patamares no debate nacional. Segundo Hochman, a discussão se intensificou diante dos surtos de varíola, febre amarela, tísica e demais enfermidades que assolavam as populações periféricas nos grandes centros urbanos, além das chamadas endemias rurais, que estagnavam o processo de desenvolvimento no interior brasileiro (HOCHMAN, 1993: 53). Faz-se necessário destacar a importância das agendas de saúde pública nas primeiras décadas do século XX, época marcada pela atuação e militância do movimento sanitário no cenário nacional e o fatídico episódio da gripe “espanhola”, entre 1918 e 1920, que inclusive vitimou o presidente da República Rodrigues Alves, durante seu segundo mandato, iniciado em 1918.

Destaca-se que um dos fatores de impulso para as discussões de políticas de saúde pública, ocorridas entre o final do século XIX e início do século XX, consistiu no estudo de doenças classificadas como pertencentes aos trópicos, que não só ameaçavam a vinda e permanência de imigrantes no país, como também contribuíram para a formação de imagens e representações do Brasil consideradas negativas. Convém explicitar alguns pontos acerca das doenças tropicais e seu enquadramento associativo a regiões geograficamente delimitadas. De acordo com o historiador Steven Palmer, destaca-se alguns aspectos interessantes no processo de enquadramento das doenças tropicais. No caso da ancilostomíase, por exemplo, a doença também havia ocorrido em algumas regiões temperadas da América e Europa, no entanto foi classificada como doença tropical. As explicações para tal enquadramento, descrito por Palmer, consistem, em primeiro lugar, na forma eficaz com que os europeus conseguiram tratar rapidamente os surtos da doença, que atingiam majoritariamente seus setores de mineração, tornado, assim, eventos isolados. Em segundo, configura a influência da obra *Tropical Diseases* (1898), do médico e fundador do campo da medicina tropical, Patrick Manson. (PALMER, 2015: 75-76).

O surgimento da medicina tropical, enquanto campo de estudo, ocasionou em pesquisas de métodos terapêuticos com o objetivo de auxiliar no combate à malária, febre

¹⁰ Actos do Prefeito. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1920, p. 4.

amarela e a própria ancilostomíase, assim como outras doenças ditas tropicais. Destarte, com significativa efetividade, pode-se dizer que as pesquisas em medicina tropical possibilitaram uma expansão dos domínios europeus e, conseqüentemente, suas conquistas e permanências em zonas tropicais. Além disso, esse conjunto de fatores contribuiu para consolidar a ideia de alteridade dos trópicos em distinção aos ambientes europeus (ARNOLD, 2000: 140; MARKS, 1997: 212).

No Brasil, as primeiras décadas do século XX, foram marcadas pelo surgimento do movimento sanitário. Segundo Hochman e Fonseca, o movimento sanitário pode ser entendido em duas fases, separadas cronologicamente. A primeira, caracterizada pela atuação urbana, centrada no Distrito Federal e nas zonas portuárias, com a gestão de Oswaldo Cruz, organizaram-se campanhas de saneamento e de combate às epidemias de peste bubônica, varíola e febre amarela, como já mencionamos anteriormente. A segunda fase é marcada pela redescoberta dos sertões, que evidenciou a situação de abandono, isolamento e enfermidades em que a população se encontrava no interior brasileiro. Dessa forma, a doença era centralizada como o principal problema da nação, o qual poderia ser solucionado pela medicina higienista. Assim, na visão de parte da intelectualidade médica, sanear, não somente representou uma necessidade, mas também uma possibilidade de lidar com as teorias deterministas que condenavam o Brasil, tanto por seu clima tropical, quanto pela suposta inferioridade racial por conta de sua formação miscigenada (HOCHMAN; FONSECA, 1999: 75-76).

As campanhas sanitárias permitiram abrir espaço e ampliar a intervenção médica na realidade social brasileira, entretanto, não bastava apenas combater os surtos endêmicos, pois a população se encontrava em condições de vulnerabilidade social e péssimas condições de higiene decorrentes da insalubridade do meio em que viviam. Além disso, nas primeiras décadas do século XX, as novas políticas de saúde pública foram marcadas por forte viés nacionalista, simultâneo ao esforço em pesquisas sobre as doenças tropicais. Esse conjunto de fatores resultaram no debate de projetos de saneamento com propostas de intervenção na realidade social. Em decorrência do surgimento de movimentos pioneiros organizados pela intelectualidade médica, tais como a Liga Pró-Saneamento, fundada em 1918, liderada pelo médico-sanitário Belisário Penna (1868-1939), e a criação do DNSP, em 1920, ocorreu a expansão da autoridade médica para além do Distrito Federal, resultando nas campanhas de saneamento direcionadas para o interior brasileiro, organizadas e realizadas pelo Serviço de Profilaxia Rural (Ibidem: 76).

O tema das regiões do interior brasileiro surgia gradualmente nas discussões nacionais. Destaca-se a repercussão da publicação da obra, *Os Sertões*, do jornalista e escritor Euclides da Cunha, publicada originalmente em 1902, no que tange sua relevância sobre o tema do isolamento e abandono presente nos debates intelectuais das primeiras décadas do século XX (LIMA; HOCHMAN, 1996: 28). De acordo com Lima, o espaço denominado “sertão” foi enquadrado, mais como uma “categoria médica, social e política, do que geográfica e que sua localização espacial, dependeria da existência do binômio abandono-doença.” (LIMA, 1999: 57). Cabe frisar que o denominado sertão passou a interessar gradualmente a intelectualidade nacional, configurando em representações e concepções presentes nas ciências, letras e artes, ao longo do decorrer do século.

Pode-se dizer que as representações sobre a ideia de “sertão”, estiveram consentâneas a questões mais simbólicas do que realmente geográficas. Assim sendo, com a falta de coordenadas espaciais precisas, o enquadramento do sertão pode ser interpretado por certas características, como por exemplo, a ausência do Estado. Contudo, a forma mais comum de associar o sertão, enquanto espaço distinto, ocorre através do dualismo sertão/litoral, pensamento que viria a ser amplamente representado e difundido (LIMA; VIEIRA, 2020). Dessa forma, territórios longínquos e remotos, distantes do litoral ou desprovidos de atenção do Estado, podem ser observados como parte do sertão, como foi também o caso da região amazônica.

Em contexto nacional, parte da intelectualidade médica desde o século XIX, já discutia “tópicos como família, clima, raça, gênero, sexualidade e, sobretudo as possibilidades de civilização nos trópicos.” (HOCHMAN & LIMA, 2015: XVIII). Contudo, foi somente a partir da segunda década do século XX que os médicos passaram a desempenhar fortemente o papel de intérpretes do Brasil. Essa virada sociológica ocasionou em maior difusão do pensamento médico-científico em obras que se tornaram clássicos da interpretação sobre o Brasil e sobre a sociedade brasileira, tais como, *Casa Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mocambos* (1936), de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, (HOCHMAN & LIMA, 2015: XVIII-XXI).

Os relatórios médicos decorrentes das viagens aos sertões ganharam notoriedade, pois se amparavam a partir da visão de um “Brasil real”, fundamentado em experiências colhidas através de expedições ao interior brasileiro. Na opinião desses médicos-cientistas, o interior do Brasil era inteiramente dissonante e distante daquele apresentado nas páginas líricas de tantos escritores. Na concepção dessa intelectualidade, a vasta hinterlândia carecia de interpretações

reais, que destacassem os problemas com alto compromisso com a veracidade, pois as viagens aos sertões não somente revelavam um “novo Brasil”, como também firmaram o papel dos médicos, enquanto intelectuais envolvidos em assuntos públicos, os quais assumiram papéis importantes nos debates nacionais, como foi o caso dos médicos Belisário Penna e Arthur Neiva (1880-1943).

Em 1912, através da cooperação do Instituto Oswaldo Cruz com a Inspetoria de Obras Contra as Secas, Neiva e Penna realizaram uma viagem pelo interior de Pernambuco, Piauí, Bahia e Goiás. No relatório, os médicos registraram as condições da população rural, a má nutrição, analfabetismo, vulnerabilidade pela inexistência de saneamento e tratamentos médicos, além dos constantes hábitos prejudiciais, como o alcoolismo e o tabagismo, e a situação de abandono e isolamento por parte do Estado (SÁ, 2009: 184). A ausência do Estado brasileiro nos sertões foi estampada na célebre passagem do relatório “A única bandeira que conhecem é a do Divino” (NEIVA; PENNA. 1996: 191), em clara referência à situação obscurantista da população sertaneja e a inexistência de sentimento nacional.

Em 1921, o problema do saneamento tornar-se-ia o tema do discurso do médico Leonídio Ribeiro Filho, durante sessão da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Suas palavras foram reproduzidas na coluna “Assumptos de Actualidade”, da revista *O Brazil-Medico*. No discurso, Ribeiro Filho citava a correspondência recebida por ele de seu amigo e também médico Gastão Cruls, na época em exercício no serviço de saneamento na Paraíba. No conteúdo da carta, Cruls informava que no posto de profilaxia, fundado na capital do estado, somente no primeiro dia, dos quarenta indivíduos atendidos, trinta e nove estavam doentes. Ribeiro Filho mobilizou as informações para a sua conclusão de que o problema do saneamento não só deveria ser reconhecido, como também continuava atual.

O motivo do discurso proferido por Ribeiro Filho, era decorrente de sua contestação a duas afirmações feitas pelos colegas, Moncorvo Filho e Carneiro de Mendonça. A primeira, de que o médico Miguel Pereira, na época já falecido, jamais deveria ter pronunciado a frase “O Brasil é um imenso hospital”. A segunda, que a obra do escritor Monteiro Lobato, *Problema Vital* (1918), continha diversos absurdos e exageros¹¹. Ribeiro Filho, em tom crítico, respondeu:

Há duas maneiras de ser patriota, uma, a dos otimistas sistemáticos, que negam os nossos defeitos e ocultam as nossas mazelas, proclamando que o brasileiro é um povo forte e são e o Brasil o país mais rico do mundo; a outra, dos pessimistas conscientes, afirmando que a nossa terra tem riquezas infinitas, mas que, infelizmente, ainda não foram aproveitadas, por estar a nossa gente sem poder utilizar as suas virtudes porque

¹¹ RIBEIRO FILHO, Leonídio. O Problema de Saneamento. *O Brazil-Medico: revista semanal de medicina e cirurgia*, Rio de Janeiro. n.25, p.317-318, jun.1921.

está contaminada por doenças de toda sorte. Eu prefiro ficar com estes últimos, inscrevendo-me entre os que preferem enfrentar a realidade, mesmo quando ela é dolorosa como neste caso. Si os moços brasileiros, continuassem a cantar liricamente a beleza de sua terra e as virtudes de sua gente, como têm feito as gerações que nos precederam, o Brasil continuaria a ser uma terra de poetas e literatos, nestes tempos modernos em que o trabalho e a ciência são os únicos elementos de riqueza e progresso¹².

O posicionamento de Ribeiro Filho e os argumentos utilizados pelo médico, refletem as discussões contextuais de um período de intensas mudanças políticas e sociais, perpassado pela autoafirmação e autorrepresentação dos próprios cientistas, que emergiam enquanto “profissionais” no cenário nacional. Segundo a historiadora Dominichi Miranda de Sá, o resultado do impulso científico e a compreensão da ciência como caminho para a civilização e progresso induzia ao definitivo distanciamento e ruptura entre o “fazer científico” e o “fazer literário”. Esse processo gradualmente se desenvolvia desde o final do século XIX, mas foi durante as primeiras décadas do século XX que ganhou maior fôlego. Os próprios cientistas delimitavam sua área, através do emprego da linguagem objetiva, negação da retórica pomposa, especializações acadêmicas em oposição ao conhecimento enciclopédico. Dessa forma, a identidade do cientista, enquanto intelectual, se construiu antagonicamente à figura do literato (SÁ, 2006). Destaca-se que Gastão Cruels, assim outros escritores, tais como Afrânio Peixoto e João Peregrino Júnior, transitou entre o campo das letras e o da ciência, os quais tornar-se-iam mais distantes e com fronteiras mais delimitadas ao longo das primeiras décadas do século XX.

Consequente, Ribeiro Filho reafirmou a importância da frase de Miguel Pereira, como também a definiu como marco inicial de uma nova Era na história do Brasil. Em sua opinião, a geração de intelectuais – da qual ele pertencia – compromissados com a ciência, deveriam cumprir seu dever e reagir contra o patriotismo cegamente otimista, evidenciando e demonstrando através de estatísticas que a frase de Miguel Pereira, era antes de tudo, uma constatação. Além disso, Ribeiro Filho destacou a necessidade do uso de documentos, algarismos e estatísticas para basear as discussões científicas, contrapondo-se a qualquer que fosse a opinião dos colegas, que apresentavam seus pontos de vista sem base em documentação, acerca desses assuntos de ciência¹³.

A respeito da obra de Monteiro Lobato, para Ribeiro Filho nada continha de exageros ou absurdo, pois, utilizava-se em sua composição literária uma representação verdadeira do Brasil, similar aos relatórios médico-científicos produzidos por Oswaldo Cruz, Carlos Chagas,

¹² Ibidem: 317.

¹³ Ibidem: 317.

Arthur Neiva, Adolpho Lutz e tantos outros. Com a obra *O Clamor da Verdade*, recém publicada em 1921, Ribeiro Filho apresentou aos colegas que os números presentes na obra de Belisário Penna eram superiores aos que apareciam na literatura de Lobato, a qual causava tanto espanto aos colegas. Destarte, nada teria de antipatriótico a frase de Miguel Couto ou de exageros na obra de Lobato, ambos somente haviam expressado a situação de abandono, doença e descaso com que os governantes haviam deixado a população rural¹⁴. Cabe frisar que o escritor Monteiro Lobato se tornou um fervoroso defensor do movimento sanitário, além de assíduo propagandista das ideias higienistas. Em sua literatura, a própria figura do Jeca Tatu consiste da síntese em letras de denúncia diante do abandono da população sertaneja por parte do Estado (OLIVEIRA, 1998: 198).

Como já mencionado, entre 1921 e 1923, Gastão Cruls prestou serviço como médico-sanitarista e subchefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba (CSPR), chefiada pelo médico Acácio Pires. Segundo Oliveira e Santos, a CSPR foi criada no final do ano de 1920, em acordo firmado entre o governo federal e o governo estadual da Paraíba, com o objetivo de atuar no combate às doenças e na prestação de serviços de saúde no estado. Destaca-se que houve assimetria entre os serviços que eram prestados na zona urbana em relação ao interior¹⁵, entretanto, a CSPR desempenhou importante papel na criação e construção de hospitais, postos e subpostos de saúde, salas cirúrgicas e laboratórios (OLIVEIRA; SANTOS. 2015: 132)

Durante sua estadia na Paraíba, Gastão Cruls chefiou o Posto de Profilaxia Rural, localizado na capital Paraíba, atual município de João Pessoa. Em conjunto com Acácio Pires, Gastão Cruls redigiu, em 1922, um formulário terapêutico para circulação gratuita, com intuito de difundir medidas profiláticas a população¹⁶. No ano seguinte, após Arthur Bernardes assumir a presidência do país, ocorreu grave corte no orçamento destinado à CSPR, agravando as condições de prestação e manutenção da comissão perante as responsabilidades propostas. Esse conjunto de fatores culminou na saída de Acácio Pires da chefia da CSPR, sendo substituído por Joaquim Cavalcante de Albuquerque (ARAÚJO, 2016: 288-289). Logo em seguida, Gastão Cruls também deixou seu cargo, retornando ao Rio de Janeiro.

¹⁴ Ibidem: 318.

¹⁵ Enquanto a capital da Paraíba contou com serviços mais especializados e amplos, como o tratamento de doenças venéreas, tuberculose, lepra e procedimentos cirúrgicos, o interior se limitou ao combate da malária e ancilostomíase, serviço que ocorria também na capital. Sobre a institucionalização da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural na Paraíba, ver Araújo (2016).

¹⁶ Parahyba. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro, 1922, p. 2.

O período inicial da atuação da CSPR na Paraíba, foi caracterizado pela expansão da intervenção médica na sociedade paraibana e a construção de importantes instituições e prestação de serviços de saúde, até então limitados a poucos indivíduos das classes mais abastadas. A revista *Era Nova*, em artigo sobre os empreendimentos realizados pela CSPR, destacava com elogios, a construção do Hospital Oswaldo Cruz, o Plano de Saneamento de Tambaú e os trabalhos desenvolvidos a partir do Serviço de Profilaxia às Moléstias Venéreas, como as principais ações durante os primeiros anos da presença da CSPR na Paraíba¹⁷.

É importante destacar que, para os médicos que atuaram em projetos de saneamento no interior brasileiro, as experiências agregadas abriram novas oportunidades, como no caso de Gastão Cruls. Em 1923, logo após retornar para a cidade do Rio de Janeiro, onde voltou a desempenhar o cargo de inspetor sanitário do DNSP, Cruls foi designado pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores João Luís Alves, para auxiliar a delegação que viajaria para a França¹⁸. A delegação brasileira, composta pelos médicos Carlos Chagas, Eduardo Rabello, Eduardo Borges da Costa, Gustavo Riedel, Eurico Villela e Gastão Cruls¹⁹, embarcou a bordo do paquete *Zeelandia*, no início de maio²⁰, com o objetivo de representar o Brasil no Congresso Internacional de Propaganda de Higiene Social e Educação Profilática, em Paris, e na Exposição Internacional Científica e Industrial de Higiene, em Estrasburgo. Coincidentemente, durante o final do mês de maio, Gastão Cruls foi transferido da inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas para a seção de Higiene Infantil²¹.

Pouco nos dedicamos, até o momento, em explorar a introdução de Gastão Cruls no mundo literato, optamos por apresentar primeiro a inserção de Cruls na profissão exercida na área médica e sua atuação clínica, durante um período mergulhado nos debates sobre sanitarismo, higiene, raça, urbanização, progresso e ciência. Contudo, ressalta-se que a própria trajetória do autor, no decorrer da década de 1910, foi permeada tanto pelo desempenho da profissão médica, quanto pelas aspirações de uma carreira literária. Por mais que Gastão Cruls,

¹⁷ Hospital “Oswaldo Cruz”. *Era Nova*, ano II, n.25, Parahyba do Norte, mai.1922.

¹⁸ Representação do Brazil em congressos medicos europeus. *O Brazil-Medico: revista semanal de medicina e cirurgia*, Rio de Janeiro, ano 37, n. 15, abr. 1923, p. 207.

¹⁹ Carlos Chagas (1879-1934), médico sanitarista e infectologista, na época diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, mais conhecido pela descoberta da doença de Chagas e seu agente etiológico; Eduardo Rabello (1876-1940), médico e pioneiro nos estudos de dermatologia no Brasil; Eduardo Borges Ribeiro da Costa (1880-1950), médico higienista, mais conhecido por ter fundado, em 1920, o Instituto do Radium, hoje Instituto Borges da Costa; Gustavo Kohler Riedel (1887-1934), médico influente na área da psiquiatria, foi fundador e primeiro presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental; Eurico de Azevedo Villela (1883-1962), médico, higienista e cientista do Instituto Oswaldo Cruz; Gastão Luiz Cruls (1888-1959), médico e escritor, na época atuava como inspetor de saúde no Departamento Nacional de Saúde Pública.

²⁰ Viajantes. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 3 de maio de 1923, p. 5.

²¹ Saúde Pública. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1923, p. 6.

desde muito jovem, demonstrasse interesse pela literatura, foi somente depois de formado que começou a trilhar o caminho por via literária. Foi durante esse período que Cruls se aproximou do escritor de *Inferno Verde* (1908), Alberto Rangel. Mais tarde, em 1929, ao conceder entrevista para o jornal *O Diário da Manhã*²², de Recife, Gastão Cruls em resposta à pergunta de quais autores tiveram mais influência em sua carreira literária, respondeu:

Dos nossos escritores, aquele que mais influência exerceu sobre a minha formação literária foi Alberto Rangel, que considero como meu mestre e é hoje um dos meus maiores amigos. Contudo, mal o conhecia quando apareceu o seu **Inferno Verde**, livro que me causou uma profunda emoção e até hoje releio com particular encanto.²³

Por volta do período entre 1914 e 1915, Gastão Cruls começou a escrever seus primeiros contos, que foram publicados na *Revista do Brasil*²⁴, no final da década de 1910, com o pseudônimo de Sérgio Espínola²⁵. Na época, a *Revista do Brasil* estava sob direção do escritor Monteiro Lobato, gestor da revista entre 1918 e 1925, período que ocorre significativa expansão das atividades, tiragens e circulação. De acordo com Tania Regina de Luca, Lobato, ao assumir a revista, buscou torná-la mais rentável e, através de estratégias de venda, expandir sua circulação para além de São Paulo. Outra preocupação do escritor – agora em direção da atividade editorial – consistia do ineditismo das publicações: Lobato incentivou nomes conhecidos e até mesmo convidava os próprios leitores a submeterem material para a revista (DE LUCA, 1999: 44). Assim, Gastão Cruls – ou melhor Sérgio Espínola – estreou como literato.

Diferentemente de alguns de seus contemporâneos, Gastão Cruls não se vinculou ao modernismo. Cabe elucidar que Gastão Cruls, somente apareceu no cenário literário por volta do ano de 1917, quando conheceu o escritor Antônio Torres (1885-1934), a partir daí, era frequentemente visto na companhia de outros escritores, tais como, Gilberto Amado (1887-1969) e Lima Barreto (1881-1922). Gastão Cruls, em vida boêmia, passou a circular entre os

²² O *Diário da Manhã*, foi fundado em 1929, pelos irmãos Carlos e Caio de Lima Cavalcanti. Carlos de Lima Cavalcanti tornar-se-ia interventor federal de Pernambuco após a Revolução de 1930, em 1935 foi eleito governador pelo estado de Pernambuco, e também foi responsável pelo *Diário da Tarde* na capital pernambucana.

²³ O escriptor Gastão Cruls falou ao “Diário da Manhã”. *Diário da Manhã*. Recife, 26 de janeiro de 1929, p. 2.

²⁴ A *Revista do Brasil* foi idealizada e criada por Júlio de Mesquita, em 1916, com o objetivo de promover a cultura letrada brasileira e a discussão do contexto. Ver Luca (1999). Além disso, a *Revista do Brasil*, durante a fase de direção de Monteiro Lobato (1916-1925) e Assis Chateaubriand (1925-1927), o mensário apresentava em seu conteúdo temas de ciência, como higiene e saneamento, instituições de ensino superior no Brasil, linguagem científica, resenha e traduções de livros e textos científicos, plágio intelectual, ensino, medicina, sertão e natureza, entre outros temas (SÁ, 2006: 116).

²⁵ Foram cinco publicações de Sérgio Espínola (Gastão Cruls) – entre elas, contos como *A Noiva de Oscar Wilde* e *G.C.P.A* – ao longo da primeira fase da *Revista do Brasil* (1916-1925) (LUCA, 1999: 54)

homens de letras, especialmente na “roda de bar” que se reunia à volta do escritor Antônio Torres no Bar Nacional, localizado na parte térrea do desaparecido Hotel Avenida, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Entre alguns dos seletos frequentadores da roda de bar, estavam os jornalistas, Pedro da Costa Rego (1889-1954), Abner Carlos Mourão (1890-1957) e Cândido Torres Rangel de Campos (1885-1954); os médicos, Miguel e Nuno Ozório de Almeida e Luiz Felício dos Santos Torres; os escritores, Adoasto de Godói (1884-1940), Gilberto Amado e, em fase mais avançada do grupo, por volta de 1925 a 1926, Monteiro Lobato, que havia se mudado para o Rio de Janeiro e também passou a frequentar esse grupo. A “roda de bar” se encerrou em 1926, com a partida de Antônio Torres para a Europa (CRULS, 2014: 266)²⁶.

Figura 1: Fachada do Bar Nacional. Rio de Janeiro.



FONTE: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro²⁷.

²⁶ Trecho da obra, *Antônio Torres e seus amigos, notas bibliográficas seguidas de correspondência*, de Gastão Cruls, publicada pela Companhia Editora Nacional, no ano de 1950, reproduzido em *Antologia da Alimentação no Brasil*, de Luís da Câmara Cascudo, publicado pela Global Editora, em 2014.

²⁷ A fotografia foi retirada da Brasileira Fotográfica Digital. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5448>. Acesso em: 26 de outubro de 2020.

Majoritariamente, a composição das obras crulsianas, como demonstra Vivolo, perpassam, na construção dos elementos ficcionais, diversas vivências do seu autor. As experiências clínicas, discussões contextuais e estudos de psicanálise são mobilizadas por Gastão Cruls e aplicadas na estrutura criativa de sua literatura, assim, a própria vida do autor reflete na composição de seus personagens, conteúdos, situação e cenários de seus contos e romances (VIVOLO, 2017).

Encorajado pela crítica positiva e incentivado por outros escritores, Gastão Cruls publicou seus primeiros livros no início da década de 1920, ambas coletâneas de contos, *Coivara* (1920) e *Ao embalo da rede* (1923). Em *Coivara*, publicado pela Livraria Castilho, Cruls reuniu seus contos já presentes na *Revista do Brasil*, com outros ainda inéditos. Enquanto, *Ao Embalo da rede*, Cruls utilizou das experiências e paisagens observadas durante o período em que esteve na Paraíba, na função de médico-sanitarista.

Acerca das primeiras obras literárias de Gastão Cruls, de acordo com Paiva, o conteúdo dos contos mescla temas que envolvem tanto o emprego de uma forma descritiva, no pensamento social brasileiro em representar os sertões, quanto temáticas mais voltadas ao meio urbano. Além das obras mencionadas, assim como o primeiro romance do escritor, *A Amazônia Misteriosa* (1925), apresentam uma característica em comum, “os dilemas e dramas de ordem psicológica a afetar os diferentes personagens, de um lado, e a tradição literária acerca da abordagem dos sertões e da natureza no Brasil, de outro.” (PAIVA, 2019: 260).

Segundo Oliveira, o tema do sertão foi introduzido na literatura brasileira em pelo menos três formas distintas. A primeira, sob a égide idealizada do romantismo, o sertão configurou como paraíso terrestre, caracterizado pela ordem natural e a beleza de uma natureza intocada, pura e agradável, em que somente presaria sua preservação e apreciação. A segunda forma, mais fatalista, associando o sertão ao inferno, com elementos estigmatizados e caracterizado pela desordem da natureza. Em sua terceira forma, o sertão assumiu o caráter de purgatório, parte do fantástico, um espaço de passagem, caracterizado pela penitencia e reflexão (OLIVEIRA, 1998: 199-200).

Em 1924, Gastão Cruls publicou um ensaio no Boletim do Museu Nacional, intitulado de *Subsidio para o conhecimento da medicina entre os índios*²⁸. Destaca-se que, após sua formação em medicina, Cruls buscou se especializar em alguma área, optando pelo campo da

²⁸ CRULS, Gastão. Subsidio para o conhecimento da medicina entre os índios. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 288-293, 1924.

dermatologia, que, inclusive, ingressou, em 1922, como membro ativo na Sociedade Brasileira de Dermatologia.

Em seu ensaio, Gastão Cruls tratou a respeito da chamada dermatose eruptiva serpeante linear, contudo, o interessante do documento não consiste especificamente das considerações do médico e escritor acerca da moléstia, mas, sim, como o autor entrelaça em sua narrativa a problemática da terapêutica indígena presente no relato de viagem dos naturalistas Alexander von Humboldt e Aimé Bonpland.

Inicialmente, Gastão Cruls apresenta ao leitor um recorte da expedição de Alexander von Humboldt e Aimé Bonpland pela América, ocorrida entre 1799 e 1804, presente na obra, dos mesmos, *Viagem às regiões equinociais do Novo Continente*. Humboldt e Bonpland, durante a passagem pelas florestas de Javita, foram obrigados a permanecer em certo local, próximo ao rio Orinoco. Os naturalistas precisavam aguardar a varação do barco que lhes prestava transporte pelo rio e também para tratar de doença que há dois dias causava constante coceira entre os dedos e sobre o dorso da mão. Um missionário afirmou aos viajantes, que se tratava dos *aradores*, um tipo de parasita que se introduzia pela pele e que causava sintomas semelhantes às estrias. Sendo um problema comum naquela localidade, o missionário comunicou aos naturalistas sobre uma “mulata” que teria o conhecimento de todos aqueles bichos que causavam mal à pele do homem. Porém, a terapêutica empregada pela *curandeira* se mostrou pouco eficaz, a cura veio somente no dia seguinte, quando um indígena lhes aplicou uma composição feita de certo arbusto da região, planta da qual, Humboldt e Bonpland não se separaram até o final da viagem, transportando sempre alguns ramos na canoa (CRULS, 1924: 289-290).

Destaca-se que muito antes dos portugueses desembarcarem na costa brasileira, as sociedades indígenas já se beneficiavam da enorme diversidade da flora e fauna do território, no que compreende seus aspectos medicinais, ou seja, haviam descoberto o potencial de cura de diversas plantas, assim como as que apresentavam graus de nocividade. As práticas de saúde, ditas “primitivas”, eram fundamentadas no conhecimento empírico e atreladas a técnicas fitoterápicas, sendo transmitidas de geração a geração (GURGEL, 2010: 61). Destaca-se que no conteúdo da descrição destacada de Gastão Cruls e no próprio título do artigo ‘*conhecimento da medicina entre os índios*’, demonstra certo interesse pelas práticas médicas ameríndias, pelo menos nesse caso, em que, na situação, mostrou-se o indígena como detentor do conhecimento, aplicando terapêutica eficaz através da utilização de elementos já conhecidos em seu meio.

Ao finalizar a citação do trecho que despertava sua curiosidade, Gastão argumentou que a descrição da doença feita por Humboldt e Bonpland, tinha semelhança com a *dermatose eruptiva*, nomeada e estudada em artigo pelo médico Olympio de Oliveira Chaves, em 1917, mas de etimologia ainda desconhecida. Assim, Cruls realizou um estudo especulativo através de casos similares de dermatose registrados na história médica, mas o que mais nos chama a atenção, consiste do fato de Cruls incluir em suas análises, relatos de cronistas do século XVI e XVII, como Fernandez de Oviedo e José Gumilla. O propósito de Cruls, ao que tudo consta, seria explorar a possibilidade de o parasita, descrito como *arador* em diversos registros, ser a causa da dermatose eruptiva serpeante linear, pois, como retratado, seu agente patogênico era ainda desconhecido²⁹.

A utilização dessas leituras indica, possivelmente, que Gastão Cruls se encontrava em processo de produção de seu primeiro romance, *A Amazônia Misteriosa* (1925), pois, as mesmas leituras são também presentes na estrutura dos elementos ficcionais da narrativa de seu romance. Sabe-se que, para a composição do livro, o escritor realizou intensa e diversificada leitura de obras sobre a Amazônia, pois ainda não conhecia a região, entre essas leituras de Cruls constam relatos de cronistas e naturalistas, estudos científicos e produções literárias. Antes de nos debruçarmos sobre a análise de seu romance, o qual consagrou Gastão Cruls no círculo literário nacional, faz-se necessário realizar rápida abordagem em relação ao contexto político, social e econômico em que a região amazônica se encontrava e como aspectos da natureza e da cultura eram representados e reproduzidos nos meios literários e científicos, durante as primeiras décadas do século XX.

1.2 Uma *Belle Époque* amazônica? Os contextos amazônicos no alvorecer do século XX.

Durante o final do século XIX, a região amazônica experienciou período de prosperidade, em decorrência da extração do composto da *Hevea brasiliensis*, a seringueira, a partir do látex se produz a borracha, produto amplamente valorizado na época. Como a principal prática extrativista, a comercialização da borracha contribuiu para o rápido enriquecimento dos produtores, gerando significativo desenvolvimento econômico, período este conhecido pela

²⁹ Destaca-se relevante informação. Em 1910, José Gomes de Faria (1887-1962), cientista na área de helmintologia do Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, publicou a descoberta do *Ancylostoma Braziliense*, causador da *dermatite linear serpiginosa* ou *larva migrans*. Pelas características e enquadramento nosológico, trata-se tanto da mesma doença (*dermatose eruptiva serpeante linear*), quanto do mesmo agente patogênico (MARQUES; GAZZINELLI. 2012: 194)

historiografia como *belle époque* amazônica. A cidade de Manaus transformou radicalmente sua paisagem urbana com construções modernas, como “pontes de ferro, bondes, sistema elétrico, porto, mercados, prédios públicos e o famoso Teatro Amazonas” (SCHWEICKARDT: LIMA, 2010: 403). Além disso, a exploração do látex, possibilitou a elite local elevar suas condições, passando a investir fortemente seu capital em torno da expansão comercial e produtiva da borracha.

A alta comercialização do produto gerou a expansão da prática extrativista, um evento que deve ser observado como um fenômeno de proporções regionais, pois se estendeu aos mais distintos e remotos pontos, visto que muitos trabalhadores se deslocavam pelo rio, adentravam a floresta e percorriam longos trajetos em busca das zonas gomíferas (WEINSTEIN, 1993: 19). A efervescência social, causada pela febre da borracha, envolveu o alto investimento de capital e mobilizou grande contingente de mão de obra, majoritariamente vindos da Região Norte e Nordeste, que abandonaram suas antigas ocupações para se dedicar na extração do látex (DAOU, 2000).

A expressão *boom* da borracha traduz o domínio brasileiro do produto no mercado internacional, na época, entretanto, ao mesmo tempo que a borracha significou a riqueza e a prosperidade para alguns, também trouxe consigo a exploração compulsiva do trabalho através do sistema de aviamento. No qual, o seringueiro, ao longo de sua jornada de trabalho, adquiria uma série de dívidas com o empregador, gerando um “eterno” endividamento e, conseqüentemente, sua condição de extrema pobreza. A miséria associada as condições insalubres em que o trabalhador era exposto, tanto nas zonas em torno de Manaus, quanto no interior da Amazônia, provocavam a propagação de doenças e o surgimento de surtos epidêmicos (SCHWEICKARDT, 2009: 45-46).

A situação de abandono por parte do Estado e as condições do trabalhador rural ganharam espaço como tema de denúncia em *À Margem da História* (1909). Para Euclides da Cunha, “o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1986: 36). O sistema comercial do aviamento, no que condiz à economia da borracha, persistiu na década de 1950, e conforme descreveu o antropólogo Charles Wagley, em algumas regiões a estrutura era controlada pelas companhias de exportação e importação de Belém e Manaus (WAGLEY, 1957: 135).

Durante a primeira década do século XX, com a desvalorização da borracha no mercado internacional, o governador do Pará, Augusto Montenegro, comunicava, em telegrama ao presidente da República, Affonso Penna, a necessidade de intervenção do poder central na

região. A crise econômica se intensificou nos anos seguintes devido ao êxito dos empreendimentos asiáticos, o que resultou na redução dos preços do produto, encerrando a chamada *belle époque* amazônica. (DAOU, 2000, p. 73).

Ainda almejando a recuperação da economia da borracha, durante a primeira década do século XX, a Superintendência de Defesa da Borracha, em parceria com o Instituto Oswaldo Cruz, organizou comissão com a finalidade de apontar os principais problemas sanitários e suas soluções profiláticas. Entre outubro de 1912 e março de 1913, o médico Carlos Chagas chefiou a expedição médica pelo Vale Amazônico, com a finalidade de indicar os pontos estratégicos para a instalação de postos hospitalares e levantamento do quadro nosológico da região. O relatório da comissão destacou o índice elevado da malária, sendo indicada para sua profilaxia a distribuição de quinina em larga escala, pois a febre palustre se manifestava de forma crônica, não necessitando a hospitalização, mas sim o tratamento contínuo (SCHWEICKARDT & LIMA, 2010: 405).

É importante destacar que a malária consistia de uma das principais doenças que recaiam sobre as imagens da Amazônia, pois as condições climáticas tornavam a região propícia para a proliferação de anofelinos, vetor do agente etiológico da doença. No período da crise econômica da borracha, acreditava-se que os baixos lucros e o estático limite de produção estavam diretamente ligados às doenças que atingiam os seringueiros, peça principal na prática extrativista. Contudo, a proposta do primeiro plano de saneamento da Amazônia, elaborada por Carlos Chagas, jamais saiu do papel. Ao longo do século, foram elaborados futuros projetos de saneamento direcionados à região amazônica, promovidos por diferentes governos, políticas de saúde, agências e intelectuais³⁰.

A Amazônia, assim como outros espaços do interior brasileiro, foi observada através de interpretações baseadas em óticas como as enfermidades, o abandono e o isolamento, moldando a forma em como a natureza sobrepujante e o clima tropical foram retratados na literatura científica sobre a Amazônia, durante as primeiras décadas do século XX. As viagens realizadas e relatos produzidos influenciaram no debate nacional, no que tange as discussões sobre as dificuldades de desenvolvimento, ocupação e de integração nacional da região. Essas ideias perpassaram o período da Primeira República. Como demonstra Andrade, durante a Era Vargas (1930-1945), diversos intelectuais, comissionados pelo governo, mobilizaram ideias e concepções sobre natureza, clima e raça, produzidos por escritores como, Euclides da Cunha,

³⁰ Sobre as expedições médicas, combate à malária e febre amarela, a expedição de Carlos Chagas, na Primeira República (1889-1930), ver Schweickardt (2011). Sobre os projetos de saneamento e ações de saúde na Amazônia durante o Governo Vargas (1930-1945), ver Andrade (2007).

Alberto Rangel e Alfredo Ladislau, na intenção de compor um imaginário social e um ideário, que fornecesse sustentação para a base da propaganda de atuação política do governo Vargas na Amazônia (ANDRADE, 2015).

Durante a virada do século XIX para o XX, surgiram diversas narrativas ficcionais sobre a Amazônia, grande parte dessas literaturas se atrelavam às produções com ênfase na predominância estética do realismo-naturalista ou nos emergentes gêneros da literatura fantástica e ficção científica. Destaca-se que, para a construção literária, vários escritores se basearam na leitura de registros produzidos durante os tempos coloniais, por cronistas, ainda mergulhados na concepção do “real-maravilhoso”, mas que desde o século XVI, acompanharam campanhas de exploração pelo interior da América do Sul (FOOT HARDMAN, 2009: 26-29). Os relatos de viagem se tornaram um rico material, passível de apropriação pela literatura ficcional, pois despertavam o interesse de distintos autores e serviram para fundamentar o imaginário sobre regiões pouco exploradas do mundo, visto que muitos escritores, jamais conheceram a natureza que ambientavam e descreviam em suas obras.

É truísmo que a Amazônia configure, ainda hoje, como um objeto de difícil síntese, devido a sua extensão territorial, majoritariamente composta pela floresta ombrófila densa, de mata perenifólia e ricamente diversificada, além de imenso sistema hidrográfico. Diversos escritores nacionais e estrangeiros tomaram para si a tarefa de tentar traduzir e reproduzir os inúmeros aspectos que compõe o cenário amazônico. A imensidão das florestas verdejantes e a vastidão das águas, ocasionaram, na opinião de alguns escritores, a difícil assimilação e o estranhamento no impacto entre o viajante e a Amazônia, sentimento expressado desde as páginas de Alfred Russel Wallace às de Euclides da Cunha (Ibidem: 38-39).

Euclides da Cunha, ao se deparar pela primeira vez com o cenário amazônico, pôs em confronto a idealização de uma hileia prodigiosa com as suas próprias observações, em suas palavras, “Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, [...] é antes um desapontamento.” (CUNHA, 1986: 25). Ao defrontar o “Amazonas real”, este se configurava com atestada inferioridade perante a imagem subjetiva do “Amazonas ideal”, registrado com tamanha expressividade nas páginas líricas de Humboldt e diversos outros escritores (Ibidem).

Assim, a observação do maior quadro de natureza causava no viajante às fadigas de monotonia durante a interpretação do panorama amazônico, além disso, para Euclides da Cunha, a natureza era portentosa, porém, incompleta. Essa perspectiva, da Amazônia enquanto “terra em formação”, foi destacada por Euclides, baseado nas observações e concepções

realizadas por Alfred Russel Wallace e Frederick Hartt, assim sendo, a Amazônia configurava como a mais jovem região do mundo, em que o homem desempenhava, ainda, o papel de intruso no *script* produzido sob a direção da natureza, a qual ainda montava seu palco. Essa característica de topografia instável, atrelada à enorme dimensão territorial, ocasionou nas dificuldades de registrar a região na literatura científica (Ibidem: 26-27). De acordo com Oliveira, as concepções de Euclides da Cunha sobre o interior brasileiro se alinharam às ideias que se projetavam no cenário nacional. Para o escritor, a negligência por parte do Estado em relação aos territórios longínquos havia ocasionado em fronteiras internas, tornando-se uma constante ameaça tanto para o domínio do espaço territorial, quanto para a construção da identidade nacional. (OLIVEIRA, 1998).

Euclides da Cunha também interpretou a Amazônia, enquanto “vertigem do vazio”, permeada pela brutalidade da natureza em relação ao homem, que inviabilizado de lhe integrar ao seio da civilização, tornava-se um “construtor de ruínas” (FOOT HARDMAN, 2009: 41). Distanciando-se da perspectiva de Humboldt – de uma visão idealizada da natureza amazônica – o pensamento de Euclides, torna o homem mais presente, atribuindo-lhe o protagonismo, em meio à recôndita floresta. Destaca-se que a estética humboldtiana, privilegiava a diversidade e imensidão das paisagens das Américas, se sobrepondo ao homem, que em relação à grandiosidade da natureza, era presente, mas imperceptível. O enquadramento estético, nessa observação idealizada de Humboldt, redefiniu as Américas como espaço predominante da natureza e inspirou as interpretações de naturalistas, viajantes e pintores (Escola do Rio Hudson), que observaram e reproduziram as paisagens americanas (ARNOLD, 2000: 134).

Na ficção científica, Humboldt e outros naturalistas, inspiraram as composições de paisagens para o pano de fundo de algumas obras, como a dos escritores Arthur Conan Doyle (1859-1930), em *O mundo perdido* (1912) e Júlio Verne (1828–1905) em *A Jangada: 800 léguas pelo Amazonas* (1881). Na intenção de atestar maior veracidade em seu romance, Júlio Verne utilizou do relato de viajantes que haviam percorrido a Amazônia. São citados por ele nomes como Humboldt, Louis Agassiz, Francisco de Orellana, Pedro Teixeira, Charles-Marie de La Condamine, entre outros (GONDIM, 1994: 139-141). Cabe frisar que Verne, escreveu *A Jangada*, sem jamais ter pisado na Amazônia, possivelmente, similar a outros escritores, fez isso amparado em volumes de história natural, tomos geográficos e estudos antropológicos.

No Brasil, a recepção da literatura de Júlio Verne contribuiu no processo criativo de produções ficcionais como *O doutor Benignus* (1875), de Augusto Emílio Zaluar (1825-1882). O surgimento da ficção científica brasileira, de acordo com Causo, ocorreu em contexto de

dissonâncias entre a mentalidade política colonial e o crescente pensamento modernista. Além disso, pode-se compreender que os literatos brasileiros não estiveram ausentes da influência do *scientific romance*, muitos tinham o domínio de outras línguas, como o francês e o inglês, o que indica a possibilidade da influência de leituras de obras de Júlio Verne, Arthur Conan Doyle, Edgar Allan Poe e Herbert George Wells (CAUSO, 2003: 127-128).

A influência de H. G. Wells em Gastão Cruls, também foi objeto de análise de Causo. Em seu primeiro romance, *A Amazônia Misteriosa* (1925) – considerada obra pioneira na ficção científica brasileira – a inspiração de Gastão Cruls foi *A Ilha do Dr. Moreau* (1896), de H. G. Wells. Entretanto, diferente de outros escritores nacionais que igualmente travaram leitura com as obras de H. G. Wells e absorveram elementos ideológicos marcados por teorias baseadas no darwinismo social do pensamento do ficcionista inglês, Gastão Cruls se distanciou dessa vertente, utilizando-se somente dos dispositivos narrativos de Wells (CAUSO, 2003: 176).

O primeiro romance de Gastão Cruls, dedicado ao amigo e colega Álvaro Ozório de Almeida, foi publicado em 1925, pela Livraria Castilho, com o título de *A Amazônia Misteriosa*³¹, livro que consagrou Gastão Cruls no círculo literário nacional. A trama é narrada em forma de diário pelo protagonista, um personagem anônimo, médico e apenas apresentado ao leitor como “doutor”, que envolto em uma expedição em meio à Amazônia, acaba por se perder na selva. Na intenção de retornar ao seu acampamento, o protagonista encontra a famosa tribo das Amazonas e um médico alemão, que havia recorrido aos confins da recôndita floresta para realizar suas experiências. Destaca-se que a obra de Gastão Cruls se configura tanto como ficção científica quanto ao estilo aventuresco de romances ambientados em lugares exóticos.

Pretendemos, ao analisar a obra, compreender o arcabouço de ideias e concepções mobilizadas por Gastão Cruls na construção da Amazônia como cenário de seu romance. Com ênfase em perceber como o autor articulou o “fantasioso” da literatura dos viajantes, os relatos de naturalistas, a estética narrativa do romance e os preceitos científicos presentes na história natural, geografia e antropologia disponíveis em seu contexto de produção, para assim, construir as paisagens, personagens e enredo de *A Amazônia Misteriosa*.

1.3 Sob os devaneios amazônicos: *A Amazônia Misteriosa* de Gastão Cruls.

A selva que julgávamos definitivamente perdida para a nossa compreensão, tão distante nos parece das nossas modestas inquietudes urbanas, defendida da civilização

³¹ Durante a pesquisa utilizamos a 9ª edição, publicada pela Editora José Olympio em conjunto com o Instituto Nacional do Livro (INL/MEC), em 1973.

e da técnica, ei-la nas páginas dos diários: a sua intimidade devassada, os seus mistérios desvendados, a ecologia em pânico. Alargaram-se os limites do mundo civilizado. Escreve-se hoje, na Amazônia, o mais fascinante capítulo da história da conquista e da colonização. É tempo de epopeia. Os atuais desbravadores – mateiros, operários, humildes empreiteiros, construtores, colonos – respondem, sem suspeitá-lo talvez, ao apelo do espírito da fronteira – “*The Frontier mind*”, cuja importância foi encarecida por Frederick Jackson (DE QUEIROZ, 1981: 37)

Supracitado, o trecho pertence à escritora Maria José de Queiroz, publicado na *Revista de Estudos Românicos*, no início da década de 1980, período em que a própria autora afirmava ocorrer uma verdadeira epopeia em relação à conquista e colonização da Amazônia. A escritora aponta relevante questão sobre a seguinte dúvida, a região amazônica tão persistentemente explorada e percorrida sob a imagem de terra inculta, consistiria de nossa última fronteira, que assim que revelada ao lume da civilização, abandonaria tantas imagens e perspectivas. Destarte, a Amazônia deixaria de ser o *Inferno Verde* de Alberto Rangel, o *Paraíso Perdido* de Euclides, a *Terra imatura* de Alfredo Ladislau, a *Terra saqueada* de Araújo Lima, *Terra deserta* de Alceu Amoroso Lima, *Terra incógnita* de Charles Frederick Hartt, ou a *Terra de lendas* de Paul Le Cointe. Qual perspectiva se construiria sobre a Amazônia desvendada? Pois para a autora, ainda restaria saber “a intimidade do civilizado com a floresta, com os seus índios, com os seus rios e mistérios, que visão oferecerá a Amazônia?” (QUEIROZ, 1981: 43)

Coincidentemente, foi justamente na década de 1980, que iniciou uma pressão externa e interna cada vez maior ao governo brasileiro, reivindicando políticas de preservação da Amazônia. Dessa forma, a região passou a configurar constantemente nas discussões ecológicas e nas pautas dos discursos ambientalistas, tanto por sua fundamental importância – comprovada cientificamente – para o equilíbrio ecológico global, quanto pelas discussões acerca da conservação do patrimônio indígena e das sociedades tradicionais da região (SANTOS, 2007: 402-404).

Contudo, no início do século XX, a perspectiva para com a Amazônia estava ajustada sob o olhar de imenso vazio, uma região ainda misteriosa, de natureza impenetrável, rios caudalosos e perigos constantes, e que muito despertava a curiosidade dos viajantes, naturalistas, cientistas e escritores. Esses intérpretes atribuíram à Amazônia as características de lugar exótico, ocasionando na visão desse território como proveitoso campo para estudos científicos, além de atraente cenário para as produções literárias.

Em seu romance, Gastão Cruls destacou a predominância da natureza atrelada às representações literárias já consolidadas no imaginário social sobre a região amazônica, essas representações, que enfatizavam o aspecto misterioso da Amazônia, tornaram-se característica

recorrente na literatura fantástica e na ficção científica, que em medida utilizaram a região como matéria-prima em sua composição literária (FOOT HARDMAN, 2009: 29). O espaço amazônico, na obra de Cruls, é apresentado ao leitor conforme a narrativa se desenvolve, inicialmente em forma de diário, onde o próprio protagonista registra as experiências na selva.

Destaca-se que Gastão Cruls, assim como Júlio Verne, produziu seu romance ambientado na Amazônia, sem que tivesse conhecido fisicamente a região, precisando realizar a eclética e compulsiva leitura sobre a Amazônia para construir através de seu imaginário, amparado nas leituras, aspectos convincentes na construção do cenário de seu romance. Por conseguinte, na obra, além de criar um ambiente extremamente detalhista, inclusive linguisticamente, Gastão Cruls utilizou de diversos termos linguísticos regionais, levando ao leitor, longínquo das paragens daquela região, recorrer a todo momento ao elucidário³²

No enredo, tudo se inicia com os personagens, membros de uma expedição em meio à selva amazônica. A narrativa é conduzida em forma de diário e dividida no intervalo de dias, mas, no decorrer dos eventos, o romance passa para uma narrativa tradicional, relatada pelo sujeito protagonista. O protagonista, apenas denominado como “doutor” – espécie de alter ego de Gastão Cruls – registra os avanços trilhados pela selva. Não se sabe nem o objetivo, nem as coordenadas percorridas nessa viagem, pois não há nenhum ponto de referência citado na obra. Em relação ao contexto temporal em que se passa a trama, ao que tudo indica, consiste de um período localizado no decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)³³. A expedição é composta por oito membros: doutor (protagonista), Braulino, Galdino, João, Manoel, Pacatuba, Piauí e Trindade. Sabemos que Pacatuba é nordestino, pois desde o início, e constantemente, relata diversas informações sobre sua terra natal (CRULS, 1973a).

As concepções de natureza utilizadas por Gastão Cruls, são consentâneas a interpretações presentes no imaginário social sobre a Amazônia e também encontradas em

³² O elucidário de *A Amazônia Misteriosa* é composto por 332 termos, referentes à fauna, flora, sistema hidrográfico, enfermidades, expressões regionais, aspectos etnográficos, arqueológicos e folclore indígena. Adjacente ao elucidário, traz a seguinte nota “Quase todos os vocábulos e locuções trazidos a este elucidário já foram averbados pelos lexicógrafos mais modernos, mas em se tratando de regionalismos adstritos a determinadas regiões do nosso imenso território e por isso pouco conhecidos, não será demais que para aqui se translate o seu significado. Todavia, de permeio a essa coletânea, ressaltará, talvez, um ou outro termo ainda não inventariado nos dicionários, embora de uso mais ou menos corrente no linguajar nordestino, conforme verificou o próprio autor durante uma estada no Norte. Este léxico se enriquece ainda de algumas indicações científicas aditadas aos nomes vulgares de animais e plantas. Deve-se essa valiosa contribuição à nímia gentileza dos Srs. Drs. Cândido de Melo Leitão, Adolfo Ducke e Alípio de Miranda Ribeiro, três figuras de real valor entre os cientistas pátrios e às quais se presta aqui a mais sincera homenagem e o penhor de muita gratidão.” (CRULS, 1973a: 164)

³³ Em certo trecho, o protagonista comenta sobre “a invasão da Bélgica e a brusca arremetida contra Paris, os sangrentos combates do Marne e a ocupação de várias cidades do norte da França” (CRULS, 1973a: 72). Todos os eventos citados ocorreram em 1914, no início da guerra, tudo nos leva a crer que Gastão Cruls ambientou seu romance dentro do contexto marcado pela fase inicial da eclosão do conflito bélico na Europa.

outras obras do período. Como exemplo, pode-se destacar a perspectiva de monotonia causada pelas paisagens amazônicas. Já nas primeiras páginas do romance, doutor, o protagonista destaca, “pela primeira vez dei razão para Agassiz, quando fala na “monotonia triste e enfadonha” das paisagens amazônicas”³⁴ (Ibidem: 8). Além da reprodução desse pensamento, Gastão Cruls, desfrutando da liberdade literária, construiu uma natureza extremamente diversa e de tamanha vivacidade, que nada falta para que em cada novo parágrafo ocorram novas espécies e aspectos da região, necessitando ao leitor pouco habituado com os termos regionais, como em nosso caso, recorrer novamente ao elucidário.

Em certa parte da viagem, os expedicionários necessitam deter a marcha para construir novas canoas. Aproveitando a oportunidade de explorar melhor a mata virgem, doutor, junto a Pacatuba e Piauí, decide planejar uma caçada, por fim, durante a caçada, os três acabam perdidos do resto do grupo. Com exceção de Piauí, convencido de que facilmente encontraria o caminho de volta, tanto doutor quanto Pacatuba demonstravam grande preocupação. A imensidão da mata, antes somente monótona, tornava-se também aterradora na visão de seus “invasores”:

Era por essa luz que nós também aspirávamos, viesse ela apenas da estreiteza de uma fresta que nos abrisse perspectivas, permitindo ajuizar da maior ou menor proximidade do rio. Mas, para tanto, seria preciso dominar a floresta, sobranceando o monstro de grenha verde que nos retinha entre as suas malhas. E, assim mesmo, na bacia infundável da Amazônia, onde os horizontes são ilimitados e quase sempre se batem numa linha unida... (CRULS, 1973a: 18)

Com Piauí assegurando seus conhecimentos de mateiro, o pequeno grupo prossegue a marcha, o interessante é que mesmos perdidos na mata, e em privação de certos itens, a floresta ainda lhes provê de tudo, carne de caça, castanhas, palmitos e até mesmo leite de sorveira (Ibidem: 22-23). Nesse aspecto, a construção da imagem de Amazônia produzida por Gastão Cruls, muito se distancia daquela descrita por Gaspar de Carvajal³⁵. É claro que essa visão da Amazônia, enquanto escassa de víveres é relativa entre os próprios relatos dos viajantes. Assim como qualquer lugar do mundo, a fome pode ser ou não uma situação recorrente, dependendo

³⁴ Sabemos pela leitura de outras obras de Gastão Cruls, pois seu romance *A Amazônia Misteriosa* não tem referências bibliográficas, que o escritor carioca realizou a leitura da obra *Voyage au Brésil*, de Louis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz. Traduzida do inglês por Félix Vogeli, publicada em 1869 e referência essencial sobre a Amazônia do século XIX.

³⁵ Gaspar de Carvajal (1500-1584) foi um padre espanhol e cronista na expedição de Francisco de Orellana pelo rio Amazonas. Em sua obra, os membros da expedição passam constantemente pela privação de víveres. Em certa passagem, Carvajal retrata que, “À falta de outros mantimentos, entretanto, chegámos a tal extremo que só comíamos couros, cintas e solas de sapatos cozidos com algumas ervas, de maneira que era tal a nossa fraqueza, que não nos podíamos ter em pé.” (CARVAJAL, 1941: 19).

muito das condições fitogeográficas, edáficas e hidrológicas, em relação as plantas comestíveis e recursos animais para caça e pesca.

Sem rumo e ainda perdidos na selva, doutor, Pacatuba e Piauí, são rodeados por guerreiros indígenas e alvejados por saraivada de flechas, contudo, ninguém é atingido, ao primeiro movimento das espingardas de seus companheiros para revidar o ataque, doutor intervém e lembrando dos “ensinamentos de Rondon³⁶” (Ibidem: 24), impede qualquer reação violenta por parte de seus companheiros. Depois de acalmar-se os ânimos, doutor se convence do êxito de suas gesticulações aos índios, acreditando que se havia feito entender e que seriam guiados pacificamente pelo chefe Pororê e os demais, até local propício para o retorno seguro à civilização. Pacatuba, Piauí e doutor seguiram os indígenas através de uma trilha por meio da mata, cada vez mais desconfiados do destino para o qual eram guiados. Por fim, chegam até a aldeia pertencente a seus guias (Ibidem: 27-31).

Na rápida passagem pela aldeia, um talismã chama a atenção do doutor, trata-se do muiraquitã³⁷, utilizado por grande parte dos membros da aldeia. Ao continuar a excursão pela floresta, novamente guiados pelos mesmos índios, pois, a aldeia consistia somente de uma parada temporária, Piauí tem novo acesso de impaludismo, que anteriormente havia sido tratado pela aplicação de quinina feita pelo doutor. Na falta de tal composto, fica subentendido que Piauí sucumbe ou pela febre ou vítima da floresta. Lamentando o desaparecimento do companheiro, doutor e Pacatuba continuam a jornada pelas paisagens amazônicas (Ibidem: 32-42).

Finalmente chegam ao destino da viagem, doutor e Pacatuba julgam, em primeira vista, se tratar de um *puesto de caucheiros*, mas com certas dúvidas, pois passeiam pelo local diversas índias e os visitantes não avistam um só homem, a não ser pelo alemão Dr. Jacob Hartmann, nome que revelaria posteriormente. Além do Dr. Hartmann, surgem outras personagens, Malila, uma índia que falava fluentemente o francês e também Rosina, esposa do médico alemão, que o acompanhara até ali. Rosina ensinará a língua francesa à Malila, fato que causa grande

³⁶ Por ensinamentos de Rondon, acreditamos que o autor se refira aos princípios de contato aos indígenas, empregados pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), durante suas missões ao interior do Brasil. De acordo com o antropólogo Herber Baldus, parafraseando Darcy Ribeiro, “Rondon legou à sua pátria, quatro normas para a conduta do branco em relação ao índio: “*Morrer, se preciso for, matar, nunca*”; “*respeito às tribos indígenas como povos independentes*”; “*garantir aos índios a posse das terras que habitam e são necessárias à sua sobrevivência*”; “*assegurar aos índios a proteção direta do Estado*” (BALDUS, 1972: 210).

³⁷ Muiraquitãs são adornos da cultura indígena amazônica, esculpidos em jade, feldspato, amazonita, entre outros materiais. O talismã é relacionado diretamente com a lenda das Amazonas, as famosas pedras-verdes descritas por Gaspar de Carvajal. Também aparecem artefatos semelhantes nos relatos de Charles Marie de La Condamine e Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius. Sobre os muiraquitãs e seus aspectos, ver Costa (2002).

incomodo a Pacatuba. Nos diálogos iniciais, Dr. Hartmann tenta se comunicar com seus visitantes em um “português horrível”, obtendo a rápida resposta do doutor, pronunciada em alemão. Logo questionado em como poderia falar tão bem o alemão, o protagonista comunica que depois de formado viajou à Europa para estudos, praticando a medicina por quase dois anos nos hospitais de Berlim, mas no momento se encontrava afastado da profissão (Ibidem: 43-48).

Em seguida, Hartmann esclarece as dúvidas de doutor e Pacatuba, informando que o local não tratava de um acampamento de extração, mas da famosa cidade das amazonas. Inicia-se uma longa especulação sobre as mulheres guerreiras da Amazônia, suas origens e como haviam chegado ao Vale Amazônico. O interessante no trecho consiste da forma em como Dr. Hartmann expõe algumas questões, pois se ampara nos relatos dos cronistas e naturalistas que ouviram e registraram aspectos sobre as lendárias icamiabas. Nas hipóteses descritas pelo médico alemão, duas são as causas mais prováveis e ambas decorrem da queda do Império Inca. A primeira, que as mulheres decepcionadas com o desempenho dos soldados incas contra os espanhóis de Francisco Pizarro, abandonaram sua terra, se livraram de seus filhos meninos e formaram uma sociedade apenas de mulheres. Enquanto a segunda, que as amazonas eram, antes, as virgens que guardavam o Templo do Sol, e que para não caírem em posse dos espanhóis, fugiram para as terras baixas. O próprio Dr. Hartmann cita que a mesma ideia havia sido defendida por Richard Spruce³⁸ (Ibidem: 54-60). Seguramente observado por Gastão Cruls em sua obra, possivelmente, em decorrência da conquista espanhola, houve emigração de indígenas das regiões andinas para regiões amazônicas, especialmente na parte ocidental da Amazônia, como atesta a presença, ainda hoje, dos shipibo-conibo, localizados na Amazônia peruana.

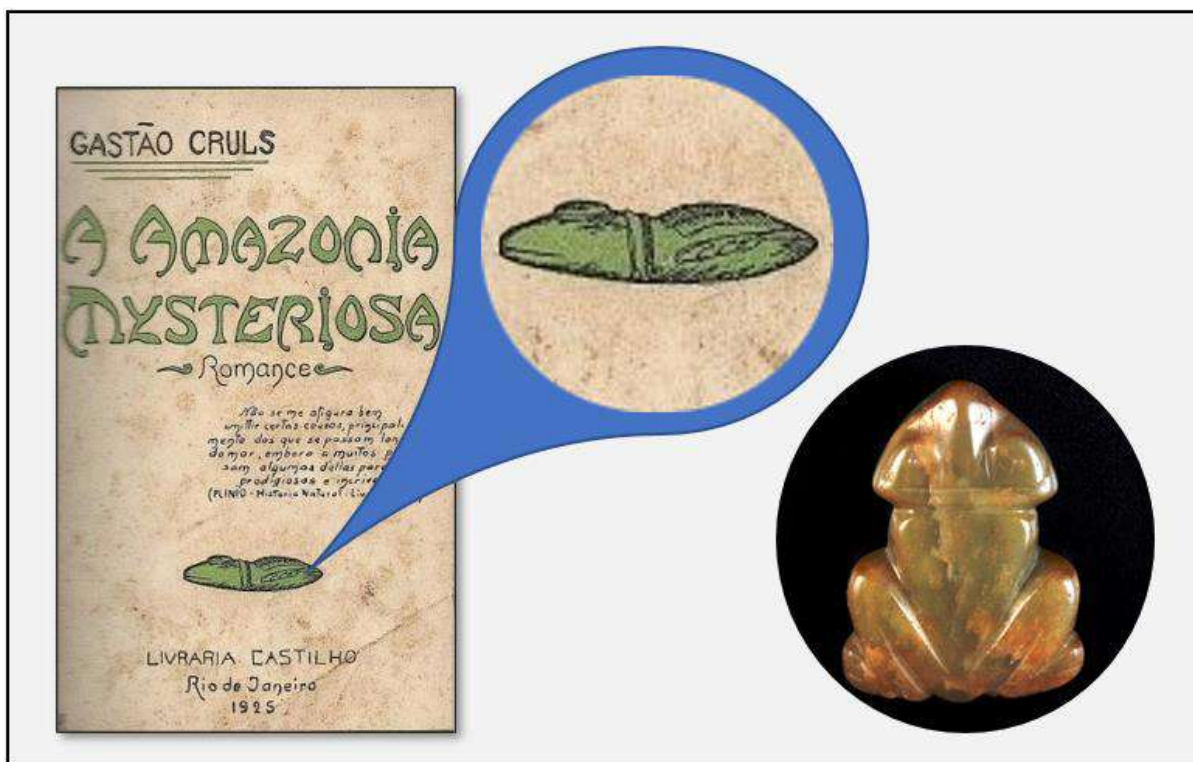
Outro ponto interessante da exposição de Hartmann, acerca das amazonas, consiste da reprodução do discurso que relaciona os amuletos de pedra-verde, os muiraquitãs, com a lenda das mulheres guerreiras, tanto que os conhecia pela pronuncia *Amazonsteinen* (pedra amazona). Dr. Hartmann informa que os muiraquitãs se tornaram um dos achados mais interessantes na Amazônia, não somente por seu grau de acabamento e polidez, mas também pelas especulações em tentar desvendar a real procedência do amuleto. Em seguida, o alemão menciona a hipótese de João Barbosa Rodrigues³⁹, para o qual o muiraquitã seria “prova irrefutável da origem asiática dos primeiros habitantes do Novo Continente” (Ibidem: 56).

³⁸ Gastão Cruls realizou a leitura da obra, *Notes of a botanist on the Amazon and Andes* (1908), de Richard Spruce. No segundo volume da obra do naturalista britânico, inclusive, há um capítulo específico sobre a lenda das Amazonas, intitulado *The women-warriors of the Amazon: A historical Study*.

³⁹ João Barbosa Rodrigues (1842-1909), foi um naturalista, botânico e cientista brasileiro. Cabe frisar que no período em que Barbosa Rodrigues publicou seus estudos sobre o *muiraquitã*, não haviam sido descobertas as

A perspectiva de Barbosa Rodrigues sobre as origens de ocupação e povoamento da América do Sul permeava o debate etnológico científico da época, em relação à interpretação da origem humana, tendo por bases as teorias provenientes do monogenismo e poligenismo. A conclusão de Barbosa Rodrigues, no final do século XIX, não era unânime e nem tão pouco incontestável. Outros cientistas nacionais como Ladislau Netto (1838-1894) e Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), defendiam que as sociedades ameríndias eram genuinamente do continente americano e não advindas da Ásia, como afirmava Barbosa Rodrigues (SANJAD, 2005: 312). O muiraquitã, representado no estudo de Barbosa Rodrigues e muitas vezes esculpido em forma zoomórfica, viria a ser estampado na capa da primeira edição de *A Amazônia Misteriosa*⁴⁰, como pode-se observar na figura abaixo.

Figura 2: Capa da primeira edição de *A Amazônia Misteriosa* (1925), com o muiraquitã estampado; ao lado, exemplar do Acervo de Arqueologia Brasileira do Museu Nacional, coletado em Óbidos (PA).



FONTE: Compilação do autor⁴¹.

jazidas na região amazônica, fato que já é informado no romance. Sobre os estudos de Barbosa Rodrigues, Gastão Cruls realizou a seguinte leitura, *O Muirakytã e os Ídolos Simbólicos* (1899).

⁴⁰ Segundo Gastão Cruls, a reprodução do muiraquitã na capa da primeira edição da *Amazônia Misteriosa* surgiu da inspiração de uma ilustração presente nos estudos de João Barbosa Rodrigues. Quando em Belém, no ano de 1928, observou dois exemplares do talismã, “São eles duas peças zoomórfica, ambas representando rãs, abertas no mais puro jade, e em tudo iguais a uma que é reproduzida nas páginas de Barbosa Rodrigues e eu aproveitei para ilustrar a capa de minhas *Amazônia Misteriosa*, nas suas primeiras edições.” (CRULS, 1973b: 6)

⁴¹ Na colagem foram utilizadas a capa da primeira publicação da obra *A Amazônia Misteriosa*, de 1925, com ampliação na ilustração frontal da capa; ao lado, amostra de muiraquitã em forma de rã, do Acervo do Museu Nacional. Disponível em :<http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/argbra016.html>. Acessado em 26 de novembro de 2020.

Acerca da tribo das amazonas, Hartmann esclareceria as tantas dúvidas do doutor sobre aquela tão exótica sociedade. O médico alemão informa que as amazonas falam o quíchua e viviam dentro de um sistema ginococrata, no qual somente recebiam os homens anualmente para a procriação, da qual conservavam apenas a prole do sexo feminino. As amazonas são comandadas pela *Coia*, rainha e líder tribal (Ibidem: 61-62). Logo que doutor e Pacatuba chegaram à tribo das amazonas, Hartmann começara a organizar uma excursão para que os malquistos visitantes retornassem à civilização e saíssem logo dali. Contudo, um acidente com Pacatuba, impossibilitaria a penosa viagem de retorno, obrigando-os a permanecer mais um tempo na cidade das amazonas (Ibidem: 67-68).

Prolongada a permanência de doutor e Pacatuba no local, aumentaram, significativamente, a curiosidade do protagonista a respeito dos reais motivos do casal europeu em meio à selva amazônica. Além disso, as restrições em acessar certos locais, principalmente o barracão reservado para os trabalhos de Hartmann, despertavam ainda mais a curiosidade do doutor, o qual constantemente especulava sobre os objetivos do médico alemão em um lugar tão remoto. Para doutor, a explicação mais plausível, era que Jacob Hartmann seria um etnógrafo, que havia, como tantos outros de seus compatriotas, recorrido ao Brasil para estudo de campo, entretanto, a hipótese foi negada pelo Dr. Hartmann, logo quando questionado sobre isso (Ibidem: 68-69). Coincidentemente, durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os etnólogos estrangeiros que procuravam o Brasil eram predominantemente alemães⁴² (MELATTI, 1983: 8). Contudo, não podemos afirmar se essa coincidência foi introduzida propositalmente pelo autor ou somente obra do acaso.

Aproveitando a extensão do período de permanência entre as amazonas, o protagonista aproveita para conhecer melhor a cultura, a preparação dos venenos, dos rituais fúnebres, a fabricação dos muiraquitãs, a festa das pedras-verdes, até mesmo o processo da escolha de uma nova *Coia*. Com o passar do tempo, doutor e Rosina se tornam cada vez mais próximos. Juntos e com auxílio de Malila, realizam longas caminhadas pela mata e, nas constantes conversas particulares, exprimem sentimentos recíprocos. Apaixonados, Rosina relata ao protagonista, estar há oito anos com o marido em meio à selva e que não vê a hora de deixar aquelas paisagens (Ibidem: 73-152).

⁴² A predominância alemã na etnologia indígena no Brasil durante a virada dos séculos XIX e XX, pode ser melhor exemplificada pela vinda ao Brasil de etnólogos como Karl von den Steinen (1855-1929), Paul Ehrenreich (1855-1914), Hermann Meyer (1826-1909); Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) e Max Schmidt (1874-1950). Acerca desse período e das redes de etnografia alemã em território nacional, ver Petscheliés (2019).

Em dado momento do romance, o doutor consegue acessar sorrateiramente o lado restrito da aldeia e, próximo do barracão de trabalho de Hartmann, avista estranhas criaturas, não bem definidas, mas que lembram tanto características humanas quanto a fisionomia bestial de um animal (Ibidem: 97-99). Assim, doutor, ao atestar que tudo aquilo se tratava das experiências de Hartmann e daí seu real motivo de recorrer à Amazônia, acaba se descuidando e revelando sua presença ao médico alemão. O que torna, devido à intromissão, sua condição de hospede à prisioneiro, até que, juntos e após a conclusão de suas pesquisas, retornassem à civilização (Ibidem: 106-107).

Consequente, Dr. Hartmann passa a explicar as origens de seus objetivos e do motivo de sua permanência na selva. Informa ao doutor, ser fisiologista e que por muitos anos foi o assistente preferido do fisiologista austríaco, Eugen Steinach⁴³. Quando ainda assistente de Steinach, havia entrado em contato com pesquisas de relevante interesse científico que Steinach vinha desenvolvendo, tais como o “problema de crescimento dos seres vivos, a sexualidade animal e a possibilidade de prolongar a vida pelo rejuvenescimento dos organismos já envelhecidos” (Ibidem: 113). Ao acompanhar os estudos de seu mestre, Hartmann desenvolveu os mesmos interesses pelo tema, surgindo, então, sua ideia de viajar para a Amazônia, especialmente, porque lera Humboldt, Henry Bates e tantos outros. Assim, não faltou vontade de conhecer a hileia, local que, em seu ponto de vista, também poderia solucionar os problemas – que se tornaram obstáculos intransponíveis – nas pesquisas de Steinach, pela impossibilidade de realizar experimentos em organismos humanos vivos na Europa (Ibidem: 113-114).

Jacob Hartmann indica ao doutor que partiu para a Amazônia com dois assistentes Hans e Adolfo, além de sua esposa francesa, Rosina. Sua intenção consistia, primeiramente, em utilizar os prisioneiros decorrentes das constantes guerras entre os indígenas, mas, por acaso, encontrou a cidade das amazonas e devido a certos aspectos culturais, jamais lhe faltou material humano para suas experiências (Ibidem: 114-115). Inicialmente, pretendia estudar o problema da afasia, trazidos para o debate médico-científico através dos estudos do neurologista Pierre Marie⁴⁴, em 1906, mas tornara-se mais ousado em suas experimentações, abrangendo outros assuntos que interessavam seu antigo mestre, Eugen Steinach, “todos ligados às glândulas de

⁴³ Eugen Steinach (1861-1944) fisiologista austríaco, pioneiro nos estudos de endocrinologia e influente na área dos estudos hormonais. Indicado seis vezes ao Prêmio Nobel de Fisiologia (1921-1938). Sobre a trajetória científica de Steinach, ver Benjamin (1945).

⁴⁴ Pierre Marie (1853-1940) foi um neurologista francês com influentes contribuições para a neurociência, em suas publicações sobre afasias, rejeitou veemente as opiniões de Paul Broca (1824-1880) e Carl Wernick (1848-1905) sobre a localização encefálica dos idiomas. Ver Maranhão-Filho e Vicent (2020).

secreção interna, como a questão do crescimento, da sexualidade e da renovação das energias orgânicas.” (Ibidem: 116).

Em largas explicações, Hartmann explica ao doutor que através de exímio procedimento, do qual consiste de transplante de órgãos ligados à reprodução, ocasionando na modificação no quimismo de uma dada espécie animal, a tornava apta à fecundação por outra espécie diferente, e até mesmo de classes afastadas. Se aprofundando nas informações de suas descobertas, Hartmann informa que essas modificações no quimismo, decorrentes de diástases, hormônios e micélios coloidais, não se afastam de certa semelhança, com as *mutações bruscas*, observadas no reino vegetal e exploradas nos estudos do biólogo neerlandês, Hugo de Vries (Ibidem: 117). Nota-se como Gastão Cruls, mescla resultados de estudos científicos com especulações fantasiosas, construindo característica distinta para seu romance, precursor do gênero da ficção científica no Brasil.

O êxito em criar animais híbridos, resultantes dos procedimentos de enxerto, levaria o fisiologista alemão convictamente a afirmar ao doutor, “as minhas experiências acabam de vez com a absurda fixação das espécies, pelo menos como entendiam os pré-darwinianos” (Ibidem: 117). A figura do hominídeo, que lembrava traços humanos com características bestiais, antes observado de longe pelo doutor, era, agora, apresentado por Hartmann como a síntese de anos de estudo. A estranha figura simiesca era o resultado de fecundação artificial entre um macaco-aranha e uma índia de mais de sessenta anos, que havia sido rejuvenescida por enxertos duplos de ovários de coatá realizados por Hartmann (Ibidem: 118-120).

Após terminar de ouvir as explicações, o protagonista doutor debela suas contestações, na tentativa de garantir seu retorno imediato à civilização, adotando uma postura de complacência em vista do tamanho “progresso científico” realizado pelo médico alemão, cumprimentado e elogiando por suas descobertas, que para frustração do doutor, Hartmann não cede as solenidades (Ibidem: 122-123). Na condição de prisioneiros, porém desfrutando de maior liberdade na cidade das amazonas, visto que agora tanto o doutor quanto Pacatuba, sabiam de todos os segredos que Hartmann escondia, fugir dali seria tarefa quase impossível.

Contudo, no desenrolar da trama, doutor e Rosina se apaixonam e decidem planejar uma fuga. Ao lado de Pacatuba, os dois amantes iniciam uma escapada pelo rio, despedem-se de Malila, a indiazinha, que aprendera francês através de Rosina e escolheu permanecer na aldeia. Durante a fuga, o grupo é perseguido pelas guerreiras amazonas à mando de Jacob Hartmann, as quais disparam um saraivada de flechas na embarcação atingindo Rosina que, com o impacto, se desprende e cai na água, ferida, a francesa é alvo do ataque das infames piranhas, o que

causaria sua morte. Ao resgatar o corpo já sem vida de Rosina, Pacatuba insiste ao doutor que dê o último beijo em sua amada, assim, o romance alcança seu final (Ibidem: 152-162).

Semelhante a outras obras de ficção científica, Gastão Cruls conceberia as ideias do Dr. Hartmann através de mescla entre a ciência e a fantasia. Destarte, as teorias científicas presentes na obra se aplicam como caminho ao escopo dos resultados permitidos, mas a própria conclusão é utópica. Na obra *A Ilha do Doutor Moreau* (1896), de H. G Wells, a qual serviu de inspiração para *A Amazônia Misteriosa*, o antagonista, Dr. Moreau, é apresentado pelo protagonista, Edward Prendick, como um famoso fisiologista, o qual havia publicado obras sobre transfusão de sangue e trabalhos sobre tumores, além de ter excepcional experiência na vivissecação (WELLS, 2014: 34).

Na obra, Prendick, ao especular as bizarras experiências feitas por Dr. Moreau, acredita se tratar da vivissecação em organismos humanos, mas é justamente ao contrário. Quando questionado, Moreau explicaria que as criaturas eram animais humanizados através de procedimentos cirúrgicos, amputações, excisões, transfusão de sangue, ablação da língua, enxerto de pele e ossos. Para explicitar seus resultados, Moreau cita, inclusive, os feitos de uma experiência de xenoenxerto realizada por Hunter, possivelmente, o anatomista escocês William Hunter (1718-1783). Além disso, para a composição da aura do cientista e antagonista da trama, H. G. Wells mobilizou teorias que estavam em voga na época. Vejamos, que no processo de humanização, pelo qual os animais passavam, não consistia somente de modificações externas e estéticas, pois os humanoides de Moreau, falam e pensam como homens. Para isso, Dr. Moreau empregava métodos da “ciência do hipnotismo”, com a qual se podia realizar modificações na estrutura mental do animal (Ibidem: 68-72).

É importante que recordemos que, ao final do século XIX – contexto de produção da obra de H. G. Wells – o hipnotismo consistia em uma prática médica alternativa. A teoria de Franz Mesmer (1734-1815), batizada como mesmerismo, fazia uso da hipnose, assim como o médico britânico James Esdaile (1808-1859) utilizava a hipnose como procedimento anestésico em suas operações cirúrgicas. Aliás, o hipnotismo ainda era empregado no tratamento de distúrbios psíquicos por Jean-Martin Charcot (1825-1893), inspirando diversos de seus pupilos, entre eles Sigmund Freud (1856-1939). Neste debate sobre a relação entre literatura de ficção e os respectivos preceitos científicos do contexto de produção, não poderíamos deixar de citar as constantes referências ao galvanismo e estudos sobre bioeletricidade, na obra *Frankenstein ou o Prometeu Moderno* (1818), de Mary Shelley (1797-1851).

Retornando para *A Amazônia Misteriosa*, de Gastão Cruls, o caráter mais fantástico do romance fica por conta dos sonhos e devaneios de alguns personagens. Em certo trecho, doutor, ao acordar tem a lembrança de sonhar que “todos os vegetais da floresta haviam perdido a membrana da celulose, que os imobiliza, e eram agora estes sensificados que se moviam com desembaraço e vagueavam em liberdade, deslocando lentamente o raizame, à maneira de grandes tentáculos.” (CRULS, 1973a: 21). Ao informar sobre o sonho aos demais companheiros de viagem, Pacatuba relata que *Anhangá*⁴⁵ era capaz de fazer isso e, quando estava no Purus, foi testemunha do poder de *Anhangá*. Em outra passagem, que avulta aspectos do folclore indígena, Pacatuba, sob os efeitos tóxicos de um confeito, insiste ao doutor, ter visto “em arrancada louca, uma vara de queixadas na qual um dos porcos, o da frente, ia cavalgado pelo caapora.”⁴⁶ (Ibidem: 40).

Contudo, a maior traço do fantástico elaborado por Gastão Cruls, consiste do trecho em que doutor realiza uma espécie de viagem no tempo, sob o efeito alucinógeno de certa toxina. Nessa exótica jornada, o doutor é conduzido por ninguém menos que o último imperador dos incas, Atahualpa, que o leva em perspectiva de voo de pássaro aos grandes centros culturais das civilizações pré-colombiana, ou seja, Tenochtitlán, Cusco e Quito. Em narrativa, Atahualpa desataca os aspectos culturais dessas civilizações e o violento processo de colonização realizado pelos espanhóis e portugueses nas Américas, responsáveis pelo declínio e extinção de milhares de grupos étnicos. Após a fabulosa excursão, Atahualpa comunica ao doutor que, antes da lamentável chegada dos europeus, as amazonas, que tanto lhe despertavam a admiração, eram somente, na visão de Atahualpa, um resquício desprezível daquilo que sobrou dos impérios pré-colombianos (Ibidem: 79-89). Em análise de Maia, a voz de Atahualpa, denuncia – sob a perspectiva de colonizado – a história da colonização e ocupação das Américas, reflexo do posicionamento crítico de Gastão Cruls, acerca dos processos de colonização e neocolonização do Brasil (MAIA, 2009: 270)⁴⁷.

É importante destacar que Gastão Cruls, ao utilizar aspectos da cultura ameríndia na composição do quadro de elementos ficcionais, reproduz em sua narrativa a dicotomia entre as culturas das terras altas e terras baixas. Pois, vejamos, na obra, as amazonas causavam

⁴⁵ *Anhangá* é uma figura mitológica indígena, aparece em diversas culturas ameríndias como um espírito maligno e punitivo. No elucidário consta o seguinte significado: *Anhangá* – Nome genérico do diabo na língua tupi. Ente fantástico, habitante das nossas florestas (CRULS, 1973a: 165).

⁴⁶ *Caapora* ou *Caipora* é uma figura da folclore tupi-guarani, significa “habitante das florestas”. No elucidário da obra consta o significado: *Caapora* – Gênio maligno. Ente fantástico, habitante das nossas florestas. (CRULS, 1973a: 166).

⁴⁷ Sobre a interpretação das obras de Gastão Cruls a partir de abordagem da crítica pós-colonial, ver Maia (2009).

admiração ao protagonista por conta de seu desenvolvimento cultural, atestado pela produção de ferramentas mais complexas e adornos, como os muiraquitãs, além de dominarem todas as outras sociedades indígenas ao seu redor, majoritariamente compostas por homens, colocados em condições de servos. Fica subentendido que essas mesmas amazonas só dispunham de tamanha superioridade em relação aos povos da floresta tropical porque descendiam do Império Inca.

De acordo com Fausto, essa perspectiva já era profundamente enraizada nos Andes, desde os tempos coloniais. Segundo essa visão, no próprio imaginário do Império Inca havia uma fronteira intransponível a leste, onde se estende a parte ocidental da floresta amazônica, para os incas, a região era perigosa pela existência de gente selvagem. Dessa forma, a perspectiva dicotômica entre as terras altas e baixas procedia uma visão incaica, resultado das fracassadas tentativas de expandir os domínios incas sobre a floresta tropical (FAUSTO, 2010: 23).

Em 1940, a imagem que associa a região andina com a civilização, oposta à barbárie das sociedades originárias da floresta amazônica, foi estruturada e reafirmada pelo antropólogo estadunidense Julian Steward, ao construir a distribuição dos tipos culturais da América do Sul, em sua obra de cinco volumes *Handbook of South American Indians*. Ainda na década de 1970, a arqueóloga Betty Meggers relacionou a estagnação no estágio de tribo dos ameríndios da floresta tropical à baixa fertilidade do solo. Foi somente a partir da década de 1980, através das novas descobertas na Ilha de Marajó e de inéditos estudos arqueológicos, que essa visão começou a mudar em direção das novas hipóteses desenvolvidas pela antropóloga Anna Roosevelt, sobre desenvolvimento cultural das sociedades originárias da Amazônia (Ibidem: 11-33).

As doenças, como malária e febre amarela são características presente nas representações literárias da realidade sobre a Amazônia, no ambiente criado por Gastão Cruls, o aspecto das doenças pouco se faz presente. No romance, as amazonas gozam de boa saúde, assim como Dr. Hartmann, Rosina e Malila, Pacatuba, no entanto, sofre alguns imprevistos superficiais, sobrando somente Piauí, que fica subentendido que morre vítima da malária ou da floresta. Durante a passagem de seu desaparecimento, já com os surtos violentos causados pelo impaludismo, o doutor lamenta, “No estonteamento do delírio, fora-nos para sempre o companheiro. Matá-lo-ia a própria febre? Ainda com vida, teria servido de pasto às onças? Afogar-se-ia nas águas da lagoa?” (CRULS, 1973a: 41). O aspecto interessante é que, desde o início do romance, Piauí aparenta ser o personagem mais habituado à Amazônia,

constantemente destacando sua experiência de bom mateiro. O que nos indaga a pensar se Piauí, personagem que se vangloriava de vitórias sobre a natureza, ter sido mais um exemplo da literatura que fazia suas vítimas fatais nesse enredo da intromissão do homem ao jângal amazônico. Como não lembrar do engenheiro Souto? Personagem de *Inferno Verde*, criado por Alberto Rangel, que durante viagem à Amazônia, sofreria constantes delírios causados pela malária, que o conduziram ao seu destino inevitável, diretamente para sua luta final contra a natureza (RANGEL, 2001).

O primeiro romance de Gastão Cruls, *A Amazônia Misteriosa*, foi publicado pela Livraria Castilho, em 1925, esgotando rapidamente as vendas. Sua segunda edição no ano seguinte, em 1926, pela mesma editora. Ao longo do século XX, a obra obteve sucessivas edições: 3ª edição, em 1928, pela Livraria Castilho; 4ª edição, em 1935, pela Editora Ariel; 5ª edição, em 1944, pela Editora Zélio Valverde, sendo publicada também em inglês; 6ª edição, 1953, pela Organização Simões; 7ª edição, em 1957, pela Editora Saraiva; 8ª edição, em 1958, parte da coleção *Quatro Romances*, pela Editora José Olympio; 9ª edição, em 1973, pela Editora José Olympio e Instituto Nacional do Livro.

Em 1930, o jornal *La Tribuna Popular*, de Montevideo, começou a reeditar, em folhetins, uma tradução em espanhol do romance de Gastão Cruls, contudo, a publicação foi iniciada sem a indispensável autorização do autor, que logo reclamou aos dispositivos legais sobre a tal tradução clandestina⁴⁸. A publicação oficial em espanhol ocorreu somente em 1938, pela Editora Claridad, da Argentina. O romance de Gastão Cruls, ainda ganharia duas publicações em quadrinhos, em 1957 e 1965, além de basear o roteiro do longa-metragem *Um Lobisomem na Amazônia* (2005), dirigido por Ivan Cardoso. Cabe frisar que, neste momento em que redigimos esta pesquisa, a obra está sendo reeditada pela Cartola Editora, de São Paulo. Assim sendo, *A Amazônia Misteriosa* ganhará, em breve, sua 10ª edição.

Em decorrência de seu romance, Gastão Cruls foi aclamado pela crítica literária da época. Em meio a elogios, Cruls não demorou para configurar nas crônicas do pensamento social sobre a Amazônia, ao lado de escritores como, Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Inglês de Souza e José Veríssimo. Exemplo disso é a coluna escrita pelo jornalista Antônio Augusto Alves de Souza, sobre a crítica literária da obra *Na Planície Amazônica*, do escritor Raymundo Moraes, publicada em 1926⁴⁹.

⁴⁸ Uma tradução clandestina de um romance brasileiro. *A Noite*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1930, p. 5.

⁴⁹ SOUZA, Alves de. O Paraíso Verde. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 19 de jun. 1926, p. 3.

A respeito dessa específica obra de Raymundo Moraes, encontramos interessante nota presente no décimo terceiro capítulo, intitulado *As Amazonas*. No título do capítulo, consta em nota de rodapé a seguinte informação:

Como na *Amazônia Misteriosa* há páginas parecidas com estas, é bom notar que o presente capítulo foi estampado no *Estado do Pará*, brilhante matutino que se publica em Belém, no dia 21 de maio de 1925, enquanto o magnífico livro do sr. Gastão Cruls, só veio a lume no mês de novembro do mesmo ano. Aliás a declaração presente é quase desnecessária, pois o próprio autor da *Amazônia Misteriosa*, que nunca veio aqui, afirma ser o seu volume uma fantasia decalcada em observações alheias, gênero de romance à Wells. (MORAES, 1936: 130).

Não sabemos ao certo o real motivo de Raymundo Moraes destacar essa nota explicativa, no entanto, pela análise de seu conteúdo, possivelmente, o autor de *Na Planície Amazônica* teve a intenção se distanciar de alguma interpretação equivocada que poderia lhe acusar de plágio pela semelhança entre as duas obras. Procuramos sobre esse episódio em críticas literárias de diversos periódicos da época, entretanto, nada encontramos sobre isso. Foi somente ao ler uma tese de doutorado sobre a trajetória de Raymundo Moraes, que encontramos melhores informações sobre esse episódio e também boas conclusões tecidas pela autora.

De acordo com Guimarães, o episódio mencionado acima, permaneceu velado pela imprensa brasileira, mas causou a Raymundo Moraes certo desconforto na época da publicação de sua obra, motivando o autor a acrescentar, a partir da 2ª edição de *Na Planície Amazônica*, a nota de rodapé descrita anteriormente (GUIMARÃES, 2019: 100). Como afirmara na nota, Raymundo Moraes havia publicado o ensaio em maio de 1925, entretanto, Cruls não havia publicado em novembro, como afirmava o escritor paraense, e sim no mês de agosto, como atesta a crítica literária realizada por Antonio Leão Velloso⁵⁰. O caso do possível – improvável – plágio foi esquecido, pelo fato de Raymundo Moraes e Gastão Cruls jamais se encontrarem para esclarecer a situação, nem tampouco existem correspondências entre os dois sobre esse assunto (Ibidem: 102).

Contudo, pode-se afirmar que não permaneceria nenhum receio entre os dois escritores, inclusive, Raymundo Moraes tornar-se-ia um dos colaboradores, na década de 1930, da revista literária de Gastão Cruls e Agripino Grieco, o *Boletim de Ariel*. Ao longo da existência do boletim, Raymundo Moraes publicou diversos textos em que discorreu sobre a Amazônia e a produção literária nacional, entre eles destaca-se *Hidrographia do Amazonas* (1933), *Boletim do Museu Paraense* (1933), “*Marupiára*” (1936), *O Portuguez do Brasil*

⁵⁰ VELLOSO, Antonio Leão. “A Amazonia Mysteriosa”. *Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1925, p. 4.

(1938). Além disso, quando Gastão Cruls viajava por Belém, durante sua segunda expedição à Amazônia, no final de 1938, Raymundo Moraes teceu elogios ao escritor carioca, concluindo com o seguinte trecho, “Estas palavras, que deixo aqui à feição duma homenagem à inconfundível figura de Gastão Cruls, príncipe de nossa literatura, remarcam a radiosa passagem pela terra morena de Belém”⁵¹.

A respeito da recepção do romance de Gastão Cruls, houve majoritariamente críticas positivas sobre a obra. O escritor Gilberto Amado encerrou sua crítica literária do livro com a seguinte afirmação: “Escrevo estas linhas apenas para pedir a todos os brasileiros que amam sua terra que não deixem de ler a *Amazônia misteriosa*.”⁵². O antropólogo Edgard Roquette-Pinto, destacou, a “história criada por imaginação superior e que se desdobra num ambiente natural, bem composto e lindo. Lendo este livro a Amazônia deixa de ser misteriosa... mas nem por isso menos sedutora.”⁵³.

Anos mais tarde, a poetisa brasileira Anna Amélia de Queiroz Carneiro Mendonça destacou que o romance de Gastão Cruls, inspirado pela Amazônia, era fenômeno curioso, pois, “De um lado, o estilo rude e onomatopaico de Euclides da Cunha, a expressão vigorosa de Alberto Rangel, os relatórios precisos de Rondon, a justeza descritiva de Roquette Pinto”⁵⁴. No prefácio da 9ª edição de *A Amazônia Misteriosa*, de 1973, escrito por Arthur César Ferreira Reis, o político e historiador amazonense, destaca que Gastão Cruls, com a publicação do romance, filiou-se à corrente dos que exploraram temas regionais, como Inglês de Souza, Aurélio Pinheiro, Alberto Rangel, Abguar Bastos e tantos outros escritores, que na opinião de Reis, “exaltaram a terra e propuseram uma sociedade agreste, áspera, dura, difícil, nem por isso desserviam como participantes da civilização da Amazônia.” (REIS, 1973 apud CRULS, 1973a: XVI).

Além da trama do romance, Gastão Cruls também produziu relevante léxico de termos regionais, publicado na parte do elucidário, em anexo ao livro. O poeta brasileiro José Júlio da Silva Ramos, membro fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 22 de outubro de 1925, durante a reunião semanal da ABL, propôs que no Dicionário da Academia fosse incluído

⁵¹ MORAES, Raymundo. Gastão Cruls, o Príncipe (transcrito da coluna do *Estado do Pará*). *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, p. 13, nov. 1938.

⁵² AMADO, Gilberto. *Amazonia Mysteriosa*. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 14 e 15 de setembro de 1925, p. 3.

⁵³ Acaba de aparecer: Gastão Cruls – *A Amazonia Mysteriosa*. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1925, p. 7.

⁵⁴ MENDONÇA, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de. Gastão Cruls e a Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1930.

“o vocabulário que acompanha, no fim do volume, o romance do Sr. Gastão Cruls, “A Amazônia misteriosa”⁵⁵.

Compreendemos o excessivo esforço de Gastão Cruls para ambientar sua obra, sem que conhecesse fisicamente a Amazônia. Pode-se afirmar que Gastão Cruls tenha se saído melhor que outros ficcionistas que, de forma semelhante, utilizaram como pano de fundo uma Amazônia “imaginada”, a partir de extensa leitura. Em *A Jangada: 800 léguas pelo Amazonas* (1881), de Júlio Verne, obra já mencionada por nós, o ilustre escritor francês cometeu alguns equívocos, que não passaram despercebidos pelos conhecedores da região. Em certo trecho, a família Garral, ao planejar descer o rio Amazonas, de Iquitos para a capital do Pará, constrói uma enorme jangada. Durante o abastecimento de provisões para a viagem, Verne escreveu o seguinte trecho:

Nessa região há uma espécie de vinho violeta escuro que é extraído do suco das palmeiras “açais”, cujo gosto forte e aromático é apreciado pelos brasileiros. Também havia a bordo um número respeitável de frascos de vinho que, sem dúvida estariam vazios quando chegassem ao Pará. (VERNE, 2003: 99)

Em artigo, intitulado de *Um fruto calumniado*, o equívoco de Verne, “fez rir, pelos disparates, todos os conhecedores da região”⁵⁶, ocorre que a bebida, feita a partir do açaí, em temperatura ambiente, é extremamente sensível ao tempo, azedando com facilidade e tornando-se imprópria para o consumo. Fato ignorado pelo famoso ficcionista.

Como podemos observar ao longo do capítulo, a análise da trajetória de Gastão Cruls e do contexto de produção de seu primeiro romance, *A Amazônia Misteriosa*, possibilitou-nos compreender a inserção do médico e escritor no debate científico da época, sua formação em medicina, a atuação na área, a viagem à Paraíba como sanitarista, seu interesse pela literatura, a produção de suas primeiras obras e sua consagração como romancista, por conta do sucesso de seu romance, em 1925. Em relação ao conteúdo de seu romance, percebemos a forma com que Gastão Cruls articulou conhecimentos e concepções sobre a Amazônia, na intenção de

⁵⁵ Academia Brasileira – A reunião semanal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1925, p. 13.

⁵⁶ Um fruto calumniado. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1926, p. 3.

ambientar com maior veracidade as representações da natureza⁵⁷ e os aspectos da cultura ameríndia amazônica⁵⁸, até então, ambas desconhecidas de seu olhar.

Doravante, Gastão Cruls, enquanto intelectual – e por intelectual entendemos, não somente um produtor de ideias e reflexões sobre a natureza e a sociedade, mas também um participante de ações políticas e interventor em assuntos públicos – projetar-se-ia como ator no palco do cenário nacional. Com os holofotes refletidos em direção ao ilustre escritor, abrem-se as cortinas, com novos papéis e oportunidades de atuação ao “Amazônico”, Gastão Cruls – como chamou Rubem Braga – que, em breve, conheceria, *in loco*, a Amazônia, durante expedição pelo Serviço de Inspeção de Fronteiras.

⁵⁷ Sobre a natureza, fauna, flora e condições climáticas, destacam-se algumas obras utilizadas por Gastão Cruls e não citadas por nós durante a análise da obra *A Amazônia Misteriosa*. Ao relatar as condições climáticas e suas mudanças repentinas, Cruls utiliza a observação de Bates, de que na natureza tropical, não existe inverno, fazendo no curto período de tempo o ciclo do verão, primavera e outono (CRULS: 1973a: 11). Retirado das descrições de Henry Bates, na obra *The naturalist on the river Amazon* (1882). Na descrição sobre o galo-da-serra e a dificuldade para conseguir capturá-lo, Gastão Cruls utiliza os relatos de Alfred Russel Wallace, na obra *Travels on the Amazon and Rio Negro* (1895).

⁵⁸ Para a descrição dos aspectos indígenas e processo criativo na confecção da representação das Amazonas, Gastão Cruls utiliza da literatura de cronistas, como Gaspar de Carvajal e Cristóbal de Acuña, assim como de naturalistas e viajantes, entre eles Hans Staden, Charles Marie de La Condamine, Walter Raleigh e Alexander von Humboldt.

Capítulo 2 – Do imaginário à observação: Gastão Cruls viaja à Amazônia

Nos volumes anteriores, era o Sr. Gastão Cruls o ficcionista dos casos estranhos, dos amores de uma leprosa, da vinda de uma noiva de Wilde ao Brasil, da dupla personalidade de Elsa-Helena. Mas aqui foi antes o filho do cientista Luiz Cruls e escreveu, não apenas para escrever bonito, mas para transmitir algo útil. [...] faz-nos ver, neste roteiro de Óbidos-Tumucumaque, uma Amazônia sem assombramentos, bem mais prosaica que a do seu romance sobre o reino das mulheres guerreiras, sobre os muiraquitãs e o sonho do império dos incas.⁵⁹

Supracitado, Agripino Grieco, ensaísta e crítico literário brasileiro, destacou que a publicação de um diário de viagem por Gastão Cruls, descrevendo as experiências em meio a floresta amazônica, distanciou a associação da figura do médico e escritor, presente em suas publicações anteriores, enquanto ficcionista. Essa virada de caráter sociológico consistiu na escolha de Gastão Cruls em reorganizar as notas de sua participação na comissão do Serviço de Inspeção de Fronteiras, com a finalidade de publicar seu relato de viagem. Talvez a inspiração tenha origem na herança paterna – de dedicação à ciência – legada a Gastão por parte de seu pai, Louis Cruls, ou simplesmente a decisão do próprio autor de: ao invés de outra obra ficcional, buscar transmitir algo útil, como afirma Grieco. Precisamente, e distante das especulações, o que podemos afirmar é que, para Gastão Cruls, a viagem despertou novos interesses e renovou antigos, especialmente pela Amazônia.

Integrante da expedição chefiada pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon, Cruls percorreu por cerca de quatro meses, entre 1928 e 1929, uma extensa distância para alcançar a fronteira entre Brasil e a Guiana Holandesa, atual Suriname. Da expedição, Cruls publicou novo livro. Diferentemente das obras ficcionais do escritor, a *Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque* (1930) é, antes de tudo, um relato de viagem organizado em forma de diário, onde impera as observações da fauna, flora e das sociedades indígenas. Cabe elucidar que a participação de Gastão Cruls na expedição, possibilitou ao escritor conhecer – fisicamente – as paisagens que antes somente havia reproduzido do imaginário, através de densa pesquisa científica e leitura dos relatos de naturalistas e viajantes que percorreram e registraram suas expedições pela Amazônia.

Neste capítulo, abordaremos o propósito das viagens ao interior do Brasil durante a Primeira República (1889-1930), com enfoque em como essas expedições estiveram associadas a projetos nacionais que visavam a integração dos sertões brasileiros. Pretendemos dar ênfase em algumas das viagens científicas à Amazônia, que foram realizadas por viajantes-cientistas

⁵⁹ GRIECO, Agripino. “A Amazonia que eu vi”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1930, p. 2.

do Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi e pela Comissão Rondon. Assim como, analisar os relatos de outras expedições que percorreram a mesma região que Gastão Cruls em 1928.

Consequente, abordaremos o diário de viagem de Gastão Cruls, publicado como *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*. Nosso objetivo consiste em compreender de que forma Gastão Cruls representou a natureza e as sociedades indígenas. Enquanto intelectual, o escritor dialogou com os pensamentos da época acerca de concepções sobre o território nacional e as sociedades do interior do Brasil. Aproveitamos para entender as intenções e viabilidades do Serviço de Inspeção de Fronteiras (1927-1930).

Por último, abordaremos a produção etnográfica realizada por Gastão Cruls, além de mapear a repercussão da obra de Gastão Cruls e sua recepção no cenário científico nacional. Sabemos que, além do relato de viagem, Gastão Cruls ainda realizou relevantes contribuições científicas, pois, durante a viagem, recolheu diversos espécimes a pedido do zoólogo Cândido Firmino de Mello Leitão. Cabe frisar que ao lado de Gastão Cruls, outros intelectuais integraram a comissão do Serviço de Inspeção de Fronteiras, como o botânico Alberto José Sampaio e o etnógrafo José Barbosa de Faria.

2.1 A Amazônia à luz da ciência: as viagens científicas e exploratórias ao interior da Primeira República do Brasil.

A prática da viagem, enquanto percurso para a produção de conhecimento sobre aspectos da natureza e cultura, foi empreendida desde a antiguidade. Lembremos das descrições de Heródoto e suas viagens pelas regiões do mediterrâneo, ou os relatos do veneziano Marco Polo que, em meados do século XIII, empreendeu famosas jornadas à China e seus relatos tornaram-se consagrados na literatura de viagem. Há também a grande proficiência das narrativas realizadas pelos cronistas do Novo Mundo, companheiros das odisséias de Orellana, Pizarro e Cortés⁶⁰. A prática da viagem a lugares longínquos também contribuiu com as atividades científicas, basta que lembremos das diversas expedições de naturalistas, que ao longo dos séculos, tanto forneceram materiais relevantes para o estudo das ciências naturais, quanto abasteceram as coleções de instituições museológicas. A viagem vai além de somente um deslocamento no espaço: sua prática possibilita evidências, observações e sensações.

⁶⁰ Francisco de Orellana (1511-1546); Francisco Pizarro (1476-1541) e Hernán Cortés (1485-1547) foram conquistadores espanhóis, conhecidos pelas viagens de exploração e conquista nas Américas.

Teria Chales Darwin formulado suas constatações sobre a teoria da seleção natural sem circunavegar o globo, por cinco anos, a bordo do HMS Beagle?

Durante o século XIX, a viagem e o trabalho de campo estiveram associados – assim como o trabalho de gabinete – ao modo de produção científica. A prática de se deslocar do gabinete para o campo, enquanto forma e caminho para o fazer científico, foi a escolha de diversos naturalistas que obtiveram renome e serviram de exemplo às novas gerações. Esses naturalistas enxergaram na prática social da viagem o privilégio da experiência e da observação, que resultaram em uma nova forma de retratar a natureza e seus aspectos (KURY, 2001). Destaca-se que foi durante a segunda metade do século XIX que os naturalistas Henry Walter Bates, Alfred Russel Wallace⁶¹ e Richard Spruce⁶² permaneceram na região amazônica para realizar a coleta de espécimes e estudos de botânica e zoologia. Os naturalistas se tornaram reconhecidos tanto pelos resultados científicos obtidos durante a viagem, quanto por sua imagem simbólica de cientistas-viajantes do Oitocentos.

De modo geral, são incontestáveis as contribuições que as expedições científicas forneceram para as ciências sociais e naturais. Os territórios exóticos, na visão do europeu, estiveram associados a relevantes objetos de estudo, intensificando as viagens de cunho científico ao redor do mundo, muitas vezes financiadas em prol do reconhecimento de recursos estratégicos e possibilidades econômicas. Durante o século XVIII, o governo de Portugal tomou iniciativas de patrocinar expedições de exploração aos quatro cantos do Império, com a finalidade de exploração e estudos de história natural. A tarefa foi desempenhada por viajantes instruídos na Universidade de Coimbra e, no caso dos territórios coloniais do Brasil, houve o desempenho de naturalistas luso-brasílicos, pertencentes à elite letrada. A estratégia político-econômica, promovida pelo governo português, pode ser melhor observada pela organização da primeira expedição filosófica portuguesa ultramarina direcionada para o Brasil, que resultou na viagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) pelo interior da Amazônia⁶³ (DA CRUZ, 2002: 62-69).

⁶¹ Henry Walter Bates (1825-1892) e Alfred Russel Wallace (1823-1913), ambos experientes botânicos, desembarcaram juntos ao Brasil em 1849, porém, realizaram suas viagens separadamente. Enquanto Wallace permaneceu na América do Sul apenas quatro anos, Bates somente retornou à Inglaterra onze anos depois, em 1859. Sobre as experiências de campo e a viagem de Alfred Russel Wallace pela Amazônia, ver Lima (2014). Sobre a trajetória de Henry Walter Bates, seus estudos na Amazônia, contribuições científicas e suas relações, ver Antunes (2019).

⁶² Richard Spruce (1817-1893) foi escolhido pelo diretor do Jardim Botânico Real de Kew, Willian Jackson Hooker para viajar à Amazônia, com o objetivo de reconhecimento de espécimes e coleta de material para a coleção de Kew. Spruce permaneceu na América do Sul por cerca de quinze anos, entre 1849 e 1865, no final da viagem havia coletado milhares de espécimes. Sobre as viagens de Richard Spruce na América do Sul, ver Seaward (2000).

⁶³ Os resultados da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira foram confiscados durante a invasão francesa comandada pelo marechal Jean-Andoche Junot à Portugal no final de 1807. Os relatórios e espécimes conservadas

Após a independência do Brasil, em 1822, e ao longo do século XIX, as expedições de reconhecimento ao interior do território nacional constituíram de uma ferramenta mobilizada para o interesse de explorar, ocupar e garantir o domínio dessas regiões, porém, o inexplorado território brasileiro e valoroso campo científico foi mais aproveitado pelos cientistas estrangeiros. Após a Proclamação da República, em 1889, as primeiras décadas do século XX, foram marcadas pelas chamadas “missões civilizatórias” da República, que englobaram as expedições militares e científicas, organizadas em prol de objetivos estratégicos, como a construção de ferrovias e linhas telegráficas; os serviços de profilaxia e os projetos de inspeção e delimitação de fronteiras nacionais (LIMA, 1997: 56). Assim, os militares e cientistas projetaram o interesse nacional ao interior do Brasil, espaço que despertou a atenção da intelectualidade nacional no que tange compreender, estudar e registrar traços da fauna e flora, assim como a cultura e aspectos físicos das sociedades indígenas do Brasil.

O papel fundamental da organização de viagens de cunho científico para a Amazônia ficou a cargo das instituições museológicas nacionais, especialmente o Museu Nacional e o Museu Paraense de História Natural. Essas instituições forneceram relevantes contribuições aos estudos das ciências naturais realizadas no Brasil. Antes mesmo da consolidação das instituições museológicas, a partir de 1870, o Brasil, considerado como espaço privilegiado para obter recursos necessários aos museus europeus, fornecia relevantes subsídios para os estudos de estrangeiros, majoritariamente vindos da Europa em busca de materiais botânicos, zoológicos e etnográficos para as coleções de história natural. Ressaltamos que a mentalidade por trás da criação de coleções etnográficas partia da ideia de preservar vestígios de culturas que em breve desapareceriam (SCHWARCZ, 1993: 87-91).

Com a vinda da coroa portuguesa para a colônia do Brasil, D. João VI fundou instituições, como a Imprensa Régia (1808), o Horto Real (1808), a Biblioteca Nacional (1814), a Escola de Ciência, Artes e Ofícios (1816) e o Museu Real (1818). O monarca tinha por intenção promover o incentivo às ciências, às artes e às letras. O Museu Real, criado em 1818, que viria a ser o Museu Nacional (MN), materializou as pretensões da coroa portuguesa em estimular o conhecimento científico sobre o território brasileiro. A trajetória do Museu Nacional, durante o século XIX, foi marcada por alguns eventos e posições assumidas pela instituição. Até 1815, o acesso de estrangeiros aos domínios lusitanos era restrito, lembremos do caso do naturalista prussiano Alexander von Humboldt, que nos primeiros anos do Oitocentos

de animais e plantas foram levados para a França pelo naturalista Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844), ex-integrante da comissão científica que acompanhou a campanha napoleônica ao Egito entre 1798 e 1799 (COSTA, 2001: 996).

foi impedido de permanecer no Brasil. Julgado ser um espião pelas autoridades portuguesas, Humboldt, na época em companhia do botânico francês Aimé Bonpland, estava em passagem pela América do Sul, parte de suas famosas viagens exploratórias às Américas, realizadas entre 1799 e 1804.

Segundo Schwarcz (2002: 351-354), as viagens científicas realizadas ao Brasil podem ser divididas em dois momentos. O primeiro, compreende o século XVIII e início do XIX, em que as expedições foram realizadas majoritariamente por portugueses e luso-brasílicos, através do peculiar e estratégico cuidado da coroa portuguesa em censurar a difusão de informações consideradas confidenciais. O segundo momento ocorrera a partir de 1808, com a abertura dos portos e a liberação de expedições científicas estrangeiras. Durante esse período, relevantes viagens foram realizadas por nomes que ficaram reconhecidos e ligados ao tema das missões científicas e artísticas ao Brasil. Essas expedições foram realizadas por naturalistas, como Carl Friedrich Phillip von Martius, Johann Baptist von Spix⁶⁴, George Wilhelm Freyreiss, Friedrich Sellow, Auguste de Saint-Hilaire e pintores como Jean-Baptiste Debret, Nicolas-Antoine Taunay e Thomas Ender.

Em 1822, através de acordo realizado entre o estadista e secretário do Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, José Bonifácio Andrada e Silva, e os diversos naturalistas que demonstravam interesse em percorrer o território brasileiro com finalidades especificamente científicas, o Museu Nacional garantia o complacente papel em auxiliar as expedições em troca de peças para aumentar suas coleções. Entre 1842 e 1858, o MN passou por reestruturações, reorganizações e reformas, modernizando as seções de estudo, promovendo a pesquisa científica e oferecendo conferências públicas sobre agricultura, antropologia, botânica, física e zoologia. Além disso, o próprio MN, em conjunto com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, organizou a Comissão Científica de Exploração (1859-1861), que percorreu as províncias do Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, com o objetivo de reconhecimento e ampliação das coleções de história natural (SÁ; SÁ; LIMA, 2018: 2-3).

Durante a década de 1870, o Museu Nacional se alinhou aos padrões das instituições museológicas da Europa, especificamente durante a administração do botânico Lasdislau de Souza Mello Netto, entre 1874 e 1893. Foi durante sua gestão que foi criada a revista *Archivos*

⁶⁴ Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868) e Johann Baptist von Spix (1781-1826) foram integrantes da comitiva que acompanhou a arquiduquesa Maria Leopoldina da Áustria para o casamento com D. Pedro I, monarca e pretendente ao trono português, que ocorreu no Brasil, em 1817. Martius ficou responsável pelo estudo da flora, enquanto Spix aos domínios da pesquisa zoológica, juntos percorreram extensas dimensões do território brasileiro, especialmente a Região Norte do país, com o objetivo de reconhecimento e estudo das ciências naturais. Ver Lisboa (2009).

do Museu Nacional, em 1876, de periodicidade trimestral. A revista promovia os trabalhos realizados por cientistas nacionais, além de estabelecer um elo de comunicação com as demais instituições científicas. O trabalho realizado por Ladislau Netto, foi continuado pelo médico João Baptista de Lacerda, que exerceu o cargo de diretor do Museu Nacional de 1895 a 1915 (SCHWARCZ, 1993: 92).

Em 1872, João Barbosa Rodrigues foi comissionado pelo governo brasileiro para estudar a região amazônica. Após o controverso caso das orquídeas⁶⁵, ocorrido alguns anos antes. A expedição empreendida ao vale do Amazonas consiste da primeira viagem organizada e financiada pelo Estado, somente para fins taxonômicos e científicos. Um dos objetivos de Barbosa Rodrigues era o estudo de correções e inclusões em relação aos registros presentes na obra de Martius, principalmente sobre as palmeiras do Brasil (SÁ, 2001: 906).

Barbosa Rodrigues permaneceu na região amazônica até 1875, período em que passou realizando a coleta de orquídeas e palmeiras. Além de material arqueológico e etnográfico sobre as populações ameríndias da Amazônia. Alguns materiais zoológicos e mineralógicos foram enviados as coleções do Museu Nacional. As experiências vividas, os materiais coletados e o interesse pela botânica foram de significativa relevância na trajetória de Barbosa Rodrigues. Com os resultados da expedição, em 1875 Barbosa Rodrigues publicou seu relatório sobre os espécimes de palmeira da Amazônia, fato que gerou nova polêmica, dessa vez com o botânico britânico James William Helenus Trail, que envolvia sucessivas disputas de autoria na publicação de material sobre as palmeiras brasileiras (Ibidem: 907-909).

Anteriormente à expedição de Barbosa Rodrigues, o cientista brasileiro Domingos Soares Ferreira Penna, na década de 1860, se dedicou à exploração geográfica e estudo sobre os aspectos da região amazônica e suas populações. Enquanto funcionário público no cargo de secretário do Governo da Província do Grão-Pará, Ferreira Penna incentivou e ampliou as iniciativas locais para a prática da ciência. Além disso, desempenhou funções burocráticas em relação ao envio de material para as coleções do Museu Nacional e o auxílio de viagens de cunho científico à região (SANJAD, 2005: 264-266).

⁶⁵ Em 1870, João Barbosa Rodrigues (1842-1909), formado na Escola Central de Engenharia do Rio de Janeiro, apresentou um compêndio sobre as orquídeas brasileiras. A iniciativa surpreendeu a comunidade científica nacional, visto que Barbosa Rodrigues era até então desconhecido no cenário intelectual da época, um fato que gerou desconfiança por parte de alguns cientistas, entre eles o chefe da seção de botânica do Museu Nacional, Ladislau Netto. Com a solicitação de Barbosa Rodrigues para verba que se aplicaria na publicação da obra, foi formada uma comissão especializada que julgaria seu pedido. Em processo conturbado pela troca de membros, o pedido acabou sendo indeferido, Barbosa Rodrigues tornou a situação pública e atribuiu a culpa a Ladislau Netto, membro da comissão e seu desafeto. Em decorrência da situação, figuras ilustres e desafetos de Ladislau Netto e outros membros da banca tomaram partido em prol da defesa de Barbosa Rodrigues. O episódio, além de polêmico, tirou do anonimato a figura de Barbosa Rodrigues. Ver Sá (2001).

É importante destacar que Domingos Soares Ferreira Penna, em conjunto com intelectuais locais, fundou, em 1866, a Associação Philomática do Pará, atualmente o Museu Paraense Emílio Goeldi. A coincidência da fundação da instituição com a passagem de Louis Agassiz⁶⁶ não foi mero acaso, como informa Cunha (1989: 24). A estada em Belém de Agassiz e sua comitiva acelerou a decisão de Ferreira Penna em fundar a referida instituição museológica na capital do estado paraense.

Localizado na cidade de Belém, na província do Pará, o museu nasceu em espaço estratégico do ponto de vista das pesquisas em ciências naturais, ou seja, próximo à Amazônia, espaço que despertava múltiplos interesses, principalmente por suas possibilidades de estudos científicos. O principal objetivo da instituição museológica consistia de estudos sobre a Amazônia e seus aspectos, porém o museu enfrentou ferrenha falta de verbas devido a transferência a cargo da administração da província do Pará, causando a demissão de diversos integrantes da recém fundada instituição, que encerrou suas atividades em 1888 (SCHWARCZ, 1993: 109-110).

Com o desenvolvimento econômico devido a expansão comercial da borracha, o museu foi reinaugurado em 1891. Essa segunda fase foi marcada pela direção do zoólogo suíço Emílio Augusto Goeldi (1859-1917), ex-integrante do Museu Nacional. Durante a permanência de Goeldi como gestor da instituição, houve significativos avanços, tais como a reorganização das seções do museu; a construção de biblioteca especializada em ciências naturais; a criação dos periódicos *Boletim do Museu Paraense* e *Memória do Museu Paraense* e, principalmente, a contratação de profissionais especializados para compor o quadro de funcionários⁶⁷. Essas iniciativas contribuíram no status de reconhecimento e notoriedade que o museu alcançou ainda nos últimos anos do século XIX (Ibidem: 110-111).

⁶⁶ Entre 1865 e 1866, o zoólogo suíço Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873) liderou a comissão denominada Expedição Thayer. A expedição organizada por Agassiz e financiada pelo filantropo estadunidense, Nathaniel Thayer Jr. (1808-1883), contou com a participação de cientistas e artistas como Charles Frederick Hartt (1840-1878), James Burkhardt (1818-1897), Joel Asaph Allen (1838-1921), John Gould Anthony (1804-1877), entre outros. Os principais objetivos da viagem consistiam da coleta de espécimes e do estudo da glaciação no Hemisfério Sul, com a intenção de contribuir ao discurso da teoria criacionista, influenciada pela perspectiva catastrofista de Georges Cuvier (1769-1832). A utilização do registro fotográfico encarregado ao serviço de Walter Huannewell, foi responsável pelas marcantes fotografias antropométricas realizadas durante a viagem. As experiências da viagem foram publicadas em 1868, com o título de *Journey in Brazil*. Sobre a contribuição de redes de auxiliares na produção do conhecimento científico da Expedição Thayer, ver Antunes; Massarani; Moreira (2016).

⁶⁷ De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, Emílio Goeldi contratou ou incentivou a passagem de diversos naturalistas pelo museu, entre eles destacam-se nomes como de Jacques Huber (1867-1914), Adolpho Ducke (1876-1959), Godofredo Hagmann (1874-1946), Frederico Katzer (1861-1925), Emília Sneathlague (1868-1929) e José Schonmann (1872-1914) (SCHWARCZ, 1993: 111).

Os rumos da instituição museológica paraense ultrapassaram a atuação local. Durante os primeiros anos após a reinauguração, o Museu Paraense, Goeldi e seus colaboradores, se envolveram na Questão do Amapá⁶⁸. Através das iniciativas do Itamaraty em cooperação com o Museu Paraense, foram organizadas expedições científicas e estudos direcionados à região da Guiana Brasileira. O próprio Goeldi foi convocado para elaborar a defesa contra a estratégia discursiva mobilizada em decorrência da obra do explorador francês Henri Coudreau (1859-1899), em prol do direito francês sobre os territórios em disputa, com argumentos históricos e geográficos. Perante a isso, a tática de Goeldi consistiu em desmoralizar a obra de Coudreau, a partir da reelaboração de seus próprios traçados cartográficos e apontamentos sobre a região, além de associar a própria obra de Coudreau à política colonial francesa. Os movimentos estratégicos de Goeldi tiveram por objetivo, invalidar o rigor das intenções científicas na obra do explorador francês, tomando o cuidado de colocar como peça-chave na defesa a sua nacionalidade suíça, garantindo o teor de sua neutralidade na disputa. Dessa forma, as expedições científicas, não somente resultaram em relevantes estudos sobre a região, publicados em solo nacional e estrangeiro, como também tiveram funções políticas e diplomáticas, visto a importância dos estudos realizados pelo Museu Paraense na questão do Contestado franco-brasileiro (SANJAD, 2005: 289-310).

O trabalho de Goeldi à frente do Museu Paraense foi continuado pelo botânico suíço, Jacques Huber (1867-1914), durante gestão de 1907 a 1914, e pela ornitóloga alemã, Emília Sneathlage (1868-1929), entre 1914 e 1921. A partir de 1897, durante a direção de Huber, ocorreram compulsivas pesquisas sobre as seringueiras. Destaca-se um fato interessante: o projeto realizado por Jacque Huber, em cooperação com seu amigo e colaborador do Museu Paraense, José Antônio Picanço Diniz, sobre a produção de um registro cartográfico acerca da fitogeografia das principais árvores produtoras de goma elástica do Pará. Eles pretendiam apresentar os resultados do projeto na Exposição Internacional da Borracha, que ocorreria em Nova Iorque, em 1912. Ao analisar a obra do agrônomo e discípulo de Huber, Jacob Cohen, Cunha (2009) aponta os equívocos cometidos por Huber e Diniz, em relação à ocorrência de duas espécies, a *Hevea brasiliensis* e a *Hevea guyanensis*. Os erros foram verificados pelos próprios:

⁶⁸ Foi uma disputa de limites de fronteira entre a França e o Brasil ocorrida entre 1895 e 1900. A contestação envolveu o não reconhecimento pelo lado francês da fronteira entre a Guiana Francesa e o território do Amapá, na época, parte do estado do Pará. Em 1897, as duas nações assinaram um tratado de arbitragem que outorgou o poder de decisão a Confederação Suíça, deliberando, em 1900, a favor do Brasil.

Huber, ao tomar conhecimento do material trazido pelo seu discípulo, ficou profundamente chocado e confirmou que sua teoria e do Dr. Diniz estava destruída. Humildemente, Huber aceitou o veredicto, afirmando que na Amazônia não se podiam mais estabelecer teorias precipitadas e definitivas, porque sua natureza era uma incógnita em muitas áreas. (CUNHA, 2009: 500)

José Antônio Picanço Diniz, que na época desempenhava o cargo de secretário da fazenda do governo paraense, se tornou figura essencial na expedição do Serviço de Inspeção de Fronteiras, realizada no final de 1928, da qual participou Gastão Cruls. No final da década de 1920, Picanço Diniz havia se instalado na região do lago do Salgado, próximo à localidade de Oriximiná (PA), para se dedicar à lucrativa prática da extração da castanha.

Em 1914, após a morte de Jacques Huber, até então diretor do Museu Paraense, a ornitóloga Emília Snethlage, assumiu a função. Snethlage desempenhava o cargo de chefe da seção de zoologia do museu, desde a saída de Goeldi, em 1907. Na função de diretora da instituição, Snethlage experienciou o período conturbado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que, em decorrência da entrada do Brasil no conflito, em 1917, causou – pelo fato de sua nacionalidade alemã – o seu completo afastamento de funções na instituição. Com o fim da guerra, Snethlage foi reempossada e permaneceu no cargo até 1921, quando crises de difamação e desmoralização perante o seu papel à frente do Museu forçaram sua demissão. A saída de Snethlage e a crise econômica decorrente da queda dos preços da borracha afetaram largamente a manutenção da instituição, demarcando o fim do período áureo do Museu Paraense dos tempos de Emilio Goeldi, Jacques Huber, Adolpho Ducke, Frederico Katzer, Godofredo Hagmann, Emília Snethlage e tantos outros (CUNHA, 2009: 500-501).

É importante destacar que o Instituto Oswaldo Cruz também organizou viagens à Amazônia, as expedições médico-científicas realizadas pelos cientistas do instituto se motivaram em razão dos estudos e trabalhos profiláticos na prestação de auxílio médico aos projetos socioeconômicos direcionados ao interior brasileiro. Dessa forma, a atuação dos médicos-cientistas foi empregada na construção e manutenção dos portos, ferrovias e outras práticas, como o processo extrativista da borracha na Amazônia. No que condiz às expedições à região amazônica, destaca-se a realizada pelos médicos Oswaldo Cruz e Belisário Penna, em 1909, e pelo médico e cientista da mesma instituição, Carlos Chagas, entre o final de 1912 e início de 1913. Cruz e Penna haviam sido contratados pela Madeira-Mamoré Railway Company, pelo fato da alta incidência de malária e beribéri entre os trabalhadores da construção ferroviária⁶⁹, enquanto Carlos Chagas, através de cooperação do Instituto Oswaldo Cruz e a

⁶⁹ A história da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré remete ao final da década de 1860, devido a uma

Superintendência da Defesa da Borracha, chefiou uma expedição, com o objetivo de indicar possíveis soluções profiláticas para as principais doenças que atrapalhavam o rendimento na produção da borracha (LIMA, 1997: 79-87).

A Comissão Rondon, durante as primeiras décadas do século XX, empreendeu relevante papel ao adentrar os sertões brasileiros, inclusive contribuindo imensamente para a ciência nacional. As missões chefiadas por Rondon empregaram grupos que partiam ao interior, com o objetivo de expandir as linhas telegráficas. Essas expedições passaram a integrar em suas fileiras diversos profissionais das ciências, entre eles botânicos, antropólogos, etnógrafos, geólogos, astrônomos, médicos e cartógrafos. Direcionada majoritariamente à Região Norte do Brasil, a Comissão Rondon desempenhou serviços, entre 1900 e 1930, com convicções alinhadas às ideias de integração do território, povoamento e defesa da soberania nacional.

Por Comissão Rondon, entende-se todas as iniciativas realizadas entre 1900 e 1930. Cabe elucidar que Rondon chefiou a Comissão Telegráfica do Mato Grosso, (1900-1906) e a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). Entre o final de 1913 e início de 1914, o ex-presidente estadunidense, Theodore Roosevelt, acompanhou Cândido Rondon na expedição de levantamento do “Rio da Dúvida”, batizado, após a viagem, como rio Roosevelt. A partir de 1915 a meados de 1920, a Comissão Rondon se dedicou aos trabalhos de exploração e registro de percursos fluviais, sendo levada em conta a importância estratégica dos rios. Rondon ainda ficou encarregado do Serviço de Inspeção de Fronteiras (1927-1930), durante o governo do presidente Washington Luís (SÁ; LIMA, 2019: 31).

Cândido Mariano da Silva Rondon, em 1889, como oficial de engenharia formado na Escola Militar da Praia Vermelha e parte do Corpo de Engenheiros Militares, foi designado para desempenhar funções auxiliares ao comando do major Antônio Ernesto Gomes Carneiro. Na época, Gomes Carneiro estava encarregado da chefia da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Mato Grosso, função que Rondon exerceu a partir de 1900, quando se ampliou as iniciativas de construção à outras regiões do Norte do Brasil. De acordo com

ideia já consolidada de que a distância mais curta para o escoamento do comércio da Bolívia seria através da bacia amazônica. Sob o comando do engenheiro estadunidense, George Earl Church, surgia a empresa Madeira-Mamoré Railway Company. Houve duas tentativas em construir a ferrovia, a primeira, em 1871, e a segunda, em 1878, ambas fracassaram, principalmente em decorrência dos altos índices de malária. No final do século XIX, os conflitos entre brasileiros e bolivianos no Acre, culminou com a anexação do Acre pelo governo brasileiro através do Tratado de Petrópolis, em 1903. Ficou acordado, em uma das cláusulas, a responsabilidade do Brasil em construir a estrada de ferro. Com início em 1907, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi finalizada em 1912, com a alta incidência da malária na região, a empreitada resultou em milhares de mortes entre os trabalhadores, que haviam sido importados de diversas regiões do mundo para a construção da ferrovia. Sobre as dimensões históricas da construção da linha de ferro Madeira-Mamoré, ver Foot Hardman (1988)

Freire (2009), Gomes Carneiro optou por empregar estratégia pacífica ao adentrar os territórios indígenas, esse exemplo foi seguido por Rondon, mas também idealizado por ele como reação determinante na relação para com as sociedades indígenas durante os trabalhos da comissão. Como pode ser observado na amistosidade, colaboração e participação dos Bororo na construção das linhas telegráficas, Rondon acreditava na viabilidade da incorporação das sociedades indígenas à civilização (FREIRE, 2009: 16-31).

Em cooperação do Ministério da Guerra com o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas para ampliar a comunicação entre o interior brasileiro com a capital federal, foi colocada em prática a construção de redes telegráficas no estado do Mato Grosso. As intenções do projeto também englobavam a fiscalização e colonização de regiões de fronteira com o Paraguai e Bolívia. Encarregado da tarefa, Rondon esteve à frente do projeto, concluído no ano de 1906. Em decorrência do exitoso empreendimento, no ano seguinte, foi criada a Comissão de Construção das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas. A estratégia consistia em alcançar a região amazônica através da construção da malha telegráfica, além disso, a comissão também realizou levantamentos cartográficos, a inspeção das fronteiras brasileiras com o Peru e Bolívia, e incentivou as atividades científicas por meio da participação de cientistas durante as viagens (SÁ; LIMA, 2017: 26).

A iniciativa em construir uma infraestrutura de comunicação através da selva amazônica esteve consentânea à idealização da conquista das fronteiras internas da jovem república brasileira. O ato de estender as malhas telegráficas às regiões do Amazonas, Goiás e Mato Grosso levava consigo os ideais de progresso e civilização, além das convicções na integração, povoamento, ocupação produtiva e defesa da soberania nacional. Dessa forma, os empreendimentos de projetos públicos direcionados às zonas vistas como distantes e vazias, consistiu em promover a ação do Estado aos sertões brasileiros (SÁ, 2017).

Como mencionamos, a Comissão Rondon promoveu diversas contribuições para a ciência brasileira, pois possibilitou a atuação de seletos grupos de especialistas ao trabalho de campo, especialmente a partir de 1907. Entre eles, se destacaram os cientistas do Museu Nacional, Alípio de Miranda Ribeiro (1874-1939), Frederico Carlos Hoehne (1882-1969) e Edgard Roquette-Pinto⁷⁰ (1884-1954), que tanto produziram relevantes estudos, quanto abasteceram as seções de ciência natural do Museu Nacional com materiais botânicos, geológicos, mineralógicos, antropológicos e paleológicos (Ibidem, 2017).

⁷⁰ Sobre a trajetória intelectual de Edgard Roquette-Pinto, o debate antropológico e racial, seu pensamento social, os estudos etnográficos e as interpretações do Brasil realizadas pelo antropólogo, além dos resultados de sua viagem à Serra do Norte com a Comissão Rondon. Ver especialmente Souza (2017).

Cândido Rondon foi peça chave no debate de políticas indigenistas e contribuiu enormemente para a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910. O que mais nos interessa em sua trajetória é o período em que ficou encarregado do Serviço de Inspeção de Fronteiras, entre 1927 e 1930. Rondon havia sido nomeado pelo general Nestor Passos, na época ministro da Guerra, para chefiar uma força tarefa com a função de inspecionar as condições de povoamento e segurança das fronteiras brasileiras. O objetivo estratégico de inspecionar as fronteiras estava alinhado à preocupação com a defesa do território nacional, muito em decorrência de limites fronteiriços pendentes e acordos de demarcação ainda não concluídos (FREIRE, 2009: 86).

Criado durante o governo de Washington Luís (1926-1930), o Serviço de Inspeção de Fronteiras realizou três campanhas, a partir de 1927. A primeira e a segunda na Região Norte do Brasil entre 1927 e 1929, sendo a terceira direcionada à inspeção das fronteiras Oeste e Sul (Ibidem). Foi justamente durante a segunda campanha, que se iniciou em 1928, que Gastão Cruls integrou a turma comandada pelo general Rondon, com a tarefa de alcançar a fronteira brasileira com a Guiana Holandesa, atual Suriname.

A expedição partiu de Óbidos, no Pará, em setembro, traçando percurso pelo rio Trombetas e Cuminá, até alcançarem, no final de dezembro, a cordilheira Tumucumaque, localizada já nos limites do território brasileiro. Durante os quatro meses, os integrantes enfrentaram diversos obstáculos, frequentemente presentes em uma viagem pela floresta amazônica naquela época. Destaca-se, entre os principais problemas enfrentados, a presença recorrente da malária, a falta de suprimentos, deserção, dificuldades logísticas, trechos de difícil acesso, clima úmido e quente, avaria de equipamentos por atrito e falta de comunicação. Situações também confrontadas por outros expedicionários que passaram pela região e precederam a viagem da Inspeção de Fronteiras no Setor de Limites com a Guiana Holandesa.

2.2 Viagens ao Cuminá (1849-1929)

A viagem empreendida pelo Serviço de Inspeção de Fronteiras, em 1928, da qual Gastão Cruls participou, não foi a primeira expedição a percorrer o trecho do rio Cuminá⁷¹, contudo,

⁷¹ O curso de água que corre da direção da cordilheira Tumucumaque, na fronteira com a República do Suriname, e desagua no rio Trombetas tem variada nomenclatura. Pode ser chamado tanto de Cuminá quanto Erepecurú, pois trata-se do mesmo rio. Cabe frisar que o Cuminá é um desdobramento do rio Paru do Oeste, sendo assim também denominado. Gastão Cruls informa que alguns viajantes, como o botânico João Barbosa Rodrigues, indica que da foz do Jarauacá para baixo é que o Erepecuru se torna o Cuminá, porém, na opinião de Rondon, não havia razão para essa distinção, podendo somente ser chamado de Cuminá (CRULS, 1973b: 11).

foi primeira em atingir o limite de fronteira entre o Brasil e a Guiana Holandesa, até então inalcançável pelo lado brasileiro. Destaca-se que outras expedições ocorreram anteriormente, chefiadas por diferentes viajantes e com objetivos distintos e, em registros produzidos, constam as situações, constatações e sensações experienciadas por esses viajantes. Preferimos designar essas expedições de “viagens ao Cuminá”, clara referência ao título da obra *Voyage au Cuminá* (1901), da exploradora francesa Marie Octavie Coudreau (1867-1938) que, em 1900, passou pela região.

A relação entre viajar e escrever possibilitou o surgimento do que hoje denominamos como relato de viagem, gênero textual que consiste do registro das experiências e reflexões realizadas por um escritor-viajante. O “relato de viagem” é uma mescla, pois constitui de narração pessoal, o relato, contudo, envolve a mudança do deslocamento do indivíduo no espaço, assim, a viagem torna-se o aspecto exterior ao sujeito. Encontra-se, portanto, entre “o limite, de um lado, é a ciência; de outro, a autobiografia; o relato de viagem vive da interpenetração das duas.” (TODOROV, 2006: 240).

Em síntese as expedições que ocorreram no Cuminá, em ordem cronológica: Richard Spruce (1849); Tomás Antônio d’Aquino (18??); padre José Nicolino Pereira de Sousa (1876; 1877; 1882); Antônio Manoel Gonçalves Tocantins (1893); Lourenço Valente do Couto (1894); Octavie Coudreau (1900); José Antônio Picanço Diniz & Avelino de Oliveira (1925) e o Serviço de Inspeção de Fronteiras (1928). Consideramos que, ao traduzir um roteiro de viagem para uma estrutura descritiva que não torne a leitura entediante e limitada, consiste de tarefa complexa. Com base na análise de documentações cartográficas e os relatos de viagem sobre o vale do Cuminá, preferimos optar por realizar um breve exercício, com a finalidade de exemplificar o itinerário e permitir uma maior compreensão das expedições ao Cuminá, especialmente a realizada pelo Serviço de Inspeção de Fronteiras.

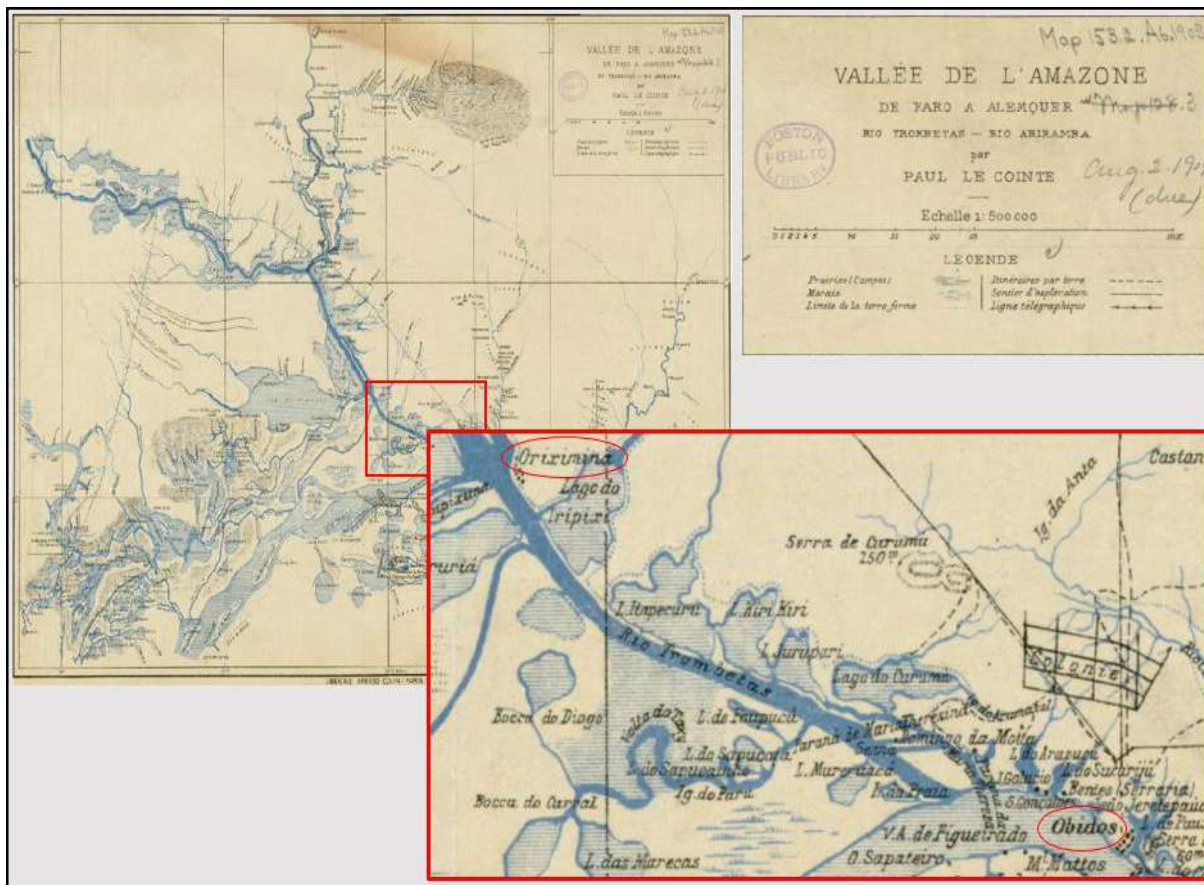
Começaremos pela cidade de Óbidos⁷², no estado do Pará. Berço de importantes nomes como os escritores José Veríssimo (1857-1916) e Inglês de Souza (1853-1918), foi fundada em 1755. Localizada na margem esquerda⁷³ do rio Amazonas, em terreno considerado estratégico para a inspeção de navegação fluvial, pois, se situa no ponto mais estreito do Amazonas. Destarte, Óbidos foi o ponto de partida das expedições ao Cuminá. Geograficamente ao sul, se

⁷² A cidade de Óbidos, assim como Belém, foram localidades surgidas a partir de fortalezas. No caso de Óbidos, o Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos foi construído pelos portugueses no final do século XVII, em posição estratégica no caso de alguma investida estrangeira pelo curso principal do Amazonas, devido ao fato da fortaleza ser construída as margens onde a largura do Amazonas se afunila em justos 1.890 metros.

⁷³ Tradicionalmente os sentidos “esquerda” e “direita”, quando se trata de um curso-d’água é observado sempre em direção à sua foz. No caso do rio Amazonas, o oceano Atlântico.

encontra a cidade de Santarém (PA); ao leste o município de Alenquer (PA); ao norte, levando em conta a proporção do tamanho do município de Óbidos, faz praticamente limite com o Suriname; ao oeste está o município de Oriximiná.

Figura 3: Levantamento topográfico do Vale Amazônico por Paul Le Cointe⁷⁴.



FONTE: LE COINTE, Paul. *Vallée de l'Amazone de Faro a Alemquer, Rio Trombetas – Rio Ariramba*. Paris: Librairie Armand Colin, 1903. Escala: 1:500,000.⁷⁵

Como pode ser observado no registro cartográfico de Paul Le Cointe, justamente em direção ao oeste existe uma bifurcação entre o Amazonas e seu afluente. O rio Trombetas, de *água branca*⁷⁶, consiste em um dos diversos cursos de água que compõem a bacia Amazônica, com curso que corre da direção das Guianas em vem desaguar no Amazonas, próximo a Óbidos.

⁷⁴ Parte do mapa original foi ampliada para melhor visualizar a localização de Óbidos (PA) e Oriximiná (PA), além do ponto de desaguar do rio Trombetas no Amazonas.

⁷⁵ Disponível em: <<https://collections.leventhalmap.org/search/commonwealth:4m90fk907>>. Acesso em: 26 de setembro de 2020.

⁷⁶ Acerca das características dos cursos fluviais da bacia hidrográfica da Amazônia, pode-se considerar três tipos de rios, os de *água branca*, *água clara* e *água preta*. Os rios de *água branca* são chamados assim devido a considerável quantidade de argila que transportam, atribuindo-lhe um tom amarelado. Os rios de *água clara* se caracterizam pela pouca quantidade de sedimentos. O tom escuro dos rios de *água preta*, decorre da decomposição de matéria orgânica da vegetação florestal (IBGE, 1977: 123-125).

Subindo pelo Trombetas em direção ao noroeste, chegaremos à cidade de Oriximiná, antiga Uruá-tapera. O mito de fundação de Oriximiná⁷⁷ é um tanto interessante, pois, é conferido ao padre José Nicolino Pereira de Sousa o papel de fundador da cidade, datada de 1877. O sacerdote é também considerado o primeiro a organizar uma expressiva expedição para explorar o rio Cuminá (CRULS, 1973b: 5).

De acordo com Scaramuzzi, a partir da metade do século XIX, na bacia do Trombetas ocorreu o estabelecimento de populações quilombolas. O contingente populacional dessas comunidades “se originava de escravos que nesse mesmo século, fugiram de propriedades que exploravam o cacau e praticavam a pecuária nas regiões de Óbidos, Santarém, Alenquer e Belém.” (SCARAMUZZI, 2016: 34), sendo a prática do extrativismo recorrente nessas comunidades, principalmente da castanha (Ibidem: 26). Destaca-se que a região pela qual se estende a bacia do Trombetas, da qual também faz parte o rio Cuminá, contém amplos ambientes de castanhais, sendo informação frequente – nos relatos dos viajantes – as citações acerca da extração da castanha e sobre as atividades dos apanhadores, indivíduos que adentravam a região com tal finalidade. A respeito disso, Octavie Coudreau, descreveu:

Nós estamos no Igarapé Cuminá mirim, o mais rico em castanhais e sezões. Os castanheiros que vêm aqui para enriquecer morrem ali com uma rapidez assustadora⁷⁸ (COUDREAU, 1901: 137, tradução nossa)

A exploradora francesa, não só indicou a grande presença de castanhais pela região, como também a questão da malária, chamada de *sezão*. Gastão Cruls, em 1928, também, nos proporciona interessantes informações sobre os aspectos da comercialização da castanha:

Há três tipos de castanhas, conhecidos no mercado por *grande*, *médio* e *miúdo*. A castanha grande é sobretudo dos rios Trombetas e Cachorro. A média predomina no Tocantins e em Maracá. São as miúdas de Alenquer e do Acre. (CRULS, 1973b: 9-10)

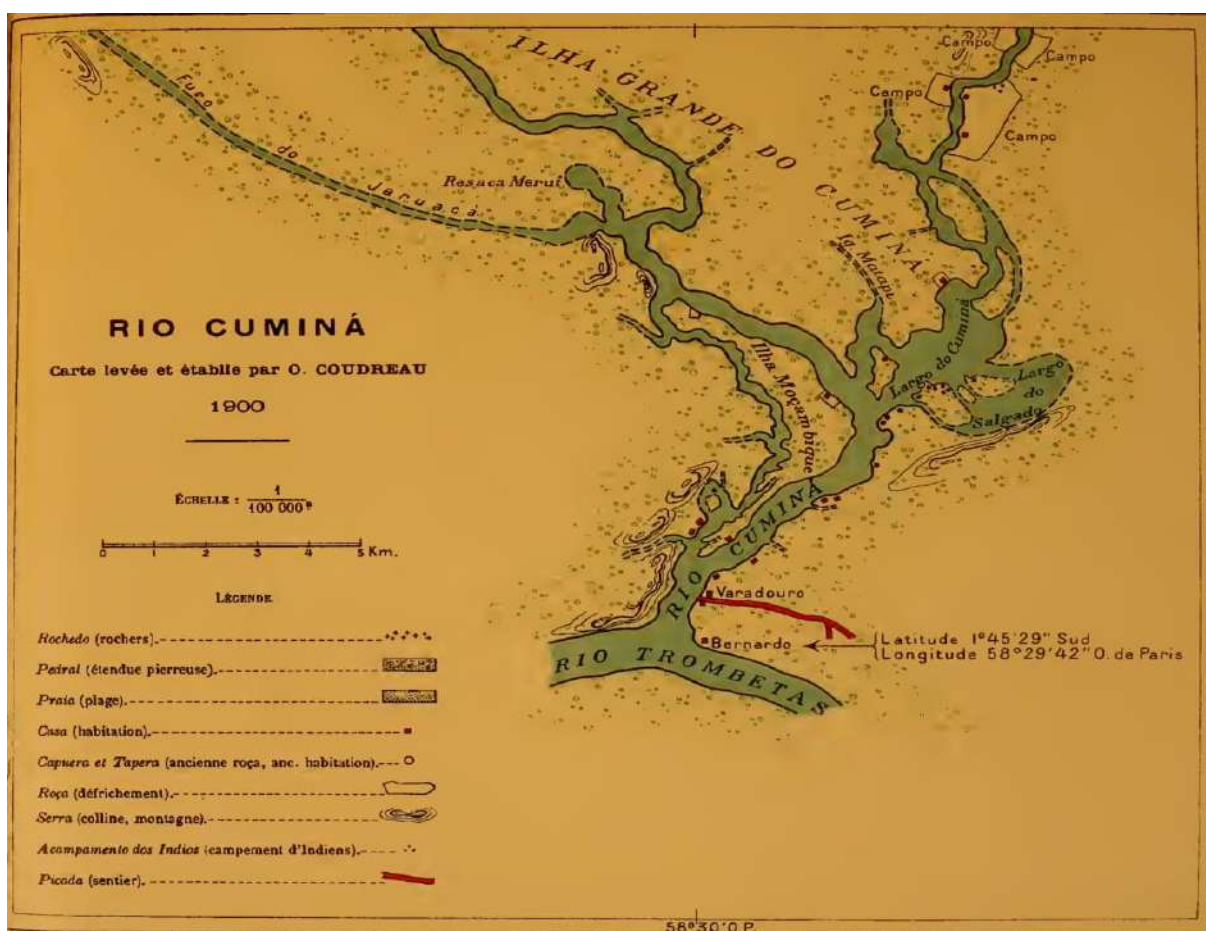
Deixemos para trás Oriximiná e retornemos ao nosso percurso pelo rio Trombetas até a embocadura do Cuminá, ponto de desague do curso-d'água que iremos seguir. Através do curso principal do Cuminá, chegaremos ao lago do Salgado, localizado na margem esquerda. A localidade do Salgado acolheu a moradia do tenente Leonel, que acompanhou o padre Nicolino

⁷⁷ Sobre aspectos do mito fundador de Oriximiná, a construção da imagem de herói-fundador do Padre José Nicolino Pereira de Sousa e os usos de sua figura como símbolo de identificação, ver Henrique (2015).

⁷⁸ Nous sommes dans l'igarapé Cuminá mirim, le plus riche en castanhães et en sezões. Les castanheiros qui viennent ici pour s'enrichir y meurent avec une rapidité effrayante (COUDREAU, 1901: 18)

em sua expedição, em 1877 (DE SOUSA, 1946: 12). Também se estabeleceu por ali, para dedicar-se à exploração da castanha, o advogado e político brasileiro, José Antônio Picanço Diniz. Na companhia do geólogo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio Avelino de Oliveira, Diniz fez proveitosa expedição pelo Cuminá, em 1925 (CRULS, 1973b: 7-8). Consequente, conforme pode ser observado na ficha cartográfica da foz do rio Cuminá, produzida por Octavie Coudreau, no lado direito aparece o lago do Salgado.

Figura 4: Levantamento cartográfico do Rio Cuminá realizado pela exploradora Octavie Coudreau.



FONTE: COUDREAU, Octavie. Rio Cuminá – nº 1. Bruxelas: Université Nouvelle – Institut géographique de Bruxelles, 1900. Escala 1: 100.000. In: COUDREAU, Octavie. *Voyage au Cuminá*. Paris: A. LAHURE. 1901.

Destaca-se que o lago do Salgado foi formado pela consequência de um curso alternativo – uma “volta” – do próprio Cuminá, chamado de Cuminá Mirim. Esse acidente natural ocasionou na existência de uma faixa de terra, ilhada entre o curso principal e o secundário. Na documentação cartográfica de Octavie Coudreau, o local foi denominado como Ilha Grande do Cuminá.

Aproximadamente 60 quilômetros rio acima da entrada do lago do Salgado, encontra-se a cachoeira do Tronco ou Porteira⁷⁹. Devido ao intenso número de quedas-d'água presentes no percurso do rio Cuminá, padre Nicolino se referiu, como “o princípio das cachoeiras” (DE SOUSA, 1946: 12). Foi também o último ponto percorrido – através de via fluvial – pelo naturalista Richard Spruce, em 1849⁸⁰, e também viria a ser o local do primeiro acampamento da expedição do Serviço de Inspeção de Fronteiras, em 1928. Após a cachoeira do Tronco, existem outras quatro cachoeiras⁸¹. Em seu curso, o rio Cuminá se altera entre trechos navegáveis e extensas quedas-d'água, que demandam a necessidade da varação das embarcações, tal prática é constantemente registrada nos relatos. Abaixo podemos observar um dos primeiros percursos de cachoeiras.

⁷⁹ De acordo com Octavie Coudreau, na época de sua expedição, a cachoeira do Tronco era composta por cinco travessões ou bancos, que em conjunto apresentavam queda de mais de 3 metros. (COUDREAU, 1901: 25).

⁸⁰ Em *Notes of a Botanist on the Amazon and Andes*, Richard Spruce, descreveu que atracaram a galeota na primeira cachoeira, no limite de navegação do Aripecurú (Erepecurú ou Cuminá). O naturalista britânico, em conjunto com os indígenas que lhe serviram de guias, ainda percorreu certo trecho por terra, voltando ao ponto de ataque e retornando pelo rio alguns dias depois (SPRUCE, 1908: 90-104). Em 1928, em passagem pela cachoeira de Tronco, Gastão Cruls afirmou que se encontravam acampados no mesmo lugar que, em 1849, parou Richard Spruce. A afirmação de Cruls se sustenta a partir de sua própria análise das características geográficas que foram descritas por Spruce, visto que, como destaca Cruls, a própria denominação (Tronco) da cachoeira era inexistente em 1849 (CRULS, 1973b: 20-21).

⁸¹ São denominadas como: cachoeira da Lage Grande, cachoeira do Jandiá, cachoeira do Caldeirão e cachoeira do Patinho (COUDREAU, 1901: 26-27).

Figura 5: Cachoeiras do Cuminá (entre a cachoeira do Jandiá e do Cajual)



FONTE: COUDREAU, Octavie. Rio Cuminá – nº 4. Bruxelas: Université Nouvelle – Institut géographique de Bruxelles, 1900. Escala 1: 100.000. In: COUDREAU, Octavie. *Voyage au Cuminá*. Paris: A. LAHURE. 1901.

Merece menção a cachoeira do Inferno, não somente por consistir de importante ponto de referência, mas também pelas interessantes descrições produzidas sobre ela. Padre Nicolino, em 1877, durante sua primeira viagem pelo Cuminá, descreveu – em relato hiperbólico – sua experiência em observar pela primeira vez a cachoeira do Inferno:

ao longe uma grande vala, que da superfície das águas do igarapé elevava-se à altura de 30 a 40 metros mais ou menos; uma massa da brancura da neve exalando de si fumaça, impedia que se lhe pudesse ver o abismo; suas bordas de alcantilados e medonhos rochedos faziam-nos experimentar um não sei que de prazer e de terror! O que é aquilo, bradam todos! Mas o que é?! Aquilo que vedes, responde o Piloto: é a cachoeira que se chama inferno, por ali não se pode passar por causa da violenta força das águas e de insondáveis abismos, que aí se acham. Foi quase junto deste sublime medonho, que abordamos as 6 horas da tarde e ali pernoitamos. (DE SOUSA, 1946: 13)

A narrativa produzida por Nicolino de Sousa, mescla a descrição objetiva da paisagem observada pelo sacerdote com a perspectiva subjetiva de suas próprias reflexões filosóficas acerca dos fenômenos naturais. No entanto, os aspectos geomorfológicos da cachoeira presentes em seu relato se assemelham aos dados informados por Octavie Coudreau. A exploradora

francesa que indicou se tratar de próximos 30 metros de altura, com correnteza fortíssima, causada pelo impacto da queda-d'água, fato que impossibilitou a aproximação de sua canoa, frustrando a intenção de registrá-la em fotografia (COUDREAU, 1901: 29).

Da cachoeira do Cajual⁸² até os Campos Gerais do Cuminá, somam aproximadamente 200 quilômetros, traçados em curso fluvial. Somente nesse trecho, encontram-se cerca de 22 cachoeiras. Em decorrência disso, optamos por destacar somente as mais relevantes para trabalhar o roteiro em que passou Gastão Cruls, em 1928, e que configuram como importantes pontos de referência nos relatos dos viajantes da região. São elas: cachoeira do Mel, cachoeira do Breu, cachoeira do Armazém, cachoeira Zoada, cachoeira da Paciência, cachoeira do Resplendor e cachoeira Grande. Gastão Cruls relata durante viagem que, segundo Rondon, o curso do Cuminá, seguindo em direção à nascente, pode ser dividido em cinco seções:

A primeira, da sua foz até o Tronco, de rio francamente navegável; a segunda, do Tronco ao Breu, com algumas variações por terra; a terceira, do Breu à base da Paciência, com a primeira série de cachoeiras a vencer; a quarta, da base ao alto da Paciência, o trecho mais atormentado; e, finalmente, daí aos campos, novamente em leito mais suave, pelo menos até o ponto em que está conhecido e é aquele atingido pelas expedições Coudreau. (CRULS, 1973b: 76).

Acerca dos campos, de acordo com as descrições, os almejados Campos Gerais do Cuminá, registrados pela primeira vez por padre Nicolino, em 1876, transformavam radicalmente as paisagens observadas pelos viajantes. Dos cenários de mata fechada, os expedicionários deslumbravam as retinas com a imensa pradaria de vegetação rasa. Os Campos Gerais, com altitudes que variavam de 300 a 500 metros do nível do mar, se estendem até próximo a cordilheira Tumucumaque⁸³, já na divisa com a Guiana Holandesa, e são atingidos permanentemente pelos ventos leste-nordeste. Rondon denominá-los-ia como planalto do Tumucumaque⁸⁴. As regiões justafluviais do Cuminá, por onde correm os Campos Gerais, eram ocupadas por sociedades indígenas, entre elas os Pianocotós, além da presença dos mocambos⁸⁵. Trataremos destes temas mais adiante.

⁸² Sobre a cachoeira do Cajual, Octavie Coudreau informou se tratar de quatro travessões com fortes quedas d'água (COUDREAU, 1901: 34).

⁸³ A cordilheira Tumucumaque percorre aproximadamente 300 quilômetros no sentido leste a oeste. As cadeias montanhosas se localizam dentro do grande sistema Parima, no planalto das Guianas, e separam o território brasileiro das Guianas e Venezuela, assim como, dividem as águas que de um lado vem desaguar no Amazonas e do outro no Atlântico Norte (CRULS, 1973b: 110).

⁸⁴ RONDON, Cândido Mariano da Silva. A inspeção das fronteiras. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1929, p.1.

⁸⁵ Ao longo do século XIX, houve indícios de diversos mocambos tanto no Trombetas quanto em seu afluente Cuminá. A presença de atividades de mocambeiros na região foi atestada por viajantes, como o geólogo estadunidense, Orville Adalbert Derby, que passou pela região em 1871, além dos relatos de Nicolino de Sousa

A primeira expedição a subir o Cuminá e percorrer seu curso foi realizada por Richard Spruce, em 1849. O naturalista, no entanto, ficou limitado ao início das cachoeiras. Acampado na cachoeira do Tronco, permaneceu explorando zonas próximas e retornando pelo rio alguns dias depois. Ao que tudo consta, houve uma expedição realizada por volta do início da década de 1860, por certo Tomás Antônio d'Aquino. Em sua obra, Gastão Cruls comunica que no ano de 1862, Francisco Caldas de Araújo Brusque, na época, presidente do Pará, se reportou sobre esse viajante que buscava explorar a região atrás de riquezas, assim, subiria o principal curso do Cuminá, percorrendo também trechos por terra (CRULS, 1973b: 36-37).

Em 1876, foi a vez de José Nicolino Pereira de Sousa⁸⁶ realizar sua primeira viagem ao Cuminá. Em seu diário, no que condiz aos motivos da jornada, o padre cita as intenções de *descimento*⁸⁷ dos índios do Trombetas. Entre 25 de novembro de 1876 e 22 de fevereiro de 1877, Nicolino e seu grupo percorreram extensas distâncias através do Cuminá, sendo recorrente, em seu relato, a falta de provisões e o adoecimento de membros do grupo, provavelmente em decorrência da malária, doença endêmica na região. Esses foram os principais motivos que limitaram os avanços da viagem realizada pelo religioso e acompanhantes. Contudo, antes de retornar, Nicolino alcançou os campos do Cuminá, logo depois do fim do percurso de cachoeiras, descrevendo em seu diário, em 26 de janeiro de 1877, a seguinte passagem:

com 3 companheiros fui passear; subi 2 outeiros todos campos tendo antes atravessado lindas baixadas, algumas com muritizais, mas todas cobertas de viçosas e verdejantes relvas próprias para pastagem de gado vacum e cavalari. Os capins mesmo de sobre as colinas e serras são verdes e viçosos. O vento que de ordinário reina nestas alturas é norte, tempera de tal maneira o ar, que oferece um clima semelhante ao do meio-dia da França à estação da primavera. (DE SOUSA, 1946: 23)

Justamente pela expressividade do registro de Nicolino, sobre as riquezas e possibilidades de uso daquelas terras – somente conhecidas por meio dos indígenas e

(1876, 1877 e 1882), Octavie Coudreau (1900) e Gastão Cruls (1928). Sobre a presença dos mocambos na bacia do Trombetas, ver Andrade (1995).

⁸⁶ De acordo com Gastão Cruls, o Padre Nicolino nasceu na cidade de Faro, em 1836, de origem humilde e descendência indígena pelo lado materno. Em certo momento de sua vida, decidiu seguir a carreira eclesiástica, estudou em Óbidos e posteriormente na França. Durante sua estadia no seminário de Aix, fez a leitura de um manuscrito em latim, da viagem de um missionário da Companhia de Jesus que havia cruzado grande parte da América do Sul e fazia menção à Cordilheira Tumucumaque, o que viria a ser a inspiração de suas viagens (CRULS, 1973b: 36).

⁸⁷ O *descimento* foi uma forma de organização de trabalho indígena usada pela igreja na América do Sul. Empregada principalmente pelos jesuítas durante os séculos XVII e XVIII, consistia da arrematação de mão de obra indígena em aldeias chefiadas pelos próprios religiosos, com o intuito de conversão religiosa à fé cristã e adaptação ao trabalho sedentário. Sobre as práticas de *descimento* na Amazônia colonial, ver Chambouleyron; Bombardi (2011).

mocambeiros – que gerou, em futuro próximo, novas expedições à região, desta vez comissionadas pelo governo do Pará. Nicolino ainda organizou duas viagens ulteriores, iniciadas em novembro de 1877 e em outubro 1882. Durante a viagem de 1877, grande parte do percurso foi realizada por terra, abrindo picada em meio à mata fechada, sem encontrar sinais dos Pianocotós que habitavam a região e, faltando-lhes provisões, foi decidido o retorno. A viagem de 1882 teria um fim mais dramático, devido a morte de Nicolino com pouco mais de um mês do início da expedição, ao que tudo indica em decorrência da malária ou febre amarela⁸⁸ (DE SOUSA, 1946: 28-44).

Como bem destaca Henrique (2015: 50), tanto os aspectos da vida do padre Nicolino, quanto de sua morte, são permeados por lendas e mitos. Até mesmo o rio Cuminá esteve envolto em fantasias. Quando Gastão Cruls passou pela cidade de Belém, no Pará, ouviu dizer que as regiões do Cuminá guardavam um tesouro. E que mesmo as viagens do padre Nicolino teriam sido motivadas pela procura de tais riquezas. Cruls voltou ao assunto quando leu certo artigo publicado na *Folha do Norte*, escrito por certo José de Carvalho, que tratava justamente da lenda do tesouro e a possível busca empreendida por Nicolino. Em correspondência com o próprio autor do artigo, Cruls relata que o esclarecimento acerca da especulação do tesouro do Cuminá se deve pelo seguinte fato: o tesouro teria sido ali abandonado pelos jesuítas residentes em Belém, que após a ordem de expulsão dos jesuítas, em 1759, buscaram caminho por terra até a Guiana Holandesa. Dada as dificuldades da travessia, o tesouro teve de ser abandonado, mas não sem o cuidadoso registro de um roteiro da viagem, o qual justamente o padre Nicolino travou a leitura muitos anos mais tarde, durante sua estadia no seminário de Aix, na França (CRULS, 1973b: 114).

Além disso, a própria morte do religioso apresentaria ligação com a fábula do tesouro. Tendo Nicolino, em sua terceira viagem, encontrado as ditas riquezas, acabou por lhe causar a morte, devido aos vapores asfixiantes que exalaram da arca. O interessante é que, caso Nicolino estivesse atrás de algum tesouro, ele não seria o primeiro. Como o próprio Gastão Cruls ressaltou, Tomás Antônio d’Aquino – que já comentamos sobre – também indicou que seus motivos consistiam em buscar alguma riqueza na região (CRULS, 1973b: 114-115). Contudo, é preciso que não olvidemos, pois, que quando se trata da Amazônia, muitas são suas lendas. Das buscas por *El Dorado* de Gonzalo Jiménez de Quesada⁸⁹ até a expedição pela Cidade

⁸⁸ A afirmação da *causa mortis* do padre Nicolino é uma suposição, pois em seu diário somente consta que o religioso sofreu de fortes dores de estomago e vômito. Por outro lado, o engenheiro Gonçalves Tocantins, que viajou pela região, em 1893, registrou que o padre sofreu de violento ataque de febre e vômito negro, sabemos que tanto a febre alta, quanto hematêmese (vômito com sangue) podem ser sintomas da febre amarela.

⁸⁹ Gonzalo Jiménez de Quesada y Rivera (1509-1579) foi um explorador espanhol, conhecido pelas malogradas

Perdida de Z de Percy Fawcett⁹⁰, decorreram mais de 300 anos, e, seguramente, o que se pode presumir, se não, que a paixão do homem pelo extraordinário, não lhe afasta – às vezes – da razão.

Sendo lenda ou não, o fato é que Nicolino percorreu o Cuminá e na época chamou atenção às possibilidades do uso pastoril dos vastos Campos Gerais, o que nos leva justamente à próxima expedição. Em 1893, ocorreu uma grande cheia do Amazonas, que devastou as fazendas de criação de gado em Óbidos e todo Baixo Amazonas. Em decorrência dos fatos, a Intendência do Município de Óbidos, em conjunto com importantes fazendeiros da região, acendia a discussão da possibilidade e necessidade do uso dos imensos e ricos campos descritos pelo padre Nicolino, anos atrás. Destarte, foi nomeado o engenheiro brasileiro Antônio Manoel Gonçalves Tocantins para chefiar uma expedição comissionada pelo estado do Pará, com o intuito de confirmar a existência e qualidades dos ditos Campos Gerais do Cuminá (TOCANTINS, 1915: 147-148).

Devido às dificuldades, principalmente em decorrência dos intensos ataques de febre, e por conta de um erro de cálculo ao atalhar pela mata, a expedição de Tocantins alcançou os campos com quase dois meses de viagem. Em colina próxima, o engenheiro içou a bandeira brasileira e do Club Republicano do Pará, para, enfim, atestar a existência dos campos (Ibidem: 148). Ao se reportar ao deputado federal do Pará, Justo Pereira Leite Chermont, Tocantins se referiu aos campos da seguinte maneira:

Estendem-se estes magníficos campos em planalto muito elevado. Esta grande altura, acima do nível do mar, os constantes ventos do N. que muito abrandam a temperatura, e outras condições locais, influem poderosamente para tornar o clima temperado e muito saudável. Em conclusão, repetirei o que vos disse na última carta, a indústria pastoril que não pode prosperar no baixo Amazonas, por causa das grandes enchentes, encontrará nestes maravilhosos campos, uma fonte inesgotável de incalculáveis riquezas. (TOCANTINS, 1915: 149)⁹¹.

Com a comprovação da prosperidade e possibilidade dos Campos Gerais, surgia outro obstáculo, o acesso para uma área tão remota. Como já destacado, a maioria das expedições seguiram subindo o rio, vencendo os intensos percursos de cachoeiras, fator que torna o Cuminá um curso d'água inavegável. Tocantins enfatizou – o que já apontava Nicolino – a necessidade

buscas por *El Dorado*, realizadas na América do Sul.

⁹⁰ Percy Harrison Fawcett (1867-1925) foi um arqueólogo e explorador britânico, membro da Real Sociedade Geográfica, desapareceu em expedição em busca do que acreditava ser uma cidade perdida no interior do Brasil.

⁹¹ Além do relatório, Tocantins ainda produziu um levantamento cartográfico sobre a região percorrida, que está disponível no Setor de Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em nota da ficha catalográfica, indica o levantamento do curso do rio Cuminá, assinalando os afluentes, ilhas, cachoeiras, serras e vegetação ribeirinha. Infelizmente não conseguimos ter acesso ao documento.

da construção de uma estrada. Dessa forma, para realizar o estudo de traçado para compor o projeto de uma estrada ligando a cidade de Óbidos e os Campos Gerais do Cuminá, foi nomeado, em 1894, o agrimensor major Lourenço Ferreira Valente do Couto.

O relato de viagem da expedição de Valente do Couto foi publicado na *Folha do Norte*, em 1896, por João Salles, que havia sido convidado pelo então diretor de Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização do Estado do Pará, para desempenhar a função de auxiliar da comissão. Tendo início em 25 de outubro de 1894, com a partida da cidade de Óbidos, a expedição de Valente do Couto subiu o rio Cuminá, vencendo o árduo percurso das cachoeiras e as constantes situações de febre, muitas vezes enfrentadas diariamente, mas debeladas com o uso do quinino. Valente do Couto alcançou os Campos Gerais no final de dezembro. Devido à carência de recurso, não prosseguiram muito além do ponto que Gonçalves Tocantins chegou, no ano anterior⁹².

Visando realizar o traçado de ligação dos Campos Gerais à cidade de Óbidos, iniciou-se, em 28 de dezembro de 1894, a abertura de picada em meio à mata fechada, dando início à tortuosa odisséia que Valente do Couto e seus companheiros enfrentaram nos próximos cinco meses. Em 24 de fevereiro, já sem provisões, Salles descreve a situação:

Tendo-se inutilizado a nossa espingarda de caça e acabando as balas de rifles; sem farinha, sal, café, açúcar e tabaco, com fome e sem ao menos saber onde nos achávamos [...] eis que se achava reduzida a valente expedição que em 25 de Outubro de 1894, zarpara do porto da cidade de Óbidos, numa lancha toda embandeirada, dando vivas á pátria e ao futuro engrandecimento do Pará (SALLES, 1896: 1)⁹³

Com o plano frustrado de alcançar rapidamente Óbidos por terra, a expedição se encontrou em situação alarmante, perdidos na selva, sem provisões e equipamentos, sendo acometidos por constantes acessos de febre. Com pouco mais de 130 quilômetros de picada aberta, sem condições de continuar o serviço, Valente do Couto e seus companheiros, em tentativa desesperada, iniciam no final do mês de março de 1895, descida pelo rio. A bordo de embarcações frágeis e improvisadas, o retorno foi marcado por acidentes e pela morte de alguns membros da expedição⁹⁴.

Em 1900, a exploradora Octavie Coudreau, financiada pelo governo do Pará, realizou viagem pelo rio Cuminá. É importante destacar que Octavie Coudreau foi esposa do explorador francês Henri Coudreau que, entre as décadas de 1880 e 1890, organizou e chefiou uma série

⁹² SALLES, João. Os Campos Geraes da Guyana Brasileira. *Folha do Norte*. Belém, 6, 7, 8, 9, 10 de março de 1896, p. 01.

⁹³ SALLES, João. Os Campos Geraes da Guyana Brasileira. *Folha do Norte*. Belém, 12 de março de 1896, p. 01.

⁹⁴ SALLES, João. Os Campos Geraes da Guyana Brasileira. *Folha do Norte*. Belém, 13 de março de 1896, p. 02.

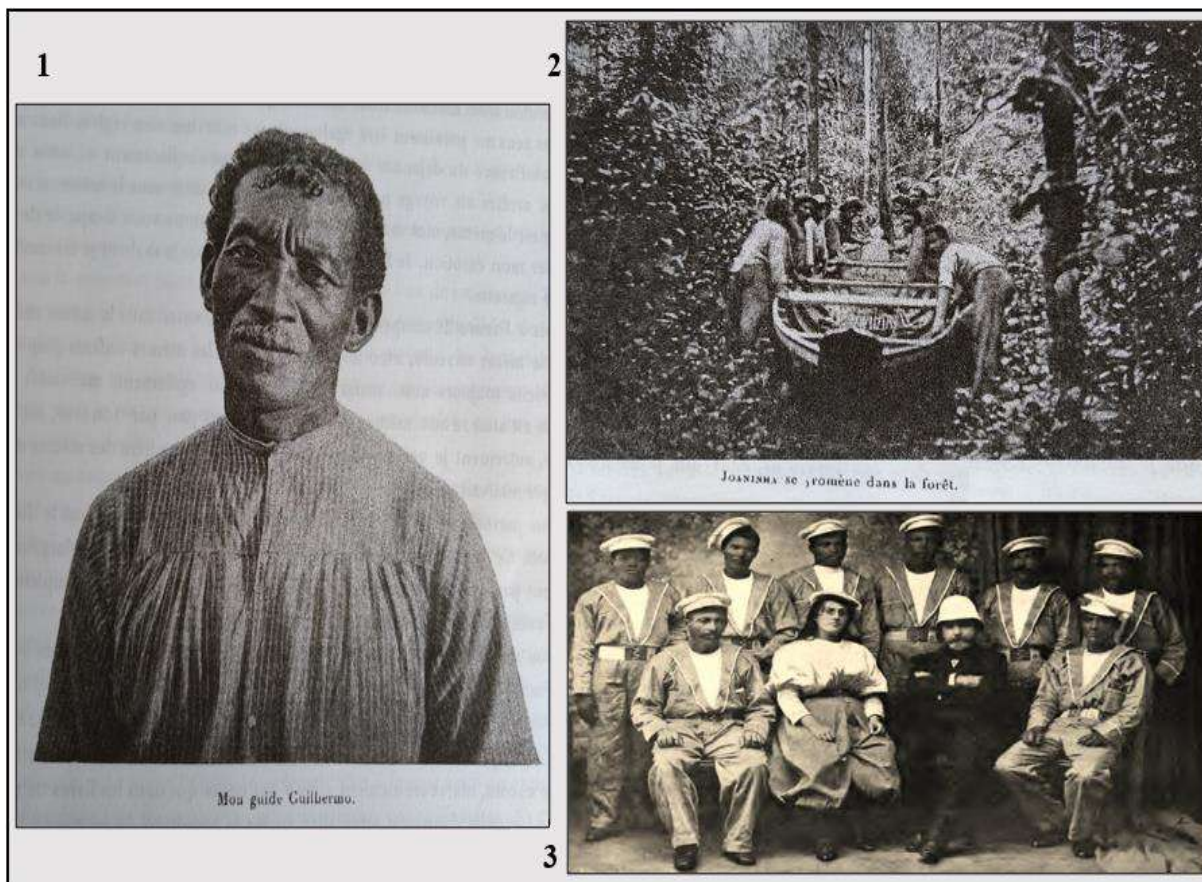
de expedições pela América do Sul, a maioria pela Região Norte do Brasil. A partir de 1895, Henri Coudreau foi incumbido da exploração dos afluentes da margem esquerda do Amazonas, sendo alguns deles o Tapajós, o Xingu, o Tocantins, o Araguaia, o Yamundá e o Trombetas (SOUZA FILHO, 2008: 25). Acompanhado da esposa, as viagens de exploração renderam mais de cinquenta publicações⁹⁵.

Com a morte de Henri Coudreau em decorrência da malária durante a expedição ao rio Trombetas, Octavie assumiu as funções do marido, se responsabilizando na chefia das expedições. Como já citamos, em abril de 1900, a exploradora francesa, acompanhada por ex-mocambeiros da região, iniciou a subida do rio Cuminá, enfrentando condições semelhantes às já mencionadas por nós, alcançando os Campos Gerais no mês de julho. Contudo, Octavie Coudreau foi além, até ponto ainda não atingido pelas expedições anteriores.

Um fato interessante, é que no relato de Octavie Coudreau, a exploradora francesa aponta como o seu principal guia um certo ex-mocambeiro, chamado por ela de Guilherme. O ex-mocambeiro afirmava ter sido o guia, tanto da expedição de Gonçalves Tocantins, em 1893, quanto da penosa expedição de Valente do Couto, em 1894 (COUDREAU, 1901: 143). Refazendo nossas leituras sobre as expedições anteriores, constata-se no relato de João Salles – auxiliar de Valente do Couto – referência a um guia chamado Manoel Guilherme do Espírito Santo. Sem dúvida, trata-se da mesma pessoa. O que nos indica mais um de tantos novos exemplos que vão surgindo pela historiografia, que enfatizam os colaboradores, muitas vezes legados ao anonimato, mas que desempenharam papel essencial nas viagens ao interior do Brasil.

⁹⁵ Citaremos algumas publicações, por Henri Coudreau: *Voyage au Rio Branco* (1886); *Voyage au Tapajós* (1896); *Voyage au Xingu* (1897); *Voyage entre Tocantins et Xingu* (1899). Por Octavie Coudreau: *Voyage au Yamundá* (1899); *Voyage au Trombetas* (1900); *Voyage au Cuminá* (1901); *Voyage au Rio Curuá* (1903); *Voyage au Maicuru* (1903); *Voyage à la Mapuera* (1903).

Figura 6: 1) “Meu guia Guilherme”. 2) “Joaninha anda pela floresta”. Translado da embarcação através da floresta durante contorno de cachoeira. 3) Henri Coudreau e Octavie Coudreau ao centro, ao redor deles, os demais membros da expedição ao Trombetas.



FONTE: Compilação do autor⁹⁶

Somente em 1925 os Campos Gerais do Cuminá voltaram a ser destino de viagem. Empreendida pelo engenheiro e geólogo brasileiro Avelino Ignácio de Oliveira, do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, para realizar estudo geológico e trabalho técnico – com a finalidade de atestar as possibilidades econômicas – além de verificar a viabilidade da criação de gado na região. O geólogo foi acompanhado por José Antônio Picanço Diniz. Na época, Diniz havia se instalado no lago do Salgado, para se dedicar à extração dos vastos castanhais. A expedição partiu em novembro de 1925, ao alcançar os Campos Gerais do Cuminá, retornaram à Óbidos durante o início de janeiro de 1926⁹⁷ (SANCHEZ, 1998: 5-6)

Em 1928, o general Cândido Rondon chefiou nova viagem à região. Na época, Rondon havia sido encarregado do Serviço de Inspeção de Fronteiras, criado em 1927, com a finalidade

⁹⁶ Montagem a partir de fotografias presentes nas obras *Voyage au Trombetas* (1900) e *Voyage au Cuminá* (1901) de Octavie Coudreau. Especificamente: **1)** em (COUDREAU, 1900: 9); **2)** em (COUDREAU, 1900: 24) e **3)** em (COUDREAU, 1900: n.p), se encontra na parte inicial da obra.

⁹⁷ Temos conhecimento do relatório de viagem, intitulado de *Atravéz da Guyana brasileira pelo rio Erepecurú Estado do Pará*, elaborado por Avelino Ignácio de Oliveira e publicado, em 1926, no Boletim N. 31, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Infelizmente, não conseguimos ter acesso ao documento.

de examinar as condições das fronteiras nacionais e verificar as possibilidades de povoamento. Através do rio Cuminá⁹⁸, a comissão traçou rota de Óbidos até a cordilheira Tumucumaque, na fronteira com a Guiana Holandesa, marchando por 741 quilômetros, destes, 526 quilômetros já haviam sido percorridos pelas precedentes expedições⁹⁹, mencionadas anteriormente.

Nossa escolha por retratar as expedições ao Cuminá, se atribui ao fato de que cada viajante travou leitura com os relatos de seus antecessores, ou seja, como de costume, Tocantins analisou a fio as descrições de Nicolino; Valente do Couto avaliou os relatos de Nicolino e Tocantins; enquanto Octavie Coudreau apresentou em sua narrativa referências a todos eles. Com Gastão Cruls não foi diferente, pois o próprio nos apresenta, em seu relato de viagem, as sínteses de todas as expedições mencionadas por nós, tendo ainda afirmado que, durante passagem por Belém, recebeu em mãos de Carlos Estevão de Oliveira¹⁰⁰ parte inicial do diário do padre Nicolino e artigo do engenheiro Gonçalves Tocantins (CRULS, 1973b: 36). Além disso, em condições de suprir a falta de informações sobre a região, os relatos produzidos pelo missionário paraense e os outros viajantes serviram ao general Rondon, sendo utilizados como referências durante grande parte da viagem.

Em síntese das distâncias percorridas pelas expedições ao Cuminá – da menor para a maior – o naturalista Richard Spruce, em 1849, somente alcançou o Tronco, no início das cachoeiras. Tomás Antônio d'Aquino chegou até aldeia indígena em ponto desconhecido acima do percurso das cachoeiras. O engenheiro Gonçalves Tocantins, Valente do Couto e a expedição de Diniz e Avelino alcançaram os Campos Gerais em posições próximas do igarapé das Borboletas e do morro Tocantins, batizado em homenagem a Gonçalves Tocantins pela comissão de Valente do Couto, o morro fica localizado no quilometro 496, a partir de Óbidos. Nicolino atingiu os Três Outeiros, no quilometro 519. Por fim, Octavie Coudreau em 1900, alcançou o igarapé São João, no quilometro 526. Dessa forma, o Serviço de Inspeção de Fronteiras percorreu 215 quilômetros desconhecidos até a faixa de fronteira com Guiana Holandesa¹⁰¹. Ao acompanhar a expedição na função de climatologista, Gastão Cruls passou

⁹⁸ Mostra-se o Cuminá, um rio de curso estável. Picanço Diniz indicou a Gastão Cruls, em 1928, que das cartas topográficas de 1900, de Octavie Coudreau, houve somente duas ligeiras modificações no leito do rio, sendo uma pequena ilha que desapareceu e outra que se dividiu em duas (CRULS, 1973b: 10-11).

⁹⁹ Através das Nossas Divisas Septentrionaes. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1929, p. 1.

¹⁰⁰ Em 1928, Carlos Estevão de Oliveira (1880-1946) desempenhava o cargo de consultor jurídico da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação do Governo do Pará. Somente em 1930 foi nomeado diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, cargo que ficou encarregado até 1945. Sobre aspectos da biografia de Carlos Estevão e sua gestão à frente do Museu Paraense, ver Cunha (1989).

¹⁰¹ RONDON, Cândido Mariana da Silva. A Inspeção das Fronteiras. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1929, p. 1

cerca de quatro meses embrenhado em meio à floresta amazônica, experiência que se tornou marcante na vida do médico e escritor brasileiro.

2.3 “A Amazônia que eu vi”: Gastão Cruls e o Serviço de Inspeção de Fronteiras

Quando eu decidi esta viagem, não foram poucas as vozes que me clamaram – “Mas que loucura! O que é que você vai fazer no Norte? Você não tem medo das febres?” Era-me difícil responder, mesmo porque muita gente ignora a existência de certas criaturas que já nasceram roídas pelo tédio e em cuja alma se pode ler o *Quosque eadem?* de Sêneca. (CRULS, 1973b: 144)

A partir das experiências obtidas na participação no Serviço de Inspeção de Fronteiras, Gastão Cruls escreveu *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*, publicada originalmente pela Tipografia do Anuário do Brasil, em 1930. A obra se trata do relato de viagem, em forma de diário, em que Gastão Cruls descreve os avanços da expedição em direção aos limites com a Guiana Holandesa. Ao ser encarregado da função de climatologista¹⁰² da comissão, surgia a possibilidade para o escritor de entrar em contato com um espaço do qual já havia se ocupado em termos literários. Em sua obra, Gastão Cruls – no papel de escritor-viajante – registrou o encontro com os Pianocotós, o levantamento do quadro nosológico, as condições sanitárias da região, os costumes, os aspectos da flora e fauna, as paisagens observadas, suas impressões sobre a natureza e as sociedades indígenas e, principalmente, as reflexões em relação ao deslocamento da percepção entre o imaginado e o experienciado.

Evidentemente, o conteúdo da produção textual de Gastão Cruls se atrela à experiência da viagem realizada pelo autor. Para alguns escritores, viajar, enquanto uma prática social, seria elemento indispensável na criação literária. Entretanto, a popularidade em torno do relato de viagem, como um gênero textual, ocasionou em seu próprio esgotamento ao longo do século XX. Os leitores, em grande parte outros escritores, passaram a enxergar com certa desconfiança esse tipo de narrativa. Contudo, isso não cessou a prática da escrita decorrente das viagens pois, em grande parte, os processos de escrever e viajar são associados, de maneira que para o narrador, ao edificar suas memórias em viagem, muitas vezes, resulta em produção textual (DAFLON, 2013: 40).

¹⁰² No relatório de Alberto José de Sampaio, botânico do Museu Nacional, que também acompanhou o Serviço de Inspeção de Fronteiras, Gastão Cruls é descrito na função de higienista (SAMPAIO, 1933: 47). Entretanto em seu próprio diário de viagem, Cruls registrou, que “Na função de climatologista (foi o rótulo que me pespegaram às costas lá no Rio, e sem o qual não conseguiria acompanhar a Inspeção de Fronteiras)” (CRULS, 1973b: 138). Assim sendo, trataremos sua participação na expedição como climatologista do Serviço de Inspeção de Fronteiras.

Compreendemos que nenhuma narrativa, por mais objetiva que seja, está livre da própria subjetividade de quem a escreve, como aponta Franco. O autor “pode tanto vir a acrescentar impressões quanto omitir detalhes.” (FRANCO, 2011: 9). Importante destacar que deixamos, até o momento, uma lacuna entre a publicação do romance do autor, *A Amazônia Misteriosa*, em 1925, e o período em que Gastão Cruls acompanhou a Comissão Rondon, no final de 1928 e início de 1929. Pretendemos preenche-la, ao tratar rapidamente do assunto, para, enfim, nos debruçarmos em análise sobre a tarefa empreendida pelo Serviço de Inspeção de Fronteiras aos limites do Brasil, a função de Gastão Cruls na expedição e a produção de um diário de viagem relatando suas experiências.

A permanência na carreira literária foi estimulada pelas críticas positivas atribuídas ao seu primeiro romance, *A Amazônia Misteriosa* (1925). Em relação à temática da obra, Gastão passou a configurar ao lado de outros escritores, como Alberto Rangel, Raymundo Moraes e Euclides da Cunha, nas colunas de crítica literária, presentes em matérias de jornais e artigos de revistas. Após 1925, Gastão Cruls publicou duas obras antes de sua participação na expedição à Amazônia. *Elsa e Helena*, em 1927, inspirado em análises do médico estadunidense, Morton Henry Prince (1854-1929), onde a protagonista é uma jovem com transtornos dissociativos de personalidade. E em 1928, *A criação e o Criador*, em que o próprio autor entra em contato com os personagens criados por ele.

Além dos passos importantes na carreira de romancista, Gastão Cruls realizou uma viagem à Europa, em 1926. O jornal *A Manhã* anunciava, no início do mês de março, a partida do “brilhante romancista e reputado médico Dr. Gastão Cruls”¹⁰³. Em novembro do mesmo ano, Gastão Cruls retornou para o Rio de Janeiro a bordo do paquete francês *Massilia*. Ao nos aprofundarmos sobre os motivos de viagem de Cruls para a Europa, encontramos na seção “Vida Administrativa” do jornal *O Paiz* – espaço que reunia as agendas e informações sobre os Ministérios do Brasil – a publicação do ministro da Justiça e Negócios Interiores, Afonso Pena Júnior, autorizando Gastão Cruls, na época, inspetor sanitário, a estudar na Europa tudo quanto se referir ao tratamento da sífilis.¹⁰⁴

Os resultados dos estudos realizados na Europa foram publicados em 1929, no livro *Elementos de Pathologia e Hygiene Infantis*, organizado pelo médico Antônio Fernandes Figueira e com a colaboração de diversos outros cientistas e médicos brasileiros, entre eles, Gastão Cruls. No oitavo capítulo, Gastão Cruls compartilhou o tema da sífilis com o médico

¹⁰³ Gastão Cruls. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 3 de março de 1926, p. 3.

¹⁰⁴ Ministério da Justiça – Vida Administrativa. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1926, p. 10.

João Penido. Enquanto Cruls abordou o assunto da heredosífilis, dividindo da seguinte maneira: etimologia, classificação, sintomas, diagnóstico, prognóstico, exames laboratoriais e tratamentos indicados. João Penido tratou, similarmente, das questões da sífilis infantil adquirida. (CRULS; PENIDO, 1929).

Destaca-se que Gastão Cruls, desde 1923, atuava como inspetor sanitário na Seção de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). No *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, do ano de 1929, Gastão Cruls, ao lado de influentes nomes do campo médico da época, como Eduardo Rabello e Renato Kehl, compôs a 10ª seção da Liga Brasileira de Higiene Mental, intitulada como “Medicina Geral e Especializada em suas Relações com o Systema Nervoso”¹⁰⁵.

Em 1928, Gastão Cruls foi autorizado, enquanto inspetor sanitário do DNSP, a integrar o Serviço de Inspeção de Fronteiras¹⁰⁶. Na época, já quadragenário, desempenhou a função de climatologista da expedição, preenchendo as fileiras do contingente que acompanhou o general Cândido Rondon aos limites setentrionais do Brasil. Em reportagem do *O Globo*, no que condiz a função de Gastão Cruls na expedição, o médico e escritor ficou a encargo do estudo de geografia médica e reconhecimento sanitário das fronteiras¹⁰⁷. Além de Gastão Cruls, foi designado para acompanhar a comissão o botânico Alberto José de Sampaio, sendo autorizado pelo diretor do Museu Nacional, Edgard Roquette Pinto¹⁰⁸.

Gastão Cruls participou da segunda campanha, realizada entre 1928 e 1929. Em decorrência dos requisitos estabelecidos por exigência do presidente Washington Luís, as inspeções deveriam ser concluídas até o final de seu mandato. Tendo em vista o prazo proposto, o Estado-Maior do Exército (EME), representado pelo general Rondon, organizou estrategicamente a segunda campanha que partiria das bases de operações em Óbidos (PA) e Manaus (AM). As fronteiras setentrionais foram divididas em seis setores, sendo eles: o 1º Setor da Guiana Holandesa, sob comando do major Polydoro Barbosa (sendo substituído pelo próprio general Rondon), com rota através do rio Trombetas e seu afluente Cuminá; o 2º Setor da Venezuela e parte da Colômbia, sob comando do major Boanerges Lopes de Souza; o 3º Setor

¹⁰⁵ Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Rio de Janeiro, ano II, n. 1, out. 1929, p. 54

¹⁰⁶ BRASIL. Ministério da Guerra. Autoriza o Dr. Gastão Luiz Cruls a acompanhar o general Cândido Mariano Rondon na viagem de inspeção às fronteiras do norte do Brasil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, DF, publicado em 23 de agosto de 1928.

¹⁰⁷ Os estudos de geographia medica e reconhecimento sanitario das fronteiras. *O Globo*. 23 de agosto de 1928, p.2.

¹⁰⁸ No relatório de Rondon, o general indica que um dos objetivos de Alberto José de Sampaio no Serviço de Inspeção de Fronteiras era completar o estudo da flora do Cuminá, iniciado por Adolpho Ducke (RONDON, Cândido Mariano da Silva. A inspeção das fronteiras. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1929, p.1.).

da Colômbia, sob comando do capitão Manoel Gomes Pereira, o 2º e 3º seguiram através do rio Negro e penetraram seus afluentes Xié, Içana e os demais; o 4º Setor da linha peruana do Javari, sob comando do tenente Thales Facó, com rota através do rio Javari em direção às suas cabeceiras; o 5º Setor do Peru, sob comando do tenente Aurino Guerrero, com rota através do rio Juruá até o ponto de desagüe do rio Breu; e o 6º Setor extremo entre Peru com a Bolívia, sob comando do tenente Lima de Figueiredo, com rota através do rio Purus e seus afluentes. As turmas do Serviço de Inspeção de Fronteiras percorreram o total de 22.455 quilômetros, a partir das bases de operações¹⁰⁹.

O projeto se alinhava à política militar terrestre de defesa do território nacional. A construção da soberania nacional na Região Norte do Brasil pode ser compreendida através de três momentos: o primeiro momento está ligado diretamente à construção e manutenção de fortalezas durante o período colonial e imperial, visando a garantia e posse do território por questões de ocupação militar; o segundo momento ocorre através do incentivo às cidades que surgiram a partir das fortalezas, as colônias agrícolas e as militares; e o terceiro momento, com a presença de regimentos militares, através de projetos estratégicos no interior do Brasil, como a construção das linhas telegráficas e a própria inspeção das fronteiras, este último momento esteve associado diretamente ao contexto da Primeira República (1889-1930) (RODRIGUES, 2011: 29-30).

As expedições realizadas pelo Serviço de Inspeção de Fronteiras fizeram parte das ditas “missões civilizatórias” da República, termo utilizado por Lima (1997). Essas expedições/missões partiam ao interior brasileiro carregando consigo os ideais de progresso, expressados na implementação de linhas telegráficas e estradas de ferro, símbolos da modernidade. Dessa forma, o projeto de intervenção com o objetivo de inspecionar as fronteiras contribuía com as intenções de desenvolvimento e integração de regiões afastadas, que caso não fossem asseguradas, demarcadas adequadamente e ocupadas de forma definitiva, poderiam comprometer a soberania do território nacional. Dessa forma, o Serviço de Inspeção de Fronteiras esteve consentaneamente alinhado ao projeto de Estado, no que condiz os aspectos políticos, econômicos e militares do contexto.

Podemos observar como a questão das fronteiras era um problema delicado e urgente a ser solucionado pelo governo brasileiro. Com dimensões continentais, o Brasil possui fronteiras com dez, dos doze países ou territórios existentes na América do Sul. Se observarmos o

¹⁰⁹ RONDON, Cândido Mariano da Silva. A inspeção das fronteiras. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 10 e 16 de maio de 1929, p.1.

contexto da virada do século XIX para o século XX, existiram relevantes disputas diplomáticas em decorrência de questões territoriais, principalmente nas fronteiras setentrionais, como a Revolução Acreana¹¹⁰ (1899-1903), a Questão do Amapá (1895-1900) e a Questão do Pirara¹¹¹ (1904). Não à toa que a primeira campanha do Serviço de Inspeção de Fronteiras contemplou justamente as fronteiras com a Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Colômbia e Venezuela.

Nesse sentido, um dos objetivos mais urgentes da segunda campanha consistia em atingir a fronteira com a Guiana Holandesa. Até então, nenhuma expedição – seja ela de cunho militar, exploratório ou científico – havia alcançado os limites fronteiriços pelo lado brasileiro, enquanto o limite meridional do domínio neerlandês já havia sido percorrido e, principalmente, registrado em carta pela expedição realizada à cordilheira Tumucumaque, em 1906, pelo cartógrafo e oficial da Marinha Holandesa, Claudius Henricus de Goeje (1879-1955).

A fronteira se localizava em região remota, de difícil acesso. A viagem do Serviço de Inspeção de Fronteiras foi quase inteiramente realizada a bordo de batelões e canoas, necessitando a varação das embarcações através dos diversos bancos de queda d'água. Além do caminho cheio de obstáculos, a presença recorrente da malária, desgaste físico, deserção, perda de equipamento, falta de comunicação, dificuldades logísticas e o clima quente e úmido tornar-se-iam parte da vida de Gastão Cruls e os demais membros da expedição.

Diretamente do bairro de Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro, onde residia o escritor, Gastão Cruls partia, em 17 de agosto, a bordo do vapor *Prudente de Moraes*, da Companhia Lloyd Brasileiro, com destino ao Norte do Brasil. No início de setembro de 1928, Cruls se encontrava em Belém (PA), em companhia da expedição que seguiria para Óbidos, para, assim, iniciar o percurso pelo Trombetas e, posteriormente, por seu afluente Cuminá¹¹². O diário de viagem de Gastão Cruls, tem por início a data de 13 de setembro, indicando que se encontravam em direção da primeira cachoeira, a bordo da alvarenga¹¹³ *Amazônina*, que vinha

¹¹⁰ Foi uma série de conflitos de fronteiras envolvendo brasileiros e bolivianos, que culminou na formação do Estado Independente da República do Acre, em 1903. Devidamente reconhecida pelo governo brasileiro, foi incorporada ao território nacional pelo Tratado de Petrópolis, em 1903, firmado entre Brasil e Bolívia.

¹¹¹ Foi uma disputa de limites fronteiriços entre Brasil e Inglaterra, iniciada nas primeiras décadas do século XIX. Em decorrência da fraca presença dos portugueses, a Inglaterra ocupou a região localizada hoje entre o estado de Roraima e a República Cooperativa de Guiana. Somente em 1898, em comum acordo das duas nações, o poder de arbitragem foi outorgado ao Reino da Itália. A disputa diplomática ficou em decisão do rei Vitorio Emanuel III, que deliberou a favor da Inglaterra, em 1904. Com o resultado, o Brasil além de ceder parte do território contestado, também perdeu acesso à bacia de Essequibo, pelo rio Rupununi, enquanto a partir da Guiana Inglesa, a Inglaterra ganhou acesso à bacia Amazônica. Sobre o processo diplomático envolvendo a Questão do Pirara, ver Menck (2009)

¹¹² PARÁ. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1928, p. 9. A Actualidade nos Estados (telegrammas, cartas, informações diárias).

¹¹³ Embarcação sem propulsão, destinada ao transporte de carga em águas rasas.

rebocada por lancha a gasolina, e se encerra na data de 11 de janeiro de 1929, com o retorno de Gastão Cruls e Alberto José de Sampaio à Óbidos.

Durante a passagem por Belém, Gastão Cruls e Alberto José de Sampaio foram recebidos por figuras ilustres da cidade, como Gastão Vieira, Dyonisio Auzier Bentes e Carlos Estevão de Oliveira, este último apresentou aos visitantes o etnólogo Curt Nimuendajú, na época já bastante conhecido por suas descobertas arqueológicas em Santarém. Os visitantes realizaram algumas excursões por zona rural, conheceram o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Serviço Sanitário do Estado e o Instituto Gentil Bittencourt, antes de embarcar no *Prudente de Moraes*, com destino à Óbidos (SAMPAIO, 1933: 36-41)

Cabe ressaltar fato interessante ocorrido no início e no final da viagem. Em Óbidos, durante o início da expedição, Rondon decidiu fazer visita à Manaus para tratar de assuntos com o governador do Amazonas, Efigênio Ferreira de Salles. Sabendo da participação de Gastão Cruls no Serviço de Inspeção de Fronteiras e que o escritor acompanhava o general na inspeção de fronteiras, foi organizada uma recepção para recebê-lo em Manaus¹¹⁴. À frente do movimento que receberia o escritor carioca estava Raymundo Moraes, que cedeu sua própria residência como local para as solenidades. Entretanto, ocorre que Cruls, na tarefa de organizar os últimos preparativos para a viagem, permaneceu em Óbidos, não acompanhando Rondon à Manaus¹¹⁵.

Em telegrama enviado através do comboio de correspondência da inspeção, em meio à selva, Cruls agradeceu os livros enviados pelo autor de *Na Planície Amazônica*, Raymundo Moraes, assim como, já informado da intenção cordial de recebê-lo em Manaus, desculpou-se de sua inesperada ausência¹¹⁶. A recepção e homenagens a Gastão Cruls foram adiadas, como indica no jornal *O Paiz*, “somente na volta, quando o general Rondon e o Dr. Gastão Cruls passarem por Manaus com destino ao vale do Rio Branco, será efetivada a grande manifestação

¹¹⁴ Estavam solidários com a recepção: Adriano Jorge, presidente da Academia Amazonense de Letras; José Francisco de Araújo Lima, prefeito de Manaus e membro da academia; Sá Peixoto, presidente do Tribunal de Justiça e membro da academia; Monteiro de Souza, presidente da Assembleia Legislativa e membro da academia; Da Costa e Silva, delegado fiscal; Gaspar Guimarães, grão mestre da maçonaria e membro da academia; Raul de Azevedo, administrador dos correios e membro da academia; Alvaro Maia, membro da academia; Agnelo Bittencourt, diretor da instrução pública do Amazonas; Arthur Cesar Ferreira Reis, redator chefe do *Jornal do Commercio*; Augusto Couto, secretário do estado do Amazonas; Aguinaldo Ribeiro, diretor do *Dia*; Carlos Mesquita, diretor da revista *Amazonida*, além do próprio governador do Amazonas, Efigênio Ferreira de Salles (AMAZONAS. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1928, p. 8. A Actualidade nos Estados (telegrammas, cartas, informações diárias).

¹¹⁵ AMAZONAS. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1928, p. 8. A Actualidade nos Estados (telegrammas, cartas, informações diárias).

¹¹⁶ AMAZONAS. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1929, p. 10. A Actualidade nos Estados (telegrammas, cartas, informações diárias).

literária projetada pelo autor da “Amazônia Misteriosa”¹¹⁷. Entretanto, cinco dias após atracar em Óbidos, retornando da expedição, Gastão Cruls embarcou no vapor *Afonso Pena*, com destino ao Rio de Janeiro, frustrando novamente a afetuosa recepção organizada para receber o escritor carioca na capital do estado do Amazonas¹¹⁸. Possivelmente, Cruls sequer soube que ocorreria essa segunda recepção.

Durante os quatro meses de viagem, o Serviço de Inspeção de Fronteiras, chegou a contar com um contingente de aproximadamente cem pessoas, entre estado-maior, integrantes oficiais e carregadores. Gastão Cruls, em seu diário, registrou alguns membros com os quais teve maior contato, destacando o nome e suas respectivas funções dentro da comissão, sendo eles: general Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe da Inspeção de Fronteiras; major Polydoro J. Barbosa, encarregado dos serviços astronômicos e topográficos; Benjamin Rondon, encarregado do serviço telefotográfico; major Luís Thomaz Reis, encarregado do serviço cinematográfico; Alberto José de Sampaio, encarregado dos estudos botânicos; tenente-médico Dr. José Carlos Gertum, encarregado dos serviços médicos; Dr. João Barbosa de Faria, encarregado do serviço etnográfico; tenente França, encarregado do serviço de intendência; oficial superior Raul, encarregado da comunicação e operador de radiotelégrafo; cabo Silva, encarregado do serviço de correspondência; soldados Edgar e Fortes, auxiliares de Alberto José de Sampaio; Pedro Maravilha, cachoeirista; José Cândido¹¹⁹ e Cenobilino, mateiros; Joaquim Rosa, caçador; Romualdo Alfaia e Manoel, cozinheiros; Ricardo Ribeiro, Pedro, Kirton, Miguel, Tomás, Marques, Vicente, João Moreira, Lourenço e Simão, encarregados da navegação e variação das embarcações. Ainda acompanharam a expedição uma pequena matilha, Duque (perdigueiro), Gringo e Tupã (pastor-alemão) e Tauser e Lady (airedale terrier) (CRULS, 1973b).

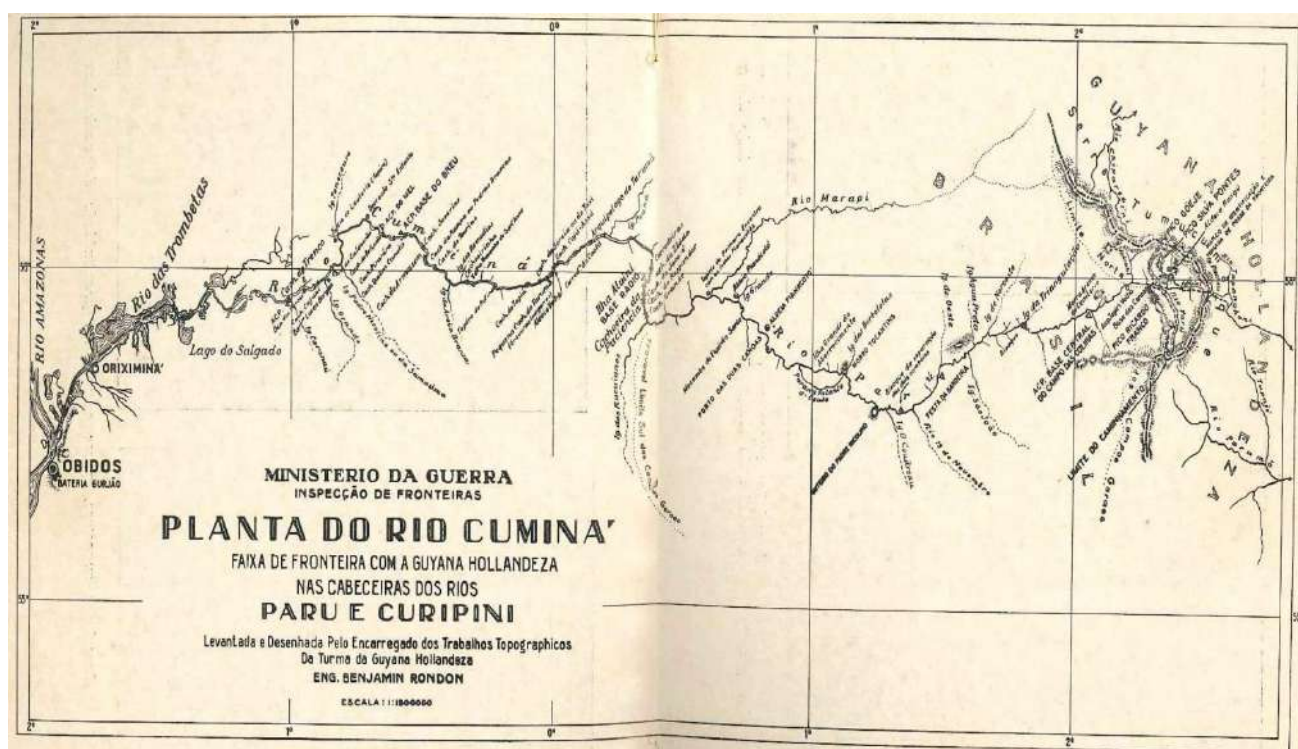
O levantamento topográfico foi iniciado pelo major Polydoro J. Barbosa, entretanto, devido à febre palustre, o major ficou impossibilitado de continuar o serviço, sendo concluído pelo engenheiro Benjamin Rondon e submetido aos dados cartográficos do Ministério da Guerra. Abaixo podemos observar o registro da planta do rio Cuminá.

¹¹⁷ O general Rondon no Amazonas. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1928, p. 4.

¹¹⁸ AMAZONAS. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1929, p. 5. A Actualidade nos Estados (telegrammas, cartas, informações diárias).

¹¹⁹ A trajetória de José Cândido é um tanto interessante, foi contada a Gastão Cruls, que registrou em seu diário. Cândido era conhecido de Rondon havia muitos anos, o experiente mateiro, “bravo cearense, com mais de trinta anos de Amazônia e algumas gloriosas entradas pelos vales, ainda impérvios, do Jamari e Gi-Paraná até onde, já em 1912, se afoitava na exploração da seringa” (CRULS, 1973b: 33).

Figura 7: Levantamento topográfico do curso do rio Cuminá por Benjamin Rondon.



FONTE: RONDON, Benjamin. Planta do Rio Cuminá. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra/Inspeção de Fronteiras, 1929. Escala: 1: 1500000. In CRULS, Gastão. *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro. 1973.

Durante o mês de setembro, a expedição de Óbidos partiu em direção à Oriximiná, entrando pela foz do Cuminá em direção ao lago do Salgado, onde foram recebidos por José Antônio Picanço Diniz, para, assim, se deslocarem aos primeiros obstáculos da viagem. Chegando à cachoeira do Tronco, a primeira do intenso percurso de quedas-d'água que a comissão enfrentou (CRULS, 1973b: 3-12). De seu primeiro contato com a natureza observada, Gastão Cruls descreveu a floresta como “apenas espessa tarja, toda feita numa só tinta, de um mesmo verde sombrio e empastado.” (Ibidem: 3).

A região do Baixo Cuminá era constantemente percorrida e habitada pelos residentes dos mocambos, que se dedicavam às atividades extrativistas da castanha e do óleo de copaíba. A população era formada em sua maioria por ex-escravos e descendentes, que haviam dado fuga e buscaram abrigo nas hinterlândias do Trombetas e afluentes. O processo de criação e consolidação dos mocambos remete a primeira metade do século XIX. De acordo com Funes (2000), durante esse século, houve relevante aumento demográfico nos quilombos, decorrente das fugas de escravos. As fugas, individuais ou coletivas, ocorriam durante as épocas de festas, de dezembro a maio, coincidentemente, durante as cheias do Baixo Amazonas e a frutificação das castanhas (FUNES, 2000: 4-5).

Os quilombos existentes no curso justafluvial do Cuminá são mencionados desde os relatos de Nicolino, de acordo com Gastão Cruls:

Os quilombos que por aqui existiram e, segundo consta, ficavam acima da cachoeira do Cajual e do rio Penecura, eram filiados aos nascidos, em 1840, no Trombetas, com os quais se comunicavam por terra [...] Parece que tanto no Trombetas como no Cuminá, os mocambeiros, temendo o gentio nunca se localizaram muito acima das primeiras cachoeiras. Contudo, diz-se que eles acabaram por manter relações com os selvagens e há quem adiante que por meio das tribos Ariquena, Charuma, e Tunaiana, através dos Tiriôs, da Guiana, e passando pelos Pianocotos, eles chegaram a estabelecer contato com os seus irmãos, os *negros da mata (bush-negroes)* de Suriname, também escapos ao cativo (CRULS, 1973b: 11-12)

A existência dos mocambos perpassou o século XIX, e ainda no final da década de 1920 era recorrente a presença de mocambeiros na região. Durante os primeiros dias de viagem, quando a Comissão Rondon se encontrava na foz do Cuminá, Gastão Cruls relatou o avistamento de uma canoa, que instantaneamente detectada a presença dos expedicionários, os ocupantes da embarcação atracaram em uma das margens e se esconderam na mata. Na opinião do escritor, eram, sem dúvida, os remanescentes dos antigos mocambos, ainda desconfiados e temerosos (CRULS, 1973b: 7).

É importante destacar que essa mesma desconfiança, frisada por Cruls, ocasionou em certa frustração alguns dias depois. Por consequência de um boato que se espalhou entre os carregadores – majoritariamente ex-habitantes dos mocambos da região – de que o general Rondon vinha para fazer guerra com certo povo, houve debandada geral durante a primeira noite de pouso no acampamento próximo à cachoeira do Tronco (Ibidem: 13). Em decorrência desse fato, a comissão passou uma semana aguardando a chegada de pequeno número que serviria de mão de obra para suprir parcialmente a necessidade de carregadores e, somente com a bagagem reduzida, conseguiram dar sequência à viagem, até a chegada de novos reforços.

Nas imediações da cachoeira do Tronco, reuniam-se diversos trabalhadores que se dedicavam à extração da castanha. Na figura abaixo, que consiste de fotografia registrada por Benjamin Rondon, podemos observar o início dos serviços dos castanhais. Cabe frisar que a localidade fornecia proveitoso abrigo e consistia de parada obrigatória desses apanhadores. Apesar disso, Gastão Cruls, durante sua passagem pelo local¹²⁰, descreveu que esses

¹²⁰ Gastão Cruls também descreve suas artimanhas profiláticas, com as quais tentava escapar das febres durante o período que permaneceu no Tronco, em suas palavras: “Quase todos os dias, apanho anofelinas no interior das nossas barracas. Se dormimos bem protegido pelos cortinados, há, entretanto, o perigo das horas crepusculares, quando elas já andam em plena atividade. É por isso que, à noitinha, procuro as minhas luvas e passo o véu de filô à volta do chapéu colonial. Julguei que o véu fosse bastante incômodo, sobretudo para um grande fumante, mas acabo de verificar que através do mesmo consigo puxar boas baforadas da piteira... com o que reforço a profilaxia

trabalhadores conviviam habitualmente impaludados, em decorrência da alta incidência de anofelinos. Além disso, a doença passou a atingir os recém chegados expedicionários, pois alguns integrantes apresentavam os primeiros sintomas da febre palustre. Inclusive, a malária foi o motivo do retorno do major Polydoro J. Barbosa, encarregado dos serviços topográficos, que se encontrava severamente adoentado (Ibidem: 14-22).

Figura 8: Castanheiros em serviço no Tronco. Rio Cuminá.



FONTE: RONDON, Benjamin. In: RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil*. Vol. 3, Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2019.

As doenças eram situações corriqueiras nas viagens ao interior brasileiro e fizeram parte da composição imaginária que atribuía aspectos negativos aos sertões. A Comissão Rondon, durante a construção das linhas telegráficas nas primeiras décadas do século XX, se deparou com a alta ocorrência da malária, que consistia como um dos principais obstáculos, pois dificultava de forma crítica a sequência das obras. Diante dos fatos, a atuação dos médicos e a elaboração de serviços sanitários tornaram-se essenciais para o controle das doenças e o êxito do empreendimento (CASER; SÁ, 2010).

Igualmente durante a expedição de 1928, a malária castigou com frequência os expedicionários, especialmente nos dois primeiros meses de viagem, período em que ainda se

do impaludismo (CRULS, 1973b: 18).

encontravam na região do Baixo e Médio Cuminá, especificamente entre a cachoeira do Tronco e a cachoeira do Mel. A situação era previsível, pois, na época, de acordo com Gastão Cruls, era de conhecimento que:

O Trombetas e afluentes gozam de muito má fama com relação ao seu impaludismo. São mesmo citadas, intimidando os visitantes, as célebres febres do “enrola” e do “encolhe”, em que os doentes, quando atacados pelo mal, tiritam sem descanso e jogam-se ao fundo das redes, às vezes para não mais se levantarem. (CRULS, 1973b: 35)

Os números de impaludados nas fileiras da comissão atingiu nível crítico durante o mês de outubro, em que todos os soldados se encontravam com impaludismo, somente sanados pelas doses de quinino (CRULS, 1973b: 47). Sobre o tratamento terapêutico da malária, Gastão Cruls destacou o uso de certo medicamento, “Felizmente, há quinino em abundancia e o Dr. Gertum não tem mãos nas injeções de Paludan” (Ibidem: 21). À base de bi cloridrato de quinina e injetável, o Paludan, era produzido pelo Laboratório Paulista de Biologia. Em algumas propagandas da época, presentes na *Revista de Medicina*, o medicamento era apresentado pelo laboratório como “quimioterápico ideal contra o paludismo. Milhares de sucessos nas zonas malarigenas. Injeções intra-venosas e intra-musculares diárias.”¹²¹. Além do Paludan, Gastão Cruls relatou o uso de estriçnina e metiloquinina no tratamento da malária. Em sua própria *necessaire*, carregava consigo doses de soro antiofídico, comprimidos de quinino e tintura de iodo (Ibidem: 23).

Embora a função de Gastão Cruls na comissão consistisse do levantamento climatológico, enquanto médico, auxiliou o Dr. José Carlos Gertum – encarregado oficialmente na prestação de serviços de saúde – durante a viagem. Da experiência, Cruls registrou em seu diário:

3 de outubro – Por vezes, de manhã, dou ligeiro auxílio ao Gertum, quando sua barraca se transforma num verdadeiro consultório. São os impaludados que vêm receber injeções, trabalhadores com os pés estrepados, um caboclo que quer um purgante, outro se queixa de dor de dente... Havendo médico e remédios à mão, há sempre doentes, sobretudo quando um e outros não custam nada e estão ao nosso lado. Todavia, tudo tem que ser feito da maneira mais sumária possível e os que vão receber medicação endovenosa, à falta de mesa ou de cama, em que se deitem, espicham-se simplesmente no chão e o médico tem de operar também de joelhos em terra. (CRULS, 1973b: 34-35).

¹²¹ PALUDAN. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 8, n. 39, p. 54, abr. 1926.

Conforme a comissão avançava, ganhava altitude, o que tornava a presença dos mosquitos mais rara. No mês de novembro, período que os expedicionários se encontravam nos Campos Gerais do Cuminá, Gastão Cruls relatou a condição do estado sanitário, considerado por ele como “muito bom”, visto que, de acordo com o escritor, “Ninguém mais adoeceu e os próprios impaludados deixaram de ter acessos.” (Ibidem: 123). Destaca-se que, ao longo da obra de Cruls, há o registro de diversas plantas medicinais utilizadas pelo saber tradicional no tratamento de algumas enfermidades. Essas informações foram registradas através das conversas entre o escritor e os membros que acompanharam a comissão, em funções de mateiros, cachoeiristas, caçadores e bagageiros, e que muito dispunham do exercício prático do uso da natureza.

Outra questão registrada por Cruls consiste na compreensão dos sertanejos acerca das manifestações de doenças. Em certa passagem, os canoeiros atribuem os sintomas do impaludismo ao “Sacaca”, pajé do fundo do rio, que envolvia o atuado em estado de angústia (Ibidem: 160). Além disso, Gastão Cruls registrou as percepções de mundo, por parte dos sertanejos, acerca de alguns fenômenos naturais. Durante uma das recorrentes conversas com o proeiro da canoa que lhe transportava, dizia ele:

Gosto de conversar com os nossos caboclos, de alma ingênua e confiante, com credices verdadeiramente infantis. Hoje, vendo uma massa de espuma que se condensara sobre as águas torvelinhantes, o Pedro disse-me que era daquilo que se formavam as pedras do rio. Apurei depois que ele e outros têm a convicção de que das águas estagnadas nascem espontaneamente as rãs, peixes e outros bichos. É verdade que essas metamorfoses esdrúxulas não se antolham nada impossíveis às mentalidades primitivas e, por toda a África, Levy Bruhl consignou asserções congêneres. Aliás, tudo isto já nos pareceu mais absurdo antes que o Sr. Montandon viesse defender a sua teoria da hologênese (CRULS, 1973b: 84).

Nesse sentido, além dos comentários a respeito da percepção de mundo do sertanejo, o escritor demonstrou suas próprias leituras e conhecimentos científicos. É importante destacar que durante o final da década de 1920 – período de produção e publicação da obra de Gastão Cruls – tanto Lucien Levy-Brühl (1857-1939), quanto Georges Montandon (1879-1944), eram apreciados nos estudos antropológicos e sociológicos. Coincidentemente ao contexto de publicação da obra de Cruls, as considerações de Levy-Brühl, sobre a “mentalidade primitiva” ecoaram nos trabalhos de igualmente literatos, como Mario de Andrade. Em seu trabalho sobre o folclore brasileiro, Andrade considerava as ponderações de Levy-Brühl, junto com os estudos sobre o “animismo” de Edward Burnett Tylor (1832-1917) e os “ritos de vegetação” de James

Frazer (1854-1941), os “monumentos da etnografia”, para aqueles que pretendiam produzir uma teoria sobre o povo brasileiro (VALETINI, 2010:80-81).

No que compete a George Montandon, o antropólogo adquiriu certo prestígio perante seus estudos raciológicos, se tornando um admirado expoente da antropologia francesa. No entanto, árduo defensor do racismo científico, foi legado ao ostracismo devido ao seu posicionamento antissemita, sua colaboração com a França de Vichy e, consecutivamente, com o Terceiro Reich. Sua obra *Comment reconnaître le Juif?* (Como reconhecer um judeu?), de 1940, foi amplamente mobilizada pelos nazistas como propaganda e conteúdo de exposição durante a ocupação da França (KNOBEL, 1988).

Ainda sobre a viagem de Cruls, no final do mês de setembro a comissão se encontrava no acampamento da cachoeira do Mel¹²², aguardando o traslado da carga, que chegaria nas primeiras semanas de outubro. É importante destacar que o esquema empregado pelo Serviço de Inspeção de Fronteiras consistia na manutenção de uma linha de suprimentos que abastecia a frente de avanço, similar à logística militar empregada em combates. Assim sendo, foram construídos entrepostos com depósitos, e, normalmente, o grupo de vanguarda aguardava os comboios que chegavam através de via fluvial e desvios por picadas abertas na mata, para, assim, continuar a viagem. (CRULS, 1973b: 27-39).

Através dos comboios de apoio, chegavam ferramentas, munições, bombas para pesca, entre outros objetos. Junto ao comboio, seguia o serviço de comunicação com aplicação do uso do rádiotelegrafo, que servia tanto para as comunicações oficiais com outras turmas, quanto para transmitir e receber notícias de interesse dos demais integrantes da comissão. Contudo, o aparelho não ficou isento dos atritos causados pelo percurso, sendo inutilizado durante as últimas semanas de outubro, impossibilitando qualquer comunicação por parte dos expedicionários, a não ser através dos próprios comboios¹²³.

Por ordem do general Rondon, a equipe de radiotelegrafia desceria o rio, para reparar o aparelho e se instalaria em base fixa, logo após o fim do percurso das cachoeiras, ponto em que

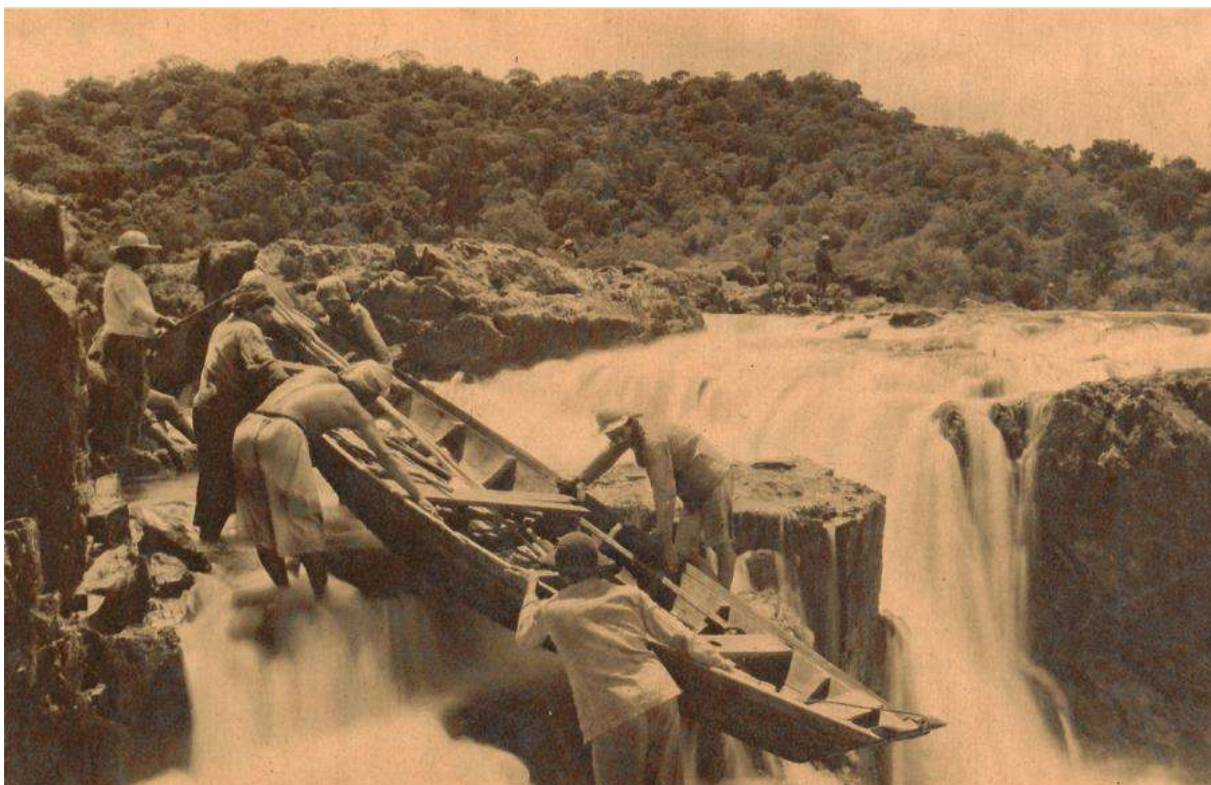
¹²² O acampamento do Mel, nas palavras de Cruls: “Aqui, já encontramos uma área de terreno desflorestado e onde há um rancho de que se servem os apanhadores de castanha. O General, contudo, mandou bater acampamento, roçando o ervaçal que já o invadia e derrubando mesmo mais algumas árvores. Estamos pousados em ordem de campanha e, num único plano, se alinham as barracas do General, Benjamin e nossa.” (CRULS, 1973b: 28).

¹²³ No jornal *O Paiz*, na seção de telegramas, cartas e informações diárias, do dia 28 de novembro de 1928, informava que: “Apesar da estação telegraphica portatil que conduz a expedição Rondon, actualmente internada na hinterlandia do Amazonas, que confina com a Guyana Holandesa, através da cordilheira do Tumucumaqui, cujo divortium aquarum mira a planicie amazonica e o oceano Atlântico, ninguém sabe certamente do paradeiro do general Rondon, que acompanhado do Sr. Gastão Cruls, procede a exames nas fronteiras”. (AMAZONAS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1928, p. 7. A Actualidade nos Estados (telegrammas, cartas, informações diárias).

o Cuminá se tornava de fácil navegação (Ibidem: 31-51). Foi através da base de rádio da Ilha Aluini – como assinalada nos mapas – que chegou a Gastão Cruls a notícia do acidente do Santos-Dumont¹²⁴, lamentou o escritor em meio à selva amazônica: “e lá está a morte do Amauri, Labouriau... O desastre do avião não me sai da cabeça” (Ibidem: 149).

Do acampamento do Mel, os expedicionários seguiram para outro entreposto na base da cachoeira do Breu. Com cerca de dois meses de viagem e com a vanguarda composta por cinquenta e oito pessoas, a comissão havia conseguido transpor diversas cachoeiras, sendo elas: cachoeira do Severino, Armazém, Rampa, Taurino, Lajes, Tapiú, Sereia, Cajuazu e Zoadá. Detendo-se somente no início do mês de novembro, para reparo das canoas, em situação crítica devido ao processo de varação (Ibidem: 51-70). Na figura abaixo, podemos ver a prática recorrentemente utilizada para vencer as diversas cachoeiras presentes no curso do Cuminá.

Figura 9: Galgando o maior degrau da cachoeira Zoadá. Rio Cuminá.



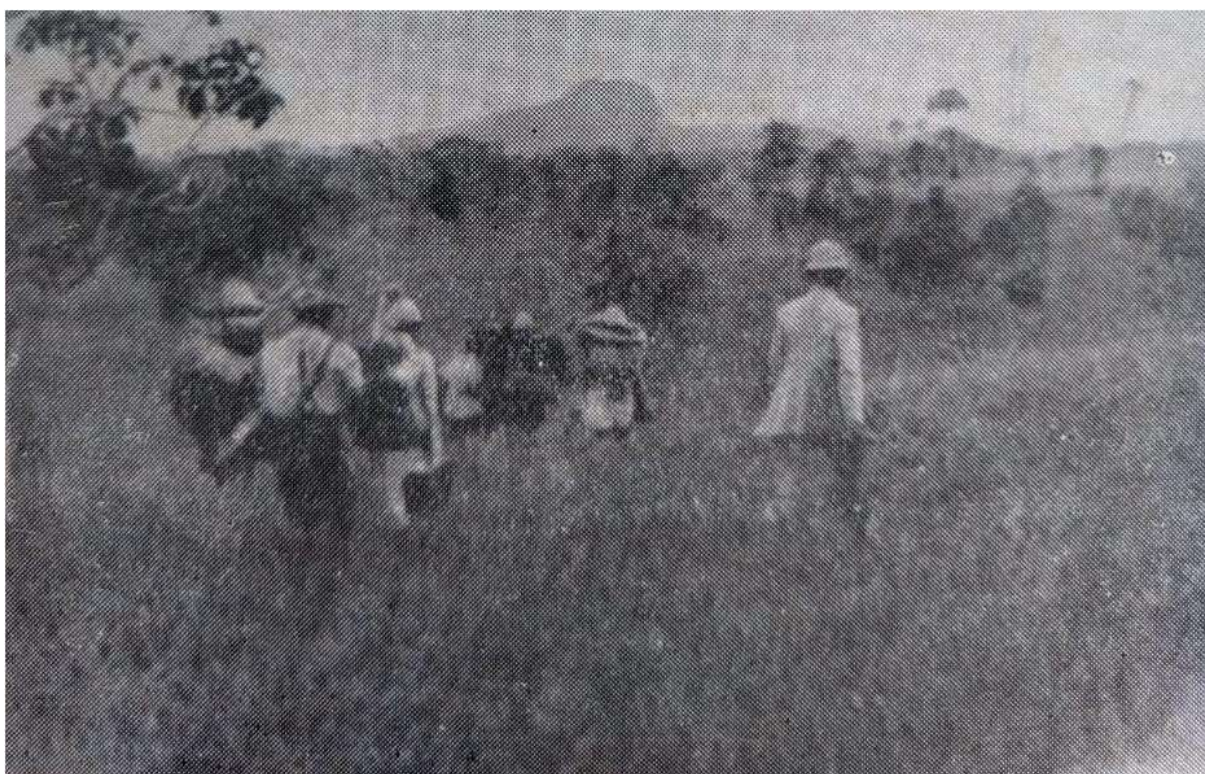
FONTE: RONDON, Benjamin. In: RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil*. Vol. 3, Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2019.

¹²⁴ Foi um acidente aéreo ocorrido na baía de Guanabara em 3 de dezembro de 1928, durante as festividades de recepção do inventor brasileiro Alberto Santos-Dumont (1873-1932). Como parte da atração, dois hidroaviões da classe alemã “Dornier Do J” sobrevoaram o transatlântico que transportava o inventor, porém, em decorrência de um erro humano, o hidroavião batizado de *Santos-Dumont*, com 14 pessoas a bordo, caiu na baía de Guanabara, não deixando sobreviventes. Entre os passageiros estavam amigos de Santos-Dumont e figuras ilustres da época, entre eles o médico sanitarista Amaury de Medeiros, o engenheiro Ferdinando Labouriau, o matemático Manoel Amoroso Costa, o empresário Paulo de Castro Maya, o jornalista Abel de Araújo, entre outros. (*O Jornal*. 4 de dezembro de 1928, Rio de Janeiro, p. 1).

Galgada a última série de quedas-d'água da cachoeira Grande, durante a primeira semana de novembro, os expedicionários adentram território Pianocotó e, após o encontro com os indígenas, a comissão alcançou os almejados Campos Gerais do Cuminá (Ibidem: 71-88). Verificada as possibilidades de uso dos Campos Gerais, Rondon escreveu no relatório publicado pelo jornal *O Paiz*:

Em futuro próximo será um dos mais ambicionados centro do Pará, tão próximo fica ele de Óbidos. Dali surgirá uma população forte, sadia para contrastar com a planície amazônica, onde o impaludismo atrofia as melhores disposições orgânicas. A indústria pastoril nascerá com essa população no dia que for aberta uma estrada para aquela fronteira a partir de Óbidos. (RONDON, 1929: 1)¹²⁵

Figura 10: A marcha pelos Campos Gerais do Cuminá até a Serra Tumucumaque.



FONTE: RONDON, Benjamin. In: CRULS, Gastão. *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro, 1973.

Após alcançar o morro Tocantins, a comissão avançou alternando entre a marcha pelos campos e a navegação fluvial, explorando cada igarapé e outeiro que surgia adiante. A partir de 22 de novembro, os expedicionários adentram um trecho desconhecido, sendo o Serviço de Inspeção de Fronteiras, a primeira expedição registrada a fazer o reconhecimento e explorar

¹²⁵ RONDON, Cândido Mariano da Silva. A inspeção das fronteiras. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1929, p.1.

aquela região. Consequentemente, coube a Rondon o papel de batizar os “novos” cursos de água e as colinas do percurso (Ibidem: 95-108).

Com a necessidade de estocar os suprimentos e preparar um local adequado para receber o novo comboio que chegaria com mantimentos, o general Rondon ordenou a construção de um barracão para servir de depósito, o novo acampamento ganhou o nome de Base das Colinas. Foi a partir desse ponto que as últimas incursões pela região foram organizadas. No dia 7 de dezembro, foi batizado o último pico da região, que ganhou o nome de Ricardo Franco – em homenagem a Ricardo Franco de Almeida Serra¹²⁶ – próximo da fronteira com a Guiana Holandesa e aproximadamente 687 quilômetros de Óbidos (Ibidem: 118-128). Com isso, Gastão Cruels afirmou, “a bem dizer está concluída a Inspeção de Fronteiras que visa apenas o estudo das condições locais, sob ponto de vista militar e nada tem com a demarcação de limites, afeta a outra comissão”. (Ibidem: 128).

Desse ponto em diante, o general Rondon, com intenção de seguir até as cabeceiras do Cuminá nos limites da fronteira, seguiu acompanhado somente de Benjamin Rondon; o médico da comissão, José Carlos Gertum; e um pequeno contingente, enquanto Gastão Cruels, Alberto José de Sampaio e o major Luís Thomaz Reis retornariam para Óbidos. Em seu diário, a partir de 13 de dezembro, Gastão Cruels descreveu a descida do Cuminá, que durou pouco menos de um mês de viagem. Em seu último registro, em 11 de janeiro, Cruels discorreu:

Quase às dezenove horas, já em águas do Amazonas, bate-me fortemente o coração, quando vejo, a certa distância, um pontilhado de luzes, que nascem à beira d’água e sobem tremulando pela encosta. É Óbidos, a cidade que ainda há quatro meses me parecia tão humilde e pequenina e agora avulta aos meus olhos como um grande centro de civilização (CRULS, 1973b: 160).

O pequeno grupo, que seguiu comandado pelo general Rondon, alcançou a fronteira durante os últimos dias do ano de 1928. Em radiograma, datado de 2 de janeiro de 1929, transmitido ao governador do estado do Pará, Dionísio Bentes, Rondon declarou que, com aproximadamente 720 quilômetros de marcha atingiu a fronteira do Pará com a Guiana Holandesa¹²⁷. Com o êxito da expedição, encerrou-se definitivamente os trabalhos da 1ª turma da segunda campanha do Serviço de Inspeção de Fronteiras.

¹²⁶ Ricardo Franco de Almeida Serra (1748-1809) foi um engenheiro e militar português que se destacou nas questões de defesa e levantamento das fronteiras do território português no Brasil.

¹²⁷ PARÁ. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 2 e 3 de janeiro de 1929, p. 9. A Actualidade nos Estados (telegrammas, cartas, informações diárias).

Figura 11: General Cândido Rondon, Benjamin Rondon e os demais membros do Serviço de Inspeção de Fronteiras, acompanhado por indígenas, no marco de fronteira entre Brasil e a Guiana Holandesa.



FONTE: RONDON, Benjamin. Acervo Museu Histórico do Exército.

É importante destacar que Gastão Cruls observou e retratou uma Amazônia a partir de uma forma de interpretar o Brasil que contextualmente esteve associada aos debates vigentes da época. Enquanto parte da intelectualidade brasileira, elencou alguns temas contextuais do período de produção de sua obra, tais como o processo de “americanização” e o debate sobre a identidade nacional. No decorrer do século XX, o Brasil estreitou ainda mais os laços com os Estados Unidos, se distanciando parcialmente das esferas de influência europeias. Monteiro Lobato, que havia desempenhado o cargo de adido nos EUA, configurou como um dos principais expoentes do auspicioso “progresso americano”, além disso, se tornaria um entusiasta na luta da exploração do petróleo e do ferro em território brasileiro (MATOS; SENNA, 2011: 4).

Em vista da inserção de possíveis investimentos de capital estrangeiro, em 1927 o empresário Henry Ford adquiriu vastas quantidades de terra no Vale do Tapajós, cedidas através de concessões do estado do Pará em nome da Ford Motor Company. O empreendimento, em meio à selva amazônica, pretendia desenvolver a produção de borracha em escala industrial para suprir as necessidades da matéria-prima para a indústria estadunidense. Inaugurada em 1928, a cidade-empresa conhecida como Fordlândia, permaneceu na posse da Companhia Ford

Industrial do Brasil (CFIB) por 18 anos, de 1927 a 1945. Sem alcançar os objetivos almejados, a iniciativa foi abandonada pelo neto de Henry Ford, responsável pelo projeto (SENA, 2008).

Entretanto, na virada da década de 1920 para 1930, período em que Gastão Cruls organizava seu diário de viagem para publicação, tanto o debate sobre a “americanização”, quanto as discussões sobre as concessões adquiridas por Henry Ford no Pará, polvilhavam os debates no cenário nacional, tanto com críticas, quanto com elogios. Assim como seus contemporâneos, Gastão Cruls dedicou alguma atenção ao assunto, em suas palavras:

Procurando reconciliação com o meu amigo Monteiro Lobato, no que diz respeito ao seu americanismo à *outrance*, leio, na tradução que lhe devemos, o *Hoje e Amanhã*, de Henry Ford. Justamente agora, faz-se grande grita, sobretudo em Belém, contra as concessões de terras, feitas ao milionário americano, às margens do Tapajós. Não sei em que base foram assinados tais contratos, nem tenho em grande simpatia as baforadas de *automática* que com o nome de civilização nos chegam dos Estados Unidos; mas não vejo como se há de combater uma possível imigração ianque quando, anualmente, continuamos a receber muitos milhares de portugueses, na maioria analfabetos. Que será pior, a problemática americanização do Norte ou o constante e atravancador aportuguesamento do Sul? Por outro lado, a natureza amazônica é de tal modo avassaladora que não me espantarei se, dentro em pouco tempo, loiras *girls* forem vistas às unhas no manejo do tipiti, enquanto os seus irmãos andem na salga do pirarucu ou a percorrer as praias de viração. Isto até que o pirarucu indígena passe a figurar como iguaria rara nas latas de qualquer *Libbys's* e seja inventada a chocadeira modelo para ovos de tartaruga. (CRULS, 1973b: 47).

Durante a instauração do regime republicano, em 1889, o Brasil recebeu crescentes levadas de populações estrangeiras. Através de programas que promoviam e facilitavam a imigração, além das promessas de garantias e amparo ao imigrante, o Estado brasileiro conseguiu em cinco anos, entre 1890 e 1894, desembarcar cerca de 600 mil pessoas em território nacional, em grande parte portugueses e italianos. De acordo com Mendes (2010), o crescimento imigratório de portugueses, com a passagem para o século XX, gerou conturbações e intensificou o antilusitanismo. Somente no período que precedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil recebeu aproximadamente 500 mil imigrantes, dos quais mais de um terço eram portugueses, atingindo o auge histórico da emigração portuguesa para o Brasil (MENDES, 2010: 158-216).

No terceiro pico de emigração portuguesa para o Brasil¹²⁸, que compreende o período de 1919 a 1930, aproximadamente 337 mil portugueses deixaram Portugal rumo às terras brasileiras além-mar. Em 1929 – ano em que Gastão Cruls, provavelmente organizava seu diário de viagem para publicação – a imigração portuguesa atingiu o ápice, com a entrada de

¹²⁸ Mendes divide o fluxo de emigração portuguesa para o Brasil em três fases ou picos: o primeiro (1888-1898); o segundo (1904-1915) e o terceiro (1919-1930). Ver Mendes (2010).

38.879 portugueses no Brasil¹²⁹, e daí, possivelmente, a analogia problemática de Cruls, entre o fluxo desenfreado de portugueses que chegavam ao Brasil, e uma especulação de futura “invasão” ianque e “americanização” do Norte. Destaca-se que também foi especialmente na década de 1920 e 1930 que temas como imigração, miscigenação, povoamento e identidade nacional forma alçados a pautas amplamente discutidas pela elite brasileira, muito em conta do debate dentro do movimento eugênico que ganhava projeção nacional (SOUZA, 2017: 358-359).

Aproveitando o assunto sobre a identidade nacional, o tema se manifesta na obra de Cruls no momento em que o escritor descreve a composição racial do contingente com o qual viajava no Serviço de Inspeção de Fronteiras, composto por brancos, pretos, mulatos, mamelucos e caboclos e até mesmo um mestiço barbadiano. Nas palavras de Cruls: “é tudo bem brasileiro, bem fruto da terra que lhes deu origem e não há um só que não demonstre hábitos e costumes genuinamente nacionais.” (CRULS, 1973b: 66). Por conseguinte, as formulações elaboradas por Cruls mostram-se interessantes, se observadas em relação ao contexto de publicação original da *Amazônia que eu vi*, o ano de 1930. Das experiências vividas no Nordeste, durante o período em que desempenhou a função de médico sanitário na Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba, entre 1921 e 1923, e após sua participação no Serviço de Inspeção de Fronteiras, em 1928, Gastão Cruls pôs em relevo sua perspectiva:

Depois que conheci o Nordeste veio-me a convicção, já agora mais revigorada, de que se algum dia tivermos um povo fortemente marcado de brasilidade, palavra de que tanto se usa e abusa no momento, esse povo guarda o seu cadinho no Norte. Sem dúvida, possuímos no extremo-Sul o tipo altamente interessante do gaúcho, mas esse trai muito do castelhano e já começa também a sofrer a influência das imigrações. Isto, para não falar no caravancará do Rio de Janeiro e São Paulo, babel de muitas línguas, feira de amostras da nacionalidade. Ah! como seria bom se um governo de mais arrojado levantasse com seus teréns, do Palácio Guanabara para qualquer choupana do Planalto Central! Aí é que pulsa o coração do Brasil, que até hoje se esbofa de encher um pequeno aneurisma, enquanto o sangue não lhe vai a enormes tratos do nosso território. Mas a Avenida Central é tão gostosa e é tão agradável a gente saber que, ali, a dois passos, no cais Mauá, há sempre um navio que nos poderá levar à Europa em poucos dias... E assim continuaremos eternos caranguejos de Frei Vicente do Salvador. (CRULS, 1973b: 66).

¹²⁹ Informações retiradas de “Tabela n.º 7 – Três picos da emigração portuguesa para o Brasil”. In MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Porto: Fronteiras do Caos Editores, 2010, pp. 205.

Gastão Cruls não somente expressou seu ponto de vista acerca da identidade nacional, como também a necessidade da mudança da capital federal para o Planalto Central do Brasil, presente na Constituição brasileira desde 1891. Gastão não viveria para ver a transferência oficial da capital federal, pois faleceu em 1959. Entretanto, Gastão Cruls veria os tramites burocráticos e a aprovação pelo Congresso Nacional, em 1957, da lei que fixava a data de 21 de abril de 1960 para a mudança da capital federal para o Quadrilátero Cruls, que havia sido definido pela Comissão Exploradora do Planalto Central, em 1892, chefiada por seu pai, Louis Cruls¹³⁰.

Acerca das experiências vivenciadas por Gastão Cruls, decorrentes da expedição à Amazônia, destaca-se que o escritor utilizou a viagem para corrigir alguns equívocos presentes nas descrições de seu romance, em grande parte a respeito de espécimes da flora, como sua retratação sobre o Arapari¹³¹. Contudo, as referências ao seu romance, não se limitaram somente às descrições botânicas, o escritor passou por experiências inéditas em sua vida, as quais, de certa forma, já havia imaginado em sua literatura. Gastão Cruls retomou as passagens do romance ao resgatar a indagação de seu protagonista:

Na *Amazônia misteriosa* eu me perguntava: - “Como se poderá passar um dia de Natal isolado do mundo, em plena selva amazônica?” Agora, eu já posso responder. Passa-se como se fosse um dia igual aos outros, viajando de manhã à noite, sempre em luta com as cachoeiras e os bancos-d’água, preocupado cada vez mais com a canoa e também para que não nos venha a faltar o alimento. (CRULS, 1973b: 147).

Surpreende-nos constatar que a “natureza observada” por Gastão Cruls, durante a viagem, não se distanciou tanto da forma como o escritor reproduziu a natureza em sua “Amazônia imaginada”, àquela do romance, em que o autor ainda não conhecia o ambiente que descreveu. Apesar de Gastão Cruls assumir o papel de escritor-viajante, o que torna o progresso narrativo condizente às experiências vivenciadas em trânsito, não houve um deslocamento radical entre o visto e o imaginado. Temos, por hipótese, que a compulsiva leitura sobre a Amazônia realizada pelo escritor, na ambição de criar o pano de fundo mais próximo da realidade para seu romance, influenciou diretamente na forma como Gastão Cruls viria a assimilar a natureza¹³². Isso não quer dizer, entretanto, que o autor se frustrou com o que viu,

¹³⁰ BRASIL. Lei Nº 3.273, de 1º de outubro de 1957. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 1 de outubro de 1957.

¹³¹ *Sobre o Arapari* (*Macrolobium acaciaefolium*), Gastão Cruls escreveu corrigindo sua descrição no romance *A Amazônia Misteriosa*: “O arapari foi uma das minhas surpresas da Amazônia. Ainda que o houvesse descrito sem margem a retificações, sempre o acreditei de porte arbustivo, quando agora venho encontrar uma verdadeira árvore, com alguns metros de altura, e dando até boa madeira para canoas.” (CRULS, 1973b: 24).

¹³² Para a composição de seu romance, Cruls fez a leitura dos estudos de naturalistas como Henry Walter Bates,

muito pelo contrário, seu interesse pela Amazônia seria revigorado, com fôlego para futuras obras sobre a região.

Além disso, para compor seu romance, Gastão Cruls contou com contribuições – para melhor compreender suas leituras e transmitir maior veracidade ao leitor – no que tange às descrições botânicas, indicações científicas e nomes vulgares de animais e plantas, dos cientistas do Museu Nacional, Cândido de Mello Leitão e Alípio de Miranda Ribeiro e do botânico Adolpho Ducke (CRULS, 1973a: 164)¹³³. Dessa forma, acreditamos que Gastão Cruls partiu para a Amazônia com uma concepção pré-definida, que moldaria a forma de ver, narrar e reproduzir os aspectos da natureza que foram observados pelo escritor.

O conteúdo do relato de viagem de Gastão Cruls perpassa diversas leituras, com uso recorrente dos estudos de naturalistas, principalmente os que viajaram pelo Baixo Amazonas e a região do Suriname. Pode-se dizer que as descrições da natureza realizadas por Cruls durante a viagem são transmitidas sob o rasgo literário do escritor, visível nos termos utilizados para expressar o impacto do meio físico: “muralha de verdura”; “um mesmo verde sombrio e empastado”; “mata portentosa”; “grenha hirsuta e verde”. Em certa passagem, Cruls discorre, “Nesse mataréu, em que se esbatem todas as gamas do verde, e onde até a luz tem uma tonalidade gázea, chego a julgar-me um ser clorofilado e em pouco tenho a impressão de que também verde há de ser o suor que me escorre das têmporas.” (CRULS, 1973b: 20).

Durante a expedição do Serviço de Inspeção de Fronteiras, a comissão travou contato com as sociedades indígenas da serra Parima. Em relatório, Rondon informou que estabeleceu contato com as sociedades Pianocotós e Ragu, subgrupos dos Tiriyo, que há muito já faziam contato com os *bosch negers* da Guiana Holandesa¹³⁴. Gastão Cruls experienciou o contato com os Pianocotós, registrando em seu diário de viagem alguns aspectos etnográficos do breve encontro.

2.4 Em meio aos Pianocotós: a construção de um retrato indígena dos limites do Brasil

Tornando aos nossos Pianocotos, acredito que se entre eles ainda viemos encontrar alguns padrões nítidos do que foi a bela raça americana, deve-se isso tão-só à situação de relativo isolamento em que até hoje se mantém a mesma tribo, habitando região

Richard Spruce, Alexander von Humboldt, Alfred Russel Wallace, Charles Marie de La Condamine, Louis Agassiz e Paul Le Cointe (CRULS, 1973a).

¹³³ Além dos nomes citados no corpo do texto e em nota anterior, entre as principais referências utilizadas por Cruls, em *A Amazônia que eu vi*, constam nomes como Emílio Goeldi, Jacques Huber, Frederico Carlos Hoehne, Karl von den Steinen, James Rodway e João Barbosa Rodrigues (CRULS, 1973b).

¹³⁴ RONDON, Cândido Mariano da Silva. A Inspeção das Fronteira. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1929, p. 1.

nada acessível, e apenas perlustrada de raro em raro por um ou outro expedicionário (CRULS, 1973b: 88).

Inicialmente, cabe ressaltar alguns fatos importantes relacionados a produção etnográfica de Gastão Cruls. O primeiro, consiste no fato de que a comissão do Serviço de Inspeção de Fronteiras não dispôs de um intérprete quando subiu o rio Cuminá, algo que seria de fundamental importância durante o contato – inevitável – com os indígenas que habitavam a região. Ocorre que Martinha, ex-mocambeira que havia vivido entre os Tiriyó e serviria de intérprete à comissão, não pode viajar, entretanto, contribuiu em anotações para vocabulário que se tornou muito útil para Rondon (CRULS, 1973b: 8). O segundo fato ocorreu durante o período que a comissão se encontrava estagnada no Tronco, início do percurso das cachoeiras. Por ordem de Rondon, o etnólogo João Barbosa de Faria, responsável pelo serviço etnográfico da expedição, retornou para estudar os indígenas que habitavam o vale dos rios Cachorro e Trombetas. Barbosa de Faria realizou exímio estudo sobre os caxiuanás¹³⁵ (Ibidem: 16). No entanto, a ausência do etnólogo deixou a comissão sem um especialista, pelo menos de caráter oficial.

Em 1928, ano da expedição, os Pianocotós¹³⁶ – também referenciados em alguns estudos com o termo genérico de “tiriyó” – não constavam mais como “sociedade isolada”, ou seja, já haviam estabelecido contato com o branco, inclusive mantinham relação com outras sociedades indígenas, mocambeiros e os *bosch negers* da Guiana Holandesa. Sabia-se da grande probabilidade do Serviço de Inspeção de Fronteiras encontrá-los durante a expedição. Os registros das viagens anteriores realizadas ao Cuminá e os relatos dos mocambeiros indicavam a ampla presença indígena na região, porém, ainda muito desconfiados do homem branco. Além da planta cartográfica produzida por Octavie Coudreau, em 1900, que assinalava a localização de algumas aldeias, Cruls informa que a comissão tinha em posse um mapa neerlandês, datado de 1913, que continha “o assinalamento de mais as seguintes aldeias, todas sem dúvida

¹³⁵ Gastão Cruls destacou que além dos estudos etnográficos dos Caxiuanás, habitantes dos afluentes do Trombetas, os rios Cachorro e Jacicuri, Barbosa de Faria realizou importantes descobertas arqueológicas, que se assemelham às cerâmicas descobertas pelo etnólogo alemão, Curt Nimuendajú, em 1922, na região de Santarém (CRULS, 1973b: 16-17).

¹³⁶ A partir da leitura de *Guyana and Carib Tribal Names* (1924) de Claudius Henricus de Goeje, Gastão Cruls informa que etimologicamente: “Pianocoto parece significar *Senhor do Gavião* ou *Povo do Gavião*. Aliás, essa terminação *coto* (*gotto* escrevem quase todos os escritores estrangeiros) é muito comum entre as tribos da Guiana e, do mesmo modo que os sufixos *go* e *iana*, quer apenas dizer *índio*, *povo*, em vários dialetos caraíbas. Destarte, quase todos os nomes de tribos guianenses são formados por um radical, nas mais das vezes o nome de um animal, um elemento, etc., e o aludido sufixo, exprimindo a ideia de agrupamento, família povo. Assim avaricotos, pianocotos, tunaianas não são mais do que as tribos ou os povos da *Mucura*, do *Gavião* e da *Água*.” (CRULS, 1973b: 91).

pertencentes à mesma nação Tiriô; Alamoiqui, Papai, Anapi, Soeli, Pacomale e Siquima” (Ibidem: 134). Todas próximas aos limites fronteiriços.

Pode-se dizer que os Pianocotós, na época de Gastão Cruls, se enquadravam ao modelo de “cultura da floresta tropical”, caracterizado por aldeias pequenas, com alta frequência de traslado de local, subsistência derivada da agricultura de queimada, além da caça e pesca, com modelo rudimentar de divisão de trabalho e organização social carente de controle organizado e distinção de classes (SILVA; MEGGERS, 1972: 11-12). Os Pianocotós formavam parte da grande nação Tiriyo¹³⁷, da qual ainda hoje pertencem como subgrupo.

Os Tiriyo, de acordo com Protásio Frikel – que durante a década de 1950 esteve em contato com diversas sociedades indígenas da região – podem ser considerados como uma coordenação de diversos pequenos grupos que compartilham de linguagem similar, entretanto, organizavam-se de forma independente. Para Frikel, esses pequenos grupos, em seu conjunto, são sipes, subdivididas em famílias e linhagens (FRIKEL, 1960: 10).

Por sua vez, os grupos Tiriyo, descendem do grupo étnico Karib, os quais colonizaram as Antilhas. Para explicar a teoria, Gastão Cruls recorre aos estudos do explorador e etnólogo alemão Karl von den Steinen (1855-1929). Em hipótese, os Karib, de acordo com Von den Steinen¹³⁸, migraram dos territórios entre o rio Madeira e o Xingu para o norte, povoando a região das Guianas e, ao se aventurarem pelo mar, chegaram às ilhas caribenhas. A hipótese explicaria o fato dos Bakairi do Xingu e dos Palmelas de Mato Grosso – habitantes da Região Centro Oeste do Brasil – serem também descendentes Karib (CRULS, 1973b: 44).

Os Pianocotós, evidentemente, pertencem à família linguística Karib¹³⁹, contudo, os dialetos se diferem de grupo para grupo. Destaca-se que as descrições de línguas indígenas “brasileiras” realizadas no passado são escassas, apenas alguns espaçados trabalhos datados do final do século XVI, sobre algumas etnias. Os estudos linguísticos ganharam maior atenção, a partir dos séculos XVIII e XIX. Dessa forma, as classificações das sociedades indígenas foram realizadas com base em análises comparativas, muitas vezes precárias, o que não quer dizer que sejam falsas, porém, no que tange à etnia Karib, a falta de documentações adequadas resultou em enquadrar certos grupos dentro da família linguística Karib, por critérios mais geográficos,

¹³⁷ Tiriyo é um termo genérico utilizado para abranger diversos subgrupos, estes mantem sua denominação própria, segundo Frikel, o termo “tiriyo” deriva de “Wátüre”, etimologicamente significa “matar a tacape” (FRIKEL, 1960: 7).

¹³⁸ Possivelmente, a afirmação de Cruls, seja decorrente da leitura da tradução realizada por Basílio de Magalhães do capítulo XVII da obra de Karl von de Steinen, *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens: Reiseschilderung und Ergebnisse der Zweiten Schingú-Expedition 1887-1888*. A tradução foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1915, com o título de “Entre os Borôros”.

¹³⁹ Sobre a família linguística Karib e suas subdivisões de língua e dialeto, ver Meira (2006).

do que linguísticos (RODRIGUES, 1972: 57-59). Além disso, os Pianocotós, historicamente, se situavam em meio à grande pluralidade linguística pois, viviam em torno de territórios ocupados por falantes da língua inglesa, holandesa, francesa e portuguesa, sem levar em conta as demais línguas faladas por outros indígenas e mocambeiros, que possivelmente mantinham relações.

Aproveitando-se do vocabulário produzido por Rondon – que estabeleceu contato com os Ragu, nas faixas da cordilheira Tumucumaque – em comparação com o registro de dialeto tiriyo¹⁴⁰ registrado por Jules Crevaux¹⁴¹, Gastão Cruls aponta algumas similaridades linguísticas, com palavras iguais ou quase iguais entre o dialeto ragu e tiriyo:

Quadro 1: Análise comparativa entre o dialeto ragu e tiriyo realizada por Gastão Cruls.

| Português | Ragu | Tiriyo |
|------------------|-------------|---------------|
| Faca | Cachipará | Chipará |
| Rede | Oueitapi | Oitaqui |
| Fumo | Tico | Touica |
| Água | Tunã | Tuna |
| Casa | Pocorô | Pacalo |
| Olho | Enuru | Yenuru |
| Sol | Uei | Ouei |
| Barriga | Giuacu | Uacu |
| Anta | Pai | Pai |

FONTE: Retirado da obra, *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*, de Gastão Cruls, 5ª edição de 1973, p. 135.

Ao adentrar no território indígena durante o mês de novembro, a comissão encontrou diversos vestígios, desde ubás e acampamentos abandonados, pontos de pesca, ferramentas, entre outras coisas mais. Entretanto, o que mais chamou a atenção dos expedicionários, assim como a dos viajantes antecessores, foi a recorrente existência de inscrições rupestres detalhadas em diversas pedras, em gravuras rasas e profundas. Podemos observar abaixo algumas amostras de petróglifos na cachoeira Zoadá e cachoeira do Jacaré:

¹⁴⁰ Dialeto tiriyo retirado da obra de Jules Cravaux, *Voyage dans l'Amérique du sud*, de 1883.

¹⁴¹ Jules Crevaux (1847-1882) foi um médico e explorador francês, que realizou uma série de viagens pela Amazônia e Guiana Francesa.

Figura 12: À esquerda petróglifo encontrado na cachoeira Zoada, à direita petróglifo encontrado na cachoeira do Jacaré. Rio Cuminá.



FONTE: Compilação do autor¹⁴².

Em outra queda-d'água, acima da cachoeira Zoada, as inscrições presentes no local serviram de inspiração para denominá-la, ficando conhecida como cachoeira do Resplendor. Em passagem pelo local, Gastão Cruls registrou que nos paredões de granito havia quatro desenhos de dimensões iguais, que se repetiam de espaço a espaço. Sem um significado decifrado, a esquematização humana, que da figura da cabeça se projetavam uma série de raios em semicírculo, com um aspecto de diadema ou resplendor (na definição de auréola), foram interpretadas por Octavie Coudreau como a representação de um acangatar indígena, espécie de adorno confeccionado de penas e utilizado por diversas sociedades ameríndias (CRULS, 1973b: 72).

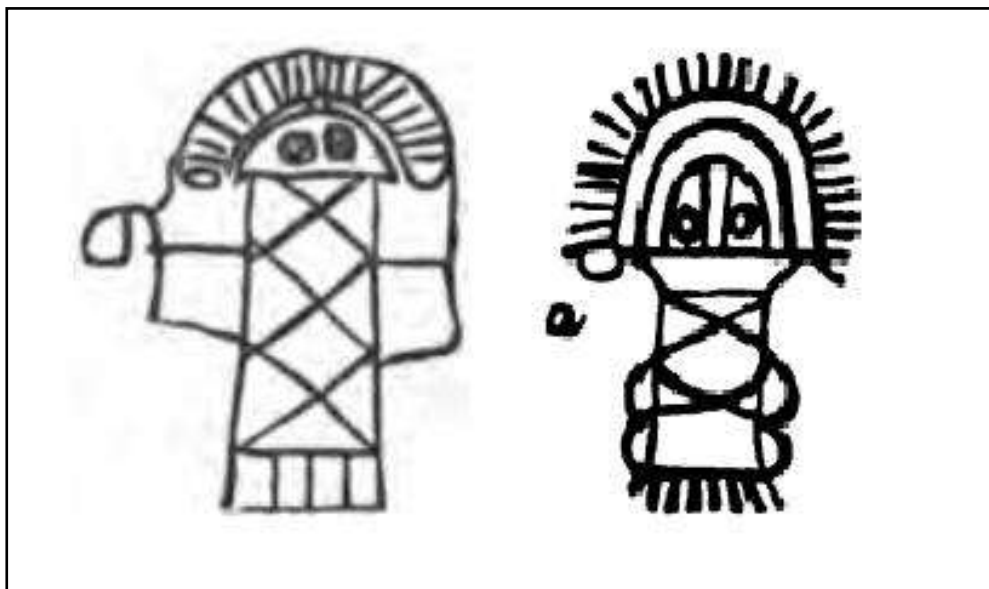
Gastão Cruls constatou, a partir da leitura da obra *Among the Indians of Guyana* (1883), do botânico Everard Ferdinand im Thurn¹⁴³, a existência de gravura similar, desigual somente no tamanho, que havia sido registrada pelo explorador britânico na cachoeira Uanitoba, no rio Corentyne, entre a Guiana Inglesa e o Suriname. Destaca-se que nos petróglifos do Cuminá, imitando o ameríndio, outros viajantes quiseram também deixar uma lembrança de sua passagem pelos paredões do Resplendor. Entre os dois símbolos indígenas, aparecem os registros *Venit 1877* do padre Nicolino, e aquém o entalhe da expedição de Diniz e Avelino,

¹⁴² As imagens foram retiradas da obra *Índios do Brasil* (2019), vol. 3, de Cândido Mariano da Silva Rondon, nas respectivas páginas 59 e 64.

¹⁴³ Sir Everard im Thurn (1852-1932) foi um botânico e explorador britânico, posteriormente se tornou governador do Ceilão britânico e depois de Fiji, no Pacífico Sul.

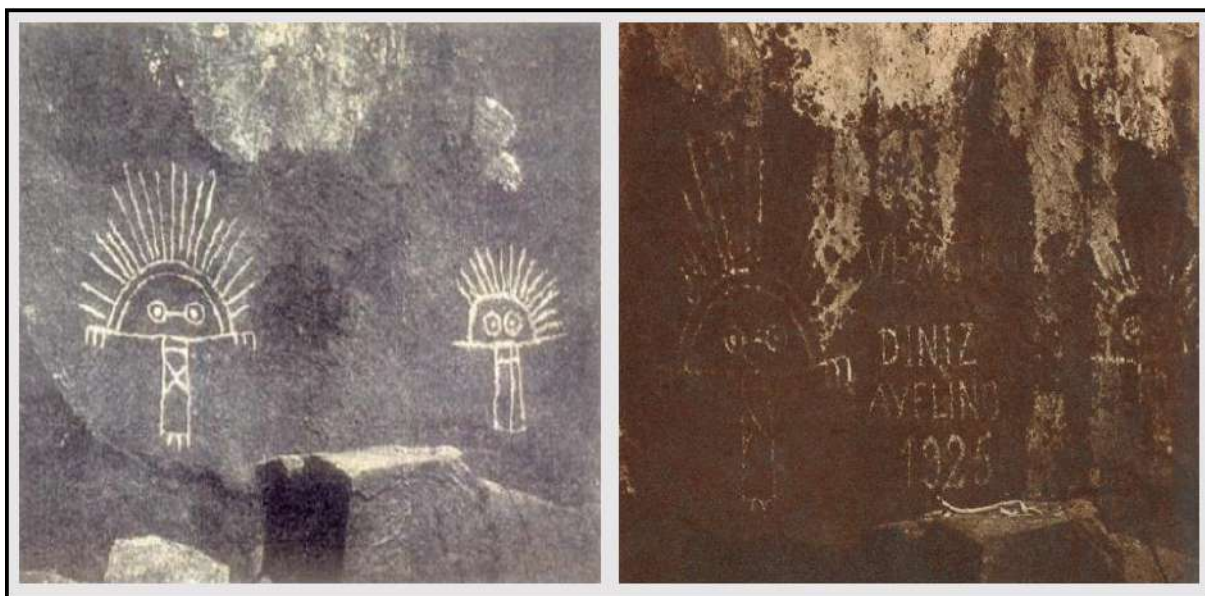
em 1925 (Ibidem: 72-73). Abaixo podemos observar nas figuras, as reproduções das gravuras encontradas por Im Thurn e os petróglifos do Cuminá.

Figura 13: Representações reproduzidas por Everard im Thurn.



FONTE: IM THURN, Everard Ferdinand. *Among the Indians of Guyana*. London: Kegan Paul, Trench, & Company, 1883, p. 392.

Figura 14: Os mesmos petróglifos dos paredões da Resplendor. Rio Cuminá. À esquerda registrados por Octavie Coudreau e à direita pelo Serviço de Inspeção de Fronteiras, no qual pode-se ler o Venit 1877 e Diniz – Avelino 1925.



FONTE: Compilação do autor¹⁴⁴.

¹⁴⁴ As imagens foram compiladas da seguinte forma: a primeira foi retirada da página 85, da obra *Voyage au Cuminá* (1901), de Octavie Coudreau; enquanto a segunda foi retirada da página 64 da obra *Índios do Brasil* (2019), de Cândido Rondon.

O etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) realizou aprofundadas análises acerca dos petróglifos presentes na América do Sul, inclusive revisando alguns apontamentos sobre esse tipo de arte rupestre. Em meio ao conteúdo de sua obra, *Petróglifos Sul-Americanos*, de 1907, incluem-se os petróglifos das imediações do rio Cuminá, que foram descritos e registrados em fotografia por Octavie Coudreau – os quais reproduzimos acima – assim como, algumas gravuras rupestres relatadas nos trabalhos de Everard im Thurn, Alfred Russel Wallace, Jules Crevaux, Robert & Richard Schomburgk, Alexander von Humboldt e Charles Barrington Brown (KOCH-GRÜNBERG, 2010 [1907]).

Retornando ao assunto do contato do Serviço de Inspeção de Fronteiras com os indígenas. Como mencionamos, nas primeiras semanas de novembro os expedicionários adentraram o território Pianocotós, encontrando sinais visíveis da atividade indígena. A primeira tentativa de contato, realizada em 8 de novembro, foi frustrada devido as aproximações apressadas das canoas pelo rio, ocasionando a debandada geral por parte dos indígenas, mesmo com o esforço do general Rondon, que pronunciava com frequência as palavras “*Moró! Moró!*”¹⁴⁵ (CRULS, 1973b: 81). Ao desembarcarem na praia, constatou-se que os Pianocotós, ainda muito receosos, ao primeiro sinal da presença dos expedicionários, abandonaram o acampamento.

O acampamento Pianocotó estava localizado próximo à boca do rio Marapi, afluyente do Cuminá, composto por três tapiris. Em análise das habitações, Cruls registrou alguns aspectos, em suas palavras, “Os tapiris, construídos na praia, são acanhados e modestíssimos. Pequenos palhais, feitos de poucas estacas, e com cobertura de folhas de bacaba, neles haverá, quando muito, espaço para duas redes, corrida lado a lado.” (Ibidem: 83). Além disso, diversos objetos foram encontrados, largados às pressas durante a fuga, reuniam-se tanto objetos de origem autóctone, quanto de procedência estrangeira (Ibidem: 82).

Gastão Cruls registrou a presença de ornamentos e utensílios indígenas, assim como alguns itens que entregavam o contato com o branco: as panelas de ferro, dois terçados (espécie de alfange), um pequeno baú e até mesmo um prato de cerâmica em forma faiança, possivelmente de origem holandesa (Ibidem: 82). Após a comissão deixar alguns presentes, como novos terçados e caixas de fósforos, seguiram viagem para, mais adiante, ao saltarem na margem do Cuminá, encontrarem outro acampamento, este com cinco tapiris, mas há muito tempo abandonado (Ibidem: 83).

¹⁴⁵ *Moró* – significa “amigo”, a palavra fazia parte do pequeno vocabulário colhido por Rondon, por intermédio de Martinha, durante a passagem da expedição pelo Lago Salgado (CRULS, 1973b).

A “angustiosa espera”, como expressou Cruls ao se referir ao processo de contato com os Pianocotós, somente foi interrompida com a insistência do general Rondon e de Benjamin. Ao observarem nova debandada por parte dos indígenas, os dois permaneceram nas proximidades aguardando um possível retorno e, por fim, estabeleceram o contato. Por coincidência, a canoa que transportava Gastão Cruls e Alberto José de Sampaio foi requisitada para desembarcar um caixote de machados e, a convite do general Rondon, ambos foram convidados a descer no aldeamento (Ibidem: 85). De sua primeira impressão, declarou Gastão Cruls, “Foi assim que, pela primeira vez, vi alguns dos nossos aborígenes, vivendo ainda da maneira mais primitiva, quase como os devem ter encontrado, quatro séculos atrás, os primeiros navegadores.” (CRULS, 1973b: 85).

Em suas observações etnográficas, Gastão Cruls mesclou, em descrição, os aspectos físicos e culturais dos Pianocotós. No primeiro contato, grande parte dos indivíduos presentes eram homens, os quais Cruls descreveu da seguinte maneira:

Afora o pequeno retalho de pano que lhes protegia o sexo, todos estavam inteiramente nus e, pintados de urucu, da cabeça aos pés, tinham extraordinária semelhança com figuras egípcias. Para isso contribuíam, além do colorido artificial, bem vermelho da pele, não só os traços fisionômicos, de olhos achinados e malares ligeiramente salientes, como também os cabelos pretos e luzidios, renteados em franja sobre o meio da testa e descendo até os ombros. Os homens, embora não muito altos, eram de bela compleição, com certo entono do porte e musculatura harmoniosamente desenvolvida. [...] usavam o calimbé, ou *rabo*, faixa que, quando aberta, tem forma de um T, cujo ramo longitudinal volteia o períneo e, já nas costas, de novo vai passar sob a cintura, para pender, por vezes, numa ponta, de onde aquele nome de *rabo* que lhe dão os habitantes do rio Branco e Oiapoque. (CRULS, 1973b: 86).

O aldeamento Pianocotó, estabelecido em uma grande área circular, era melhor estruturado que os acampamentos encontrados anteriormente pela comissão. Havia uma grande maloca arredondada e toda coberta de palha e alguns tapiris de proporções avantajadas. Acerca da subsistência, além da caça e da pesca¹⁴⁶, os Pianocotós ainda cultivavam, em roça, árvores frutíferas e outras plantas, especificamente o algodão arbóreo, cajueiro e ananases, entretanto,

¹⁴⁶ Uma prática de pesca frequentemente utilizada pelos Pianocotó consistia do uso de timbó, que batido em pedra e aplicado na água causava o envenenamento dos peixes, devido as suas altas toxinas. Durante a viagem de padre Nicolino, ao consumirem a água intoxicada do rio, sofreram de desarranjo intestinal. Alberto José de Sampaio, que acompanhou o Serviço de Inspeção de Fronteiras, colheu informações mais detalhadas. A planta utilizada tratava-se do timbó-açu (*Sapindaceae*), que necessitava “ser macerado na água por uma semana no mínimo, para amoleça, antes de ser batido sobre as pedras do rio. De fato, o cipó é grosso, de 7 cm, de diam. mais ou menos e compacto; essa maceração é sem dúvida imprescindível; [...] Uma vez amolecido por essa previa maceração, o timbó pode ser batido sobre as pedras; informaram-me que quando batido, basta que o caldo se espalhe n’agua, para que surjam peixes boiando, de barriga para cima.” (SAMPAIO, 1933: 200).

pode-se dizer que também coletavam outras culturas, como bananas, mamões, cana-de-açúcar e mandioca¹⁴⁷ (Ibidem: 86-87).

Os Pianocotós, além da domesticação de alguns animais, como galos, galinhas, coatás e araras-vermelhas, ainda se dedicavam à cuidadosa criação de cães de caça. Os cães eram acostumados a dormir em plataforma elevada, o que lhes poupava os bichos-de-pé e outros parasitas. Quando em caça, os Pianocotós carregavam sempre o seu cão, somente posto em liberdade para perseguir sua presa. Além disso, os cães eram negociados pelos Pianocotós com outros indígenas da região (Ibidem: 145).

Figura 15: Índio Pianocotó. Rio Cuminá



FONTE: RONDON, Benjamin. In: RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil*. Vol. 3, Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2019.

¹⁴⁷ No relato de Cruls, durante a oferta dos objetos, a comissão presenteou os Pianocotós com facões, machados, caixas de fósforos, tesouras, anzóis, entre outras ferramentas, receberam em troca beijos, cachos de banana, mamões, toletes de cana e dois cestos com farinha de mandioca (CRULS, 1973b: 87).

Em relação ao pensamento sobre o processo civilizatório acerca dos Pianocotós, Octavie Coudreau teceu algumas observações sobre. Para a exploradora francesa, o processo de transição do “selvagem” ao “civilizado” seria prejudicial aos indígenas e conseqüentemente levaria ao seu desaparecimento. Entretanto, acaba-se em dilema, como bem afirma Souza Filho (2008), Octavie Coudreau, assim como seus contemporâneos, via no processo civilizatório a característica inexorável do progresso constante. Entre o dilema de aceitar que os indígenas continuassem vivendo livremente até a inevitável extinção ou submetê-los a um processo de assimilação e integra-los devidamente ao estado nacional, Octavie Coudreau, pareceu optar pela segunda opção (SOUZA FILHO, 2008: 71-72).

No processo de assimilação, caberia a ideia de “boa utilização” dos componentes indígenas, tanto para mão de obra, quanto para rápido caminho na adaptação ao meio. Octavie Coudreau enxergava no indígena a peça-chave para a resolução de um problema recorrente da época, a colonização da Amazônia. Diante das dificuldades de povoamento na região, a prole miscigenada do imigrante europeu com o indígena solucionaria os problemas de aclimação e adaptação ao meio. Dessa forma, o mameluco, mestiço do branco com o indígena, traria benefícios para ambos. Para o branco, a possibilidade de receber o sangue indígena já adaptado às condições do meio, e para o indígena, a possibilidade de receber os traços civilizatórios do branco (Ibidem: 72-74).

Dentro da perspectiva descrita acima, Octavie Coudreau, após o contato com os Pianocotós, afirmou:

vi os índios Pianocotó. Mas de que serve se agora que sabemos que estão instalados no Alto Cuminá, não procuramos para utiliza-los ou se os utiliza mal? Não são muitos, com certeza. Mas, em um país onde não há ninguém, ainda é uma contribuição séria. (COUDREAU, 1901: 170, tradução nossa)¹⁴⁸.

O pensamento de Gastão Cruls, acerca dos povos indígenas já em contato com o branco, pode ser entendido de forma similar, entretanto, seu ponto de vista mais compactua com as ideias indigenistas propagandas por Rondon, do que propriamente com as ideias de Octavie Coudreau. Gastão Cruls lamenta a ausência de maiores caracteres indígenas na composição da nacionalidade brasileira. Em suas palavras:

Deste e de outros conceitos que para aqui não seria difícil transladar, vem-nos o justificado pesar de que toda essa gente não houvesse sido melhor aproveitada na formação da nossa nacionalidade. Infelizmente, não pensavam assim os

¹⁴⁸ j'ai vu les Indiens Piánocotós. Mais à quoi cela peut-il servir si maintenant qu'on sait qu'ils sont installés dans le Haut Cuminá, on ne cherche pas à les utiliser ou si on les utilise mal? Ils ne sont pas nombreux, c'est certain. Mais, dans un pays où il n'y a personne, c'est encore un apport sérieux. (COUDREAU, 1901: 170).

colonizadores, afervorados no extermínio do nativo, que lhes era entrave à posse rápida e total da terra. Agiam deste modo para depois recorrer ao tráfico dos negros... (CRULS, 1973b: 88)

Destarte, a ação indigenista no Brasil, na época, estava consolidada pela ação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado pelo Governo Federal, em 1910, inicialmente denominado como Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), mas, a partir de 1918, tornou-se o SPI. O órgão de proteção aos povos originários nasceu no contexto das primeiras décadas da República, em que o Estado chegava ao interior brasileiro através de projetos estratégicos de logística e comunicação. Contudo, o interior, não estava desocupado, como a imagem de sertão propunha, habitavam nestes espaços diversas sociedades indígenas, e cabia a dúvida sobre o que fazer com os ameríndios, muitos deles hostis.

No artigo, de Hermann von Ihering¹⁴⁹, *A questão dos índios no Brasil*, publicado em 1911, na *Revista do Museu Paulista*, o diretor do Museu Paulista, declarava em crítica ácida a Rondon e a criação do SPILTN:

o programa do futuro chefe da Inspeção de Proteção dos índios é absolutamente insuficiente e incompleto. É digno de censuras quem, em momento tão inoportuno, faz praça de suas crenças religiosas positivistas, e intenta dispensar completamente a coadjuvação valiosa dos missionários. Não é de esperar, diante das experiências até agora, que o processo de tratamento fraternal consiga solução satisfatória. Os assaltos e massacres continuarão no sertão do Brasil Meridional, e, como até agora, serão os sertanejos obrigados a tratar da própria defesa e do extermínio dos indígenas. Não podemos acreditar que esse programa positivista satisfaça às exigências que uma população tem o direito de reclamar de autoridades especiais. (IHERING, 1911: 126).

Von Ihering havia afirmado abertamente, em 1907, no que concerne aos ameríndios hostis – se referindo aos Kaingang – que impediam o avanço da civilização e constituíam do principal empecilho na colonização das regiões que habitavam, não havia outra solução senão o seu extermínio (IHERING, 1907: 215). Segundo Schwarcz (1993), Von Ihering retornou ao tema do extermínio dos Kaingang, desta vez, em 1911, quanto através de declarações publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*, Von Ihering pediu o total extermínio, devido ao fato dos Kaingang habitarem o caminho da estrada de ferro Noroeste do Brasil (SCHWARCZ, 1993: 82).

Foi dentro do contexto de polêmicas, agitações e discussões acaloradas que surgiu o Serviço de Proteção aos Índios, com a figura de Cândido Rondon encabeçando o projeto. De

¹⁴⁹ Hermann Friedrich Albrecht von Ihering (1850-1930) foi um médico e naturalista germânico, ficou mais conhecido por dirigir o Museu Paulista entre os anos de 1895 e 1916. Sobre os aspectos biográficos e trajetória de Von Ihering, ver Nomura (2012).

acordo com Herbert Baldus (1972), os métodos empregados para a realização do trabalho do SPI constituíam da proteção, pacificação e aculturação dirigida. Apesar que, por princípio, o SPI atuar sem exercer imposição de outras influências – diferente das missões religiosas – o órgão de proteção não estivera ausente de ideologia. Destaca-se que Rondon, formado por uma etnologia evolucionista e adepto ao positivismo¹⁵⁰, assim como, vários de seus colaboradores, encarava os indígenas como “fetichista”, ou seja, representantes de grau inferior na evolução da humanidade (BALDUS, 1972: 218). Dessa forma, a principal função do SPI consistia em amparar os povos indígenas durante o processo de transição do indígena ao brasileiro, integrado ao *corpus* da nação.

Sobre esse debate, logo nos vêm à memória a reflexão do antropólogo Edgard Roquette-Pinto. Rememoremos quando, em 1912, o antropólogo, após breve contato com os Nambikuáras e Parecis da Serra do Norte, destacou suas reflexões sobre o processo de aculturação dirigida, nas páginas da obra *Rondônia: anthropologia – ethnographia*, em suas palavras:

Nosso papel social deve ser simplesmente *proteger*, sem procurar *dirigir*, nem *aproveitar* essa gente. Não ha dois caminhos a seguir. Não devemos ter a preocupação de os fazer cidadão do Brasil. Todos entendem que *índio é índio; brasileiro é brasileiro*. (ROQUETTE-PINTO, 2005: 200)

Isso não significa que o antropólogo estivesse afastado do pensamento evolucionista da época, mas que, em seu ponto de vista, o contato induzia os índios aos vícios e maus costumes, como Roquette-Pinto havia observado entre os Parecis, que há tempos mantinham contato com os seringueiros da região. Para Roquette-Pinto, “O programa será: *proteger sem dirigir*, para não perturbar sua evolução espontânea” (ROQUETTE-PINTO, 2005: 201).

Em linhas gerais, pode-se dizer que o entendimento sobre desenvolvimento histórico das civilizações, pelo menos a partir do final da década de 1870, esteve sob vertente evolucionista, ou melhor, do evolucionismo cultural da etnologia, difundido por nomes da antropologia como Herbert Spencer (1820-1903), Lewis Henry Morgan (1818-1881) e Edward Burnett Tylor (1832-1917). Pressupunha-se, a partir dessa compreensão, a existência de leis gerais do progresso humano, que determinavam uma linha evolutiva universal entre todos os povos, e, conseqüentemente, todas as culturas. Entretanto, não interessava ao evolucionismo

¹⁵⁰ Para Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês e principal idealizador do positivismo, a humanidade estaria ligada por uma sequência cultural evolutiva. A primeira fase constituía do estado primitivo ou teológico; a segunda pelo estágio metafísico e, por fim, o estágio científico ou positivista. Segundo Comte, todas as sociedades atravessariam essas três fases (MELLO, 2001: 205).

nascente comprovar a teoria da evolução, que já se apresentava como um fato na época, mas demonstrar a forma como isso acontecia (MELLO, 2001: 204).

Em reação ao evolucionismo cultural, doutrina dominante no campo da antropologia da época, surgiu o difusionismo ou historicismo, exposto por três principais escolas, o difusionismo alemão; o difusionismo inglês e o difusionismo americano. Deste modo, antropólogos – somente para citar alguns – como Friedrich Ratzel (1844-1904), Grafton Elliot Smith (1871-1937) e Franz Uri Boas (1858-1942), teceram orientações difusionista. Esse último publicou, em 1896, assíduas críticas ao evolucionismo, suas limitações e relativa generalização ao tratar da cultura, propondo ainda delimitações no campo de estudo etnológico, conclusões que resultaram na ideia do relativismo cultural, anos mais tarde (BOAS, 2004).

Em geral, o difusionismo englobou algumas tendências teóricas da antropologia cultural. Pressupunha-se, a partir da ideia de difusão, a existência de elos de ligação entre culturas de diferentes regiões geográficas, por outro lado, preocupou-se em constatar, antes de tudo, as explicações históricas para as semelhanças existentes entre as culturas. Outra forte característica consistiu da preocupação em elaborar métodos com maior cientificidade nas pesquisas antropológicas, o que por sequência deu maior abertura para o estudo de campo. Dessa forma, os antropólogos, se apressavam em registrar dados sobre as ditas sociedades primitivas, se deslocando cada vez mais ao campo para colher informações, antes que fossem extintas ou aculturadas pela marcha civilizatória (MELLO, 2001: 222-223).

É importante destacar que o estudo de campo e o estudo de gabinete coexistiram. Entretanto, a necessidade em compreender de forma mais aprofundada as sociedades obrigou os antropólogos a se deslocarem com maior frequência ao campo, resultando em novas formas de pensar a prática de coleta de dados e o papel do etnógrafo. Bronislaw Malinowski (1884-1942), antropólogo polonês e precursor no método da observação participante, em sua obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de 1922, indicou alguns critérios que deveriam ser seguidos na coleta de dados:

um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as interferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica (MALINOWSKI, 1976: 22).

O antropólogo e historiador James Clifford, sintetizou o surgimento do pesquisador de campo profissional como “uma nova fusão de teoria geral com pesquisa empírica, de análise cultural com descrição etnográfica.” (CLIFFORD, 2002: 23). Destaca-se que Gastão Cruels, ao

que tudo consta, não era declaradamente antropólogo, muito menos etnógrafo ou etnólogo, apenas um dileitante imensamente interessado pelo assunto. Anos mais tarde, quando perguntado sobre o que gostaria de ser, prontamente respondeu que queria ser etnólogo, um etnólogo totalmente dedicado às pesquisas de campo e que tivesse longos contatos com as sociedades indígenas¹⁵¹.

Destaca-se que até a década de 1930, não existia, no Brasil, sequer formação acadêmica de etnólogo, até mesmo a antropologia era ainda um ramo novo das ciências, mesmo na Europa. Assim sendo, grande parte dos estudos na área eram realizados de forma autodidata por nacionais formados em diferentes áreas do saber, como medicina, engenharia e direito (MELATTI, 1983: 5).

No caso de Gastão Cruls, o conhecimento na área, mobilizado para a coleta de dados sobre os Pianocotós, possivelmente adveio do contato com a antropologia física em sua formação e a recorrente leitura de estudos etnográficos. Destaca-se a influência do antropólogo Edgard Roquette-Pinto, com quem Gastão Cruls manteve longa amizade. Em hipótese, isso explicaria pequenas semelhanças entre as duas obras, pelo menos no que compreende alguns métodos da coleta do material etnográfico realizado por Cruls.

Igualmente a Gastão Cruls, Edgard Roquette-Pinto acompanhou o general Cândido Rondon, em 1912, na Comissão de Linha Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, à Serra do Norte, região atualmente situada entre o Mato Grosso e Rondônia. Durante a expedição, Roquette-Pinto elaborou relevante estudo acerca das sociedades indígenas, em especial sobre os Nambikuáras e Parecis, além dos sertanejos. O conteúdo de seu trabalho foi publicado nas páginas de *Rondônia*, em 1917 (ROQUETTE-PINTO, 2005).

De acordo com Souza (2017: 131), a etnografia produzida por Roquette-Pinto, pode ser enquadrada no que o historiador George Stocking definiu como “geração intermediária”. Para o antropólogo James Clifford, a “geração intermediária” consistia do etnógrafo que passaria por uma breve experiência no contato com os indígenas, porém, manteria “a atitude documentária, observadora, de um cientista natural.” (CLIFFORD, 2002: 25). Não temos por intenção enquadrar as observações etnográficas de Gastão Cruls nessa geração intermediária, entretanto, presumimos que alguns estudos etnográficos lidos pelo escritor carioca e enquadrados nessa perspectiva – como o realizado por Roquette-Pinto – serviram de inspiração para sua coleta de dados.

¹⁵¹ Lembranças de Gastão Cruls. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1959, p. 8.

Além disso, a análise de Cruls não ficou isenta dos ares evolucionistas da época. Assim como seus contemporâneos, o escritor remeteu um distanciamento entre ele e os Pianocotós, utilizando o termo “primitivo” para o ameríndio, enquanto se refere ao brasileiro como “civilizado”. Desse ponto de vista, a civilização moderna ocidental assumiria o nível mais elevado de desenvolvimento cultural de uma sociedade.

Ainda em sua obra, Gastão Cruls corroborou diretamente na visão do caráter positivo do sertanejo, pensamento exposto principalmente por Euclides da Cunha, mas ao decorrer das primeiras décadas do século XX, foi fortemente defendido por Edgard Roquette-Pinto e compartilhado por outros intelectuais, entre eles Gastão Cruls. Mais tarde, após a expedição à cordilheira Tumucumaque, Cruls declarou em entrevista:

Presto também um proito de admiração ao caboclo paraense, com quem tive longo convívio, podendo assim apreciar a sua grande resistência ao trabalho e bela docilidade de índole. Em um ou outro encontrei mesmo indivíduos de perfeita compleição física e que poderia servir de ilustração as páginas que Euclides da Cunha escreveu sob o título de “Um clima caluniado” e se acham no seu “A margem da história”.¹⁵²

Edgard Roquette-Pinto “encontrava no sertanejo um agente fundamental no processo de ocupação, desenvolvimento e integração do interior do Brasil.” (SOUZA, 2017: 149). Não à toa, que em prefácio da obra de Gastão Cruls, *A Amazônia que eu vi*, redigido pelo próprio Roquette-Pinto, o antropólogo reiterou sua opinião:

Como desmente este livro os imprudentes e levianos que imaginam o Brasil progredindo somente à custa da “gente branca”, que eles chamam, errado, ingenuamente, de “raça ariana”! Como palpita, nas páginas fortes, a vibração dos músculos caboclos, no varar das cachoeiras, arrastando nos pedrouços ardentes, castigados pelo sol, os “madeiros” pesados! Como vive, neste livro, a alma dos humildes brasileiros que não conhecem fadiga nem medo, na hora de “cumprir a obrigação”! Gastão Cruls serviu, aqui, com sinceridade e brilho, à ciência e às letras. Mas deixou também, nesta obra, um depoimento desataviado e quase brutal, em favor da gente mestiça que vem desbravando o Brasil para que os tais “arianos” o aproveitem... **Vê-se, mais uma vez, que se a terra é áspera, - o homem é teimoso e forte.** (ROQUETTE-PINTO, 1973 apud CRULS, 1973: XXXVI, grifo nosso)

Retomando aos Pianocotós, após a publicação da obra de Gastão Cruls, outros estudos etnográficos foram realizados na região. Durante a década de 1950, o missionário franciscano, Protásio Friel produziu extenso levantamento sobre as sociedades indígenas do Alto Cuminá e imediações da cordilheira Tumucumaque, indicando as condições populacionais desses

¹⁵² Curiosa viagem em pleno seio de Tumuc-Humac (transcrita do jornal *Folha do Norte*). *O Paiz*, Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1929, p. 5.

grupos. Nos primeiros anos da década de 1950, Frikel calculou os Tiriyo – do qual os Pianocotós fazem parte – em aproximadamente 1000 a 1200 indivíduos, ocupando 30 aldeias com média de 30 habitantes por aldeia, entretanto, através de novos dados, corrigiu mais tarde para a existência de 42 aldeias. Contudo, ressalta-se que, no decorrer dessa mesma década, surgiram diversas epidemias que dizimaram grande parte da população tiriyo, inclusive extinguindo aldeias inteiras (FRIKEL; CORTEZ, 1972: 38).

O próprio Frikel, em publicação datada de 1960, protestou energicamente contra as expedições vindas do Suriname, que negligentes com o estado de higiene e saúde dos expedicionários, que ao entrar em contato com as sociedades indígenas do Alto Cuminá, causavam vastas epidemias, ocasionando em pesadas baixas populacionais. Na opinião de Frikel, os governos brasileiro e surinamês deveriam decretar determinações quanto ao contato dessas expedições com as sociedades indígenas, ou que vigiassem rigorosamente a execução delas, pois algumas latas de querosene, facas e espelhos, não justificavam a extinção precoce do ameríndio (FRIKEL, 1960: 9).

Se em 1957 o antropólogo Darcy Ribeiro calculou aproximadamente 2000 a 3000 Tiriyo vivendo nas nascentes do rio Trombetas, do Cuminá e do Paru de Leste, nas fronteiras do estado do Pará com o Suriname, dos quais cerca de 250 a 500, pertenciam aos Pianocotós (RIBEIRO, 1957: 90-93), em 1970, os números indicavam entre 700 a 800 Tiriyo, sendo 222 habitantes da região do Alto Cuminá, enquanto aproximadamente 500 a 550 viviam no lado do Suriname (FRIKEL, 1972: 38). O antropólogo Julio Cezar Melatti, mais especificamente, indicou que as estatísticas sobre os Tiriyo, do ano de 1974, eram de 735 indivíduos, sendo 376, do lado surinamês (MELATTI, 2004: 12-13).

No decorrer do século XX, outros levantamentos foram realizados indicando certo crescimento demográfico. O mais recente, de 2014, consta no lado brasileiro, 1715 Tiriyo, localizados no estado do Pará¹⁵³, enquanto no lado do Suriname, em 2006, os dados indicavam 1815 Tiriyo (KAMBEL, 2006: 11). Cabe frisar que, pelo menos do lado brasileiro, a partir de 1960, foram instaladas no Alto Cuminá as missões franciscanas, que ficaram responsáveis pela sedentarização e encaminhamento civilizatório do ameríndio, na perspectiva da época. Somente a partir da década de 1980 que os Tiriyo passaram à proteção indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai).

¹⁵³ SIASI/SESAI. (2014). Quadro Geral dos Povos. 2014. Disponível em: www.pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 24/12/2019.

Além dos Pianocotós, o Serviço de Inspeção de Fronteiras fez contato com os Ragus, de família linguística karib e também pertencentes aos Tiriyo. Gastão Cruls informou que, durante a breve passagem de Rondon pela aldeia Ragu, o general conheceu um casal de índios Caiana da Guiana Holandesa, que estavam ali em visita, o índio se dizia *tuxaua* (espécie de líder) e falava inclusive um pouco de francês (CRULS, 1973b: 135). Do encontro entre o Serviço de Inspeção de Fronteiras com as sociedades indígenas do Alto Cuminá, além das imagens registradas por Benjamin Rondon, também existe o filme/documentário, *Parimã: além das fronteiras do Brasil*, de 1927. Contudo, parte da expedição à Guiana Holandesa foi adicionada ao filme depois, provavelmente em 1932, data de lançamento de *Ao redor do Brasil*, longa-metragem sobre as viagens realizadas pelo Serviço de Inspeção de Fronteiras, ambos os filmes de direção do major Luís Thomaz Reis. Abaixo deixaremos ao leitor a fotografia de Rondon em meio aos Tiriyo, do Alto Cuminá, nos limites do Brasil.

Figura 16: General Rondon entre os Tiriyo. Rio Cuminá, 1928.



FONTE: RONDON, Benjamin. In: RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil*. Vol. 3, Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2019

2.5 A recepção da obra *A Amazônia que eu vi* e o legado da expedição do Serviço de Inspeção de Fronteiras

O Serviço de Inspeção de Fronteiras logrou êxito ao alcançar os limites de fronteira entre o Brasil e a Guiana Holandesa, em 1928. Um dos principais legados da expedição consiste no registro de cerca de 200 quilômetros, até então desconhecidos, dos mapas e relatos, e que após, a conclusão, da viagem foram reproduzidos em registros cartográficos e fotográficos realizados por Benjamin Rondon; nas gravações cinematográficas realizadas pelo major Luís Thomaz Reis; e nos relatos de viagem e relatórios produzidos por Gastão Cruls, Cândido Mariano da Silva Rondon e pelo botânico Alberto José de Sampaio.

Além da comprovação de possibilidades de exploração econômica dos Campos Gerais do Cuminá, outro objetivo, consistia em atestar a existência da *Mimusops balata*. A planta havia sido mencionada no relato de viagem de Octavie Coudreau, quando percorreu o Cuminá, em 1900, e da qual se podia extrair uma espécie de látex¹⁵⁴. A comissão não somente encontrou a balata, como também a maçaranduba (*Manikara huberi*)¹⁵⁵, árvore do mesmo gênero. Após a viagem, Rondon enviou um bloco de goma extraído da planta para o governo do Pará, comprovando a veracidade e abrindo possibilidades de futuros empreendimentos para a região¹⁵⁶.

Para as coleções do Museu Nacional, foram encaminhadas diversas amostras botânicas, zoológicas e etnográficas. Alberto José de Sampaio, na época chefe da seção de botânica do Museu Nacional, recolheu uma série de espécies da flora presentes nas regiões do rio Cuminá e Trombetas, as quais renderam ao botânico relevantes ensaios posteriores, somente para destacar alguns: *Os Campos Geraes do Cuminá e a Phytogeographia do Brasil* (1929); *L'Expedition Brésilienne aux Monts Tumuc-Humac – 1928* (1931); *Eufilicineas do Rio Cuminá e la Collectanea de Eufilicineas da Amazonia* (1930); *Flora do Rio Cuminá: Cyperaceas, Malpighiaceas e Leguminosas* (1932) e, por fim, *Flora do Rio Cuminá* (1933).

A pedido do amigo e zoólogo brasileiro Cândido Firmino de Mello Leitão, Gastão Cruls trouxe alguns exemplares de artrópodes encontrados durante a expedição pelo vale do Cuminá.

¹⁵⁴ Gastão Cruls, na época, destacou esse específico interesse pela árvore: “A balata dá hoje melhor preço do que qualquer outra borracha, uma vez que dela se obtém a guta-percha, particularmente reservada à manufatura de certos objetos mais finos.” (CRULS, 1973b: 60).

¹⁵⁵ Em publicação de 1933, em exame mais aprofundado dos ramos e folhas que foram colhidos pelo botânico Alberto José de Sampaio e analisados por Adolpho Ducke, verificou-se se tratar também da *Manikara huberi*, ou maçaranduba (SAMPAIO, 1933: 97).

¹⁵⁶ RONDON, Cândido Mariano da Silva. A Inspeção das Fronteiras. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1929, p. 1.

Entre o material constavam gêneros e espécimes ainda desconhecidos pela ciência. Em homenagem a Cruls, Mello Leitão batizou-os com o nome do escritor. Gastão Cruls coletou os seguintes espécimes de aracnídeos, batizados em sua homenagem, um deles a Sampaio e Cruls: *Ctenus crulsi*, *Tama crulsi*, *Idiops crulsi*, *Crulsia typica* e *Sampaiosia crulsi*¹⁵⁷. Além disso, no ensaio *Opiliões do Brasil*, publicado pela *Revista do Museu Paulista*, em 1932, configuram outras espécies, tal como a *Rhopalocranaus crulsi* (MELLO-LEITÃO, 1932: 474).

Os principais materiais etnográficos coletados e enviados para o Museu Nacional, constituía-se de adornos, armas e utensílios autóctones das sociedades Pianocotós e Ragu do Alto Cuminá. Abaixo, podemos observar, em registro do major Luís Thomaz Reis, o recolhimento de objetos na aldeia Marapi.

Figura 17: General Rondon em inspeção dos objetos pianocotós recebidos e destinados ao Museu Nacional.



FONTE: REIS, Luís Thomaz. In: RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil*. Vol. 3, Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2019.

Como informa Gastão Cruls, as intenções do Serviço de Inspeção de Fronteiras consistiam em “apenas o estudo das condições locais, sob o ponto de vista militar e nada tem com a demarcação de limites, afeta a outra comissão.” (CRULS, 1973b: 128). O

¹⁵⁷ MOREIRA, Thiago Da Silva et al. Annotated check list of Arachnida type specimens deposited in the Museu Nacional, Rio de Janeiro. II—Araneae. *Zootaxa*, v. 2588, n. 1, p. 1-91, 2010.

estabelecimento da demarcação oficial entre Brasil e Guiana Holandesa ficou a encargo da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, criada em 1928. Para isso, em 1936, foi realizada nova expedição, comandada pelo almirante Braz Dias de Aguiar, da qual participou o entomologista Romualdo Ferreira D’Almeida, com a finalidade de colher material científico para o Instituto Oswaldo Cruz (D’ALMEIDA, 1937). O relatório, publicado pelo entomologista na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, é praticamente desconhecido da historiografia.

Em afagada letra a respeito da participação de Gastão Cruls no Serviço de Inspeção de Fronteiras, o general Cândido Rondon escreveu:

Sendo o Dr. Cruls escritor inspirado nos mistérios da nossa Natureza, terá encontrado assumpto para dotar a letra nacional de outro primoroso livro sobre a Amazônia, onde seu venerado pai empregou o seu saber e os seus melhores esforços patrióticos em serviço da nossa fronteira e no qual contraiu moléstia de que veio a falecer. O filho nesta excursão mostrou-se digno de bravura do pai, portando-se com raro entusiasmo no desbravar os sertões equatoriais em que revelou educação esportiva de alta escola, nos mais arriscados lances que se atirou.¹⁵⁸

Acerca da recepção e produção da obra de Gastão Cruls, *A Amazônia que vi: Óbidos – Tumucumaque*, ao que tudo consta, o escritor não tinha por intenção publicar seu diário de viagem, pelo menos não inicialmente. Em 1929, na entrevista concedida em primeira mão para *Folha do Norte*, ainda em Belém e após seu retorno da expedição, Gastão Cruls, questionado sobre os futuros projetos literários, agora que havia conhecido a Amazônia, respondeu que não sabia ainda o que iria escrever, mas que já tinha um livro sobre a Amazônia. Concluindo, declarou:

Um escritor precisa renovar-se e nunca repetir-se. Só depois de chagado ao Rio e haver coligido todas as minhas notas é que pensarei sobre esse assumpto [...] vi a Amazônia que sonhara e agora já não sei o que hei de dizer a seu respeito.¹⁵⁹

Após retornar ao Rio de Janeiro, em fevereiro de 1929, Gastão Cruls passou um período de repouso em Petrópolis, indicando que transmitiria suas impressões da viagem em um novo livro¹⁶⁰. No ano seguinte, em abril, foi publicada pela Tipografia Anuário do Brasil o livro *A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque*, prefaciado pelo diretor do Museu Nacional, o antropólogo Edgard Roquette-Pinto. A obra foi bem recebida pela crítica, somente o que causou

¹⁵⁸ RONDON, Cândido Mariano da Silva. A Inspeção das Fronteiras. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1929, p. 1.

¹⁵⁹ Curiosa viagem em pleno seio de Tumuc-Humac (transcrita do jornal *Folha do Norte*). *O Paiz*, Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1929, p. 5.

¹⁶⁰ PETRÓPOLIS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1929, p. 4.

certo estranhamento foi o fato de não se tratar de literatura, no sentido não científico da palavra, ou seja, ficção. Em síntese sobre o livro de Gastão Cruls, Agripino Grieco escreveu “Foi, viu e conta-nos tudo com pouca literatura e muito menos literatice [...] o sr. Cruls, evitando as fantasmagorias românticas, a atmosfera de espantos e os esbanjamentos de luz peculiares aos amazonistas de contrafação”¹⁶¹.

O jornalista e romancista brasileiro Carlos Dias Fernandes, que percorreu as paisagens amazônicas na companhia do também escritor Raymundo Moraes, interpretou a obra de Gastão Cruls como um diário-romance, do qual os próprios personagens são os companheiros da comissão, que agem espontaneamente aos episódios que surgem de repente e são registrados fielmente por Cruls, que mescla seu talento inventivo com a mais estonteante realidade¹⁶².

Em análise comparativa entre o romance *A Amazônia Misteriosa* (1925) e o diário de viagem *A Amazônia que eu vi* (1930), a poetisa e tradutora brasileira Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça observou o experienciado do novo livro de Gastão Cruls como um complemento do que o escritor havia imaginado em seu romance. Afirmou ainda que o novo exemplar do artista transformado em pesquisador foi mais profundo “porque científico, mais severo porque despido de fantasia e de imaginação, mas que apenas se distancia do outro na feição literária”¹⁶³. Devido ao parâmetro colocado por Gastão Cruls entre os dois títulos de suas obras para destacar o teor empírico da viagem à Amazônia – “misteriosa” e “eu vi” – além de sua fama como romancista, possivelmente tenha ocasionado em análises comparativas pela crítica, que compreendeu equivocadamente o visto como complemento do imaginado, como já destacou Paiva (2019: 273).

Para outros, como Roquette-Pinto, alguns traços chamaram maior atenção na narrativa de viagem realizada por Gastão Cruls, como a “erudição científica que o autor soube polvilhar nas suas notas de maneira realmente feliz.” (ROQUETTE-PINTO, 1973 apud CRULS, 1973: XXXV). Afirmou Roquette-Pinto que, o escritor carioca serviu, “de modo honesto a cultura brasileira, ainda por cima pagou a dívida contida na “letra promissória” que foi a Amazônia Misteriosa. Pagou regiamente. [...] Isto é mais que a Amazônia que Gastão Cruls viu; é a Amazônia que ele nos faz ver” (Ibidem: XXXIV).

Há também parte da crítica que enxergou nas páginas de Gastão Cruls o mesmo desapontamento registrado por Euclides da Cunha ao observar pela primeira vez o rio

¹⁶¹ GRIECO, Agripino. “A Amazonia que eu vi”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1930, p. 2.

¹⁶² FERNANDES, Carlos Dias. Campo de Joio. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 26 e 27 de maio de 1930, p. 1.

¹⁶³ MENDONÇA, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de. Gastão Cruls e a Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1930, p. 4.

Amazonas, muito diferente daquele que trazia na imaginação. Inclusive, essa ideia transpassou as críticas literárias específicas sobre *A Amazônia que eu vi*. O escritor Benjamim Constallat, em crônica sobre um argentino que publicou livro sobre o Brasil, apontava que o estrangeiro deveria fazer como “o Sr. Gastão Cruls antes de ir ao Amazonas, de escrever sobre o que não viu. Depois que o Sr. Gastão Cruls viu o Amazonas, esse rio passou a ser muito menos interessante para ele e para o público...”¹⁶⁴

O fato é que Gastão Cruls se importou em corrigir esse equívoco da crítica. No prefácio de apresentação de seu livro inédito sobre a região amazônica, intitulado *Hiléia Amazônica*, de 1944, para o qual o autor realizou novamente viagem à Amazônia, destacou:

estas páginas respondem àqueles que supuseram o autor desapontado ante a Amazônia que os seus olhos viram, em comparação com aquela outra por ele anteriormente imaginada, e que lhe serviu de cenário a um romance. Nada disso aconteceu. (CRULS, 1955: XX).

Nos anos que se seguiram, após a publicação do diário de viagem, Gastão Cruls encabeçou um novo projeto literário. Ao lado de seu amigo e também escritor, Agripino Grieco, fundaram, em 1931, a Editora Ariel, e um periódico da própria editora, chamado *Boletim de Ariel*, que dedicava especial atenção aos escritores brasileiros, reunia críticas literárias, ensaios biográficos, com diversificados temas das letras, ciências e artes. Com tiragem que chegou na média de três mil exemplares, o boletim alcançou considerável repercussão durante a década de 1930 (LUCA, 2017, 6-8).

Conforme foi possível analisar através da reconstrução do itinerário do Serviço de Inspeção de Fronteiras, das matérias de jornais, dos relatos, das correspondências, além do próprio diário de viagem de Gastão Cruls, a expedição deixou um relevante legado nacional. Para as ciências e artes, foram diversas as contribuições, como já demonstrado; ao Brasil, entregou grandes dimensões devidamente inspecionadas e mapeadas, talvez sua última fronteira desconhecida; aos participantes da ilustre comissão chefiada por Rondon, a possibilidade excêntrica de empreender uma viagem em plena floresta amazônica.

Para Gastão Cruls, realizar-se-iam os anseios de conhecer o “Brasil real”, dos vastos sertões, que tinham início logo após a Avenida Central do Distrito Federal, como afirmava outro também médico e escritor brasileiro¹⁶⁵. A viagem possibilitou a Gastão Cruls entrar em contato

¹⁶⁴ COSTALLAT, Benjamim. Os homens de imaginação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1930, p. 5.

¹⁶⁵ A reflexão foi proferida pelo médico e escritor brasileiro, Afrânio Peixoto (1876-1947). Como enfatiza Lima e Hochman (2000: 303), as declarações de Peixoto eram parte de um discurso realizado por ele em homenagem ao

direto com um espaço que já havia se ocupado em termos literários e descrito de seu imaginário, a obra empírica que viria a ser publicada, carregava em seu conteúdo, cunho mais interpretativo sobre a realidade do Brasil, marcando um exemplar distinto em meio às publicações ficcionais do escritor até aquele momento.

Com a sua participação no Serviço de Inspeção de Fronteiras, em 1928, e a publicação de seu diário de viagem, em 1930, Gastão Cruls renovaria seus votos de interesse pela Amazônia, os quais se associavam cada vez mais à trajetória intelectual do escritor. Na nova década que irrompia, o “Amazônico”¹⁶⁶ como mais tarde chamou o jornalista Rubem Braga, engendraria novos livros e viveria uma nova fase em sua carreira literária, agora à frente da Editora Ariel, sem perder o vívido interesse pela região amazônica, a qual ainda veria mais uma vez. Para Gastão Cruls, a nova década seria de experiências inéditas, assim como para o Brasil, com a subida de Getúlio Vargas ao poder chegava ao fim, após 41 anos, a Primeira República Brasileira.

sanitarista Miguel Pereira em 19 de maio de 1918.

¹⁶⁶ BRAGA, Rubem. Gastão Cruls, O Amazônico. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n.78, p.34-35, out.1953

Capítulo 3 – O intérprete da Amazônia: experiências, observações e itinerário de Gastão Cruls.

A Amazônia é pródiga de coisas belas [...] Apenas, dada a vastidão de sua área, tudo na Hiléia a de ser visto a seu tempo e nos seus lugares, e aí tanto a flora como a fauna, ora serão mais ricas, ora mais pobres, consoante as condições mesológicas (CRULS, 1955: XX).

Durante a década de 1930 e 1940, Gastão Cruls desenvolveu novos projetos, fundou a Editora Ariel, ao lado de Agripino Grieco, publicou livros inéditos e realizou sua segunda viagem à Amazônia. Destaca-se, nesse período, um maior envolvimento de Gastão Cruls – enquanto intelectual – em assuntos públicos que se desenvolviam em contexto de grande instabilidade política, no mínimo até 1937, ano que, com um golpe liderado pelo próprio presidente Getúlio Vargas, instaurava-se o governo autoritário conhecido como Estado Novo.

Neste capítulo, nos debruçamos na análise da atuação intelectual de Gastão Cruls no cenário político da época, as articulações ideológicas, projetos e cargos assumidos pelo escritor carioca. Temos por objetivo mapear a relação entre Gastão Cruls e o Estado, no sentido de explicitar o fato de sua segunda viagem à Amazônia ser autorizada por Getúlio Vargas e comissionada pelo governo. Além disso, a própria publicação da obra *Hiléia Amazônica*, em 1944, decorrente das expedições e leituras do escritor sobre a região, foi incentivada e amplamente adquirida pelo Ministério da Educação e Saúde.

O capítulo, encontra-se dividido em três partes: Na primeira parte, decidimos apresentar a circulação de Gastão Cruls como escritor e sua relação com a Academia Brasileira de Letras, o papel intelectual desempenhado pelo romancista no jogo político da época, o envolvimento no mercado editorial à frente da Editora Ariel, até os preparativos para sua nova visita à Amazônia. Na segunda parte, destacamos as políticas públicas direcionadas à região amazônica, promovidas pelo poder central. A terceira parte, dedicamos exclusivamente para tratar das produções sobre a Amazônia realizadas por Gastão Cruls e publicadas entre a década de 1930 e 1940, com ênfase em abordagens sobre o contexto de produção, publicação e recepção no círculo literário e científico nacional.

3.1 Os intelectuais, Gastão Cruls e a Era Vargas (1930-1945)

Os anos 1930, no Brasil, até pelo menos a instauração do Estado Novo, em 1937, significaram um período de intensas transformações e recorrentes disputas políticas. Getúlio Vargas havia concorrido à Presidência do Brasil pela Aliança Liberal (AL), em março de 1930, contra o candidato do Partido Republicano Paulista, Júlio Prestes. Getúlio Vargas foi derrotado na urna, entretanto, em decorrência de uma série de eventos que já se desenvolviam no contexto nacional, intensificados pelo assassinato de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, candidato a vice-presidente na chapa de Vargas, culminou na chamada Revolução de 1930, a qual exilou Júlio Prestes e depôs o atual presidente da República, Washington Luís.

É importante destacar que as disputas presidenciais no Brasil, na época, submetiam-se à chamada *política do café com leite*, ou seja, o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro revezavam o poder. Contudo, quando Washington Luís se opôs a indicar para sua sucessão um candidato mineiro, apoiando a candidatura do paulista Júlio Prestes, se opuseram à candidatura de Prestes o governo do Rio Grande do Sul, Paraíba e, evidentemente, o de Minas Gerais, os quais formaram a Aliança Liberal. Dessa forma, após a derrota de Vargas nas urnas, alegando fraude eleitoral e o fatídico episódio do assassinato de João Pessoa, os grupos de oposição se unificaram, os velhos oligarcas se aliaram aos “tenentes”, que desde a década de 1920 haviam se rebelado contra a República Oligárquica, desencadeando, assim, a via revolucionária (FAUSTO, 1990: 240-241).

Em novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório (1930-1934) do Brasil. Com medidas imediatas, o governo fechou o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e municipais, depondo os governadores dos estados e revogando a Constituição de 1891, Vargas passou a governar a nação por meio de decretos-leis (PANDOLFI, 2007: 17). A Revolução de 30, no estreito significado do conceito de “revolução”, não transformou a estrutura político-social instantaneamente, como também o Brasil permaneceu majoritariamente agrícola. De acordo com Skidmore (2007), o episódio de 1930 se distingue de outros antecessores embates pelo poder ocorridos na Primeira República, por dois fatores. O primeiro, consiste do fato de que foi a Revolução de 30 que pôs fim à estrutura republicana, vigente desde a década de 1890. Em segundo, havia certa concordância para com a necessidade urgente de revisar o sistema político brasileiro, mesmo antes de 1930. O descontentamento geral com o sistema vigente da República havia unido gregos e troianos sob um mesmo estandarte, após o êxito revolucionário começaram a emergir as dissonâncias

entre ideias e posturas, antes unidas contra a liderança da Primeira República. Em decorrência, desencadeou um conturbado período de experimentações políticas nos setes anos seguintes, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, em 1932, pressões de cunho fascista da Ação Integralista Brasileira e a Intentona Comunista, deflagrada pela Aliança Nacional Libertadora, em 1935. Em 1937, através de um golpe de Estado, Getúlio Vargas deu início ao Estado Novo, regime autoritário que ficaria em vigor até 1945 (SKIDMORE, 2007: 25-26).

Foi nesse cenário, conturbado pelas movimentações políticas e engajamento dos intelectuais, que Gastão Cruls circulou. Após finalmente conhecer a região amazônica e publicar sua *A Amazônia que eu vi*, em 1930, Gastão Cruls havia agregado certo renome como brilhante romancista e estudioso da Amazônia. Em 1929, o escritor brasileiro Severiano Nunes Cardoso de Rezende assumiu a seção “Lettres Brésiliennes”, da revista francesa *Mercure de France*. Durante sua primeira crônica sobre a cultura brasileira e literatura amazônica, Rezende elaborou a apresentação dos livros de Alberto Rangel e de Gastão Cruls¹⁶⁷. Cabe frisar que a floresta amazônica, na época, por seus aspectos exóticos, era assunto de grande interesse dos leitores franceses (LIMA JÚNIOR, 2002: 147).

No final da década de 1920, Gastão Cruls não somente acompanhava a literatura francesa, como também não era nenhum desconhecido do público francês, inclusive algumas de suas produções já haviam sido traduzidas e comentadas na França. Alguns contos de Gastão Cruls, presentes em *Coivara* (1920) e *Ao Embalo da Rede* (1923), foram traduzidos pelos escritores franceses, Clément Gazet e Marguerite Picard-Loewy e publicados na *Revue de l'Amérique Latine*¹⁶⁸. Além disso, em 1929, outro escritor francês, Manoel Gahisto, publicou o artigo “Les thèmes romanesques de M. Gastão Cruls”, discorrendo sobre as obras ficcionais do escritor carioca, *A Amazônia misteriosa* (1925), *Elsa e Helena* (1927) e *A criação e o Criador* (1928). Até mesmo sua *A Amazônia que eu vi*, de 1930, virou tema da crônica de Jean Duriau, em dezembro do mesmo ano de sua publicação, sendo seguida, em 1931, por longa resenha de Manoel Gahisto (CAMPOS, 1993: 27).

Já reconhecido no círculo literário brasileiro, em 1931, Gastão Cruls, ao lado do amigo e ensaísta Agripino Grieco, fundaram a Editora Ariel, na Rua Primeiro de Março, Centro da cidade do Rio de Janeiro. Com a intenção de ampliar a publicidade dos livros que seriam lançados pela recém fundada editora, Cruls e Grieco decidiram criar o *Boletim de Ariel* (1931-

¹⁶⁷ Propaganda do Espírito. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 9 de março de 1929, p. 3.

¹⁶⁸ Clément Gazet traduziu e publicou os respectivos contos de Gastão Cruls, *Flor de tabuleiro*, em fevereiro de 1926, e *A morte do Saci*, em fevereiro de 1927, enquanto Marguerite Picard-Loewy traduziu e publicou *Biró*, em dezembro de 1929 (CAMPOS, 1993: 27). Sobre as leituras de autores franceses realizadas por Gastão Cruls, tais como André Gide e a difusão das obras literárias do escritor carioca em solo francês, ver Campos (1993).

1939), em outubro do mesmo ano foi publicada sua primeira edição, com Gastão Cruls na função de diretor e Agripino Grieco de redator-chefe.

O mensário *Boletim de Ariel* reunia em suas páginas uma série de assuntos sobre temas de letras, artes e ciências, além de dedicar especial atenção aos escritores nacionais. Pelo fato de a Editora Ariel não possuir livraria, diferentemente de outras editoras da época, o *Boletim de Ariel*, teria a função de principal veículo de divulgação da produção editorial. De acordo com Luca, o crescimento do mercado editorial na década de 1930 acirrava a competição, assim, do ponto de vista comercial, a estratégia de consolidar uma revista com temas pertinentes à cultura letrada e que permanecesse à frente das atividades da editora era totalmente justificável (LUCA, 2017: 8).

Para Sirinelli (2003), as revistas fornecem bases estruturais ao campo intelectual por meio de adesões e exclusões, por posições assumidas, seletividades e debates promovidos. Em síntese, consistem de um observatório da sociabilidade de microcosmos intelectuais e precioso reflexo, no que tange a análise da circulação das ideias. Por certo, “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003: 249).

No número inaugural do *Boletim de Ariel*, Gastão Cruls, em artigo intitulado “Conversa fiada...”, retratou o período em que, ainda aspirante à literatura, convivia entre os médicos e estudantes do corpo clínico da Assistência Municipal, antenados às novidades que se passavam no mundo das letras. Discorriam sobre as preferências literárias, às vezes, noite adentro, durante as raras saídas das ambulâncias. Nesse pequeno grupo, seus membros apresentavam resumos de leituras feitas, citações de escritores prediletos e referências às últimas novidades, aos demais. Os palestrantes não somente deleitavam seus companheiros, como também transmitiam ensinamentos a eles, os quais somente poderiam obter através da aquisição de livros e dedicação à leitura. Surgiu dessa constatação, em tom hilariante, que todos estavam sendo exploradores, doravante, estabeleceram uma tabela com preços estipulados de quanto cada ouvinte deveria pagar ao narrador pelo resumo¹⁶⁹.

Gastão Cruls conclui seu artigo apresentando as intenções do *Boletim de Ariel*, em relação às experiências na Assistência Municipal, mencionadas acima. Em suas palavras:

O *Boletim de Ariel*, embora com aspirações mais altas, pede muito menos a seus leitores. Na Assistência, contavam histórias e resumiam novelas alguns médicos de boa vontade, mas, pelo menos até aquela data, sem nenhuma projeção além do círculo de seus amigos. Aqui, se também prepondera o mesmo espírito do escorço rápido e

¹⁶⁹ CRULS, Gastão. Conversa fiada. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1, out. 1931.

da nota despretensiosa acerca do que mais interessante e significativo ocorrer no mundo das letras, das ciências e das artes, tanto no Brasil como no estrangeiro, tudo se valorizará pelo nome dos seus signatários, sempre colaboradores de realce, escolhidos entre o que de melhor houver nas nossas elites intelectuais¹⁷⁰.

No primeiro número do *Boletim de Ariel*, submeteram artigos nomes como Afrânio Peixoto, Tristão de Athayde, Gilberto Amado, Alberto Ramos, Edgard Roquette-Pinto, Manuel Bandeira, Miguel Ozorio de Almeida, entre outras figuras das letras e ciências nacionais, o que indica o estreito relacionamento de Gastão Cruls e Agripino Grieco com a intelectualidade da época, da qual também faziam parte.

Gastão Cruls, como diretor da revista, estava sempre atento aos prazos de publicação e logo lembrava aos amigos o compromisso que haviam assumido com o *Boletim de Ariel*. Edgard Roquette-Pinto, antropólogo e colaborador do periódico, apresentado pela revista como diretor do Museu Nacional, autor da obra *Rondônia* e propagandista das coisas de rádio. Em nota nas páginas da revista, relembra um momento em que havia recebido telefonema de Gastão Cruls:

Lembrou-me, agora mesmo, o diretor de *Ariel*, que lhe não mandei ainda algumas linhas para o segundo número da sua revista. Exige, pelo telefone, que não falte ao compromisso de estar presente a todas as reuniões. A companhia é tão boa e tão distinta, *Ariel* é tão lindo que, afinal, por não ter nada a dizer nem por isso deixo de acudir á lembrança de Gastão Cruls. Será que nestes últimos dias não me caiu debaixo dos olhos um só livro interessante? Não. Há diversos, já lidos, na minha mesa de trabalho. Mas não tive tempo de resumir nenhum... O rádio não deixou. Não deixou, porque as ondas curtas, de que andei afastado algum tempo, na última quinzena levaram-me a viajar comodamente pelo mundo civilizado¹⁷¹.

Ao longo da década de 1930, a Editora Ariel publicou uma série de obras inéditas e traduziu e reeditou tantas outras, para citar algumas, se encontram entre as publicações da Ariel, as obras, *Dança sobre o abismo* (1932) e *Dias e horas de vibração* (1933), de Gilberto Amado; *Cacau* (1933) e *Suor* (1934), de Jorge Amado; *Em surdina* (1933), de Lúcia Miguel Pereira; *Almas sem abrigo* (1933), de Miguel Ozório de Almeida; *Samambaia* (1934), de Edgard Roquette-Pinto; *S. Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos. Em 1938, um ano antes do encerramento da Editora Ariel, o boletim homônimo oferecia aos leitores uma cartilha com edições de diferentes temas e o preço dos exemplares. As publicações da editora eram divididas nos seguintes temas: ensaio; romances e novelas; romances de aventura; contos; traduções de

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ ROQUETTE-PINTO, Edgard. École Buissonnière. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 7, nov. 1931.

Gastão Cruls; poesia; coleção “crimes celebres”; jurisprudência; pedagogia; literatura infantil; pediatria; quiromancia; narrações; culinária; coletâneas; economia e finanças¹⁷².

O *Boletim de Ariel*, com tiragem na média de três mil exemplares, a partir de seu terceiro ano até fevereiro de 1939, última edição da revista, contou com um conselho consultivo, formado por Gilberto Amado, Lúcia Miguel Pereira, Miguel Ozório de Almeida, Otávio de Faria e V. Miranda Reis (LUCA, 2017: 8-9). Além disso, João Teixeira de Soares e Donatello Grieco, filho de Agripino, desempenhavam as respectivas funções de gerente e secretário.

A revista ainda contava com uma série de correspondentes, tanto de outros estados do Brasil quanto de outros países, eram eles: Marguerite Picard-Loewy, de Paris, França; Osorio de Oliveira, de Lisboa, Portugal; Paulo Arinos, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Walmir Malheiros, da cidade de São Paulo, São Paulo; Guilhermino Cesar, de Belo Horizonte, Minas Gerais; Affonso Banhos, de Fortaleza, Ceará; Aderbal Jurema, de Recife, Pernambuco; João Cordeiro, de Salvador, Bahia; Raul Lima, de Maceió, Alagoas; Adhemar Vidal, de João Pessoa, Paraíba; Gastão Vieira, de Belém, Pará; Araújo Lima, de Manaus, Amazonas¹⁷³.

Em fevereiro de 1939, foi publicado o último número do *Boletim de Ariel*, simultaneamente com as atividades editoriais da Ariel. De acordo com Luca, o encerramento da Editora Ariel, assim como a Livraria Schmidt Editora, pertencente ao poeta Augusto Frederico Schmidt, possivelmente se relacionam com a atuação editorial de José Olympio no Rio de Janeiro. A partir de 1934, a Livraria José Olympio Editora conseguiu obter crescente renome, atraindo para sua esfera os principais romancistas brasileiros, antes vinculados à editora de Cruls e Grieco. É importante destacar que a Editora Ariel ocupou lugar de destaque na conturbada década de 1930 (LUCA, 2017: 12-13).

Entusiasta das coisas da Amazônia, Gastão Cruls, enquanto diretor da revista, reservou espaço considerável para o tema nas páginas do *Boletim de Ariel*. Pode-se constatar essa afirmação pela contratação dos respectivos correspondentes: Gastão Vieira, de Belém, o qual Gastão Cruls conheceu durante passagem pela capital do Pará, em 1928, ao integrar o Serviço de Inspeção de Fronteiras e, posteriormente, o escritor Araújo Lima, de Manaus.

Os assuntos sobre a Amazônia surgiram de forma gradual no *Boletim de Ariel*, através de crônicas, resenhas e crítica literária. Destaca-se que, na década de 1930, foram publicados livros importantes no que tange à literatura regional brasileira e o pensamento social amazônico, como, *Amazônia: A terra e o homem* (1933), de Araújo Lima; *Matupá* (1933) e *História da*

¹⁷² Edições “Ariel”. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 1, p. 6, out. 1938.

¹⁷³ *Boletim de Ariel*. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 1, p. 10, out. 1936.

Amazônia (1936), de Peregrino Júnior; *O Meu Dicionário de Cousas da Amazônia* (1931), *Anfiteatro Amazônico* (1936), *Os Igarauínas*, *O Mirante do Baixo Amazonas* e *Ressuscitado* (1938), *À Margem do livro de Agassiz* (1939), de Raymundo Moraes e, por fim, *À Margem do Amazonas* (1937), de Aurélio Pinheiro. Grande parte dessas obras citadas acima, foram comentadas e resenhadas pelos colaboradores do *Boletim de Ariel*.

A Amazônia passou a configurar como assunto recorrente na revista de Cruls e Grieco, a partir de 1933. Se observarmos o contexto político em relação à região amazônica, coincidentemente, nesse mesmo ano, durante discurso na cidade de Belém, Getúlio Vargas afirmou que se tratava do maior desafio, no que tange o desenvolvimento da Amazônia, a tarefa de transformar a exploração nômade em sedentária, fato que somente seria alcançado através da colonização e ocupação do homem e sua fixação à terra. (SECRETO, 2007: 120).

Durante o período em que permaneceu à frente da Editora Ariel e do *Boletim de Ariel*, Gastão Cruls publicou pela própria editora duas obras inéditas, o romance *Vertigem* (1934) e a coletânea de contos *História Puxa História* (1938). Como mencionamos, os anos 30 consistem de intensas mudanças na vida do escritor carioca, além de se aventurar pelo campo editorial, Gastão Cruls também deixou a Saúde Pública para assumir, em 1936, o cargo de bibliotecário na recém-fundada Universidade do Distrito Federal (UDF)¹⁷⁴, instituição criada por Anísio Teixeira, na época Secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal. Gastão ainda viria a exercer outro cargo público, a partir de 1939, quando foi nomeado chefe da Divisão de Biblioteca e Cinema Educativo do Distrito Federal (RIBEIRO FILHO, 1965: 87).

Acrescenta-se a descoberta de relevante correspondência, datada de 1935, endereçada a Anísio Teixeira pelo governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti. Na carta, Cavalcanti solicitava a Anísio Teixeira o aproveitamento de Gastão Cruls no Departamento de Difusão Cultural e Propaganda da Prefeitura do Distrito Federal, entretanto, deixava a critério de Anísio Teixeira a escolha de um cargo para Gastão, mas de maneira que Teixeira aceitasse a recomendação¹⁷⁵. Não se pode afirmar que Gastão Cruls assumiu o cargo na biblioteca da UDF por essa recomendação de Cavalcanti, nem consiste de nossa intenção, mas certamente indica o estreito laço que Gastão Cruls sustentava com parte da elite política da época. Destaca-se que Gastão manteve-se no cargo na UDF, após o conturbado período deflagrado pela

¹⁷⁴ Bibliothecario da Universidade do Distrito Federal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1936, p. 2.

¹⁷⁵ CAVALCANTI, Carlos de Lima. *Carta a Anísio Teixeira*. Arquivo Anísio Teixeira, série Correspondência; AT c 1935. 06.04/2 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas). 4 de junho de 1935.

Intentona Comunista em novembro de 1935, que culminou em afastamentos e perseguições, inclusive de Anísio Teixeira, fato que minou as bases da UDF, sendo fechada em 1939.

A partir da década de 1930, Gastão Cruls, enquanto intelectual, passou a ter maior envolvimento nos debates relacionados a assuntos públicos. Em 1931, quando o governo provisório determinou a expulsão do jornalista argentino Pedro Juan Vignale, por ser considerado elemento nocivo aos interesses da República, Cruls participou da ampla mobilização por parte da intelectualidade nacional contra a decisão do governo, assinando a petição de protesto encaminhada no mês de setembro ao ministro da Justiça Oswaldo Aranha. Essa movimentação, por parte dos intelectuais, uniu forças com os protestos iniciados pela Associação Brasileira de Imprensa¹⁷⁶, pressionado, em dezembro o governo provisório revogou o decreto, anulando a expulsão do jornalista argentino¹⁷⁷.

Ao longo da Era Vargas, Gastão manteve uma relação inusitada, mas não incomum, com o governo. Aos fatos, em 1933, quando perguntado pelo jornalista do *Diário de Notícias*, “Para onde vai o Brasil?”, Gastão respondeu:

O senhor me pergunta para onde vai o Brasil. Eu acho que o Brasil não vai, porque já deveria ter ido e não foi. Parece mesmo que quer voltar. O saudosismo pelos “bons” tempos passados é muito grande e chegou até a contagiando muitos dos revolucionários mais autênticos. Dessa Constituinte que vem aí, com partidos arregimentados à última hora, verdadeiros “panachés” de ideologias, e com tantas figuras “ponderadas”, eu acho que nada se pode esperar, a não ser uma vigorosa marcha a ré. E por isso que, olhando para o futuro da nossa terra, eu continuo a esperar pelo Esperado, seja aquele que não veio e, por isso mesmo não se gastou como tantos, seja alguém que, talvez esteja por aqui mesmo, mas, até hoje, não pode ou não quis aparecer. Em todo caso, este continua a ser para mim o “soldado desconhecido”. Note-se que quando falo de Luiz Carlos Prestes, não me refiro ao comunista, mas ao homem de coragem, de ação e de vontade que não se quis meter numa revolução que já trazia em si a eiva da politiquice. Quanto às minhas convicções, o senhor poderá dizer que sou socialista, divorcista, laicista e outras coisas que tornam mal visto um homem no Brasil¹⁷⁸.

Nota-se que a entrevista concedida ao *Diário da Noite* ocorreu anos antes de 1935. Gastão nunca escondeu certa simpatia pela esquerda, inclusive se candidatou como vereador pela Esquerda Democrática¹⁷⁹, ala interna da União Democrática Nacional, nas eleições gerais

¹⁷⁶ O caso Vignale – Petição dirigida ao titular da pasta da Justiça. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1930, p. 3.

¹⁷⁷ Anulado o decreto de expulsão do jornalista Pedro Vignale. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1931, p. 4.

¹⁷⁸ Para onde vai o Brasil?. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 de junho de 1933, p. 1.

¹⁷⁹ A Esquerda Democrática foi fundada em 1945, e oficializada em sua primeira convenção, realizada no Rio de Janeiro, entre 7 e 14 de abril de 1946. Constam como seus fundadores os escritores Sérgio Buarque de Holanda, Gastão Cruls, Guilherme Figueiredo, Manuel Bandeira, João Mangabeira e Otávio Tarquínio; os jornalistas Hermes Lima e Arnaldo Pedrosa d’Horta, entre outros. O partido teria representações em outros estados do Brasil, como por exemplo em Pernambuco, em que se encontravam na liderança os escritores Gilberto Freyre e Osório

de 1947¹⁸⁰, entretanto, não conseguiu se eleger. Contudo, o ponto de vista político ideológico, no caso de Gastão Cruls, nunca o impediu de exercer cargos no funcionalismo público e participar de projetos educacionais e culturais ligados ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Gastão Cruls se envolveu em outros episódios ocorridos na década de 1930, como o caso do primeiro Acordo Ortográfico de 1931. Nesse mesmo ano, Gastão, juntamente com Agripino Grieco e o poeta Alberto Ferreira Ramos, lideraram um movimento em protesto ao Acordo Ortográfico luso-brasileiro, em discordância dos termos em que havia sido forjado.

Cabe elucidar que o acordo ortográfico entre Brasil e Portugal consiste de um processo que se desenrolou pelo menos a partir do início do século XX. Em meados de 1907, José Joaquim de Medeiros e Albuquerque, membro da Academia Brasileira de Letras, remeteu proposta para discussão de uma reforma ortográfica que simplificasse a escrita da língua portuguesa. Nos anos seguintes, ocorreram ajustes e novas propostas, em 1915, José da Silva Ramos, membro da ABL, foi nomeado como responsável por harmonizar as reformas ortográficas do Brasil com a de Portugal, o que acarretou forte protesto nacionalista por parte da intelectualidade brasileira. No entanto, a unificação ortográfica seria inevitável e, em 1931, foi firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa (ACL), o primeiro Acordo Ortográfico luso-brasileiro, entrando em vigor no Brasil pelo Decreto nº 20.108¹⁸¹, ficando submetido o uso do português simplificado à todas as repartições públicas e instituições de ensino (AGUIAR, 2007: 17-22).

Com esse Acordo Ortográfico, o Brasil, em tese, adotaria as regras ortográficas empregadas em Portugal, submetendo o idioma nacional à ortografia lusitana. Esse fato dividiu a opinião pública e foi amplamente discutido nos jornais da época, especialmente pelo jornalista e filólogo brasileiro, João Ribeiro (1860-1934), no *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro. Ademais, grande parte da intelectualidade enxergava no acordo a submissão do Brasil à sua antiga metrópole. Em carta de protesto contra a decisão da ABL – anterior a aprovação do decreto – Cruls, Grieco e Ramos, enquanto homens de letras, estavam convencidos “de que uma reforma que atenda às necessidades do Brasil deve ser realizada exclusivamente por filólogos

Borba. É importante destacar que em sua segunda convenção, realizada em 1947, a Esquerda Democrática adotou a denominação de Partido Socialista Brasileiro, a qual manteve até sua extinção em 1965, ocasionado pelo AI-2, ato que dissolveu todos os partidos políticos atuantes da época (COSTA, 2007: 109).

¹⁸⁰ Apurada a primeira urna desta capital. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1947, p. 1.

¹⁸¹ No Decreto nº 20.180, de 15 de junho de 1931, encontra-se o seguinte trecho, “De conformidade com o que votou em 1907, e examinando as modificações e ampliações que, em 1911, constituíram a ortografia oficial portuguesa, a Academia Brasileira de Letras resolveu aceitar o acordo que se segue, dentro das novas alterações constantes das bases juntas e dele fazendo parte integrante - 30 de abril de 1931.” (BRASIL, 1931).

brasileiros, tais como João Ribeiro, Said Ali, Mario Barreto e outros.”¹⁸². Na conclusão da nota de repúdio contra a ação da ABL, Gastão Cruls e os demais, encerravam que, “fique, portanto, aqui esse protesto, mingüado no número dos que o assinam, mas que se conforta na ideia de que, se mais tempo houvesse, outros nomes, sem dúvida de maior prestígio, também lhe dariam o seu apoio.”¹⁸³

O consciencioso protesto dos escritores foi mobilizado em outras críticas. No próprio jornal *A Esquerda*, o jornalista João Guimarães fez menção pelo menos três vezes ao protesto de Cruls e seus companheiros, Guimarães afirmava que o acordo ortográfico se tratava de uma imensa ofensa ao patriotismo, à dignidade e à cultura nacional. Ofenderia ao patriotismo pois, em hipótese nenhuma, o Brasil necessitava que gente de fora viesse a opinar em questões nacionais; à dignidade, pois era inadmissível que o Brasil de 1931 aceitasse a grafia adotada em Portugal; e, por fim, à cultura, pois ao aceitar tal submissão à ortografia lusitana, desrespeitar-se-ia grandes filólogos brasileiros¹⁸⁴. Concluiu Guimarães com as seguintes palavras, “o nobilíssimo protesto de Alberto Ramos, Gastão Cruls, e Agripino Grieco esplende como uma sentença luminosa dos nossos brios ao vilipêndio com que a Academia esboçou tisonar os nossos valores.”¹⁸⁵.

Aliás, destaca-se um fato um tanto quanto curioso: Gastão Cruls, ao longo de sua trajetória, jamais demonstrou interesse em entrar para a Academia Brasileira de Letras, muitos de seus amigos ocuparam as cadeiras da ABL e, mesmo com a insistência de alguns deles, o escritor carioca nunca submeteu seu nome para também ingressar na instituição, desinteresse que não passou despercebido. Quando o poeta Carlos de Laet faleceu, em dezembro de 1927, deixou desocupada a cadeira nº 32 “Manuel de Araújo Porto-Alegre”, da qual foi fundador. No ano seguinte, somente submeteram a inscrição para a vaga de Carlos de Laet o jornalista Lindolfo Collor e o médico Benjamin de Ramiz Galvão e a eleição foi marcada para o mês de abril¹⁸⁶.

É importante destacar que a candidatura para as eleições de novos membros da ABL ocorria por meio da inscrição de pretendentes, somente assim se formava um quadro de candidatos para que fosse escolhido por meio dos votos dos integrantes. Assim sendo, para a candidatura da cadeira, antes ocupada por Carlos de Laet, submeteram pretensão à vaga, Lindolfo Color e Ramiz Galvão, esse último foi escolhido como novo membro, o que gerou

¹⁸² Um protesto contra a reforma orthographica. *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1931, p. 4.

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ Pela cultura brasileira!. *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1931, p. 2.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ Academia de Letras. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1928, p. 9.

certo protesto contra a decisão da Academia Brasileira de Letras. O jornalista Jose Augusto de Lima, ao comentar o episódio, lamentava a escolha de Ramiz Galvão, entretanto, em sua opinião, a Academia não tinha outra saída, afirmando ainda que os culpados eram “os escritores de verdade, os cidadãos de talento que vivem aqui fora xingando o Petit Trianon, mas que, na hora brava, em lugar de correrem a pleitear o que é, incontestavelmente, o seu direito, dão de ombros, estalam um muxoxo e cedem caminho aos expoentes”¹⁸⁷.

Ocorre que diversos escritores evitavam submeter suas pretensões para disputar uma vaga na ABL, pois sabiam antecipadamente qual seria o resultado, por mais que o voto fosse secreto. O jornalista comparava essa situação a um velho fenômeno da política brasileira, em que o povo não ia as urnas por saber o resultado, tampouco o partido de oposição, convencido do insucesso, apresentava seus candidatos. Entretanto, nem por isso se explicava, na opinião de José Augusto de Lima, a desmotivação e ausência por parte dos homens de letras em alistar-se às vagas da Academia. O jornalista encerrou sua crítica com um comentário sobre o novo processo de eleição da ABL para a cadeira nº 39, deixada pelo escritor Manoel de Oliveira Lima, lamentando-se pelo quadro de candidatos inscritos:

Nem um Pongetti, nem um Gastão Cruls, nem um Godofredo Rangel, nem um Ribeiro Couto, nem um Agrippino Grieco, nem um Murilo de Araújo, nem um Guilherme de Almeida... Será possível que a Academia, fiel aos seus estatutos, tenha de optar por um daqueles gravibundos senhores, sem que nos caiba, ao menos o direito sagrado da pateada?¹⁸⁸

O nome de Gastão Cruls configura em meio a outros nomes de escritores mencionados pelo jornalista em 1928. Por outro lado, Gastão continuou desinteressado ao cenáculo da Academia Brasileira de Letras. No ano seguinte, em entrevista, realizada pelo *Diário da Manhã*, Gastão recebeu a seguinte pergunta “E a Academia? Nunca pensou em sentar-se um dia *sous la coupole*¹⁸⁹?”¹⁹⁰, o escritor carioca respondeu, “Não me fale da Academia. Aquilo é um templo de Aio Locúcio¹⁹¹, tem uma urucubaca horrível. Os que para lá entram, ficam silenciosos, e quando não ficam, com raras exceções, era melhor que ficassem”¹⁹². Como evidenciado nas palavras do próprio Gastão Cruls, o escritor carioca não nutria o desejo de

¹⁸⁷ Vamos até lá?. *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1928, p

¹⁸⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁹ A expressão “*sous la coupole*”, pode ser entendida como uma referência à Academia Francesa, “sob a cúpula”, ou seja, na qualidade de membro da Academia Francesa, no caso, o jornalista empresta a expressão para se referir a Academia Brasileira de Letras.

¹⁹⁰ O escriptor Gastão Cruls falou ao “*Diário da Manhã*”. *Diário da Manhã*, Recife, 26 de janeiro de 1929, p. 2.

¹⁹¹ Gastão Cruls faz referência à religião da Roma Antiga, na qual o Aio Locúcio consistia do local por onde as divindades poderiam se comunicar com os seres terrenos.

¹⁹² *Ibidem*.

submeter sua inscrição para a ABL, nem tampouco o fez durante toda sua trajetória. Na data do aniversário de 68 anos, em 1956, Gastão Cruls concedeu entrevista ao repórter do *Correio da Manhã*, quando lhe perguntado sobre a Academia, o escritor carioca respondeu:

Deixemos a Academia. Ela está lá... e eu aqui, cada vez mais distanciados, pois sou por temperamento um homem inteiramente avesso a tudo o que é pompa, solenidade e, sobretudo, consagração de corpo presente. Deixemos, assim, o embalsamento para mais tarde, se os meus livros merecerem tanto¹⁹³.

Como mencionamos anteriormente, os posicionamentos expressados por Gastão Cruls durante a década de 1930 não o impediram de circular entre os projetos comissionados pelo Estado. É importante destacar que, durante a Era Vargas (1930-1945)¹⁹⁴, especialmente na fase do Estado Novo (1937-1945), é truísmo que as elites intelectuais exerceram importantes funções e ganharam posições de destaque na promoção e manutenção do regime. A cultura tornar-se-ia parte dos fundamentos oficiais do Estado, fato que resultou na criação de uma “*intelligentsia*” com larga escala de intervenção nos setores de produção, difusão e conservação da produção intelectual. A cooptação dos intelectuais pelo regime proporcionou acesso a postos e carreiras burocráticas em diversas áreas do serviço público, tal como educação, cultura, segurança, propaganda e justiça. (MICELI, 1979: 131).

Aliás, o caráter autoritário do regime possibilitou ao Estado Novo exercer o poder máximo de articulação da organização social. Os intelectuais já haviam marcado presença em outros períodos de transformações históricas no contexto brasileiro e, desde a década de 1930, atuavam nos âmbitos do Estado. A partir da instauração do Estado Novo, em 1937, distintos grupos de intelectuais passaram a ter maior inserção na organização política-ideológica do regime. Assim sendo, os intelectuais tornar-se-iam participantes e difusores do projeto ideológico estadonovista (VELLOSO, 2007: 148-149). Durante os oito anos que decorreram entre 1937 e 1945, o Brasil viveria inéditas e intensificadas experiências marcadas pelo autoritarismo, nacionalismo e populismo, por novas políticas públicas sociais e tributárias, pelo incentivo industrial, pela intervenção do Estado e pelo contexto da Segunda Guerra Mundial (GOMES, 2019).

O envolvimento, articulação e relação dos intelectuais com o Estado durante a Era Vargas pode ser melhor observado pela criação e composição do Ministério da Educação e

¹⁹³ Gastão Cruls aos 68 anos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1956, p. 3.

¹⁹⁴ Na historiografia, a Era Vargas é delimitada por três períodos: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945).

Saúde Pública, em 1930, comandado por Gustavo Capanema¹⁹⁵, entre 1934 e 1945, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (1939), chefiado pelo jornalista Lourival Fontes. Os órgãos subordinados ao governo federal atuaram como importantes articuladores de difundir a ideologia do Estado. Enquanto o Ministério da Educação direcionou sua atuação para os aspectos da cultura erudita e educação formal, reunindo pluralizado grupo de intelectuais, entre eles, muitos ligados à vanguarda do movimento modernista, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) atuou no controle das comunicações, censura e orientação da cultura popular, reunindo intelectuais de cunho centralista e autoritário. Assim, o discurso estadonovista construiu uma nova concepção de intelectual, o qual passou a ser atuante no âmbito do Estado, além disso, a questão da cultura tomou dimensões de aparato, mobilizado para difundir a concepção de mundo – de acordo com o regime varguista – para a sociedade (VELLOSO, 1982: 72; 2007: 156).

No decorrer da década de 1930, Gastão Cruls participou de alguns projetos culturais comissionados pelo Estado. Em 1936, o escritor carioca integrou a famigerada comissão organizadora da comemoração do tricentenário da ação de Maurício de Nassau no Brasil, programada para ser realizada em janeiro de 1937, em Recife, marcando, assim, o tricentenário da chegada de Nassau na costa brasileira (21 de janeiro de 1637)¹⁹⁶.

Por iniciativa do governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, e sob pretexto de solenidades ao Brasil holandês e os aspectos culturais trazidos pela figura de Maurício de Nassau, foram realizadas duas reuniões no Palácio do Itamaraty, pensadas nos círculos intelectuais do Rio de Janeiro, capital federal, com intenções de organizar as comemorações para o ano seguinte. Nas reuniões, marcaram presença, além de Gastão Cruls, o escritor Gilberto Freyre; o antropólogo, diretor e representante do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto; o historiador e diretor da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia; o embaixador Ildelfonso Falcão; o crítico de arte José Marianno Carneiro da Cunha Filho e os jornalistas Herbert Mouses, Max Fleiuss e Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho; o ministro do Trabalho, Agamenom Magalhães; o ministro da Educação, Gustavo Capanema; o ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares; além de representantes da Academia Brasileira de Letras, da Associação Brasileira de Imprensa, da Comissão Brasileira de

¹⁹⁵ A postura empregada por Gustavo Capanema, que comandou o Ministério da Educação entre 1934 e 1945, foi a principal responsável pela conciliação do Estado Novo no plano da cultura, o que de fato resultou em amplo apoio de intelectuais e artistas ao regime estadonovista (CAPELATO, 2007: 126).

¹⁹⁶ Tricentenário do início da ação de Nassau no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1936, p. 3.

Cooperação Intelectual, da Escola Nacional de Belas Artes, da Sociedade Brasileira de Geografia e do Museu Paulista¹⁹⁷.

Quando passada para a fase de formação de um comitê estadual para organizar as comemorações em Recife, que contaria até mesmo com uma comissão de Controle Artístico, chefiada por Manuel Bandeira, com integrantes como Luís Jardim e Percy Lau, ambos artistas plásticos, seria desencadeado um debate que tomou proporções nacionais. Parte da imprensa pernambucana apoiava o evento, tal como o jornal *Diário de Pernambuco*, contanto que não se confundisse o Brasil holandês com a figura de Nassau. Cabe frisar que as intenções do evento eram positivamente difundidas pelos jornais *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*, ambos de Carlos de Lima Cavalcanti. No entanto, surgiam no *Jornal do Commercio*, algumas críticas discretas ao evento, como a insinuação de que deveriam também homenagear o oficial da marinha francesa Daniel de La Touche, em São Luís, capital do Maranhão. Ocorre que outros jornais se aproveitaram para criticar severamente as comemorações do tricentenário, como foi o caso do jornal *Fronteiras*, de Manuel Lubambo (ANDRADE, 1980: 164).

Com pesadas críticas direcionadas à pretensão de comemorar o tricentenário de Nassau e seu autor o governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, o jornal *Fronteiras* inflamou o debate que ocorria sobre o evento, acusando de ser um problema moral e cívico homenagear um pirata, que servia a uma companhia de piratas, se referindo à Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Na perspectiva dos jornalistas do *Fronteiras*, a comemoração, somente prestaria homenagem a uma invasão bem-sucedida, significando a sólida falta de espírito nacional por parte dos organizadores. Cavalcanti e outros membros da comissão organizadora esforçaram-se sobremaneira para esclarecer que as comemorações não se trataria das investidas militares de Nassau, mas sim de seu incentivo a pintores, artistas e cientistas, que tornaram a cidade conhecida. Entretanto, esses posicionamentos não foram suficientes, culminando em grande polêmica que se alastrou para o âmbito nacional (Ibidem: 164-168)

Em 31 de maio de 1936, o *Correio da Manhã*, trazia estampada em sua capa a matéria intitulada “Em debate as comemorações de Mauricio de Nassau – A Ideia parece que acabará numa crise nacional”. Ocorre que as pretensões de tal comemoração dividiram a opinião pública e tornaram-se discussões acaloradas nos centros acadêmicos e na sociedade em geral, sendo amplamente reproduzidas pelos jornais da época¹⁹⁸. Destaca-se que diversas instituições e

¹⁹⁷ Processam-se no Itamaraty varias iniciativas de ordem cultural. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1936, p. 6.

¹⁹⁸ Em debate as comemorações de Mauricio de Nassau – A idéia parece que acabará numa crise nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1936, p. 1.

intelectuais se mobilizaram, assumindo posições a favor e contra as comemorações do tricentenário de Nassau, alguns veículos de comunicação incitavam o debate, ora publicando a opinião de algum intelectual que era contra, para logo depois emitir réplica de outro a favor.

Entrevistado pelo *O Jornal*, Gastão Cruls reenfatizava a intenção de comemorar a obra de cultura e civilização incentivada por Nassau, assim, distante de homenagear a invasão holandesa. Argumentava o escritor carioca que, caso a homenagem fosse em prol do tricentenário da invasão holandesa a Pernambuco, como tantos afirmavam, teria de ser no ano de 1930, e não em 1937, como planejado, atestando que a homenagem era apenas a cultura e civilização, e que a figura de Nassau era trazida apenas como um incentivador das ciências e das artes. Além disso, Gastão Cruls informava ao redator do *O Jornal* e seus leitores, do amplo envolvimento de ilustres intelectuais nas programações do evento, como também a associação do governo federal para projetos culturais, que incluíam traduções das obras dos naturalistas George Marcgraf (1610-1644) e Guilherme Piso (1611-1678). A partir da obra desses naturalistas, seriam organizadas exposições sobre temas específicos, divididos entre os seguintes responsáveis: Heloisa Alberto Torres, Etnografia; Alberto José de Sampaio, Botânica; Edgard Roquette-Pinto, Antropologia e Olímpio da Fonseca Filho, Medicina Tropical¹⁹⁹.

Gastão mencionou também o patrocínio de um livro sobre a figura de Maurício de Nassau, encomendado pelo estado de Pernambuco a cargo do escritor Gilberto Freyre, com a intenção de que fosse um exemplar de caráter popular, direcionado para grande público e de distribuição nos colégios pernambucanos. Além da obra, o comitê estadual projetava realizar congressos com assuntos diversos, como também exposição de trabalhos de pintores holandeses e material histórico da época. Concluindo, Gastão Cruls transmitia novamente sua perspectiva, de que todo o planejamento para o tricentenário de Nassau resultaria num verdadeiro serviço à cultura brasileira²⁰⁰.

No mês de maio e junho de 1936, houve intensos embates acerca da comemoração de Nassau. No grupo contrário, encontravam-se os escritores Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado, o juiz Ribas Carneiro, a Liga da Defesa Nacional, sob representação do general Pantaleão Pessoa, além de outros generais do exército, como José Meira de Vasconcelos, Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Fernando Augusto de Paiva Rodrigues. Diversos políticos e jornalistas também se posicionaram contra, da mesma forma que alguns jornais da capital federal. Do outro lado, mais numerosos, estavam escritores como Gastão Cruls e Gilberto

¹⁹⁹ Nassau foi inspirado por um grande amor à nossa terra. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1936, p. 1.

²⁰⁰ *Ibidem*.

Freyre, assim como todos os membros da comissão de organização anteriormente mencionados, além de políticos, jornalistas, historiadores, militares, veículos de comunicação e algumas instituições, tais como a Academia Brasileira de Letras e a Biblioteca Nacional, como também o governo federal. No próprio oficialato da marinha do Brasil, as opiniões divergiam, em contrapeso ao posicionamento contrário às comemorações do almirante Raul Tavares, se posicionava a favor o também almirante José Machado de Castro e Silva (ANDRADE, 1980: 172-173).

Com repercussões tomando proporções nacionais e diante de um impasse, no final do mês de junho, o governador Lima Cavalcanti abandonou a ideia, encerrando o famigerado debate com ares de “crise nacional”. Em janeiro de 1937, data marcada para a frustrada comemoração, o jornal *Fronteiras* publicou edição triunfante de repúdio a Maurício de Nassau (Ibidem: 175). No entanto, alguns jornais e revistas reservaram espaço para lembrar do tricentenário de Nassau, como o caso do *Boletim de Ariel*, o mensário de Gastão Cruls e Agripino Grieco, o qual publicou em sua edição de janeiro e nos meses seguintes, algumas notas e transcrições em comemoração da data.

Em 1939, Gastão Cruls foi nomeado chefe da Divisão de Bibliotecas e Cinema Educativo da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal. No cargo, Gastão participou de projetos no Instituto Nacional do Livro (INL), órgão do governo federal criado por Gustavo Capanema, no final de 1937, e subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. É importante destacar que foi por intermédio de Gastão Cruls que o antigo dono da Livraria Castilho, Antonio Joaquim Castilho, ingressou no quadro de funcionários do Instituto Nacional do Livro. A livraria e editora de Castilho havia publicado as primeiras obras de Gastão na década de 1920, inclusive seu primeiro romance *A Amazônia Misteriosa*. Assim, Gastão Cruls, em correspondência com o ministro da Educação, Gustavo Capanema, indicava que o antigo livreiro fosse aproveitado no INL²⁰¹.

Acerca dos projetos do INL, Gastão ficou encarregado da “Bibliografia Amazônica” da série “Bibliografias Críticas” do programa de publicação do INL para o ano de 1940²⁰². Outro projeto que o escritor carioca participou, ainda em 1940, consiste da convocação para integrar

²⁰¹ CAPANEMA, Gustavo. Carta a Gastão Cruls. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondentes; GC b Cruls, G. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas). 25 de janeiro de 1938.

²⁰² INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Programa de Publicação do INL (1940) (Informação nº 49). Arquivo Gustavo Capanema, série Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1934.09.07/1 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas). 7 de fevereiro de 1940.

a comissão da “Enciclopédia Brasileira”, função que desempenhou ao lado de Roquette-Pinto, Miguel Osório de Almeida e Basílio de Magalhães²⁰³. Em 1942, Edgard Roquette-Pinto assumiu o Departamento de Divulgação Cultural da seção de ondas curtas para o estrangeiro da Rádio Nacional (RN), com ampla liberdade concedida pelo diretor da RN, Gilberto de Andrade. Roquette-Pinto chamou Gastão Cruls para auxiliar na tarefa, informando que Gastão seria uma espécie de “estado-maior” do departamento, contando com o apoio dos “generais” Manuel Bandeira, José Cândido de Andrade Muricy, Silvio Fróis de Abreu, Francisco Venâncio Filho, entre outros²⁰⁴.

Meses antes, Gastão Cruls – estudioso da Amazônia e conhecido pela relação de algumas de suas obras com a região amazônica – foi convidado para ministrar o curso de Estudos da Amazônia, instituído pelo secretário-geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, Jonas de Moraes Correia, e transmitido pela Rádio Difusora da Prefeitura do Distrito Federal. O escritor carioca abordou o tema “Saneamento da Amazônia”²⁰⁵. De acordo com Velloso, os programas radiofônicos se alinhavam à orientação do governo, controlados rigidamente pelo DIP através de um sistema de censuras e recompensas. Na época, a Rádio Difusora do Distrito Federal configurava-se como o modelo ideal a ser seguido pelas demais emissoras, no sentido de promover a ideologia do Estado, pois toda a sua programação permeava forte tom doutrinário (VELLOSO, 2007: 163).

Como mencionamos anteriormente, após 1928, Gastão realizou nova viagem à Amazônia. Dez anos depois, em 1938, o escritor carioca visitou o presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete, na intenção de conseguir, através do governo federal, financiamento para estudar a Amazônia. Cabe frisar que o interesse do governo em incentivar pesquisas de levantamento sobre aspectos da Amazônia se alinhava aos contextuais projetos políticos que ocorriam na época, direcionados à região. Inicialmente, o objetivo de Cruls era realizar a viagem para escrever um livro sobre a Amazônia, encomendado pela editora Payot, de Paris. Como constatado no Diário Oficial da União²⁰⁶, com a autorização de Getúlio Vargas, o escritor foi comissionado pelo Estado, recebendo a quantia de quinze contos de réis (15:0008000) para

²⁰³ INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Seção da Enciclopédia e do Dicionário. Arquivo Gustavo Capanema, série Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1934.09.07/1 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas). Abril de 1940.

²⁰⁴ “Em todos os lares o conforto moral da ciência e da arte” – O prof. Roquette-Pinto fala sobre a nova emissora de ondas curtas da Rádio Nacional. *Diário da Noite*, 30 de dezembro de 1942, p. 3.

²⁰⁵ Cursos – Estudos da Amazônia. *Diário da Noite*, 21 de fevereiro de 1942, p. 6.

²⁰⁶ BRASIL. Ofício do Ministério da Fazenda de 9 de agosto de 1938. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 18 de agosto de 1938. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2385362/pg-10-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-08-1938>. Acesso em: 7 de janeiro de 2021.

realizar a viagem pela Amazônia. Antes de embarcar, concedeu entrevista ao *O Globo*, afirmando que visitaria a Fordlândia e as colônias japonesas, além disso, destacou o escritor que ambicionava retratar os aspectos da civilização amazônica e descrever o trabalho da conjugação da força humana à energia da terra²⁰⁷.

Em setembro de 1938, Gastão Cruls partiu novamente à floresta que lhe inspirara um romance e lhe motivara a participação na expedição do Serviço de Inspeção de Fronteiras, cerca de dez anos atrás. No cais do porto, o escritor despedia-se mais uma vez do Rio de Janeiro, prestes a embarcar no *Duque de Caxias*, rumo ao Norte do país. Os resultados de sua viagem foram publicados na *Revista Brasileira de Geografia*, em 1939, e no livro *Hiléia Amazônica*, de 1944. Contudo, no contexto de publicação da obra do escritor, a Amazônia experienciava o Segundo Ciclo da Borracha (1942-1945), ocasionado pelo progresso dos conflitos globais da Segunda Guerra Mundial, com veremos adiante.

3.2 Uma breve abordagem sobre o Estado e a Amazônia

Após a Revolução de 1930, o governo estudou as possibilidades de substituição do sistema comercial extrativista, devido à crise do modelo agrário-exportador, e em prol de incentivos à industrialização e a instauração de políticas de mercado: esses planos de valorização buscavam aumentar as receitas cambiais. O governo federal almejou, com tais medidas, além de promover o desenvolvimento econômico, distanciar a economia nacional da influência das flutuações do mercado internacional, em virtude do abalo econômico em decorrência da Grande Depressão de 1929. (SECRETO, 2007: 117; SKIDMORE, 2007: 64-65). As concepções de industrialização adotadas pelo governo de Getúlio Vargas se fundamentaram no incentivo das chamadas indústrias de base e na expansão do mercado interno (COTRIM, 1999: 79).

No ano de 1933, em discurso realizado na cidade de Belém, o presidente Getúlio Vargas levantou a questão da exploração da borracha, o aproveitamento das riquezas naturais e a perspectiva do governo acerca do futuro da Amazônia. Para Vargas, o homem apressado na busca por riquezas percorreu a floresta sem se assentar, esse aspecto de nomadismo aventureiro logo refletir-se-ia nas atividades do próprio poder público, pois o Estado, anterior à sua gestão, imitava o indivíduo ofuscado pela ambição de enriquecer rapidamente (VARGAS, 1938a: 177-178).

²⁰⁷ Homens e paizagens do inferno verde. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1938, p. 1.

O nomadismo e a acomodação dos governantes, para Vargas, se exemplificavam no histórico econômico do ciclo da borracha nos estados do Norte. A partir das duas últimas décadas do século XIX, em decorrência da alta demanda no mercado internacional e a valorização do látex, inúmeros indivíduos se dedicaram à extração da borracha, adentrando ao interior da floresta em busca das seringueiras. Diferente dos investimentos ingleses e holandeses na Ásia, que implementaram exitosas plantações sistematizadas de seringueiras durante o final do século XIX, o Brasil continuou com o modo rudimentar de extração, sendo rapidamente ultrapassado por seus concorrentes. O Estado havia se acomodado com os altos preços da borracha no mercado internacional, do qual lucrava com os altos impostos de exportação aplicados ao produto, assim sendo, pouco investiram para intensificar a cultura ou mesmo organizar uma extração sistemática, levando à derrocada da economia da borracha nacional nas primeiras décadas do século XX (Ibidem: 178-179)

Em seu discurso, Vargas aproveitou para chamar a atenção ao problema da borracha em relação à indústria nacional. Na época, o Brasil importava grande quantidade de produtos manufaturados a partir da borracha, tais como pneumáticos, câmaras de ar, entre outros. Nesse sentido, para Vargas, o Brasil recuperaria o monopólio comercial da borracha em um futuro próximo, quando conseguisse racionalizar a exploração, entretanto, naquele momento, apelava em caráter de urgência ao empresariado brasileiro para a necessidade de nacionalizar a indústria de produtos provenientes da borracha, para qual o Brasil possuía a matéria-prima necessária para a produção. Na perspectiva do presidente, os incentivos, além de patrióticos, aumentariam os lucros comerciais do país (Ibidem: 180)

Destaca-se que a valorização da Amazônia, durante o pós-1930, deve ser observada a partir de questões contextuais da época. Com o colapso da economia capitalista de 1929, intensificaram-se, entre os países dominantes, as disputas por zonas produtoras de matérias-primas e com potencialidade para o consumo de produtos industrializados. Dessa forma, a Amazônia, no discurso de Vargas, se direciona tanto para a valorização da região, como espaço estratégico para a economia global, quanto para o projeto de capitalismo nacional e modernização, promovido pelo Estado através da ocupação dos “espaços vazios” da Região Oeste e Norte do Brasil. A crise de 1929 prejudicou largamente as exportações do Brasil, como também faltavam diversos produtos e materiais industrializados que eram importados. Diante disso, a estratégia econômica, adotada por Vargas ao assumir a gestão do país, consistia da política de substituição de importações a partir do desenvolvimento da indústria nacional,

exigindo a ampla exploração das reservas naturais extrativistas do Norte brasileiro (FERREIRA, 2011: 2-3).

Além da borracha, Vargas destacou outras riquezas da Amazônia, tais como a castanha e as imensas reservas florestais. A exploração comercial da castanha, altamente valorizada, demonstrando ser a alternativa para o fracasso da borracha, na época, era comumente extraída em meio às densas florestas das regiões do Baixo Amazonas. Na perspectiva do presidente, a castanha deveria ser o quanto antes cultivada em grande escala, de forma metódica e em lugar cuidadosamente escolhido, não subestimando, no futuro, uma possível concorrência estrangeira, para assim, não cometer o mesmo equívoco ocorrido na prática extrativista da borracha. Em relação às reservas florestais da Amazônia, um tesouro ainda inexplorado e pouco incentivado, na opinião do chefe de Estado, que apontava os dados de exportação de madeira proveniente da Amazônia, a qual escoava pelo porto do Pará, se comparada, apenas rivalizava com a do Rio Grande do Sul, um estado com pouquíssimas florestas em relação aos estados do Amazonas e Pará. Esse fato, na visão de Vargas, evidenciava a deficiência do aparelhamento industrial brasileiro, que apesar da abundância de matéria-prima, inviabilizava a nação de concorrer nos mercados estrangeiros (Ibidem: 180-182).

Desse modo, para o governo federal as soluções para os problemas da Amazônia consistiam, em síntese, na tarefa de transformar a exploração nômade em exploração sedentária. Contudo, questões como a natureza excessiva e o clima tornavam o ambiente hostil à atividade humana, exigindo, além de incentivos do Estado, um amplo plano de saneamento prévio aos locais favoráveis para a colonização (Ibidem, 182). As intenções do governo para a região amazônica foram apresentadas por Getúlio Vargas na conclusão de seu discurso, em suas palavras:

Além de facilitarmos o encaminhamento de correntes imigratórias economicamente aparelhadas e produtivas, devemos começar localizando os elementos nacionais dispersos, mediante auxílio eficiente e assistência sanitária, em condições de aproveitar as suas energias e espírito de sacrifício, postos à prova na luta que vem sustentando, desamparados e estoicos, contra o meio insalubre e agressivo (VARGAS, 1938a: 182)

Nesse sentido, nota-se como a Amazônia configurava no discurso oficial como uma região estratégica, tanto para o fornecimento de matéria-prima para a indústria nacional em desenvolvimento, quanto como território no qual o empresariado brasileiro encontraria economia em potencial, caso fosse devidamente explorada.

A partir de 1935, o poder central passou a demonstrar maior interesse em relação à Amazônia, devido aos acordos comerciais firmados entre Brasil com os Estados Unidos e a Alemanha. Como mencionamos anteriormente, no período, o governo federal buscava soluções e possíveis caminhos para a inserção da região amazônica no projeto de capitalismo nacional, especialmente através da ocupação do chamado “vazio demográfico”. Esse aspecto viria a se tornar central na narrativa oficial do Estado, além de caracterizar a essência do plano de brasilidade de Vargas, tornando-se a égide retórica da Marcha para o Oeste, programa político de expansão promovido durante a fase do governo estadonovista (FERREIRA, 2011: 1-4). Cabe destacar que, na concepção de Getúlio Vargas e do Estado Novo, a marcha para o Oeste era a síntese do sentido de brasilidade, ou seja, o deslocamento demográfico das zonas litorâneas ao interior do Brasil significava ir de encontro às riquezas da nação, um caminho necessário para o progresso industrial brasileiro (VARGAS, 1938b: 124).

A questão do interior do Brasil, enquanto espaço desocupado, colidia diretamente à constatação da presença indígena nesses territórios. A própria política indigenista demonstrava certa ambiguidade durante o Estado Novo. Em 1940, Getúlio Vargas, em visita à aldeia dos Karajá e após sobrevoar o território xavante no Brasil Central, aos ares de propaganda prometia distribuir terras aos índios e sertanejos que viviam na região. Contudo, as intenções do Estado Novo eram fixar o homem à terra, na solução de extirpar o nomadismo, convertendo, assim, o indígena, desprovido do sentido de nação e o sertanejo, abandonado no vasto sertão, em cidadãos produtivos para o Brasil e nutridos de sentimento nacional. Destaca-se que a política indigenista, assumiu caráter doutrinário, desempenhado pelo Serviço de Proteção ao Índio e pelas missões religiosas (GARFIELD, 2000: 16-17).

Em 1939, o governo federal implementou projetos de colônias militares de fronteiras e agrícolas, parte do plano de colonização, entretanto, as iniciativas falharam na tarefa de fixar o colono à terra. (FERREIRA, 2011: 22). A conquista de espaços localizados no interior do Brasil necessitava de uma orientação científica, que viria a ser promovida e mobilizada em projetos pelo governo federal, com finalidade de direcionar um plano de colonização e povoamento que obtivesse êxito, solucionando assim, o problema contextual e antagônico à ideia de brasilidade na percepção do Estado, ou seja, o deslocamento de grande contingente de populações rurais em direção às cidades litorâneas (GOMES, 1982: 162).

Nos oito anos que decorreram entre 1937 e 1945, o Brasil vivenciou experiências inéditas, que foram marcadas pelo autoritarismo, nacionalismo e populismo, por novas políticas públicas sociais e tributárias, pelo incentivo industrial, pela intervenção do Estado e pelo

contexto da Segunda Guerra Mundial (GOMES, 2019). Durante a fase do Estado Novo, intensificar-se-ia a urgência de colocar em prática projetos de desenvolvimento para a Amazônia, especialmente a partir dos apelos de Getúlio Vargas, em que ficou conhecido como “Discurso do Rio Amazonas”, e a política de ocupação e colonização denominada “Marcha para o Oeste”.

No ano de 1940, o presidente Getúlio Vargas realizou discurso na cidade de Manaus, destacando algumas questões e reiterando outras do seu projeto de governo para a região amazônica. Justificando que o grande inimigo do progresso na Amazônia era o espaço imenso e despovoado, o presidente garantia que, através da intervenção do poder central, esse complexo obstáculo poderia ser finalmente superado. Afirmava ainda que estava na hora de cuidar, de forma permanente, do povoamento amazônico. Reenfatizando que as questões do clima e da natureza excessiva haviam impedido os contingentes humanos – procedentes de regiões que dispunham de excesso demográfico – de povoar a Amazônia. Ainda em discurso, Vargas valoriza o homem nacional, aquele que adentrou a floresta atrás do ouro negro e da castanha, mas perdera-se no nomadismo de sua ocupação. A solução para esse problema constituía no projeto de estabelecer o homem em grupos concentrados, metodicamente localizados, para vencer o espaço imenso, prevalecer sobre a natureza e conquistar a terra, dando lugar a núcleos de cultura agrária. Assim sendo, o homem tornar-se-ia o colono nacional, receberia a terra, desbravada, saneada e loteada, fixando-se definitivamente com saúde e conforto (VARGAS, 1942: 259-262).

O projeto político denominado “Marcha para o Oeste”, engendrado pelo Estado Novo com intenção de promover a integração e colonização de espaços desocupados, somou a colaboração de diversos intelectuais, especialmente do jornalista Cassiano Ricardo, autor do livro *Marcha Para Oeste – A Influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*, de 1940, que foi amplamente mobilizado pelo discurso oficial do Estado (SECRETO, 2007: 117). As ambições espaciais da política de ocupação logo se expandiram em direção ao Norte do país, passando a incluir as regiões da Amazônia. Cabe elucidar que Cassiano Ricardo, na composição de sua obra, foi fortemente influenciado pela conceituação de fronteira do historiador estadunidense Frederick Jackson Turner. Destarte, a Amazônia, na perspectiva estadonovista, também tornar-se-ia um espaço a ser conquistado (ANDRADE, 2010: 459).

Na década de 1920, Cassiano Ricardo, em conjunto com outros escritores, fundou o Movimento Verde-Amarelo, uma ala amplamente nacionalista do Modernismo brasileiro. Em 1928, publicou a obra *Martin Cererê*, oferecendo aos leitores um retrato do Brasil, na intenção

de superar a imagem de homem brasileiro ainda muito ligada ao pessimismo da figura do Jeca Tatu, de *Urupês* (1918), do escritor Monteiro Lobato. Com a publicação da obra *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo contribuiu de forma fundamental na composição da estrutura ideológica do Estado Novo, em um período que o regime estadonovista teve como projeto a consolidação do trabalhador brasileiro enquanto tipo nacional. A figura do bandeirante é centralizada na obra, o qual, durante sua conquista do Oeste, mesmo dispendo de baixa tecnologia, aprenderia as técnicas necessárias para dominar a natureza e adaptar-se ao ambiente, elevando a uma experiência que, na opinião de Cassiano Ricardo, seria superior a estadunidense (OLIVEIRA, 2008: 15-16). Dessa forma, o governo Vargas, em sua conquista do Oeste, realizaria o destino de integrar o país, de unir o litoral ao sertão.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, o Império do Japão conquistou importantes territórios que produziam borracha no Sudeste Asiático. Com as rotas fechadas, o fornecimento do produto tornar-se-ia um grave problema no esforço de guerra aliado. Os Estados Unidos, que haviam entrado no conflito após o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor em 1941, buscaram rapidamente implementar acordos comerciais que corrigissem a escassez de matérias-primas, essenciais na mobilização e atuação militar. No mês de março de 1942, foram firmados os Acordos de Washington, que estabeleciam uma série de medidas de auxílio financeiro e técnico dos Estados Unidos ao Brasil. O acordo de cooperação bilateral atribuía ao governo brasileiro a responsabilidade de fornecer matérias-primas estratégicas, especialmente borracha e minérios, enquanto os Estados Unidos forneceriam material bélico e amparo técnico e financeiro para projetos estratégicos²⁰⁸, tal como o programa de saneamento da Amazônia (GUILLEN, 1997: 95).

Anteriormente aos Acordos de Washington, o governo federal, baseado no binômio sanear-colonizar e através do Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou ao médico Evandro Chagas (1905-1940) a elaboração de estudo acerca da malária no Vale do Amazonas. Esse trabalho foi realizado em cooperação do Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN) e o Serviço de Estudo das Grandes Endemias (SEGE). Em novembro de 1940, foi oficializada a Comissão de Saneamento da Amazônia, composta pelos médicos Evandro Chagas, Valério Konder, João de Barros Barreto, Felipe Nery Guimarães e Ernani Agrícola. Apenas alguns dias depois da criação da comissão, Evandro Chagas morreu precocemente,

²⁰⁸ As informações produzidas sobre a região amazônica que fundamentaram as decisões políticas dos Estados Unidos foram baseadas tanto em aspectos das necessidades brasileiras do contexto, quanto no discurso dicotômico reproduzido que, ora a Amazônia vinha a ser projetada como “Eldorado”, ora como “Inferno Verde” (GARFIELD, 2009: 53)

vítima de acidente aéreo ocorrido na enseada de Botafogo, no Rio de Janeiro. De acordo com Andrade e Hochman, Evandro Chagas indicava em futuro uma possível expansão do serviço de combate à malária, para além da esfera regional do estado do Amazonas e Pará, ou seja, a criação de um serviço nacional de combate à doença (ANDRADE; HOCHMAN, 2007: 258-260).

Nos anos seguintes, especificamente entre 1941 e 1943, foram elaborados três relatórios pela Comissão de Saneamento da Amazônia, os quais se referiam à região como um espaço hostil devido às doenças, especialmente a malária. Após os acordos de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, o projeto de saneamento ficou a cuidado do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), criado em 1942. Dessa forma, planejar-se-ia sanear as principais regiões que seriam utilizadas na extração de matérias-primas para o esforço de guerra. De modo geral, os planos de saneamento propostos pela Comissão de Saneamento da Amazônia – que envolveu a cooperação de diversos profissionais dos Departamentos Nacionais e Estaduais da Saúde – e pelo SESP, se aproximavam em muitos aspectos práticos, entretanto, enquanto o primeiro foi produzido sob o viés das ideias do Estado Novo, o segundo procedia de um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, lembrando que o Brasil entraria definitivamente na Segunda Guerra Mundial em 1942, ao romper relações diplomáticas com os países do Eixo (Ibidem: 263-266).

De acordo com Carone, os Acordos de Washington podem ser divididos em dois momentos, o primeiro de 1942 e o segundo de 1944. A fase de 1942 foi marcada pelos investimentos do Export-Import Bank of Washington, com o intuito de mobilizar recursos essenciais, e da Rubber Reserve Company (RRC) para assegurar novas possibilidades de produção de borracha e suprir as necessidades geradas pela guerra, como também pela criação de diversas instituições e planos de ação, tais como o Rubber Development Corporation (RDC) – que passou a substituir a RRC na América do Sul a partir de 1943 – e o projeto de mobilização de trabalhadores para a Amazônia. A partir do acordo bilateral, em 1942, o governo brasileiro pretendia mobilizar cerca de 50 mil trabalhadores para o Vale do Amazonas, entretanto, meses depois o número mal ultrapassou a casa dos 10 mil. Os impasses levaram a substituição do Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) pela Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA). A fase de 1944 foi marcada pela renovação dos contratos de trabalho, assim como a solução de alguns problemas de transporte, hospedagem e logística de abastecimento. Com as novas medidas,

entre o final de 1943 e início de 1945, foram transportados 22.092 trabalhadores à Amazônia (CARONE, 1976: 47-49).

As intenções presentes no “Discurso do Rio Amazonas” foram substituídas, uma vez que os acordos firmados com os Estados Unidos exigiram o fornecimento de matérias-primas pelo governo brasileiro. É importante destacar que o governo federal vinha buscando superar o extrativismo como principal estrutura econômica da Amazônia, entretanto, com a responsabilidade de subsidiar o esforço de guerra dos Aliados, passou a incentivar a prática, principalmente em relação à extração da borracha²⁰⁹.

Em 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica ficou responsável por mobilizar o contingente de trabalhadores para compor a mão de obra necessária na produção de recursos primários²¹⁰. No mesmo ano, com o objetivo de garantir o fornecimento de borracha aos Estados Unidos, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Os órgãos tiveram atuações distintas, enquanto o SEMTA se encarregou do recrutamento e do traslado dos trabalhadores até a cidade de Belém, o SAVA ficou responsável pela introdução e manutenção da mão de obra ao campo de trabalho, no caso, aos seringais (SECRETO, 2007: 126).

Com a utilização de um comitê de propaganda²¹¹, milhares de trabalhadores foram deslocados para a Amazônia, o trágico evento ficou conhecido como “Batalha da Borracha”. Somente após o final da Segunda Guerra Mundial que surgiram as reais dimensões do episódio. Em 1945, a imprensa denunciava o desastre da campanha extrativista na Amazônia, em estimativas que beiravam o número de 25 mil mortos ou desaparecidos (Ibidem: 131). As propagandas empregadas na campanha de mobilização maquiaram a realidade, na prática, os trabalhadores nacionais, majoritariamente da Região Nordeste do Brasil, conhecidos como

²⁰⁹ Após os Acordos de Washington (1942), com o objetivo burocrático de controlar a produção, migração, logística e saneamento, o governo federal brasileiro criou e reformou diversas instituições, tais como o Banco de Crédito da Borracha (BCB), Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA), Instituto Agrônomo do Norte (IAN) (1939), Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAPP) (1940) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) (GUILLEN, 1997, p. 97).

²¹⁰ Consta no Art.1º do Decreto-Lei nº 4750 de 1942 que, “Ficam mobilizados, a serviço do Brasil, todas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, caráter, propriedade ou vínculo de subordinação”. Inclui-se ainda no parágrafo único a mobilização do trabalho humano (BRASIL, 1942).

²¹¹ A articulação de propagandas e seu uso foi de grande importância na atuação do SEMTA. O publicitário e cartazista suíço, Jean-Pierre Chabloy, foi um dos principais articuladores e autor de notáveis propagandas na “Campanha da Borracha”, que divulgaram a Amazônia sob ótica extremamente positiva e destacavam a proteção aos trabalhadores por parte do Estado. Cabe frisar que o público-alvo dos cartazes foi o migrante em potencial (MORAES, 2012).

“soldados da borracha”, foram abandonados na selva, sem abastecimento adequado, saneamento, assistência médica e, principalmente, sem experiência, o que acarretou em alto número de baixas ou desaparecidos (GUILLEN, 1997: 101).

Como mencionado, durante o pós-1930, a política do governo federal em relação à Amazônia tomou novos rumos, até se intensificar, em 1937, com a instauração do Estado Novo. As políticas empregadas pelo Estado se fundamentavam em estudos e produções científicas sobre a Amazônia, além de se apropriar elementos presentes em narrativas do pensamento social sobre a região. O Estado, por sua vez, teve por objetivo, analisar as possibilidades de colonização definitiva e plausíveis caminhos para o desenvolvimento econômico do Vale do Amazonas. Getúlio Vargas, enquanto chefe de Estado, possuía o conhecimento dos debates estrangeiros em relação aos imensos espaços desocupados e ricos em matéria-prima no interior do Brasil e o crescente interesse nessas regiões, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial.

É importante destacar que, durante a Era Vargas, a intelectualidade, enquanto grupo social, exerceu papel fundamental na produção e mobilização de ideias nas práticas estatais direcionadas para o interior do Brasil. A relação entre cultura e Estado assumiu um novo caráter, pois questões relacionadas às políticas públicas foram fundamentadas em ideias presentes no pensamento social brasileiro. A criação de um repertório cultural mobilizado em prol do discurso estadonovista foi constituído por imagens, personagens, objetos, interpretações e narrativas já consolidadas no imaginário popular, auxiliando a construção de argumentos que embasassem os projetos políticos promovidos pelo poder central (MAIA, 2010).

Sabemos que Gastão Cruls, na época diretor da Biblioteca Central de Educação do Distrito Federal, no final de 1938, foi autorizado por Getúlio Vargas e comissionado pelo governo para viajar novamente à Amazônia, na intenção de estudá-la em todos os seus aspectos para escrever um livro. Indicando à imprensa que visitaria a Fordlândia e a colônia japonesa de Maués e Parintins, Gastão Cruls partiu do cais do Rio de Janeiro, somente retornando no ano seguinte. Com as anotações e experiências da viagem, o escritor carioca publicaria obra inédita em 1944. A visita de Cruls à Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB) renderia a publicação, em 1939, na *Revista Brasileira de Geografia*, como veremos adiante.

3.3 O regresso do “Amazônico”: a *Hiléia Amazônica* e as impressões da Companhia Ford Industrial do Brasil

Destaca-se que a escolha da Ford Motor Company pela região do rio Tapajós remete ao final do século XIX, período crucial para entender a derrocada da produção da borracha brasileira e o domínio inglês do produto no mercado internacional. Entre 1869 e 1872, o botânico Henry Alexander Wickham, seguindo ordens de Joseph Dalton Hooker, diretor do Jardim Botânico Real de Kew, coletou aproximadamente 70 mil sementes da *Hevea brasiliensis* para estudos. As sementes geraram cerca de 2.500 mudas de seringueiras, com as quais o Jardim de Kew iniciou o plantio nas colônias britânicas do sudeste asiático (DUARTE JUNIOR., 2015: 2). Logrando êxito, a produção do Reino Unido, durante as primeiras décadas do século XX, ultrapassou a do Brasil, estabelecendo, assim, o domínio inglês no comércio da borracha em escala internacional.

Ocorre que Wickham, ao realizar a tarefa encomendada por Hooker, havia recorrido à região do Tapajós para coletar as sementes de seringueira, fato que dava à região a sensação de ser o local mais propício para o cultivo em grande escala, pois consistia do solo natal das triunfantes seringueiras plantadas na Ásia. Dessa forma, o Vale do Tapajós foi o lugar requisitado por Henry Ford nas negociações de aquisição de terras com o Governo do Pará. Outro fator que influenciou fortemente a decisão do empreendedor estadunidense em investir em sua própria produção de borracha, decorreu dos acordos realizados pelos ingleses para manter os preços da borracha em alta no mercado (SENA, 2008: 91-92).

Em 1927, a Ford Motor Company adquiriu cerca de um milhão de hectares, localizados na margem direita do rio Tapajós, região batizada de Fordlândia. Com a intenção de tomar posse do terreno, Henry Ford enviou ao Brasil um comitê de funcionários para tratar dos detalhes do contrato com o governo paraense. Com o auxílio do governador do Pará, Dionísio Bentes, o contrato foi aprovado rapidamente pela Assembleia Legislativa do Pará; o comitê enviado por Ford havia requisitado diversos benefícios, tais como: a isenção de tarifas de exportação e importação, direito total de exploração de recursos existentes, licença ampla de construção de obras de engenharia, a criação de bancos, representações comerciais e força de segurança. Com os tratados firmados, a administração do empreendimento ficava a cargo da Companhia Ford Industrial do Brasil, com a escritura aprovada em outubro de 1927, pela Junta Comercial do Pará (DUARTE JUNIOR, 2015: 4).

No ano seguinte, começaram as obras de construção da cidade que abrigaria os funcionários e administradores do investimento de Henry Ford na Amazônia. Os campos foram limpos e, no final de 1929, havia sido realizado o plantio de 400 hectares de seringueira. Ao final de 1930, a Fordlândia despontava na paisagem amazônica como um pequeno centro

urbano, uma típica cidade norte-americana, a “cidade-empresa” de Ford, possuía ampla estrutura, com casas com jardins, calçadas, sistema de esgoto, sistema de captação e tratamento de água, escola, hospital, usina de energia, uma pequena ferrovia e a famosa caixa d’água, símbolo da presença estadunidense na região (SENA, 2008: 93-94).

Em 1931, a CFIB empregava aproximadamente 3 mil trabalhadores, entre estadunidenses e brasileiros, somando as famílias, havia mais de 4 mil habitantes. As edificações modernas da Fordlândia, em meio à floresta amazônica, significaram um grande avanço da civilização e progresso, sobre um território antes considerado selvagem e atrasado (NETO, 2019: 108-110). Além disso, a exploração sedentária promovida pelo empreendimento de Henry Ford demonstrava ser possível estabelecer núcleos populacionais em meio à Amazônia. Em 1933, Getúlio Vargas elogiou a ousada empreitada de Henry Ford e destacava o exemplo dos norte-americanos que, com amplos recursos e métodos colonizadores, construíram verdadeira colônia de trabalho racional, com aparelhagem completa e defesa sanitária, transformando, rapidamente, a floresta num centro promissor de riqueza agrícola e industrial (VARGAS, 1938a: 183).

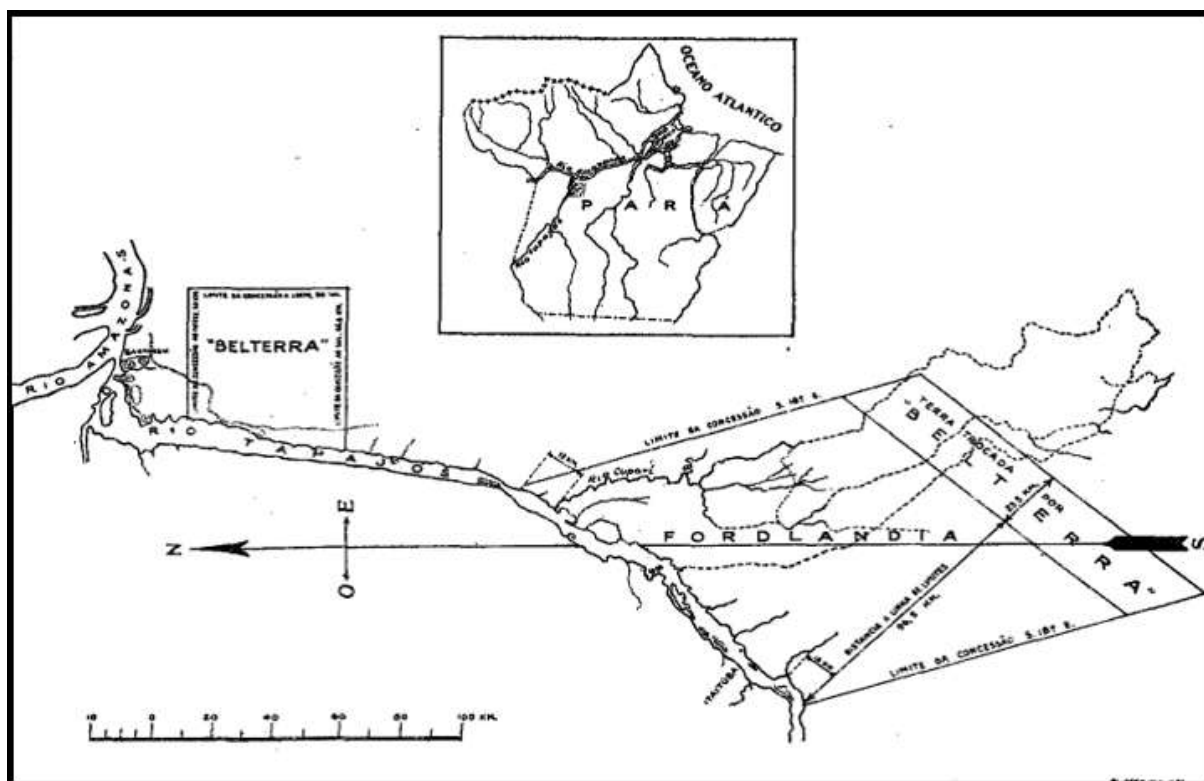
Contudo, a Fordlândia passou por graves problemas sociais e de produtividade, até declaradamente seu fracasso, em 1934. Os funcionários estadunidenses e os trabalhadores brasileiros, em geral, não gozavam de boas relações, os estrangeiros julgavam os brasileiros como demasiadamente preguiçosos, se referindo muitas vezes a eles de maneira discriminatória. Diversas restrições foram impostas aos trabalhadores nacionais, o horário adotado pela Companhia Ford Industrial do Brasil seguia o mesmo horário de trabalho da matriz em Dearborn, na cidade de Detroit, não levando em conta o ambiente amazônico. Os brasileiros estavam acostumados a horários alternativos, começando antes do nascer do sol, pausando no período mais quente do dia para dar continuidade depois. O Departamento Sociológico da Ford Motor Company fiscalizava cuidadosamente os hábitos dos trabalhadores, inclusive dentro das residências, além disso, havia também a obrigatoriedade de alimentação importada, fato que causava certo estranhamento aos brasileiros. No final de 1930, a administração alterou a rotina do refeitório, causando o estopim da revolta dos brasileiros, na qual a Fordlândia foi gravemente depredada na chamada Revolta Quebra-Panela, apenas controlada com o uso do Exército Brasileiro, após o episódio a Fordlândia passou por fundamental reestruturação (DUARTE JUNIOR, 2015: 5-6).

Com a Fordlândia, Henry Ford acreditava que em pouco tempo colheria os frutos de seu investimento, entretanto, o empreendimento foi um enorme fracasso. A falta de critério técnico

na escolha do local, de topografia montanhosa e solo majoritariamente arenoso, dificultaram um cultivo sistemático de seringueiras, além disso, as questões logísticas eram extremamente problemáticas, visto que na estação de estiagem as embarcações de grande porte ficavam impossibilitadas de acessar o porto da Fordlândia, devido ao nível baixo do rio Tapajós. Apesar disso, o fator determinante da frustração do projeto de *plantation* foi provocado pelo mal-das-folhas, causado pelo fungo *Microcyclus ulei*, que praticamente dizimou todas as seringueiras cultivadas nos primeiros anos (SENA, 2008: 94-95).

As plantações da Fordlândia foram abandonadas em 1934, no auge da infestação do fungo. Na busca por uma solução para salvar o empreendimento, todo o esforço foi redirecionado para um novo local com condições mais favoráveis para o cultivo, o qual os técnicos da empresa denominaram de Belterra, próximo da localidade de Santarém, no Pará. Como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 18: Localização das duas áreas da Companhia Ford Industrial do Brasil, ambas à margem direita do rio Tapajós.



FONTE: CRULS, Gastão. Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, out. 1939, p. 4.

Encarregado por Henry Ford, o engenheiro e dirigente da Fordlândia, Archibald Johnston construiu a nova cidade-empresa de Belterra, com habitações mais confortáveis e instalações diversificadas, com amplo hospital, escolas, pequenos comércios e até mesmo uma

magazine das Casas Pernambucanas. Ademais, exceto pelos dez cargos administrativos e de chefia dos norte-americanos e os dois cargos desempenhados por botânicos holandeses, especialistas em seringueiras, as demais funções eram exercidas por brasileiros (CRULS, 1939: 11-16). Com política de tolerância mais abrangente em relação aos costumes e outros aspectos, a nova localidade de Ford conseguiu apaziguar as relações entre estrangeiros e nacionais, visto que, em Belterra jamais ocorreu qualquer revolta, diferentemente da Fordlândia (DUARTE JUNIOR, 2015: 7-8).

Em 1937, os campos de Belterra possuíam em torno de 700 mil seringueiras cultivadas, no entanto, o mal-das-folhas reapareceu, exigindo um amplo projeto de pulverização de fungicidas. No ano seguinte, o governo estadunidense passou a demonstrar interesse pelos investimentos de Henry Ford na Amazônia, assim como nas plantações de seringueiras no continente americano, o que significava a possibilidade de fornecimento de borracha em territórios pertencentes à esfera de influência dos Estados Unidos. No ano de entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, Belterra havia iniciado a exploração das seringueiras plantadas e enviado a produção aos EUA. No entanto, com a guerra, a Ford Motor Company direcionou sua linha industrial para a produção de veículos militares e aviões, exigindo imenso esforço de recursos humanos e materiais. Além disso, em 1942, ocorreu grave infestação do mal-das-folhas (Ibidem: 8).

Os projetos da Ford Motor Company na Amazônia se encerraram em 1945, durando 18 anos, com as cidades-empresas e toda sua estrutura sendo entregues aos cuidados do governo federal. Henry Ford II, neto de Ford, à frente do projeto, culpou, especialmente, o fungo pela desistência do empreendimento, assim como, com o final da Segunda Guerra Mundial, as demandas por borracha diminuíram e não interessava mais a Companhia manter uma produção distante da matriz e a preço elevado. As alianças estabelecidas durante a guerra se manteriam após o conflito, os acordos comerciais entre Estados Unidos e Inglaterra ofereceram vantagens na aquisição por preço razoável da borracha proveniente dos territórios ingleses do sudeste asiático, como também havia a possibilidade de produzir a borracha de forma sintética (SENA, 2008: 96).

Em setembro de 1938, como parte de sua viagem à Amazônia, Gastão Cruls visitou a Companhia Ford Industrial do Brasil. Há 10 anos, quando assinado e oficializado a concessão de terras pelo Governo Estadual do Pará a CFIB, Gastão Cruls estava percorrendo o rio Cuminá, integrando o Serviço de Inspeção de Fronteiras a caminho dos limites fronteiraços do Brasil com a Guiana Holandesa. É importante destacar que a visita de Gastão Cruls ocorreu em

Belterra, permanecendo três dias na cidade-empresa, na época com edificações estabelecidas e cultivos encaminhados, quanto à Fordlândia, por dificuldades de transporte, privaram a visita do escritor carioca.

Assim, pode-se dizer que em seu artigo sobre a Companhia Ford Industrial do Brasil, Gastão Cruls realizou tanto uma análise histórica, quanto uma produção descritiva, dividida nos seguintes aspectos: plantações, instalações, administração e serviços médicos. Destaca-se que o empreendimento de Henry Ford, como também as colônias japonesas na Amazônia, despontavam, na época, como reais expressões da possibilidade de colonizar definitivamente regiões da Amazônia, caso fossem empregados métodos específicos de colonização.

Gastão Cruls realizou parte de sua visita guiado por Curtis Pringle e Kenneth Waddell, respectivamente, superintendente geral das plantações e médico chefe, através dos quais o escritor coletou informações sobre o empreendimento, além de conversar com o próprio diretor-gerente da Companhia, Archibald Johnston.

Acerca das plantações, Cruls destacou, entre os principais pontos, as operações de enxerto entre as seringueiras nativas e as mudas adaptadas, trazidas do sudeste asiático pela Companhia e os processos de cultivo, germinação e cuidados. Indicava, que na época de sua visita, no final de 1938, foram plantados 2.400.000 pés de seringueiras, que ocupavam aproximados 40 km². Contudo, ainda não haviam atingido o tempo mínimo de 8 anos para a extração do látex, visto que o cultivo se iniciou em 1934. Gastão Cruls registrou que os dirigentes de Belterra haviam lhe informado as pretensões de cultivar outras culturas, como algodão e o timbó, planta com componentes que o tornam um eficaz inseticida (CRULS, 1939: 3-9).

Sobre as instalações, em seu registro Gastão Cruls destacou os aspectos das moradias adaptadas a padrões de conforto e higiene, assim como a diversidade de edifícios que compunham Belterra. A cidade possuía, além da usina elétrica, estradas pavimentadas, serraria, escolas e um hospital, com capacidade de 40 leitos, que possuía também laboratório, farmácia, sala de Raio-X e cirúrgica, havia pequenos comércios e almoxarifados que poderiam ser usufruídos pelos trabalhadores (Ibidem: 11-14).

Na parte da administração, como informou Archibald Johnston a Gastão Cruls, o principal problema de Belterra, consistia na escassez de mão de obra necessária. A CFIB, que no início da década de 1930 contava com mais de 3 mil trabalhadores, em 1938, mal conseguia manter seus 1.700 trabalhadores rurais (1.200 em Belterra e 500 na Fordlândia). De acordo com Johnston, o problema ocorria devido à falta de hábito do amazonense por qualquer trabalho

sedentário e metódico, com fixação à terra pois, culturalmente sempre desempenhou ocupações na indústria extrativista, se entregando ao nomadismo (Ibidem: 14-15). Complementando, Gastão Cruls, informa que:

Justamente em 1938, houve uma prova típica e comprovante dessa asserção. Tendo-se dado uma alta súbita no preço das sementes de cumarú (*Dipteryx*, diversas espécies), perto de 300 homens abandonaram a Companhia para ir tentar a sorte, por conta própria, na apanha daquele produto [...] E não se diga que a Companhia paga mal aos seus trabalhadores. O salário inicial mínimo, a seco, de 6\$000 diários, ao cabo que de dois meses de bons serviços, passa logo a ser aumentado e pode chegar a 10\$000 e 12\$000 por dia. Ora, assim, não vemos procedência a certas críticas por nós ouvidas posteriormente, desde que em Belém, na própria capital do Estado, onde o custo de vida é muito mais caro, o inquérito aberto pelo Ministério do Trabalho, afim de apurar os salários mínimos, encontrou estivadores, carregadores e o trabalhador braçal de certas fábricas, recebendo apenas de 4 a 5\$ diários (Ibidem: 15).

Em relação aos trabalhadores brasileiros na Companhia, Johnston, informava a Cruls, que, quando sadio e afeito ao trabalho, o caboclo amazonense poderia ser comparado ao seu irmão da América Central e das Antilhas, se destacando por sua capacidade física. Por outro lado, Curtis Pringle, fez menções especiais à inteligência e certas aptidões demonstradas por muitos trabalhadores nacionais, especialmente o grupo de jovens de 16 a 20 anos a seu serviço (Ibidem: 16-17).

Com diversos elogios, Gastão Cruls destacou a organização dos serviços médicos e os cuidados de higiene e profilaxia, chefiados por Kenneth Waddell, que com esforço mantinha a Companhia com magnífico estado sanitário. Com recorrentes inspeções médicas, visando o combate do impudismo e verminoses, além da imunização contra varíola, febre amarela e difteria, jamais ocorreu qualquer epidemia mais séria, mesmo quando a CFIB empregava mais de 3 mil trabalhadores (Ibidem: 17).

Na conclusão das impressões de Gastão Cruls sobre os empreendimentos da Ford Motor Company na Amazônia, declarou o escritor carioca, especulando sobre uma possível retomada do comércio da borracha na região, o qual, talvez, em futuro próximo, rivalizar-se ia com a produção asiática:

Mas antes de atentar para o futuro, motivos outros já nos rejubilavam o coração ao tornar da visita à Companhia Ford. É que ali se faz mais um clamoroso desmentido àqueles raros que ainda supõe ser impossível, nos dias presentes, o aproveitamento agrícola do Amazonas. Por outro lado, após tanto tempo de vida vária e erradia, o nosso caboclo fixa-se pela primeira vez à terra, e sua mão, que quase só sabia colher e depredar, habitua-se enfim ao gesto do semeador (Ibidem: 22).

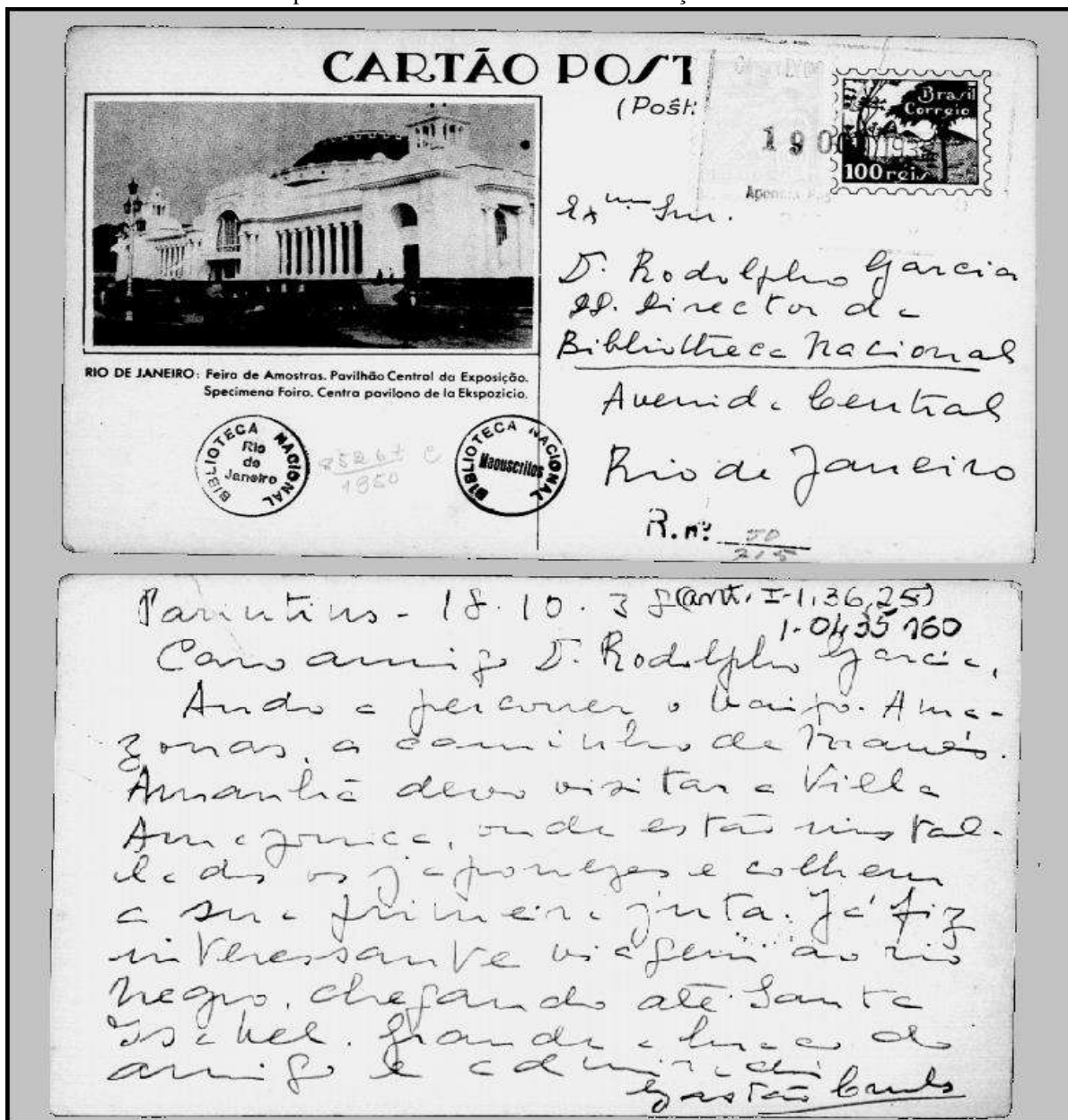
Temos por conhecimento que Gastão Cruls, além da colônia da Ford em Belterra, também visitou, em sua viagem à Amazônia, a colônia japonesa de Parintins e Maués, como indicam algumas correspondências do escritor carioca. Destaca-se que a imigração japonesa para a Amazônia ocorre em respectivas levas no final da década de 1920 e início de 1930. Os primeiros colonos nipônicos chegaram à região amazônica em 1929, se instalando em Tomé-Açu, no Pará, seguidos pelo estabelecimento em Maués, em 1930, e Parintins, em 1931, no estado do Amazonas (HOMMA, 2008: 113).

As iniciativas de criação de colônias de imigrantes japoneses que visavam o cultivo agrícola foram mencionadas, em 1933, pelo presidente Getúlio Vargas. Em suas palavras:

os japoneses, contando mais com o esforço individual e desenvolvida capacidade de trabalho, localizam-se, constituindo agrupamentos que se entregam à cultura estável, sob vigilante assistência higiênica e técnica. Do processo de policultura que adotaram, conseguem com facilidade os meios comuns de subsistência e não tardarão em fazer da terra fértil que escolheram celeiro opulento e compensador. Os exemplos são animadores e comprovam a exequibilidade da colonização da Amazônia. Os poderes públicos tem o dever, não só de estimular todas as iniciativas desta ordem, mas, também, nelas se inspirando, desenvolver esforços semelhantes, para o aproveitamento dos nacionais, que, resistentes, sóbrios e tenazes, poderão, quando aparados eficientemente, emular com os alienígenas (VARGAS, 1938a: 183).

É importante destacar a existência de um possível caderno de anotações produzido por Gastão Cruls, durante sua segunda viagem à região amazônica. Contudo, em decorrência da pandemia que envolve o contexto de produção desta pesquisa, não conseguimos ter acesso ao acervo pessoal de Gastão Cruls, em posse de familiares. Assim, como mencionamos, as visitas de Gastão Cruls às colônias japonesas podem ser atestadas através de correspondência do escritor, como podemos observar na figura abaixo, a qual consiste de um cartão postal enviado ao amigo e diretor da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia.

Figura 19: Cartão postal de Gastão Cruls endereçado a Rodolfo Garcia, informando que estava percorrendo o Baixo-Amazonas em direção a Maués.



FONTE: Compilação do autor²¹².

Na correspondência, Gastão Cruls informa a situação de sua viagem a Rodolfo Garcia e seu seguinte itinerário:

Parintins – 18/10/38

Caro amigo Dr. Rodolfo Garcia.

Ando a percorrer o Baixo Amazonas, a caminho de Maués. Amanhã devo visitar a Vila Amazônica, onde estão instalados os japoneses e colhem sua primeira juta. Já fiz

²¹² CRULS, Gastão. *Cartão a Rodolfo Garcia, comunicando-lhe estar percorrendo o Baixo Amazonas, devendo visitar a colônia de japoneses, próximos a Maués*. Parintins, 18 de outubro de 1938. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=82593. Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

uma interessante viagem ao rio Negro, chegando até Santa Isabel. Grande abraço do amigo e admirador.

Gastão Cruls²¹³

No entanto, por conta do período de visita do escritor carioca às colônias japonesas, Cruls não conseguiu presenciar nem o corte da juta, que consistia em um dos principais produtos cultivados pelos núcleos nipônicos na Amazônia, nem a colheita do arroz, ainda fora de época. Contudo, o escritor teve boas impressões da colonização japonesa na região, destacando a organização e a estrutura das vilas, com habitações construídas em madeira, adequadas e adaptadas, as quais se acomodam às exigências da região²¹⁴.

Além do artigo na *Revista Brasileira de Geografia*, Gastão Cruls publicou, em 1944, com a experiência das viagens e suas intensas leituras sobre a Amazônia, a obra *Hiléia Amazônica*, compêndio sobre aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígena da Amazônia. Destacando a projeção da Amazônia no exterior, o *Jornal do Brasil* publicou detalhes mais específicos sobre a encomenda da editora francesa a Gastão Cruls. De acordo com o periódico, ficaria estabelecido entre a Payot e o escritor brasileiro a preparação de uma viagem de considerável duração nas regiões banhadas pelo rio Amazonas, com objetivo de coletar assuntos e matérias de interesse e que poderiam contribuir com a publicação. Na opinião do jornal, o pedido, vindo diretamente dos bulevares da capital francesa, refletia, sob forma de curiosidade e interesse, a projeção mundial da Amazônia brasileira²¹⁵.

Não podemos afirmar ao certo o itinerário percorrido por Gastão Cruls em sua segunda viagem pela Amazônia entre o final de 1938 e início de 1939, no entanto, as matérias em periódicos da época e outras documentações prestam algum auxílio para evidenciar os possíveis destinos cursados pelo escritor carioca. Sabemos que Gastão Cruls embarcou, nas primeiras semanas de setembro de 1938, no paquete *Duque de Caxias*, com destino à Manaus, no Amazonas. Durante a viagem, aproveitando as escalas da embarcação, Cruls visitou Salvador, na Bahia, Recife, em Pernambuco, Maceió, no estado de Alagoas e a cidade de Belém, no Pará, antes do *Duque de Caxias* alcançar seu destino final e o escritor desembarcar em Manaus, no início do mês de outubro.

Em Recife, Cruls concedeu entrevista ao jornal *Diário da Tarde*, de propriedade de seu amigo Carlos de Lima Cavalcanti, informando ao repórter que não pretendia escrever nenhuma

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Movimento do porto – A bordo do “Duque de Caxias” passou o escriptor Gastão Cruls. *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 de janeiro de 1939, p. 12.

²¹⁵ A projeção universal da Amazonia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1938, p. 5.

obra de ficção sobre a Amazônia e que seus objetivos eram unicamente científicos²¹⁶. Em geral, o conteúdo das entrevistas concedidas à imprensa pelo escritor carioca, nas cidades por onde passou, consistem de informações similares, que permeiam especialmente os objetivos de sua viagem. Em 25 de setembro, durante a passagem de Gastão Cruls por Belém, o almirante Braz Dias de Aguiar ofereceu um almoço em homenagem à presença do literato, no qual compareceram diversas personalidades da elite paraense²¹⁷.

Nos meses seguintes, Gastão Cruls teve a oportunidade de conhecer diversos locais, alguns já mencionados, como as instalações da Companhia Ford Industrial do Brasil, as regiões do rio Negro até a localidade de Santa Isabel, as colônias japonesas em Parintins e Maués, além disso, o escritor percorreu também algumas regiões do Baixo Xingu, Santarém, Alter do Chão e Itacoatiara. Gastão Cruls retornou para o Rio de Janeiro no primeiro mês de 1939, com direito à rápida passagem novamente por Recife, na qual foi recebido pelo amigo e escritor Gilberto Freyre, assim como figuras ilustres da capital, tais como os professores Alfredo Freyre, Silvio Rabello, Olívio Montenegro, Odilon Nestor e outros²¹⁸.

²¹⁶ A atração da Amazonia. *Diário da Tarde*, Recife, 16 de setembro de 1938, p. 2.

²¹⁷ Rumo à Amazonia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1938, p. 5.

²¹⁸ Movimento do porto – A bordo do “Duque de Caxias” passou o escriptor Gastão Cruls. *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 de janeiro de 1939, p. 12

Figura 20: Da esquerda para direita: Gilberto Freyre, Odilon Nestor, Gastão Cruls e o redator do Diário da Manhã. Recife, 1939.



FONTE: *Diário da Manhã*, 6 de janeiro de 1939, p. 1.

Gastão Cruls, ao longo da vida, manteve grande amizade com o escritor Gilberto Freyre, trabalharam juntos em alguns projetos, dividiram a mesma moradia na década de 1930, Gastão acompanhou Freyre em viagem ao Rio Grande do Sul, em 1940; Freyre convidou Cruls para apadrinhar sua filha (VIVOLO, 2017: 113). Além disso, com a mudança de Freyre ao Rio de Janeiro, foi Cruls, quem o apresentou a outros escritores. Quando Edgard Roquette-Pinto faleceu, em 1954, Gilberto Freyre, em homenagem ao antropólogo e ex-diretor do Museu Nacional, lembrou do momento em que conheceu o intelectual, que tão generosamente havia acolhido seus primeiros ensaios sobre o Brasil, “conheci, então Roquette-Pinto, apresentado ao mestre ilustre por um dos seus melhores amigos: Gastão Cruls”²¹⁹.

²¹⁹ FREYRE, Gilberto. Mestre Roquette-Pinto. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 38, 2 de julho de 1955, p. 26.

Figura 21: Os amigos, José Olympio, à esquerda, Gastão Cruls e Gilberto Freyre.



FONTE: Arquivo da família²²⁰.

Em 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial, durando os seis anos seguintes, conflito, no qual o Brasil entraria oficialmente em 1942, declarando guerra contra os países do Eixo. Com a rápida derrota francesa, infligida pela Alemanha, e a ocupação de Paris em 1940, o projeto do livro de Gastão Cruls sobre a Amazônia, encomendado pela editora francesa, seria abandonado. Contudo, o escritor organizou as notas da viagem, as anotações das leituras e pesquisas sobre a região e publicou, em edição de luxo, obra de grande fôlego sobre a Amazônia.

Gastão Cruls dividiu sua obra nos respectivos temas: flora, fauna, arqueologia e etnografia indígena. Na obra, o escritor carioca, mescla seus rasgos literários e o compromisso com a ciência, transmitindo ao leitor uma síntese das impressões e representações sobre a Amazônia, delicadamente tratada com elementos que marcaram suas expedições à floresta tropical, acompanhado de 48 pranchas de aquarela. As ilustrações foram encomendadas por

²²⁰ A fotografia foi reproduzida diretamente do acervo familiar em reportagem do *O Globo*, com o título “Escritor reuniu as visões poéticas sobre o Rio”, em 30 de junho de 2001.

Cruls aos artistas Armando Pacheco Alves, Hilda Velloso, Georges Julien Simoni, além do escritor e pintor Luís Jardim, que ficou a encargo dos ornamentos tipográficos. Enquanto autor, Gastão Cruls julgava indispensável garantir a qualidade iconográfica das estampas, assim sendo, a obra foi publicada originalmente em 1944²²¹, pela Companhia Editora Nacional, com tiragem bastante restrita, em material e dimensões adequadas, tornando a primeira edição, uma edição de luxo. Destaca-se que as representações foram produzidas a partir das coleções e catálogos do Museu Nacional, assim como de coleções particulares do escritor Américo Facó, do almirante Braz Dias de Aguiar e do próprio autor.

Na figura a seguir pode-se observar algumas das estampas presentes em *Hiléia Amazônica*, optamos por reproduzir as seguintes: Prancha IV, Palmeira Miriti; Prancha XIX, Uirapurús e Saís; Prancha XXXIII, Cerâmica de Maracá, urna antropomórfica masculina e a Prancha XXXIX apresenta os seguintes itens, *tipiti* (espremedor de mandioca) de procedência ticuna, ralador de madeira dos uaupés, peneira dos índios tucanos e abano de palha dos ameríndios do rio Branco.

²²¹ A *Hiléia Amazônica*, após sua publicação original, em 1944, foram publicadas mais quatro vezes. Sendo: em 1955, pela Companhia Editora Nacional; em 1958 e 1976, pela Livraria José Olympio Editora; e em 2003, pela Editora Itatiaia. Totalizando cinco edições.

Figura 22: Aquarelas da *Hiléia Amazônica*. À esquerda superior, a palmeira miriti. À direita superior, aves do gênero *Pipra*, *Cyanerpes*, *Calospiza* e *Chiroxiphia*. À esquerda inferior, urna antropomórfica amazônica. À direita inferior, coleção de ferramentas indígenas.



FONTE: Compilação do autor²²².

Para sintetizar a espacialidade abordada, Gastão Cruls batizou sua obra com o nome de *Hiléia Amazônica*, utilizando-se do termo *Hileia*, cunhado por Heródoto em *Melpômene*, no significado de bosque. O mesmo termo, no início do século XIX, foi utilizado e popularizado

²²² CRULS, Gastão. *Hiléia Amazônica: aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígena*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2003.

por Alexander Humboldt e Aimé Bonpland para se referir à floresta pluvial equatorial, a qual se estende desde o sopé dos Andes ao Orinoco, pelas regiões das Guianas, se desdobra do Baixo Tocantins ao litoral paraense, cobrindo, assim, um terreno de proporções continentais (CRULS, 1955: 4).

Se em suas obras anteriores, da década de 1920, Gastão Cruls explorava as imagens presentes nas produções de naturalistas que deixaram a calha do Amazonas e adentraram ao terreno firme da floresta, se submetendo a restrito campo de visão para realizar seus estudos. Dez anos depois, destacava, também, outras imagens, as modernas aerofotografias, que reproduziam a visão da avassaladora paisagem terrena, veementemente revestida pela massa verde. Aponta, o escritor carioca, que tanto Russel Wallace quanto Spruce viajaram por semanas na calha do Amazonas sem avistar uma única árvore florida, pois qualquer florescer fundia-se à monocromia verdejante da floresta, vistas do alto ou de muito longe (Ibidem: 3-7). Na opinião de Gastão Cruls:

Para se ter uma impressão mais exata do que é a flora amazônica, na variedade dos seus aspectos, na diversidade dos seus elementos, haveremos de examiná-la em vários pontos, mas sempre de perto, subindo rios – rios de água branca e rios de água preta –, varando cachoeiras, entrando por igarapés e paranamirins, abicando nas restingas, penetrando nas matas e palmilhando os campos (Ibidem: 8).

Dessa forma, a diversidade da flora exigia do observador atenta aproximação, identificando o recorrente florescer da floresta. Apoiado nos trabalhos de Adolpho Ducke, Cruls destacou que, em relação às estações, a floresta amazônica viveria quase uma “primavera eterna”, pois dadas as condições climáticas e edáficas, as espécies, diferentemente, floresciam por quase todos os meses do ano (Ibidem: 4-18).

Na busca por afastar o leitor das impressões monótonas da Amazônia, Gastão Cruls, em sua obra, apresenta a floresta amazônica diversificada e interligada aos seres vivos que a usufruem. Pode-se afirmar que a concepção de Amazônia na obra perpassa uma visão mesológica, pois aponta as relações entre os seres vivos e o ambiente que ocupam. Ao longo do capítulo sobre a flora, além de tratar de seus aspectos gerais, Gastão Cruls escolheu abordar, dentre tamanha diversidade, os seguintes temas: vitória-régia, uapé-da-cachoeira, guaraná, palmeiras, miriti, árvores decorativas e orquídeas. Todos os temas são tratados com base em descrições botânicas e representações dos espécimes presentes nas estampas iconográficas que acompanham as páginas do livro. Além disso, como mencionamos, é sempre destacado por Cruls o uso da flora pelas sociedades indígenas, no que tange sua subsistência, instrumentos, ferramentas, armas, toxinas, bebidas e outros.

Sobre a fauna, engana-se quem procura nas páginas da *Hiléia* aspectos sobre a onça-pintada, a anta ou qualquer outro grande mamífero da fauna amazônica. Gastão Cruls, além das peculiaridades, abordadas em aspectos gerais, deu preferência para espécimes de pássaros, peixes e insetos, especificamente, divididos nos seguintes itens: pavãozinho-do-Pará, papagaios, surucuás e beija-flores, galo-da-serra, outras cotingas, uirapurus e saís, peixes de aquário e borboletas. Da mesma forma que no capítulo sobre a flora, Cruls utilizou de diversos estudos sobre a fauna, especialmente os realizados por Emílio Goeldi, Rodolpho von Ihering, Cândido de Mello Leitão, Eurico Santos e Alípio de Miranda Ribeiro (Ibidem: 69-148).

A respeito da arqueologia, Gastão Cruls abordou a localização dos sítios arqueológicos, as descobertas, artefatos, aspectos cerâmicos e hipóteses, dividido entre os seguintes temas: civilização marajoara, no qual são destacados, principalmente, os estudos de Heloisa Alberto Torres e Charles Frederick Hartt; civilização tapajônica, discussão amparada, especialmente, nas considerações de Curt Nimuendajú e João Barbosa Rodrigues; civilizações menos conhecidas, camutins, maracá, caviana, cunani, miracangüera e as cerâmicas diversas de Tefé e cercanias (Ibidem: 151-180).

No capítulo final sobre etnografia indígena, o escritor reservou espaço para temas que permeavam a classificação, troncos e famílias linguísticas, descrições históricas de contato com as sociedades indígenas, ornamentos e itens, além de estudos etnográficos, antropológico, etnológicos e linguísticos sobre as sociedades indígenas da Amazônia. Com o objetivo de sintetizar a abordagem sobre o assunto, Gastão Cruls optou por dividir o capítulo por aspectos da cultura material indígena. Dessa forma, os elementos etnográficos se apresentam da seguinte maneira: decoração das malocas, complexo da mandioca, complexo do curare, cerâmica moderna, trabalhos de miçanga, colares, arte plumária e máscaras de dança (Ibidem: 189-263). Durante suas viagens à Amazônia, Gastão Cruls reuniu diversos artefatos da cultura ameríndia, dos quais muitos foram reproduzidos nas aquarelas da *Hiléia*, que, com a morte do escritor em 1959, foi doado ao Museu do Índio, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Como mencionamos, *Hiléia Amazônica*, consiste de produção de grande fôlego. Cabe frisar que, na composição de sua obra, Gastão Cruls utilizou 739 publicações, entre estudos de botânica, zoologia, fitogeografia, antropologia, etnografia, etnologia, economia, química, história, além de relatos de viagem e produções sobre interpretações da Amazônia e do Brasil. Além disso, Gastão Cruls dispôs da colaboração direta de alguns intelectuais, realizadas através de cartas, questionários, telefonas e solicitações de material. Aos que colaboraram na produção do livro ganharam menção nos agradecimentos do autor, na parte botânica, Alberto José de

Sampaio, Adolpho Ducke, Frederico Carlos Hoehne, Alexander Curt Brade e Leonam de Azevedo Penna; referentes à zoologia, Cândido de Melo-Leitão, Olivério Mario de Oliveira Pinto e Agenor Couto de Magalhães; sobre arqueologia, a diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres; e o etnólogo Curt Nimuendajú.

Apesar de tiragem extremamente restrita da primeira edição – apenas setecentos exemplares – foi bem recebida no cenário intelectual brasileiro. Sobre a obra, o escritor e crítico literário Eustáquio Duarte escreveu: “Devemos saudar, de início, *Hiléia Amazônica*, este grande livro de Gastão Cruls, como um poderoso reforço ao movimento de preservação do lastro ancestral e comum dos povos americanos”²²³. Estampava em suas páginas o *Jornal do Brasil*, o seguinte:

A propósito da bacia do Amazonas muito se tem escrito. Nada, porém, que se compare ao livro monumental de Gastão Cruls – *Hiléia Amazônica* – lançado nos últimos dias de 1944. Constituiu, segundo Roquette-Pinto, um dos maiores acontecimentos do ano, aqui no Brasil²²⁴.

Rapidamente esgotada, grande parte dos exemplares da primeira edição da *Hiléia Amazônica* foram adquiridos pelo próprio Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Gustavo Capanema. A obra de Gastão Cruls foi, inclusive, parte de premiações concedidas a jovens estudantes nos concursos realizados pelo Ministério de Capanema, além disso, Capanema distribuiu a obra entre algumas bibliotecas do governo e presenteou com ela seus afeiçoados. Dessa maneira, em um primeiro momento, para adquirir a *Hiléia Amazônica*, necessitava-se enviar uma solicitação ao ministro Capanema, como no caso do coronel Armando de Souza Mello Ararigboia, que, dispondo do conhecimento de que o Ministério da Educação possuía grande número de cópias da *Hiléia Amazônica*, solicitou a Capanema alguns exemplares para as entidades oficiais e a Biblioteca do Estado Maior da Aeronáutica²²⁵.

Quando perguntado por Cristiano Medeiros, jornalista do *Correio da Manhã*, se com a publicação da *Hiléia*, pôs ponto final nos seus estudos sobre a Amazônia, Gastão Cruls respondeu que este ainda não era o livro de perspectiva mais ampla que estava preparando sobre a região e para o qual ainda tinha grande material reunido, com os quais o escritor ainda possuía

²²³ *Hiléia Amazônica*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1947, p. 33.

²²⁴ *Hiléia Amazônica*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1945, p. 31.

²²⁵ ARARIGBOIA, Armado de Souza Mello. Carta a Gustavo Capanema. Arquivo Gustavo Capanema, série Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1934. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas). 29 de dezembro de 1944.

muitos temas para tratar, contudo, informava que para isso ainda pretendia realizar uma terceira viagem à região, privilegiando a visita as três Guianas²²⁶.

Consequente, com Getúlio Vargas deposto, em outubro de 1945, após o final da Segunda Guerra Mundial e a conjuntura envolta em espírito de redemocratização²²⁷, os anos que se seguiram, no que tange à Amazônia, foram marcados pelo debate acerca de sua internacionalização. Durante a década de 1940, pode-se demarcar dois fatores que acarretaram na valorização da Amazônia: os Acordos de Washington (1942) e os debates sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA)²²⁸, durante o pós-Segunda Guerra Mundial. Destaca-se que, no contexto em que ocorriam especulações sobre a criação do IIHA, paralelamente se desenvolviam debates internos sobre projetos nacionais de desenvolvimento para a região. Fundamentados na Constituição de 1946²²⁹, parlamentares do Amazonas, Pará e Acre cobravam a criação da Comissão Especial para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Cepvea), instituição que exerceu papel fundamental nos debates sobre o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, especialmente a partir de 1948²³⁰, quando o assunto chegou ao Congresso Nacional (MAGALHÃES; MAIO, 2007: 170-175).

Gastão Cruls também se envolveu com o projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. No decorrer dos debates sobre o IIHA, ficou acordado o envio imediato de alguns exemplares da *Hiléia Amazônica* à França, oficializado em ata da reunião do Instituto de Altos Estudos Franco-Brasileiros em outubro de 1945 (MAIO; SÁ, 2000: 1009).

²²⁶ Testamento literário de Gastão Cruls. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1946, p. 1-2.

²²⁷ Após Getúlio Vargas ser deposto, Eurico Gaspar Dutra foi eleito para a presidência da República. O governo Dutra (1946-1951) foi marcado pelas transições em políticas administrativas e econômicas, entre elas a mudança na política de comércio exterior, o fim do mercado de livre câmbio e a adoção de contenção de importações. O Plano Salte, consiste da única iniciativa realizada pelo governo Dutra para promulgar uma intervenção do Estado, com o objetivo de coordenar os gastos públicos dos setores de saúde, alimentação, transporte e energia, sem lograr êxito, acabou sendo extinto no governo de Café Filho (1954-1955) (VIANNA; VILLELA, 2011: 2-8)

²²⁸ O debate sobre a internacionalização da Amazônia ganhou fôlego em decorrência dos debates sobre a criação do IIHA, aprovada em 1946, em Paris, na 1ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A proposta de autoria do representante brasileiro na instituição, o cientista Paulo Estevão de Berredo Carneiro (1901-1982), fazia parte das iniciativas de desenvolvimento e cooperação científica aos países periféricos no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, com objetivo em promover a realização de pesquisas em botânica, química, zoologia, geologia, meteorologia, antropologia e saúde na região do Vale do Amazonas (MAGALHÃES; MAIO, 2007: 170-175)

²²⁹ No Art. 199 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946, consta que, “Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária” (BRASIL, 1946). O artigo foi renovado vinte anos depois através da Emenda Constitucional nº 21 de 1966, ficando o investimento em caráter permanente.

²³⁰ Justamente em 1948, ocorreu a Conferência de Iquitos. Durante o evento, Felisberto Camargo, então diretor do Instituto Agrônomo do Norte (IAN), enfatizou a importância do IIHA em promover e desenvolver projetos que tivessem como objetivo a colonização, criação de gado e produção de alimentos, pois, na visão de Camargo, havia a necessidade de se ter uma autossuficiência básica, para assim, em um futuro próximo, a região conseguir receber os contingentes humanos, atormentados pela grande ameaça da fome e miséria (MAGALHÃES; MAIO, 2007: 177).

Apesar da proposta contar com o apoio do presidente da República Eurico Gaspar Dutra, no decorrer dos anos de 1948 e 1949, a execução da criação do IIHA sofreu uma série de percalços. É importante ressaltar a dissonância nas opiniões desenvolvimentistas, fermentadas pelo controverso debate político entre o ex-presidente da República, na época, deputado federal, Artur Bernardes, e o cientista Paulo Carneiro. Com opiniões divididas entre um grupo defensor do papel do Estado como principal agente no desenvolvimento nacional, que lutava contra a criação do IIHA, e outro, formado por quem era favorável ao incentivo de capital estrangeiro no país. Devido às manifestações nacionalistas, alegando o dever patriótico da defesa da soberania nacional, a proposta ficou estagnada, apesar dos esforços de Paulo Carneiro, o projeto foi arquivado em 1951. Cabe elucidar que após a eleição de Getúlio Vargas, foram criados o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia²³¹ (SPVEA) (MAGALHÃES; MAIO, 2007: 177-184).

No decorrer da década de 1950, Gastão Cruls, já sexagenário, publicou obras inéditas e traduziu outras tantas. Em 1952, participou da comissão julgadora – composta também por Heloísa Aberto Torres e Artur César Ferreira Reis – do concurso de melhor trabalho sobre a Amazônia, realizado pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura²³². No mesmo ano, por iniciativa do médico Leonídio Ribeiro, direção executiva de Rodrigo Melo Franco de Andrade e financiamento da Instituição Larragoiti e Banco Lar Brasileiro, para publicar uma coleção sobre as artes plásticas no Brasil. Gastão Cruls foi convidado para escrever o volume *Arte Indígena*, tecendo novas considerações sobre o assunto e reproduzindo alguma já presentes em *Hiléia Amazônica* e *A Amazônia que eu vi*. Entre outras obras publicadas por Gastão Cruls, destaca-se *A Aparência do Rio de Janeiro* (1949), *Antônio Torres e seus amigos* (1950) e *De Pai a Filho* (1954), obra que premiou o autor com prêmio “Luísa Cláudio de Sousa” em 1955.

O escritor carioca Gastão Cruls faleceu em 7 de julho de 1959, devido a complicações decorrentes de uma doença renal. Entre os presentes no sepultamento do escritor, estavam amigos de longa data de Gastão, tais como, Carlos de Lima Cavalcanti, Genolino Amado, Gilberto Amado, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Osório Borba, Carlos Drummond de Andrade e outros, além de diversos políticos e figuras ilustres das ciências e das letras. Das diversas homenagens, publicadas em jornais e revistas, prestadas à figura de Gastão Cruls, selecionamos a deixada por Gilberto Freyre, para o escritor e amigo de longa data de Gastão:

²³¹ O SPVEA foi responsável, em 1955, pela proposta do Plano de Desenvolvimento Cultural presente no 1º Plano de Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (PQVEA), que propôs melhorias culturais, sociais e econômicas para as populações da Amazônia, o projeto foi fundamentado na ideia de desenvolvimento direcionado para o incentivo ao crescimento industrial (SILVA; BATISTA, 2015).

²³² Entre dos prêmios aos melhores trabalhos sobre a Amazônia. *Diário de Notícias*, 14 de outubro de 1952, p. 4.

Foi um romancista admirável e um contista que há de ficar nas letras brasileiras como um mestre do conto psicológico. Também como um exemplo desta verdade paradoxal: a de poder escrever um indivíduo, de imaginação, romance ou conto sem ser rigorosamente artista literário. Faltou quase sempre a Gastão a arte sensualmente literária da expressão. Não lhe faltaram, porém, as qualidades da imaginação, de poder de análise e de empatia que fazem o ficcionista, independente das virtudes puramente artísticas de escritor. Por essas qualidades, ele permanecerá na literatura brasileira como um ficcionista admirável; e, também, como um dos melhores intérpretes destes dois extremos sociológicos da vida nacional; o carioca e o amazônico²³³.

Partilhamos, ainda, de alguns questionamentos a respeito do legado de Gastão Cruls no cenário nacional. Como já destacado em outras pesquisas sobre sua trajetória, consiste de tamanha curiosidade, o fato do sumiço do romancista, – personagem, como pudemos perceber, de grande circulação em sua época – no panteão dos escritores do século XX. Nesse sentido, compartilhamos de hipótese similar à apresentada por Vivolo (2017), possivelmente, o desaparecimento gradual da figura de Gastão Cruls ao longo do século XX, tenha ocorrido por sua recusa em entrar na Academia Brasileira de Letras, mesmo dispondo, com folga, dos requisitos para seu ingresso. Ademais, Gastão Cruls, enquanto escritor, jamais se vinculou às vanguardas do modernismo brasileiro, como tantos de seus contemporâneos fizeram.

²³³ FREYRE, Gilberto. Gastão Cruls. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 32, n. 7, 28 de novembro de 1959, p. 104.

Considerações finais

Gastão Cruls torna-se importante difusor do conhecimento científico sobre a Amazônia e intérprete da região. Na década de 1920, o escritor foi responsável, não somente por difundir o gênero de ficção científica no mercado editorial brasileiro, como também popularizou o tema da Amazônia em período que a região configurava com pouca atratividade ao público em geral. Desta forma, a publicação de seu romance *A Amazônia Misteriosa*, em 1925, contribuiu – juntamente com publicações de outros escritores como Raymundo Morais e Mário de Andrade – para alçar a Amazônia no imaginário popular do período, além de projetar Gastão Cruls como famoso romancista brasileiro.

Pode-se afirmar que a construção de um cenário amazônico, utilizado como pano de fundo da narrativa ficcional, esteve amparado em ampla leitura científica de elementos da flora, fauna e etnografia indígena. Devido ao fato de tratar-se de um romance, a obra não dispõe de referências bibliográficas, contudo, no mapeamento das ideias presentes no conteúdo textual, pode-se afirmar que, para a composição da Amazônia, o escritor realizou, especialmente, a leitura de autores que tornaram-se referências do pensamento social sobre a Amazônia, tais como: os cronistas seiscentistas Gaspar de Carvajal e Cristóbal de Acunã, os naturalistas Louis Agassiz, Richard Spruce, Alfred Russel Wallace, Henry Bates, Charles Marie de La Condamine, Alexander von Humboldt e Aimé Bonpland, além de autores nacionais, como Alberto Rangel e Euclides da Cunha. As descrições botânicas e zoológicas foram realizadas com auxílio de Adolpho Ducke, Alípio de Miranda Ribeiro e Cândido de Mello-Leitão. Destarte, mesmo tratando-se de uma produção meramente literária, nota-se o compromisso que Gastão Cruls assumiu em representar um panorama amazônico em proximidade às concepções científicas, não deixando de lado o cunho fantástico da ficção.

A relação de Gastão Cruls com a elite intelectual e política brasileira também consiste de algo a ser destacado. Entre seus amigos, estiveram figuras como Antônio Torres, Monteiro Lobato, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Amado, Rodolfo Garcia, Alberto José de Sampaio, Edgard Roquette-Pinto, Gilberto Freyre, Heloisa Alberto Torres, Cândido de Mello-Leitão, Adolpho Ducke, Alípio de Miranda Ribeiro, Agripino Grieco, Carlos de Lima Cavalcanti, Rodrigo Melo Franco de Andrade entre tantos outros. Os contatos de Gastão Cruls e seu grande interesse pela Amazônia possibilitaram sua participação, em 1928, como climatologista no Serviço de Inspeção de Fronteiras. O escritor, enfim, pôde conhecer, *in loco*, a região que antes havia se ocupado a partir do imaginário.

Contudo, ao publicar seu diário de viagem, em 1930, a crítica enxergou nas páginas da *A Amazônia que eu vi*, certo desapontamento do autor, em relação à Amazônia, imaginada anos antes. Ocorre que no romance, Gastão Cruls nutria-se da criatividade literária, da liberdade poética que goza um literato, enquanto no relato de viagem, Cruls assumiu o papel de escritor-viajante, em que as paisagens e experiências nem sempre são favoráveis para os encantos do leitor. Um possível desapontamento por parte de Gastão Cruls não seria algo inédito entre os escritores que primeiro escreveram sobre a Amazônia, para depois visitá-la, como o próprio Euclides da Cunha, pois na perspectiva de alguns, a Amazônia imaginada torna-se de certo ponto, mais atrativa do que aquela observada.

Porém, Gastão Cruls não havia se frustrado com o espaço amazônico observado, pelo contrário, produziu em seu relato de viagem, descrições sobre a flora e a fauna, sobre o encontro com os índios Pianocotós do Alto Cuminá, realizou o levantamento do quadro nosológico, as condições sanitárias, enfim, suas impressões acerca da natureza e cultura da Amazônia. Durante a viagem, o escritor aproveitou para corrigir algumas descrições equivocadas que havia feito em seu romance, entretanto, não consta maiores descolamentos na representação literária de Amazônia produzida por Gastão Cruls. Acreditamos, em hipótese, que a compulsiva leitura realizada pelo escritor e o amplo conhecimento em assuntos de história natural, geografia e antropologia sobre a região amazônica, tenha influenciado, de certa forma, em como o escritor assimilou seus aspectos.

Além disso, Gastão Cruls, em sua obra, construiu interessante retrato etnográfico dos Pianocotós do Alto Cuminá. Neste caso, possivelmente, o conhecimento de métodos da etnografia para coleta de dados adveio da leitura de estudos na área, especialmente *Rondônia* (1917) de seu amigo, o antropólogo Edgard Roquette-Pinto. Cabe frisar que Gastão Cruls não era especialista, apenas um dileitante interessado pelo assunto. Anos mais tarde quando perguntado sobre o que gostaria de ser, prontamente respondeu que queria ser etnólogo, um etnólogo totalmente dedicado às pesquisas de campo e que tivesse longos contatos com as sociedades indígenas.

Da segunda viagem à Amazônia, Gastão Cruls publicou um compêndio acerca dos aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígena. *A Hiléia Amazônica*, como decidiu intitulá-la, reunia intensa bibliografia, com mais de 700 publicações científicas e literárias tratadas com detalhes pelo escritor. Gastão Cruls durante sua trajetória teceu contribuições e colaborações científicas, contudo, pode-se afirmar que o grande papel desempenhado com a

publicação de tal volume foi especialmente associado à divulgação e popularização do conhecimento científico sobre a região amazônica.

O leitor, neste ponto, deve estar a perguntar-se, mas para que viajar para a região? Gastão Cruls, tratando-se de assuntos da Amazônia, pertence a uma geração de escritores a que a viagem consistia de prática indispensável no processo criativo, não bastava somente ler sobre, viajar era, de certa forma, escrever. Assim sendo, o escritor percorreu as paisagens amazônicas tanto coletando material, que poderia ser aproveitado, quanto buscando inspirações para a composição da obra. No entanto, curiosamente, seu livro mais popular consiste do romance *A Amazônia Misteriosa*.

Em uma rápida pesquisa sobre Gastão Cruls em livros da época, pudemos observar que, ao longo do século XX, tanto o conteúdo das obras sobre a Amazônia do escritor, quanto o amplo léxico composto por diversos vocábulos regionais – presentes nas mesmas obras – são recorrentemente mencionados em produções que envolvem temas como botânica, zoologia e etnografia indígena. Por exemplo: Alberto José de Sampaio em *Biogeografia Dinâmica* (1935) e *A Alimentação Sertaneja e do interior da Amazônia* (1944); Arthur Neiva em *Estudos da Língua Nacional* (1940); Luís da Câmara Cascudo em *História da Alimentação no Brasil* (1967); Abguar Bastos em *A Pantofagia ou as estranhas práticas alimentares na selva* (1987); entre outros.

Por fim, em nossa análise, conseguimos responder algumas questões de forma mais aprofundada, enquanto outras apenas exploramos consentaneamente, com a disponibilidade das fontes documentais que dispúnhamos no momento. Contudo, acreditamos que ao longo da dissertação, conseguimos mapear as continuidades e rupturas na forma como Gastão Cruls construiu suas representações acerca da natureza e das sociedades indígenas. Se no início sua Amazônia configurava-se às perspectivas presentes no imaginário social sobre a região, no final, a Amazônia apresentava-se na inter-relação entre seus aspectos, em perspectiva mesológica. No entanto, por mais que o escritor carioca contribuiu na forma em como enxergar os aspectos do espaço amazônico e em sua época se associou ao lado de nomes como Euclides da Cunha, Alfredo Ladislau e Alberto Rangel, esta ligação não se manteve ao longo dos anos. As interpretações tecidas por Gastão Cruls sobre a Amazônia foram, de certa forma, esquecidas e por mais que o escritor obteve renome em sua época ao publicar obras relacionadas a natureza e cultura, após sua morte as perspectivas elaboradas pelo escritor e médico carioca não se consagraram dentre as representações sobre a Amazônia presentes no pensamento social brasileiro. Apesar disso, Gastão Cruls pode ser observado, em seu contexto, como importante

intérprete e divulgador do conhecimento científico sobre a região amazônica. Esperamos que este trabalho desperte novas questões e possa vir a contribuir em futuras pesquisas sobre o tema.

Referências

Fontes da pesquisa

Livros

BASTOS, Abguar. *A Pantofagia ou as estranhas práticas alimentares na selva (Estudo na região amazônica)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso de; ACUÑA, Cristóbal de. *Descobrimientos do rio das Amazonas*. Traduzido por Cândido de Melo-Leitão, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil: Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

COUDREAU, Octavie. *Voyage au Cuminá*. Paris: A. Lahure. 1901.

_____. *Voyage au Trombetas*. Paris: A. Lahure. 1900.

CRULS, Gastão. “A “roda” de Antônio Torres, no “Bar Nacional””. In CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2014, pp. 266-269.

_____. *Hiléia Amazônica: aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígena*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2003.

_____. *A Amazônia Misteriosa*. 9ª Edição. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro, 1973a.

_____. *A Amazônia que eu vi: Óbidos-Tumucumaque*. 5ª Edição. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro, 1973b.

_____. *Arte Indígena*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

_____. *Hiléia Amazônica: aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígena*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

_____; PENIDO, João. “Syphilis hereditaria & Syphilis infantil adquirida”. In FIGUEIRA, Antônio Fernandes (org). *Elementos de Pathologia e Hygiene Infantis*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, Editores, 1929, pp. 147-187.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: Ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/Fundação Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Governo do Estado do Acre, 1986.

DE SOUSA, José Nicolino Rodrigues. *Diário das Três Viagens:(1877-1878-1882)*. Rio de Janeiro: *Imprensa Nacional*, 1946.

IM THURN, Everard Ferdinand. *Among the Indians of Guyana*. London: Kegan Paul, Trench, & Company, 1883.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Petróglifos Sul-Americanos*. (tradução comentada de *Südamerikanische Felszeichnungen*, Berlin: Edição Ernst Wasmuth, 1907). 2010.

MELLO-LEITÃO, Cândido Firmino de. Opiliões do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, t. 17, 1932, pp. 1-505.

MORAIS, Raymundo. *Na Planície Amazônica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

- NEIVA, Arthur. *Estudos da Língua Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- RANGEL, Alberto. *Inferno verde: Cenas e cenários do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2001.
- RIBEIRO, Darcy. *Cultura e Línguas Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.
- RIBEIRO FILHO, João de Sousa. *Dicionário Biobibliográfico de Escritores Cariocas (1565-1965)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil*. Vol. 3, Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2019.
- _____. *Relatório apresentado a Directoria Geral dos Telegraphos e a Divisão Geral de Engenharia (G. 5) do Departamento da Guerra pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1907.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia: anthropologia – ethnographia*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
- _____. “Prefácio”. In CRULS, Gastão. *A Amazônia que eu vi: Óbidos-Tumucumaque*. 5ª Edição. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro, 1973.
- SAMPAIO, Alberto José de. *A Alimentação Sertaneja e do Interior da Amazônia: Onomástica da Alimentação Rural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- _____. *Biogeografia Dinâmica – A Natureza e o Homem no Brasil: noções gerais e estudo especial da “proteção à natureza” no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- _____. *A Flora do Rio Cuminá: resultados botânicos da Expedição Rondon á Serra Tumuc-Humac em 1928*. Rio de Janeiro: Arquivos do Museu Nacional, 1933.
- SHELLEY, Mary. *Frankenstein ou o Prometeu moderno*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.
- SPRUCE, Richard. *Notes of a botanist on the Amazon & Andes*, Volume I. London: Macmillan and Company, 1908.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso do Rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 2, 1942.
- _____. *A Nova Política do Brasil – O ano de 1932, A Revolução e o Norte 1933*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938a.
- _____. *A Nova Política do Brasil – O Estado Novo, 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938b.
- VERNE, Júlio. *A Jangada: 800 Léguas pelo Amazonas*. São Paulo: Planeta, 2003.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- WELLS, Herbert George. *La isla del Dr. Moreau*, Madrid: Alianza Editorial, 2014.

Impressos

CRULS, Gastão. Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, out. 1939. pp. 3-22.

_____. Subsidio para o conhecimento da medicina entre os índios. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1924, pp. 288-293.

D'ALMEIDA, Romualdo Ferreira. Excursão científica aos rios Cuminá e Trombetas. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, jun. 1937, pp. 235-308.

Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Rio de Janeiro, ano II, n. 1, out. 1929, p. 54.

IBGE, Departamento de Geografia. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977.

IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brazil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 8, 1911, pp. 112-141.

_____. A anthropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 7, 1907, pp. 202-257.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. Viagem científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. *Memória do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 8, n. 3, 1916, pp. 74-224.

TOCANTINS, Antônio Manual Gonçalves. Os primeiros expedicionários dos Campos Geraes das Guyana. *Anuário de Belém, em comemoração do seu tricentenário. 1616-1916*. Estado do Pará. Imprensa Oficial, 1915, pp.147-149.

Legislação

BRASIL. Lei Nº 3.273, de 1º de outubro de 1957. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 1 de outubro de 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13273.htm#:~:text=LEI%20No%203.273%2C%20DE,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=Rio%20de%20Janeiro%2C%20em%201%20C%20BA,Independ%20e%2069%20C%20BA%20da%20Rep%20C%20BAblica. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

BRASIL. *[Constituição (1946)]*. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4750. Mobiliza os recursos econômicos do Brasil, e dá outras providências. 28 de setembro de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4750-28-setembro-1942-414829-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ofício do Ministério da Fazenda de 9 de agosto de 1938. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 18 de agosto de 1938. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2385362/pg-10-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-08-1938>. Acesso em: 7 de janeiro de 2021.

BRASIL. Decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931. Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/438349/publicacao/15617897>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Guerra. Autoriza o Dr. Gastão Luiz Cruls a acompanhar o general Cândido Mariano Rondon na viagem de inspeção às fronteiras do norte do Brasil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, DF, publicado em 23 de agosto de 1928. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1928/08/23>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais – RUBI

Revista Manchete (1953)

Hemeroteca Digital

A Esquerda (1928-1931)

A Manhã (1926)

A Noite (1930)

Boletim de Ariel (1931-1938)

Correio da Manhã (1925-1956)

Diário da Noite (1942)

Diário de Notícias (1930-1933)

Diário de Pernambuco (1939)

Folha do Norte (1896)

O Brazil-Médico (1913-1923)

O Cruzeiro (1955-1959)

O Jornal (1925-1936)

O Jornal do Brasil (1925-1945)

O Paiz (1920-1930)

Portal de Revistas da Universidade de São Paulo

Revista de Medicina (1926)

Acervo Digital da Biblioteca Nacional

CRULS, Gastão. *Cartão a Rodolfo Garcia, comunicando-lhe estar percorrendo o Baixo Amazonas, devendo visitar a colônia de japoneses, próximos a Maués*. Parintins, 18 de outubro de 1938. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=82593. Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV

Arquivo Anísio Teixeira

Arquivo Gustavo Capanema

Acervo Digitalizado da Universidade Federal da Paraíba

Revista Era Nova (1922)

Acervo Companhia Editora de Pernambuco – CEPEDOC

Diário da Manhã (1929)

Diário da Tarde (1938)

Acervo O Globo

O Globo (1928-1938)

Bibliografia

AGUIAR, Monalisa dos Reis. As reformas ortográficas da língua portuguesa: uma análise histórica, linguística e ideológica. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 9, jun. 2007, pp. 11-26.

ANDRADE, Gilberto Osório de. Nassau, quarenta anos depois. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 8, n. 2, jul/dez. 1980, pp. 161-178

ANDRADE, Lúcia M. M. de. Os quilombos da bacia do rio Trombetas: breve histórico. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 38, n. 1, 1995, pp. 79-99.

ANDRADE, Rômulo de Paula. O pobre solo do celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 285-304, 2015.

_____. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, mai/ago. 2010. p. 453-468

_____. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)*. 191 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Programa de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

_____; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). *História, Ciências, Saúde–Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, dez. 2007, pp. 257-277.

ANTUNES, Anderson Pereira. *Um naturalista e seus colaboradores: a expedição de Henry Walter Bates ao Brasil (1848-1859)*. 398 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

_____; MASSARANI, Luisa Medeiros; MOREIRA, Ildeu de Castro. Uma análise da rede de auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866). *Revista Brasileira de História das Ciências*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan. 2016, pp. 113-125.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. *Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)*. 330 f. Tese (Doutorado em História)

– Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016.

ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansión de Europa*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BALDUS, Herbert. Métodos e Resultados da ação indigenista no Brasil. In SCHADEN, Egon. *Homem, cultura e sociedade no Brasil; seleções da Revista de Antropologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972, pp.209-229.

BENCHIMOL, Jaime Larry. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano – vol. 1: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 231-285.

BENJAMIN, Harry. Eugen Steinach, 1861-1944: A Life of Research. *American Association for the Advancement of Science*, Washington, vol. 61, n. 6, dec. 1945, pp. 427-442.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. In AMADO, Janaina P.; FERREIRA, Maria de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

CAMPOS, Regina Salgado. A noiva brasileira de Oscar Wilde ou Gastão Cruis, um leitor de André Gide. *Língua e Literatura*, São Paulo, n. 20, dec. 1993. pp. 27-33.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves. *O Brasil republicano – vol. 2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 113-153.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976.

CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, abr/jun. 2011, pp. 471-497.

CAUSO, Roberto de Sousa. *Ficção científica, fantasia e horror no Brasil, 1875 a 1950*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BOMBARDI, Fernanda Aires. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, dec. 2011, pp. 601-623.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, jul/dez, 2011, pp. 15-29.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, jan/abr. 1991, pp. 172-191.

COSTA, Marcos Antonio Silva. *Biografia Histórica: A trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980*. 222 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2007.

COSTA, Marcondes Lima da; SILVA, Anna Cristina Resque Lopes da *et al.* Muyrakytã ou Muiraquitã: Um talismã arqueológico em jade procedente da Amazônia: aspectos físicos, mineralogia, composição química e sua importância etnogeológica. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 32, n. 3, jul/dec. 2002, pp. 431-448.

- COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, suplemento, 2001, pp. 993-1014.
- COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. *O Ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo*. 308 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. Jacques Huber (1867-1914). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 3, set-dez. 2009, pp. 489-502.
- _____. *Talento e atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.
- DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 36, n. 1, 2002, pp. 61-98.
- DAFLON, Claudete. Viajar também é escrever. *Revista Moara*, Belém, n. 39, jan/jun. 2013, pp. 39-68.
- DUARTE JUNIOR, Antônio Marcos. Fordlândia e Belterra: as cidades de Henry Ford na Amazônia. *Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração/FGV*, São Paulo, v. 5, n. 1, jan/jun. 2015. pp. 1-13.
- FAUSTO, Boris. “A Revolução de 1930”. In DIAS, Manuel Nunes *et al.* *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, pp. 227-255.
- FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- FERREIRA, Maria Liege Freitas. *A construção do Eldorado amazônico no governo Vargas: a representação através da imagem (1940-1945)*. 260 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.
- FOOT HARDMAN, Francisco. *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Unesp, 2009.
- _____. *Trem fantasma: A modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- FRANÇA, Julio. O horror do corpo em dois contos de Gastão Cruls. *Gragoatá*, Niterói, v. 23, n. 47, 2018, pp. 873-887.
- _____. Ecos da Pulp Era no Brasil: o gótico e o decadentismo em Gastão Cruls. *Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários*, Londrina, v. 26, 2013, pp. 7-17.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília: Abravideo, 2009.
- FRIKEL, Protásio; CORTEZ, Roberto. *Elementos demográficos do Alto Paru de Oeste, Tumucumaque Brasileiro: Índios Ewarhoyána, Kaxúyana e Tiriyo*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas n. 19, 1972.
- _____. Os Tiriyo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 9, fev. 1960, pp. 1-37.
- FUNES, Eurípedes Antônio. Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas. *Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas*, São Paulo, dez. 2000.
- GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, 2009, pp.19-65.

_____. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000, pp. 15-42.

GOMES, Ângela de Castro. “Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil republicano – vol. 2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, pp. 191-221.

_____. “A Construção do Homem Novo: O trabalhador brasileiro”. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi de; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 154-169.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 09, 1997. pp. 95-102.

GUIMARÃES, Iza Vanesa Pedroso de Freitas. *O Enamorado da Vênus Telúrica: a trajetória social de Raymundo Morais (1872-1941) – Autor de Na Planície Amazônica, 1926*. 293 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

GURGEL, Cristina. *Doenças e cura: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

HENRIQUE, Márcio Couto. Entre o mito e a história: o padre que nasceu índio e a história de Oriximiná. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 10, n. 1, jan/abr. 2015, pp. 47-64.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade (Ed.). *Médicos intérpretes do Brasil*. Hucitec Editora, 2015.

_____; FONSECA, Cristina M. O. “O que há de novo? Políticas de Saúde e Previdência, 1937-1945”. In PANGOLFI, Dulce C. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, v. 1, pp. 73-93.

_____. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, jul. 1993, pp. 40-61.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. *Somanlu*, ano 9, n. 1, jan/jun. 2009, pp. 113-133.

KNOBEL, Marc. L'ethnologue à La Dérive: George Montandon Et L'ethnoracisme. *Ethnologie Française*, vol. 18, n. 2, abr/jun. 1988, pp. 107-113.

LACAPRA, Dominick. História e romance. *Revista de História*, Campinas, v. 2, n. 3, 1991, pp. 107-124.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In LE GOFF, Jacques. *História e Memória: Memória – Volume 2*. Lisboa: Edições 70, 2000, pp. 103-116.

LIMA, Carla Oliveira. *A experiência de campo de Alfred Russel Wallace na Amazônia Oitocentista: viagem, ciência e interações*. 349 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Nísia Trindade ;VIEIRA, Tamara Rangel. The Sertão and Its Representations. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2020, pp. 1-22.

_____; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os ales do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr/jun. 2000, pp. 313-332.

_____. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais, sertanejos e imaginação social*. 226 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____; HOCHMAN, Gilberto. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República”. In CHOR, Marcos Maior; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, pp. 23-40.

LIMA JÚNIOR, Renato Rodrigues de. *O refratário e abnegado José Severiano de Rezende*. 242 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LIMA, Susane Patricia Melo de; COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues. A geografia e representação na *Amazônia Misteriosa* de Gastão Cruls: da monocromia à monotonia, do fantástico ao misterioso. *RA'EGA*, Curitiba, v. 23, 2011, pp. 221-237.

LISBOA, Karen Marcknow. O Brasil dos Naturalistas: Spix e Martius, taxonomia e sentimento. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 1, jan/jul. 2009, pp. 179-194.

LUCA, Tania Regina de. Periódicos lançados por Editora: o caso do Boletim de Ariel (1931-1939). *História*, São Paulo, v. 36, ed. 32, dec. 2017, pp. 1-18.

_____. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva; MAIO, Marcos Chor. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, dez. 2007, pp. 169-189.

MAIA, Cláudio Silveira. *Pedras perdidas: o decadentismo e a visão pós-colonial de Gastão Cruls*. 304 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2009.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que fazem o Estado Andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território no Brasil Central. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 3, 2010. pp. 621-655.

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, set. 2000, pp. 975-1017.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Editora Ática, 1976.

MARANHAO-FILHO, Pérciles; VINCENT, Maurice. Quem foi Pierre Marie? *Arquivo Neuro-Psiquiátrico*, São Paulo, v. 78, n. 7, jul. 2020, pp. 450-452.

MARKS, Shula. What is colonial about colonial medicine? And what has happened to imperialism and health?. *The Society for the Social History of Medicine*, Oxford, v. 10, n. 2, fev. 1997, pp. 205-219.

MARQUES, Rita de Cássia; GAZZINELLI, Maria Flavia. “Ancilostomíase em Minas Gerais: Pioneirismo nas Campanhas de Combate ao Teste de Vacina”. In MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Ed.). *As doenças e os medos sociais*. SciELO-Editora Fap-Unifesp, 2012, pp. 187-202.

MARZANI, Andresa. *Entre amazonas e cientistas: representações da ciência em A Amazônia Misteriosa, de Gastão Cruls*. 57 f. Monografia (Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. Visões sobre a política: Monteiro Lobato e os EUA. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul. 2011.

MEIRA, Sérgio. A família linguística Caribe (Karib). *Revista de Estudos e Pesquisas-Funai*, Brasília, v. 3, n. 1/2, jul/dez. 2006, pp. 157-174.

MELLATI, Julio Cezar. Povos Indígenas. *Série Antropologia*, Brasília, n. 345, 2004.

_____. Antropologia no Brasil: um roteiro. *Série Antropologia*, Brasília, n. 38, 1983.

MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia Cultural: Iniciação, Teoria e Temas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *A Questão do Rio Pirara (1820-1904)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Porto: Fronteiras do Caos Editores, 2010.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MOREIRA, Thiago Da Silva *et al.* Annotated check list of Arachnida type specimens deposited in the Museu Nacional, Rio de Janeiro. II—Araneae. *Zootaxa*, v. 2588, n. 1, 2010, pp. 1-91.

MORAES, Ana Carolina de Albuquerque de. *Rumo à Amazônia, terra da fartura: Jean-Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

NAXARA, Márcia. “Narração, espaço e conformação de cidades: O Rio de Janeiro por Gastão Cruls (1939); São Paulo por Ernani Silva Bruno (1954)”. In *Espaços Narrados – a construção dos múltiplos territórios da língua portuguesa*. São Paulo: FAU-USP, 2012, pp. 34-45.

NETO, Hermes Marques Damasceno. *Amazônia, Borracha e Imigração: o caso da Fordlândia (1925-1945)*. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Porto, 2019.

NOMURA, Hitoshi. Hermann von Ihering (1850-1930), o Naturalista. *Caderno de História das Ciências*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan/jun. 2012, pp. 9-60.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 2010, pp. 7-28.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. O Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 12, abr. 2008, pp. 13-21.

_____. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, suplemento, jul. 1998, pp. 195-215.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. SANTOS, Leonardo Querino dos. Só é sujo e doente quem quer (?)—Representações médicas na Paraíba do início do século XX. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 20, n. 1, 2015, pp. 130-148.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho. A ordem e a desordem da natureza: o sertão e a Amazônia em Gastão Cruls. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 21, n. 51, mai/ago. 2019, pp. 242-276.

PAIXÃO, Claudia Míriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PALMER, Steven. *Gênese da saúde global: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves. *O Brasil republicano – vol. 2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 14-38.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PETSCHLIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. 607 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

PINTO, Renan Freitas. A viagem das ideias. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, abr. 2005, pp. 97-114.

QUEIROZ, Maria José de. Os itinerários da selva: na Amazônia. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, Belo Horizonte, n.1, out. 1981, pp. 37-56.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “Os estudos de linguística indígena no Brasil”. In SCHADEN, Egon. *Homem, cultura e sociedade no Brasil; seleções da Revista de Antropologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972, pp. 52-67.

RODRIGUES, Fernando da Silva. O Estado brasileiro e a questão amazônica: por uma análise das tensões no processo de construção da soberania nacional. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 53, jul/dez. 2011, pp. 29-47.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. O Museu Nacional e seu papel na história das ciências e da saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, 2018, pp. 1-5.

_____; LIMA, Nísia Trindade. “O território da república e a Comissão Rondon”. In KURY, Lorelay; SÁ, Magali Romero. *Rondon: Inventários do Brasil (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editora, 2017, pp. 20-47.

_____. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009, pp. 183-203.

_____. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: SciELO-Editora FIOCRUZ, 2006.

SÁ, Magali Romero. “Um inventário dos sertões brasileiros: A exploração científica da Comissão Rondon”. In KURY, Lorelay; SÁ, Magali Romero. *Rondon: Inventários do Brasil (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editora, 2017, pp. 110-143.

_____. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. VIII, suplemento, 2001, pp. 899-924.

SANCHEZ, Fábio José Bechara. A Ocupação Do Interflúvio Erepecurú/Curuá(Pará). *XXII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambú, out. 1998.

SANJAD, Nelson. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. 442 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Luiz Fernando Souza. “Amazônia: das ideias de paraíso às ideias de ecossistema”. In RUGAI, Élide Bastos; PINTO, Renan Freitas (org). *Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, pp. 377-418.

SCARAMUZZI, Igor Alexandre Badolato. *Extratativismo e as relações com a natureza em Comunidades quilombolas do rio Trombetas/Oriximiná/PA*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Do "inferno florido" à esperança do saneamento: ciência, natureza e saúde no estado do Amazonas durante a Primeira República (1890-1930). *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, aug. 2010, pp. 399-416.

_____. *Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930*. 425 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

SEAWARD, Mark R. D. Richard Spruce, botânico e desbravador da América do Sul. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, suplemento, 2000, pp. 377-388.

SECRETO, Maria Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 40, jul/dez. 2007, pp. 115-135.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. *Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan*, v. 4, n. 2, jul/dez. 2008, pp. 89-108.

SILVA, Fernando Altenfelder; MEGGERS, Betty Jane. “Desenvolvimento Cultural no Brasil”. In SCHADEN, Egon. *Homem, cultura e sociedade no Brasil*; seleções da Revista de Antropologia. Petrópolis: Editora Vozes, 1972, pp. 11-25.

SILVA, Francisco Bento da. *Acre, a Sibéria Tropical: destierros para as regiões do Acre em 1904 e 1910*. Manaus: UEA Edições, 2013.

SILVA, José Bittencourt da; BATISTA, Iane Maria Silva. O 1º Plano Quinquenal De Valorização Econômica da Amazônia de 1955: educação para o desenvolvimento amazônico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 15, n. 66, 2015, pp. 56-72.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 231-270.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Rio de Janeiro: FGV Editora/Editora Fiocruz, 2017.

SOUZA FILHO, Durval de. *Os retratos dos Coudreau: Índios, Civilização e Miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “Bom Selvagem” (1884-1899)*. 219 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TODOROV, Tzevetan. A Viagem e seu Relato. *Revista de Letras*, Franca, v. 46, n. 1, jan/jun. 2006, pp. 231-244.

VALENTINI, Luísa. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. 242 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VELLOSO, Monica Pimenta. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves. *O Brasil republicano – vol. 2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 154-187.

_____. “Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual”. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi de; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 71-108.

VIANNA, Sérgio Besserman; VILLELA, André. “O pós-Guerra (1945-1955)”. In GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. *Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, pp. 1-24.

VIVOLO, Vítor da Matta. *Gastão Cruls e a auscultação da sociedade brasileira*. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programas de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.